

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS – ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

THUINE LOPES CARDOSO

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E SOCIOAMBIENTAL: CONSTRUINDO UM
FRAMEWORK **COM AS DIMENSÕES ESQUECIDAS PELO SISTEMA NACIONAL DE**
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.

FLORIANÓPOLIS
2024

THUINE LOPES CARDOSO

**SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E SOCIOAMBIENTAL: CONSTRUINDO UM
FRAMEWORK COM AS DIMENSÕES ESQUECIDAS PELO SISTEMA NACIONAL DE
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola Superior de Administração e Gerência da Universidade do Estado de Santa Catarina para obtenção do título de doutor em Administração. Orientador: Prof. Dr. Mário César Barreto Moraes.

**FLORIANÓPOLIS
2024**

THUINE LOPES CARDOSO

**SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E SOCIOAMBIENTAL: CONSTRUINDO UM
FRAMEWORK COM AS DIMENSÕES ESQUECIDAS PELO SISTEMA NACIONAL DE
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola Superior de Administração e Gerência da Universidade do Estado de Santa Catarina para obtenção do título de doutor em Administração.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mario Cesar Barreto Moraes
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membros:

Prof. Dr. Irineu Manoel de Souza
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Thiago Henrique Almino Francisco
Universidade do Extremo Sul Catarinense

Profª. Dra. Clerilei Aparecida Bier
Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Dr. Fabiano Maury Raupp
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 18 de novembro de 2024.

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, por ter iluminado minha trajetória e pela oportunidade de concluir esta jornada acadêmica.

A meu orientador, Mário César Barreto Moraes, agradeço por ter me acolhido tão bem e contribuído com tanto conhecimento e dedicação nesta jornada. Agradeço por todas as nossas reuniões, por toda a preocupação com o meu bem-estar, pela esmera orientação e por ter tornado minha caminhada tão leve. Obrigada por ter construído cada seção desta tese junto comigo, fazendo com que eu nunca me sentisse sozinha durante o processo de construção.

A meus pais, Deise Lopes Cardoso e Mauri Cardoso, agradeço pelo incentivo, pela oportunidade e pelo investimento em meus estudos. Agradeço a educação e os valores transmitidos ao longo de toda minha vida. Obrigada por serem meus maiores apoiares e meus maiores exemplos.

A Luan Lopes Cardoso, meu irmão, agradeço por ser o meu maior companheiro nesta vida, por estar comigo em todas as fases, por ser minha fonte de proteção, incentivo e acolhimento.

A Camila Brehm da Costa Cardoso, minha cunhada, amiga e colega de doutorado, agradeço por sempre me incentivar a evoluir em minha vida profissional e pessoal, por ser sempre tão acolhedora e companheira e por agregar tanto à nossa família.

A Luan e Camila, agradeço por, durante esta jornada acadêmica, terem me presenteado com a nossa benção, o nosso Bê.

A Bernardo da Costa Cardoso, meu sobrinho e afilhado, por ter iluminado minha vida com sua chegada, permitindo que eu sentisse a profundidade e imensidão do amor de uma tia.

A Laíza Beatriz Cardoso Lopes, minha afilhada, por ser fonte pura de amor e por trazer à tona minha essência de criança quando estamos juntas.

A Leonardo Felipe Zago, por todo incentivo e apoio na busca pelos meus objetivos e por sempre se fazer presente em minha vida, deixando meus dias leves e repletos de amor.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola Superior de Administração e Gerência – Esag, da Universidade do Estado de Santa Catarina, agradeço pela dedicação, pela disponibilidade e pelo conhecimento compartilhado. Estendo este agradecimento a todos os professores que por meu caminho passaram e que contribuíram para a minha formação.

A todos os meus amigos e familiares, pelos momentos compartilhados e por deixarem minha vida mais feliz.

De modo especial, agradeço à Universidade do Estado de Santa Catarina e à Univesidade Federal de Santa Catarina pela educação de qualidade e pela oportunidade de aprimoramento e crescimento profissional.

A todos que contribuíram para que eu alcançasse o meu objetivo.

“São as Universidades que fazem, hoje, com efeito, a vida marchar. Nada as substitui. Nada as dispensa. Nenhuma outra instituição é tão assombrosamente útil” (Teixeira, 1962).

LISTA DE SIGLAS

A3Es: Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
A3P: Programa Agenda Ambiental na Administração
AACSB: *American Association of Collegiate Schools of Business*
AERES: Agência de Avaliação da Pesquisa e do Ensino Superior
AIE: Avaliação Institucional Externa
ANECA: Agência Nacional de Avaliação de Qualidade e Acreditação
BDTD: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CEUA: Comitê de Ética na Utilização de Animais
CHEA: Council for Higher Education Accreditation
CONEP: Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
EQUAA: *Education Quality Accreditation Agency*
IES: Instituições de Educação Superior
IFES: Instituições Federais de Educação Superior
ENC: Exame Nacional de Cursos
GERES: Grupo de Estudos da Reforma da Educação Superior
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC: Ministério da Educação
MERCOSUL: Mercado Comum do Sul
PAIUB: Programa da Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU: Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional
RANA: Rede de Agências Nacionais de Acreditação
RIACES: Rede Ibero-Americana para Acreditação da Qualidade da Educação Superior
SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TCU: Tribunal de Contas da União

RESUMO

Há um consenso de que o desenvolvimento sustentável está atrelado a satisfação integrada e simultânea de aspectos econômicos, sociais e ambientais (Góes, 2015). Na busca pelo desenvolvimento sustentável das Instituições de Educação Superior, as políticas públicas desempenham papel orientador e, como estas são influenciadas pelos sistemas de avaliação da educação superior, torna-se necessária a consideração dos pilares do desenvolvimento sustentável nos instrumentos de avaliação. Neste contexto, esta tese tem como objetivo geral propor um *framework* com indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira. Como técnica de análise de dados, subsidiada pela abordagem multiparadigmática, foi utilizada a análise categorial conforme Pettigrew (1987), que analisa o processo de mudança estratégica baseada nos aspectos de conteúdo, contexto e processo. Para análise do contexto, utilizou-se o atual instrumento de avaliação da educação superior brasileira, definido pela Lei do SINAES (Brasil, 2024), o qual também foi base para análise do conteúdo com a identificação de possíveis áreas de transformação para mudança estratégica relacionada à avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira. Quanto ao processo, a fim de suprir necessidades não atendidas pelo sistema nacional de avaliação da educação superior, dimensões consideradas relevantes para a avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental propostas pela literatura científica, evidenciadas por universidades federais, destacadas e contempladas em instrumentos de acreditação internacionais disponibilizados e em outros instrumentos de avaliação da educação superior brasileira foram caracterizadas para proposição de diretrizes e de indicadores. A tríade proposta por Pettigrew (1987) possibilitou a criação de um *framework* para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira que poderá contribuir para alcance da mudança social que visa o atendimento das necessidades humanas, considerando os aspectos ambientais, sociais e econômicos de forma solidária e a responsabilidade com as gerações futuras. A proposição desta pesquisa fornece subsídios para uma possível revisão dos instrumentos de avaliação propostos pelo INEP e para mudança estratégica das universidades ao permitir a integração entre aspectos econômicos, ambientais e sociais da gestão.

Palavras-chave: Avaliação. Educação Superior. Desenvolvimento Sustentável. Sustentabilidade. Sistema Nacional de Educação Superior (SINAES).

ABSTRACT

There is a consensus that sustainable development is linked to the integrated and simultaneous satisfaction of economic, social, and environmental aspects (Góes, 2015). In the search of sustainable development for Higher Education Institutions, public policies play a guiding role, and since these are influenced by higher education evaluation systems, it becomes necessary to consider the pillars of sustainable development in evaluation instruments. In this context, this thesis aims to propose a framework with indicators and guidelines for evaluating the financial and socio-environmental sustainability of Brazilian higher education. As a data analysis technique, supported by a multi-paradigmatic approach, categorical analysis was employed according to Pettigrew (1987), which analyzes the strategic change process based on content, context, and process aspects. For context analysis, the current evaluation instrument for Brazilian higher education, defined by the SINAES Law (Brazil, 2024), was utilized, which was also served as the basis for content analysis, identifying potential areas for transformation related to the strategic change in evaluating the financial and socio-environmental sustainability of Brazilian higher education. Regarding the process, to address unmet needs within the national higher education evaluation system, dimensions considered relevant for the assessment of financial and socio-environmental sustainability proposed by the scientific literature, evidenced by federal universities, contemplated in international accreditation instruments and in other assessment instruments for Brazilian higher education were characterized for the proposal of guidelines and indicators. The triad proposed by Pettigrew (1987) made it possible to create a framework for evaluating the financial and socio-environmental sustainability of Brazilian higher education that could contribute to achieving social change aimed at meeting human needs, considering environmental, social and economic aspects in a supportive manner and responsibility towards future generations. The proposition of this research provides support for a possible review of the evaluation instruments proposed by INEP and for strategic change in universities by allowing the integration of economic, environmental and social aspects of management.

Keywords: Evaluation. Higher Education. Sustainable Development. Sustainability. National Higher Education System (SINAES).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Movimentos e iniciativas relacionadas ao desenvolvimento da sustentabilidade no ensino superior.....	61
Quadro 2: Seleção de Artigos - Avaliação da Educação Superior	69
Quadro 3: Portfólio Bibliográfico de Artigos - Avaliação da Educação Superior	69
Quadro 4: Seleção de Artigos - Avaliação da Sustentabilidade na Educação Superior .	70
Quadro 5: Portfólio Bibliográfico de Artigos – Avaliação da Sustentabilidade da Educação Superior	71
Quadro 6: Seleção de Artigos - Avaliação Financeira na Educação Superior	73
Quadro 7: Portfólio Bibliográfico de Artigos - Avaliação Financeira na Educação Superior	73
Quadro 8: Seleção de Teses e Dissertações - Avaliação da Sustentabilidade da Educação Superior	75
Quadro 9: Portfólio Bibliográfico de Teses e Dissertações - Avaliação da Sustentabilidade da Educação Superior.....	76
Quadro 10: Seleção de Teses e Dissertações - Avaliação Financeira na Educação Superior	76
Quadro 11: Portfólio Bibliográfico de Teses e Dissertações - Avaliação Financeira na Educação Superior.....	77
Quadro 12: Seleção de Teses e Dissertações - Instrumento de Avaliação da Educação Superior	78
Quadro 13: Portfólio Bibliográfico de Teses e Dissertações - Instrumento de Avaliação da Educação Superior.....	79
Quadro 14: Seleção de Teses e Dissertações – Custo: Educação Superior	79
Quadro 15: Portfólio Bibliográfico de Teses e Dissertações - Custo: Educação Superior	80
Quadro 16: Conceitos Centrais da Tese	90
Quadro 17: Categorias e Subcategorias para Avaliação dos Cursos com base no SINAES (Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento).....	94
Quadro 18: Categorias e Subcategorias para Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância (Credenciamento e Recredenciamento).....	108
Quadro 19: Principais aspectos dos indicadores encontrados em teses e dissertações relacionados à dimensão ambiental	133
Quadro 20: Principais aspectos dos indicadores encontrados em teses e dissertações relacionados à dimensão social.....	136

Quadro 21: Principais aspectos dos indicadores encontrados em teses e dissertações relacionados à dimensão financeira	139
Quadro 22: Principais aspectos dos indicadores encontrados em artigos relacionados à dimensão ambiental	144
Quadro 23: Principais aspectos dos indicadores encontrados em artigos relacionados à dimensão social	152
Quadro 24: Principais aspectos dos indicadores encontrados em artigos relacionados à dimensão financeira	158
Quadro 25: Indicadores: Plataforma Universidade 360° - Observatório da Educação Superior	182
Quadro 26: Universidades Federais do Sul do Brasil e fontes dos indicadores	186
Quadro 27: Diretrizes Gerais e as Diretrizes de Acompanhamento	204
Quadro 28: <i>Framework</i> com indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira.....	208
Quadro 29: Sugestão para elaboração de questões/critérios.....	223

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	52
Figura 2: Resumo das Buscas Realizadas	82
Figura 3: Estrutura de Pesquisa proposta por Pettigrew (1987)	84
Figura 4: Caracterização da Pesquisa	87
Figura 5: Pressupostos, Objetivos e Aspectos Metodológicos	89
Figura 6: Trajetória dos instrumentos de avaliação propostos pelo SINAES.	119
Figura 7: Evolução gráfica das dimensões da sustentabilidade dos instrumentos de avaliação propostos pelo SINAES.....	130
Figura 8: Indicadores relacionados à sustentabilidade (ARCU-SUL).....	168
Figura 9: Grupos e Padrões - Acreditação AACSB	169
Figura 10: Indicadores relacionados à sustentabilidade (AACSB)	172
Figura 11: Fórmulas para cálculo dos indicadores de desempenho das IFES.....	175
Figura 12: Cálculo do Custo Corrente com base nas Orientações do TCU (2004).....	176
Figura 13: Indicadores relacionados à sustentabilidade	192
Figura 14: Indicadores relacionados à dimensão social da sustentabilidade.....	194
Figura 15: Indicadores relacionados à dimensão ambiental da sustentabilidade	196
Figura 16: Indicadores relacionados à dimensão financeira da sustentabilidade	198
Figura 17: Quesitos e os pesos da ficha de avaliação da “Área 27: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo”	201

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVOS DA TESE	20
1.1.1 Objetivos Específicos	20
1.2 JUSTIFICATIVA TEÓRICO-EMPÍRICA E RELEVÂNCIA DO TRABALHO...	20
1.2.1 Justificativa Teórica	21
1.2.2. Justificativa Empírica	22
1.2.3 Relevância Social	24
1.2.4 Ineditismo	26
1.3 PRESSUPOSTOS DA TESE	26
1.4 ESTRUTURA DA TESE	26
2 REFERENCIAL TEÓRICO	28
2.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR E UNIVERSIDADE	28
2.1.1 Evolução da Educação Superior	33
2.2 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	36
2.2.1 Avaliação Institucional.....	41
2.2.2 Avaliação de Cursos	44
2.3 ACREDITAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	45
2.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	47
2.4.1 Sustentabilidade Socioambiental	53
2.4.2 Sustentabilidade Financeira	57
2.4.3 Desenvolvimento Sustentável e a Educação Superior	60
2.5 UM OLHAR SOBRE AS PESQUISAS REALIZADAS	64
3 PERCURSO METODOLÓGICO	65
3.1 PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS.....	65
3.1.1 Instrumento de Avaliação	68
3.2 PROCEDIMENTOS PARA SELEÇÃO DOS PORTFÓLIOS BIBLIOGRÁFICOS	68
3.3 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	83
3.4 CONCEITOS CENTRAIS DA TESE	90
3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	92
4 CONSOLIDANDO E ANALISANDO RESULTADOS	92
4.1 REALIDADE DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E SOCIOAMBIENTAL: UM OLHAR SOBRE O SINAES	93
4.1.1 Trajetória dos Instrumentos de Avaliação Propostos pelo SINAES	118

4.2 CONSTRUINDO UM <i>FRAMEWORK</i> COM INDICADORES E DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA	132
4.2.1 Indicadores: Literatura	132
4.2.1.1 <i>Indicadores: Literatura - Teses e Dissertações</i>	132
4.2.1.2 <i>Indicadores: Literatura – Artigos Científicos</i>	141
4.2.2 Análise dos Indicadores: Literatura – Teses, Dissertações e Artigos Científicos	163
4.2.3 Indicadores: Acreditação	166
4.2.3.1 <i>Análise dos Indicadores: Acreditação</i>	173
4.2.4 Indicadores: Tribunal de Contas da União	174
4.2.4.1 <i>Análise dos Indicadores: Tribunal de Contas da União</i>	178
4.2.5 Indicadores: Plataforma Universidade 360° - Observatório da Educação Superior	181
4.2.5.1 <i>Análise dos Indicadores: Plataforma Universidade 360° - Observatório da Educação Superior</i>	184
4.2.6 Indicadores: Universidades Federais Brasileiras	185
4.2.6.1 <i>Análise dos Indicadores: Universidades Federais</i>	191
4.2.7 Indicadores: Avaliação de Programas de Pós-graduação propostos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	200
4.3 <i>FRAMEWORK</i> COM INDICADORES E DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA	203
4.4 REVENDO OS PRESSUPOSTOS DA PESQUISA	227
5 CONCLUSÕES	229
REFERÊNCIAS	234

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a sociedade brasileira ao transformar-se por meio de movimentos como a globalização, modernização e urbanização, impôs à educação superior demandas amplas de diversos grupos sociais, muitas vezes contraditórias entre si, que dificilmente podem ser atendidas adequadamente de forma conjunta (Sobrinho Dias, 2010). De acordo com Ribeiro (2010), tais movimentos econômicos, políticos e sociais, ocorridos de forma célere ao redor do mundo, resultaram na diminuição da capacidade do Estado de gerenciar e de sustentar as suas atividades básicas e essenciais e de atender a demandas como as da educação superior.

A pluralidade das demandas, incentivada por tais transformações, apresentou como consequência a necessidade de diversificação das instituições de educação superior (IES), o que incentivou a notável expansão do sistema brasileiro (Sobrinho Dias, 2010). Este ambiente marcou-se pelo crescimento acelerado de cursos, de instituições e de alunos, pela fragmentação de carreiras e pela interiorização de instituições, o que trouxe amplitude e visibilidade para o setor privado (Queiroz, 2013; Traina-Chacon; Calderón, 2015).

Este crescimento implicou mudanças das finalidades da educação por parte de muitas instituições. Estas foram vinculadas a objetivos de grupos e interesses particulares de diferentes segmentos sociais, assumindo a educação uma posição mais individualista ao invés de adotar os ideais do conhecimento universal e da justiça social. Neste sentido, o conhecimento e a formação aos poucos descaracterizaram-se como bens públicos e direito de todos e assumiram um significado individual (Sobrinho Dias, 2010).

Para enfrentar este contexto e para atender às demandas e à necessidade de diversificação do ensino superior, as políticas públicas apresentam um papel fundamental (Queiroz *et al.*, 2013). O governo brasileiro, buscando aumentar sua governança e concentrar-se nas suas ações de regulação de serviços públicos, incentivou a expansão privada para atender à crescente demanda da educação superior, descomprometendo-se, em parte, da responsabilidade de prover as condições estruturais e o financiamento público (Sobrinho Dias, 2010; Traina-Chacon; Calderón, 2015).

Como incentivo, no Brasil, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, período de 1995 a 2002, ocorreu a Reforma de Estado, em que parte dos setores que davam sustentação ao Estado foi privatizado ou terceirizado. Tal reforma concedeu ao setor privado, a execução de funções e de serviços públicos, os quais incluíam a educação superior (Polidori, 2009; Polidori, *et al.* 2011).

Essas transformações no sistema de educação superior brasileiro não poderiam ter sido implementadas sem o correspondente processo de avaliação (Sobrinho Dias, 2010). Nesta pesquisa, entende-se avaliação como processo de conhecimento proporcionado pelo diagnóstico do desempenho da instituição que busca fornecer subsídios para aperfeiçoamento e melhoria (Belloni, 1999; Klein; Fontanive, 1995). A avaliação evidencia-se, portanto, como uma ferramenta essencial de organização e de implementação de reformas educacionais, sejam elas metodológicas, curriculares, institucionais, gerenciais ou políticas. Assim, está relacionada à transformação – ao desejo de melhoria - tanto da educação como da sociedade (Sobrinho Dias, 2010).

Em busca de avaliar a qualidade das instituições de educação superior, além da avaliação, a acreditação vem sendo utilizada em diversos países (Polidori; Carvalho, 2016). Segundo Erichsen (2007) e Polidori e Carvalho (2016), a avaliação e a acreditação assemelham-se em diversos pontos por auxiliarem no diagnóstico da qualidade das IES, entretanto, diferem-se por a avaliação prezar pelo automonitoramento institucional e por a acreditação prezar pela formação da opinião pública, como é o caso da elaboração de rankings. De acordo com Morosini (2006, p. 482), a acreditação é vista como “processo externo de revisão da qualidade empregado para examinar em profundidade os *colleges*, as universidades e os programas de Educação Superior visando garantia e desenvolvimento da qualidade”. Segundo Dias Sobrinho (2008), “acreditar é praticar um ato legal certificando que uma instituição, um curso, um programa têm qualidade”. Observa-se, portanto, que a acreditação pressupõe a avaliação para a certificação, estando, deste modo, relacionadas.

Em que pese a inserção de acreditadoras no mercado educacional brasileiro, na opinião de Miorando (2014), no Brasil, não há previsão legal para agências acreditadoras não estatais, tendo, portanto, maior atuação na Europa e nos Estados Unidos. O responsável pela regulamentação do sistema de educação superior no Brasil é o próprio Governo por meio de um sistema de avaliação (Polidori; Carvalho, 2016).

De acordo com Polidori e Carvalho (2016), o sistema de avaliação da Educação Superior passou por diversas modificações no final do século XX e no início do século XXI. Diversos mecanismos de avaliação foram implementados no sistema de educação superior brasileiro, como o Programa da Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) e o Exame Nacional de Cursos ou Provão (Oliveira; Fonseca; Amaral, 2006; Polidori, 2009; Polidori *et al.*, 2011). Em busca de uma avaliação sistemática com foco na instituição, não proporcionada por tais instrumentos, (Verhine; Dantas; Soares, 2006), pela lei nº 10.861 de abril de 2004, o Ministério da Educação instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

(SINAES) com objetivo de assegurar o processo de avaliação das instituições de educação superior, dos seus cursos de graduação e do desempenho dos seus acadêmicos. Neste contexto, a finalidade dos SINAES passou a ser promover a melhoria da qualidade e a expansão da educação superior, aumentando a eficácia institucional e a efetividade acadêmico-social, e enfatizar os compromissos e as responsabilidades sociais destas instituições (Brasil, 2004a).

Segundo o § 1º do artigo 1º da Lei 10.861 de 2004,

O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Os resultados da avaliação feita pelos SINAES subsidiam, portanto, os processos de regulação e supervisão da educação superior, nos quais estão compreendidos os fenômenos de autorização, reconhecimento e renovação de cursos de graduação, e de credenciamento e credenciamento das instituições. Para isto, o sistema engloba três pilares: avaliação institucional, a avaliação de cursos e a avaliação dos estudantes – sujeitando as IES a um ciclo completo de avaliação (Polidori, 2009; Polidori, *et al.* 2011).

De acordo com Oliver (2010), a avaliação institucional aborda instrumentos de avaliação externa, realizada pelo INEP, e da autoavaliação, realizada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, tendo por finalidade o credenciamento e a renovação de credenciamento das IES. Quando se trata da Avaliação Institucional Externa (AIE), proposta pelo SINAES, de acordo com Kalnin (2016), carece a preocupação com a situação financeira, com o planejamento e com a própria gestão interna das instituições de educação superior. Na AIE, o instrumento vigente contempla 5 indicadores que abordam a dimensão financeira, os quais estão relacionados ao desenvolvimento econômico, às demandas socioeconômicas regionais, ao apoio financeiro a eventos e publicações; à sustentabilidade financeira em relação ao desenvolvimento institucional e à participação da comunidade interna. Percebe-se, portanto, que quando se trata de gestão financeira, não há a inclusão de indicadores específicos de gestão orçamentária e financeira, essenciais para a sobrevivência das IES, bem como para o atendimento das metas e prioridades estabelecidas.

Na Avaliação de Cursos, ao considerar as propostas de instrumentos de avaliação vigentes, não há indicadores que abordem tal dimensão sob qualquer aspecto. Isto porque os atuais instrumentos, para avaliação de cursos, têm seu foco na gestão pedagógica dos mesmos e não na gestão dos recursos financeiros, o que pode ser observado ao analisar as dimensões do

instrumento de avaliação de cursos: organização didático-pedagógica; corpo docente e tutorial; e infraestrutura.

Percebe-se que no sistema atual carece de indicadores financeiros como os de endividamento e de liquidez, os quais são de grande importância para a gestão, relacionados a saúde financeira organizacional (Labuschagne *et al.*, 2005). O índice de endividamento, por exemplo, em termos gerais, "mede a proporção dos ativos totais financiada pelos credores" da instituição (Gitman, 2004, p. 50). Já a liquidez, pode ser segregada em diferentes índices ao relacionar diferentes elementos patrimoniais da organização, considerando, portanto, a capacidade da organização de cumprir os compromissos sob diferentes aspectos. Por exemplo, a liquidez seca preocupa-se com a capacidade organizacional de honrar os compromissos de curto prazo desconsiderando os estoques e a liquidez geral verifica a capacidade da organização cumprir com todo o passível exigível, ou seja, com o passivo circulante mais o passivo não circulante (GITMAN, 2004; OLIVEIRA, 2013).

Somam-se a estes, outros indicadores que fornecem subsídios para tomada de decisão: o *Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization* (EBITDA) e o Retorno sobre investimentos (ROI). O EBITDA é calculado pelo lucro antes das despesas financeiras, depreciação, amortização e impostos e o ROI é calculado pela razão entre o lucro após o imposto de renda e o ativo total (Müller; Antonik, 2008). Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) (2021), demonstrações contábeis no setor privado apuram o resultado do período em termos de lucro ou prejuízo líquido, sendo este um dos principais indicadores de desempenho da entidade. No setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um indicador do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais, o qual é calculado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) (MCASP, 2021). Assim, estes indicadores, por serem indicadores de rentabilidade e lucratividade, ao considerarem o lucro da organização, têm maior aplicação no setor privado. Outros indicadores têm maior aplicação no setor público. Kohama (2000) destaca os seguintes indicadores para análise de balanços públicos: Quociente da Execução da Receita; Quociente do Equilíbrio Orçamentário; Quociente da Execução da Despesa; e Quociente do Resultado Orçamentário. Ressalta-se que, independentemente de se tratar de uma instituição pública ou privada, indicadores financeiros fornecem subsídios para uma melhor gestão financeira e alocação de recursos e devem ser objetos de análise pelas instituições.

No âmbito das IES, Kalnin (2016) ressalta que a análise da dimensão financeira deveria ser um dos principais fatores observados pelo sistema de avaliação da educação superior para

que a existência e permanência destas instituições sejam garantidas, assim como para o bom gerenciamento dos recursos institucionais. Segundo Cardim e Loureiro (2024), a adoção de práticas sustentáveis possibilita a eficiência de recursos, a implementação de práticas de inovação e de qualidade, bem como a otimização dos custos e a resiliência e a perpetuidade institucional.

Neste contexto, Asif e Searcy (2014) destacam que governos e financiadores estão cada vez atrelando o financiamento das instituições de educação superior com desempenho, uma vez que a avaliação é um dos meios para demonstrar uma gestão prudente destes recursos, a qual está amplamente relacionada ao desenvolvimento sustentável das instituições de educação superior. Nesta pesquisa, entende-se desenvolvimento sustentável como a mudança social que visa o atendimento das necessidades humanas, considerando os aspectos ambientais, sociais e econômicos de forma solidária e a responsabilidade com as gerações futuras (Drahein, 2016; Lélé, 1991).

De acordo com Góes (2015) há um consenso de que o desenvolvimento sustentável está atrelado a satisfação integrada e simultânea de aspectos econômicos, sociais e ambientais, sendo estes seus pilares. Gilbert *et al.*, (1996) ressalta que quando se trata de um desenvolvimento economicamente sustentável, significa que as mudanças devem ser acessíveis financeiramente. Ou seja, em sua essência, o desenvolvimento economicamente sustentável está relacionado ao progresso em direção à sustentabilidade ambiental e social que ocorre dentro dos recursos financeiros disponíveis. Observa-se, portanto, que, na contextualização do desenvolvimento sustentável, não há uma dissociação entre a sustentabilidade ambiental, social e financeira. Neste sentido, a sustentabilidade socioambiental pressupõe a sustentabilidade financeira que se caracteriza por uma avaliação da eficiência financeira e institucional, de modo a garantir a continuidade da organização.

O INEP (2017c, p. 41; 2017d, p. 42), em seu instrumento vigente, define a sustentabilidade financeira como sendo a “capacidade de gestão do orçamento de acordo com políticas e estratégias de administração acadêmica, com vistas à eficácia na obtenção e na utilização dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas”. Este é o conceito que orienta os instrumentos de avaliação das IES vigentes. Já a sustentabilidade socioambiental está atrelada a capacidade de assegurar a integridade do *bios* e do *socius* no processo de desenvolvimento (Dejours, 1996). Estes dois conceitos orientarão o desenvolvimento desta tese.

A partir da análise dos atuais instrumentos, ressalta-se que a preocupação com aspectos sociais é contemplada em seus indicadores. Nos instrumentos de avaliação de cursos vigentes,

cerca de 40% dos indicadores relacionam-se à dimensão ‘Social’, englobando aspectos como: ética em pesquisa, acessibilidade, integração com redes públicas de ensino, integração com o sistema regional e local de saúde (SUS), apoio ao discente, entre outros. Já nos instrumentos de avaliação institucional externa vigentes, cerca de 65% dos indicadores estão relacionados à dimensão ‘Social’, considerando aspectos como: acompanhamento dos egressos, comunicação com a comunidade externa e interna, atendimento aos discentes, capacitação docente e formação continuada, acessibilidade, dentre outros aspectos.

Apesar da dimensão social ser abordada pelos instrumentos vigentes, há a carência de indicadores que a considerem as demais dimensões da sustentabilidade de forma integrada. A dimensão ambiental é pouco representada tanto na avaliação de cursos, quanto na avaliação externa. Na avaliação de cursos, são considerados apenas indicadores relacionados à ética na utilização de animais e à abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental. Já na avaliação institucional externa, são considerados indicadores relacionados às políticas institucionais constantes do PDI e às ações voltadas ao meio ambiente.

Apesar de o atual instrumento contemplar aspectos sociais, para que haja o progresso dos três pilares do desenvolvimento sustentável e a gestão prudente de recursos no contexto da educação superior, a atenção à sustentabilidade financeira aliada a socioambiental pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é uma atitude necessária e imediata. Segundo Fernandes, Griboski e Meneghel (2017, p. 10), à medida que o sistema da educação superior se torna mais amplo e complexo, “mais sofisticadas precisam ser as ferramentas necessárias para garantir a proposição de políticas e a transparência dos processos decisórios”, o que ressalta a necessidade de repensar o atual sistema de avaliação da educação superior brasileiro considerando o desenvolvimento sustentável das instituições e do país.

Neste contexto, esta pesquisa apresenta a seguinte questão: como avaliar a sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira?

Pretende-se, portanto, mapear as práticas de avaliação institucional e de cursos da educação superior brasileira na expectativa de buscar soluções para esta questão.

1.1 OBJETIVOS DA TESE

Para responder à questão de pesquisa, esta tese tem como objetivo geral **propor um *framework*¹ com indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira.**

Nesta pesquisa serão combinados indicadores e diretrizes com o objetivo de avaliar a sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira.

1.1.1 Objetivos Específicos

A fim de atingir ao objetivo geral estabelecido, propõem-se os seguintes objetivos específicos:

- 1) Mapear as práticas de avaliação institucional e de cursos da educação superior brasileira;
- 2) Identificar o contexto dos indicadores de sustentabilidade financeira e socioambiental em instrumentos de avaliação nacionais;
- 3) Caracterizar as dimensões consideradas relevantes para a avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental propostas pela literatura científica, evidenciadas por universidades federais, destacadas e especificadas em instrumentos de acreditação internacionais disponibilizados e em outros instrumentos de avaliação da educação superior brasileira; e
- 4) Propor indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira.

1.2 JUSTIFICATIVA TEÓRICO-EMPÍRICA E RELEVÂNCIA DO TRABALHO

Este tópico está subdividido da seguinte forma: justificativa teórica; justificativa empírica; relevância social; e ineditismo.

¹ Entende-se *framework* como uma estrutura de apoio à decisão com a combinação de itens interligados que buscam um objetivo específico (Budler e Trkman, 2019).

1.2.1 Justificativa Teórica

As universidades públicas assumem um compromisso com o saber sistematizado, com a geração de conhecimento para o país e com os problemas e desafios gerados em sociedade (Chiarini; Vieira, 2012; Kawasaki, 1997). Questões relacionadas à gestão eficiente e eficaz de recursos públicos emergem no contexto, aflorando a necessidade destas instituições se desenvolverem sustentavelmente.

De acordo com Kraemer (2004), as universidades partilham a convicção de que o progresso econômico está indissolivelmente ligado a proteção ambiental, e consequentemente ao desenvolvimento social. Neste contexto, segundo Steurer *et al.* (2005), o desenvolvimento sustentável busca a integração econômica, ambiental e social em todas as esferas da sociedade para curto e longo prazo e deve ser perseguido por todas as instituições.

Na busca pelo desenvolvimento sustentável das IES, as políticas públicas desempenham papel orientador e, como estas são influenciadas pelos sistemas de avaliação da educação superior, torna-se necessário que o SINAES considere os pilares do desenvolvimento sustentável em sua avaliação. A consideração de tais dimensões pela gestão universitária impacta na construção de uma nova cultura organizacional no setor público, sendo um diferencial estratégico com mudança de valores e práticas, contribuindo para um meio ambiente mais equilibrado e para melhor gestão de recursos públicos (Sousa; Carvalho, 2015).

Em termos empresariais, a sustentabilidade, além de uma atitude e uma estratégia, é uma vantagem competitiva. Consumidores sentem-se cada vez mais atraídos por empresas verdes e socialmente responsáveis. Práticas sustentáveis proporcionam benefícios como redução de custos e riscos, redução de desperdícios, gestão eficaz de recursos e valorização das ações no mercado de capitais, uma vez que os investidores estão buscando empresas sustentáveis para aportar seu capital. Neste contexto, desenvolver-se sustentavelmente torna-se questão de sobrevivência e crescimento e não é diferente no setor público (Oliveira *et al.*, 2016).

Embora a gestão pública não possa ser comparada à gestão privada, de acordo com Albarello (2006), em toda a ciência administrativa pressupõe-se que, para ser eficaz, torna-se necessário planejar, direcionar, controlar e avaliar. Tais ações, quando praticadas por gestores públicos, otimizam recursos, promovem resultados satisfatórios e promovem maior qualidade na prestação de serviços, maximizando os benefícios sociais. Por isso, cabe à gestão universitária brasileira dirigir esforços para o desenvolvimento sustentável das suas IES.

A preocupação com a sustentabilidade financeira e socioambiental na gestão universitária se ratifica nos resultados da revisão sistemática realizada neste estudo, o que

demonstra a relevância destas dimensões e a necessidade de incorporação pelo Sistema Nacional de Avaliação do Educação Superior no Brasil.

Ao se contextualizar o foco do desenvolvimento sustentável como relevante no processo avaliativo das IES, destaca-se a necessidade de desenvolver, além de uma avaliação formativa, uma perspectiva de avaliação emancipatória, conforme proposto por Polidori *et al.* (2011). No entanto, há de se reconhecer um vazio teórico quanto a utilização de um processo avaliativo para contextualizar a regulação das instituições de educação superior, uma vez que a qualidade analisada em processo de avaliação não deveria, em tese, ser objetivo de um processo regulatório.

1.2.2. Justificativa Empírica

A justificativa empírica desta pesquisa pode ser observada por o atual instrumento não contemplar, de forma integrada em seus indicadores, as dimensões financeira, ambiental e social da sustentabilidade.

A necessidade desta pesquisa também foi verificada por Cardoso (2016) que desenvolveu um sistema de avaliação de desempenho para apoiar a gestão da Universidade do Mindelo de Cabo Verde, considerando as dimensões: pesquisa e sustentabilidade financeira. Este estudo foi motivado pela criação de um Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior pelo governo de Cabo Verde com o objetivo de materializar a sua política de competitividade como estratégia de melhoria das instituições de ensino superior (Cardoso, 2014). Tal sistema foi desenvolvido com base no sistema brasileiro e, apesar do SINAES não abordar a suficientemente com a dimensão financeira, a Universidade do Mindelo demonstrou esta preocupação e reconheceu a necessidade de desenvolver um modelo de avaliação de desempenho que considerasse tal dimensão.

Entre os indicadores do modelo desenvolvido para Universidade do Mindelo (UM), destacam-se: mês civil de conclusão da elaboração dos planos e orçamentos, nº de revisões anuais dos planos e orçamentos, percentual (%) de recursos orçamentários alocados para ensino, % de recursos orçamentários alocados para pesquisa, % de recursos orçamentários alocados para extensão, % de recursos orçamentários alocados para folha de pagamento e encargos, % de recursos orçamentários alocados em equipamentos e infraestrutura, % de alunos bolsistas em relação ao total de alunos da UM, % de alunos que recebem bolsas parciais concedidas pela UM, % de alunos que recebem bolsas da Câmara Municipal / Governo de Cabo Verde, % de alunos bolsistas que desistem anualmente dos cursos da UM, % de alunos que recebem bolsas

e encontram-se inadimplentes (considera-se inadimplência atrasos superiores a 90 dias), % de recursos orçamentários captados junto a entidades bancárias, nº de investimentos financiados em execução, nº de investimentos financiados com atraso na execução, % de recursos oriundos de mensalidades e taxas em relação ao orçamento global (incluindo as bolsas), % de alunos não bolsistas que encontram-se inadimplentes (prazo superior a 90 dias), % do orçamento anual alocado para o pagamento de despesas com folha de pagamento e encargos, média mensal de tributo para cada colaborador (em milhares de escudos), % do orçamento anual alocado para o pagamento de fornecedores, prazo médio em dias para o pagamento de fornecedores, % de tributos pagos fora do prazo legal que geraram multa, nº de pagamentos realizados de forma inconsistente (pagamentos com atraso, valor incorreto...), % de projetos executados nos prazos previamente definidos, quantidade de operações interbancárias realizadas anualmente, % de operações financeiras não contabilizadas nos termos e prazos legais, carga horária anual de eventos realizados para a promoção da cidadania fiscal, % de tributos em relação às receitas, % de execução financeira anual da atividade ensino, % de execução financeira anual da atividade pesquisa, % de execução financeira anual da atividade extensão, % de recebimentos inconsistentes identificados pela auditoria, % de pagamentos inconsistentes identificados pela auditoria, % de negociações acordadas e não cumpridas (pagas) pelos estudantes, quantidade de procedimentos / rotinas aperfeiçoados em decorrência de sugestões da auditoria (anualmente), % de atividades de ensino, pesquisa e extensão viabilizados por meio da execução dos projetos, % de projetos executados por meio de recursos internos e % de projetos executados por meio de recursos externos. Tais indicadores foram desenvolvidos para orientar a Universidade do Mindelo no seu processo de gestão, fornecendo subsídios para tomada de decisão.

Considerando o contexto brasileiro, segundo o Acórdão nº 1.043/2006/Plenário do Tribunal de Contas da União, as Instituições Federais de Educação Superior devem informar, em seu relatório de gestão anual e em atendimento à Instrução Normativa/TCU nº 47/2004, indicadores de gestão definidos na Decisão nº 408/2002 do próprio TCU. A Decisão nº 408/2002 do TCU estabelece os seguintes indicadores: custo corrente/aluno; aluno/professor; aluno/funcionário; funcionário/professor; Grau de Participação Estudantil; Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG); Conceito CAPES; Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD); e Taxa de Sucesso na Graduação (TSG). Depreende-se, portanto, que o TCU considera aspectos financeiros na avaliação das universidades, o que demonstra a necessidade de inclusão de tais aspectos no atual instrumento de avaliação da educação superior.

Buscando o desenvolvimento sustentável, a Portaria nº 326 de 23 de junho de 2020 do Ministério do Meio Ambiente instituiu o Programa Agenda Ambiental na Administração - Programa (A3P) (Brasil, 2020). Este tem como finalidade a promoção da responsabilidade socioambiental, a adoção de procedimentos de sustentabilidade e de critérios socioambientais nas atividades do setor público. A adesão ao programa é facultativa e apenas 31 universidades públicas se comprometeram com o programa (MMA, 2024). Isto demonstra a necessidade de maior incentivo à gestão sustentável no contexto universitário, o que pode ser proporcionado com a inclusão das dimensões socioambiental e financeira da sustentabilidade no atual instrumento de avaliação.

Destaca-se que independente do setor, público ou privado, e do ramo de atuação, a consideração das dimensões sustentáveis: econômica, social e ambiental pela gestão é fator diferencial para a sobrevivência de qualquer instituição no longo prazo e isto não deve ser desconsiderado pelas IES.

No escopo desta justificativa empírica, há que se evidenciar o objeto final desta tese, a proposição de um *framework* com indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira, uma vez que tais dimensões não são consideradas de forma integrada pelos instrumentos de avaliação vigentes propostos pelo INEP. Esta tese não pretende esgotar a questão da avaliação de cursos e da avaliação institucional, praticada pelos órgãos reguladores, considerando as dimensões da sustentabilidade, mas busca contribuir para o desenvolvimento de pesquisas no âmbito do programa em administração da Esag/UDESC e para uma possível reformulação dos atuais instrumentos de avaliação vigentes.

1.2.3 Relevância Social

Ser sustentável significa ter a preocupação com as futuras gerações, minimizar os impactos das ações humanas sobre o planeta e considerar a humanidade dentro da gestão de recursos (Oliveira *et al*, 2016). No processo de construção de um futuro viável e de uma sociedade sustentável e justa, as universidades desempenham um papel importante ao participar da formação das novas gerações (Kraemer, 2004; Tauchen; Brandli, 2006).

Para Ferrer-Balas *et al*. (2010) os esforços das universidades devem ir além da educação e formação de futuros líderes, tomadores de decisão e profissionais do mercado. As próprias universidades devem ser organizações de aprendizagem e praticar a sustentabilidade em suas

atividades, o que cria oportunidade para a implementação de sistemas de avaliação que incorporem os conceitos e princípios da sustentabilidade (Lozano, 2006).

A necessidade de uma gestão universitária baseada em práticas e princípios sustentáveis é fortalecida pela limitação de recursos - sejam financeiros, humanos, naturais, tecnológicos ou de infraestrutura (Asif; Searcy, 2014; Tauchen; Brandli, 2006). A falta de gestão eficaz desses recursos impulsiona o discurso da privatização das IES alimentado pelo ataque aos serviços públicos prestados à população, ao funcionalismo, à excessiva burocracia, ao elevado custo das universidades e aos déficits na conta do estado (Figueiredo, 2015; Figueiredo 2018). O Estado e a administração pública têm sido sistematicamente confrontados com uma crise de legitimidade, decorrente, em boa parte, de acusações “de burocratismo, de ineficácia e de ineficiência, de indiferença perante as necessidades dos cidadãos, de processos de decisão pouco democráticos, de corrupção, de ausência de prestação de contas”, dentre outros aspectos. Neste contexto, esta visão negativa do setor público, aliada às políticas de orientação neoconservadora e neoliberal, propõe reformas do Estado apresentando o “privado” como uma escolha racional (Lima, 2018, p. 131).

Para apoiar esta escolha, segundo Figueiredo (2015), reproduz-se um discurso ideológico que coloca o setor público como incapaz de realizar uma gestão eficiente, alimentando, assim, a necessidade da privatização. O segmento da educação superior transformou-se em um segmento altamente cobiçado por grupos privados em decorrência “da possibilidade de aferição de altos índices de lucratividade” (Figueiredo, 2017, p.163). Entretanto, na percepção de Mancebo (2004, p. 845), processos que remetem à privatização do sistema de ensino superior tem como consequência o “empobrecimento das missões da universidade e a mercantilização da produção do conhecimento”, o que corrobora com a visão marxista que pressupõe o estado como “único meio de se assegurar uma educação verdadeiramente de qualidade e promotora da igualdade social” (Akkani; Fávero; Consaltér, 2022, p. 2).

Assim, diante das críticas acerca da eficiência e eficácia do setor público, torna-se incoerente que as dimensões da sustentabilidade financeira e socioambiental das IES não sejam objeto de atenção ou averiguação por parte dos órgãos reguladores, uma vez que pressupõem o melhor gerenciamento de recursos. Cabe ao Estado, portanto, o desenvolvimento de políticas públicas que proporcionem a gestão sustentável, garantindo a qualidade da educação superior e contribuindo para que a missão das universidades seja de fato atendida. Dessa forma, uma vez que o atual instrumento de avaliação da educação superior não considera suficientemente, de forma integrada, os aspectos sustentáveis, sejam eles ambientais, sociais ou econômicos, a

proposição de indicadores e diretrizes sobre a temática visa contribuir para a gestão universitária, para o progresso da sociedade e para o desenvolvimento de um futuro viável.

1.2.4 Ineditismo

Esta pesquisa justifica-se por sua originalidade e por seu ineditismo. Na revisão sistemática do estado da arte desta pesquisa, apenas 57 artigos e 38 teses e dissertações foram selecionados por abordarem a temática proposta. Não foram encontrados estudos que fizessem a proposição de diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental das instituições de ensino superior ou que considerassem tais dimensões nos seus instrumentos de forma suficiente e integrada para avaliação.

As referências encontradas na revisão sistemática que abordam os instrumentos de avaliação institucional e de cursos, apenas mencionam ou tangenciam as questões financeiras e socioambientais, que se revelam relevantes à sustentabilidade das instituições, ratificando-se, portanto, o ineditismo quanto a abordagem do tema.

1.3 PRESSUPOSTOS DA TESE

À medida que o desenvolvimento sustentável se torna elemento essencial para sobrevivência da organização e para o desenvolvimento de um futuro viável, é necessário que este seja considerado em instrumentos de avaliação de instituições de educação superior para que a gestão sustentável seja incentivada.

Dessa forma, a partir da análise dos instrumentos de avaliação da educação superior e da literatura a respeito da temática, a pesquisadora pôde estabelecer os seguintes pressupostos:

- 1) O desenvolvimento sustentável das instituições de educação superior não é considerado no atual sistema de avaliação da educação superior brasileira.
- 2) O desenvolvimento sustentável é considerado em outros mecanismos de avaliação/acreditação de IES.
- 3) A proposição de indicadores financeiros e socioambientais contribui para a avaliação do desenvolvimento sustentável das instituições de educação superior.

Estes três pressupostos haverão de ser confirmados a partir do desenvolvimento da pesquisa com alcance dos objetivos específicos.

1.4 ESTRUTURA DA TESE

Esta tese está estruturada da seguinte forma: no primeiro capítulo apresenta-se a introdução. No segundo, o referencial teórico composto pelos itens: educação superior e universidade; avaliação da educação superior; acreditação da educação superior; e desenvolvimento sustentável. No terceiro capítulo, apresenta-se o percurso metodológico composto pelos itens: pressupostos epistemológicos; procedimentos para seleção dos portfólios bibliográficos; caracterização da pesquisa e procedimentos metodológicos; e conceitos centrais da tese. No quarto capítulo, apresenta-se a consolidação e a análise dos resultados com os itens: realidade dos indicadores de sustentabilidade financeira e socioambiental: um olhar sobre o SINAES; construindo um *framework* com indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental na educação superior brasileira; *framework* com indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental na educação superior brasileira; e revendo os pressupostos da pesquisa. No quinto capítulo, apresenta-se a conclusão da tese. Por fim, são apresentadas as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo divide-se em: educação superior e universidade; avaliação da educação superior; acreditação da educação superior; e desenvolvimento sustentável.

2.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR E UNIVERSIDADE

A educação, segundo Spiel e Schwartzman (2018), remete ao processo de aprendizagem e de expansão da cultura que melhora a condição humana pela sua contribuição à construção de conhecimento, à saúde, às condições de vida, à equidade social e à produtividade, sendo componente central do progresso social. Espera-se que este progresso seja promovido por meio de quatro dimensões inter-relacionadas: a humanística que envolve as virtudes pessoais e coletivas; a cívica que relaciona-se com a manutenção da democracia participativa; a econômica que contribui para formação de indivíduos com habilidades intelectuais e práticas; e a relacionada a equidade social e a justiça que busca a redução das desigualdades, o combate à discriminação e o acesso equitativo à educação de qualidade (Spiel; Schwartzman, 2018).

Visando ao progresso, para Duarte e Oliveira (2012), a educação mostra-se como pilar do desenvolvimento socioeconômico de uma nação ao contribuir para a cidadania; para redistribuição da riqueza; para redução das desigualdades científicas e tecnológicas entre as regiões e das estratificações sociais; e para melhoria da qualidade de vida da sociedade. No cenário brasileiro, dotado de disparidades econômicas e sociais, esta deve ser considerada como prioridade para o desenvolvimento. De acordo com Colossi, Consentino e Queiroz (2001), é um processo social que envolve tanto a família quanto a sociedade, dependendo, portanto, do corpo social que a envolve e, em função disto, toda mudança na estrutura social, política ou econômica acaba influenciando-a.

De forma análoga, a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), preconizam que a educação é “de direito de todos os cidadãos, sendo que o Estado e a família são os responsáveis por seu provimento” (Duarte; Oliveira, 2012, p 106). Especificamente, a Constituição Federal assegura a educação como um direito social no ordenamento jurídico brasileiro. Em seu artigo 205, considera que a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Já a Lei nº 9.394/96 considera, em seu artigo 1, que “a educação abrange os

processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” e, em seu artigo 2, de forma semelhante à Constituição, considera que a educação “dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988; Brasil, 1996a).

Para exercer este dever do Estado e garantir este direito social, a Constituição Federal, no artigo 22 e no artigo 24 atribuiu como competência privativa da União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional e como competência concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre “educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação”. Além disso, atribuiu, no artigo 23, como competência comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios proporcionar meios de acesso à cultura, educação, tecnologia, pesquisa e inovação (Brasil, 1988). Dessa forma, ressalta-se a responsabilidade compartilhada acerca da educação entre os entes federativos, uma vez que “para a efetivação do direito à educação, é imprescindível a existência do Estado e de instituições que viabilizem a escolarização da população” (Araújo, 2010, p. 231).

Com o propósito de garantir este trabalho conjunto, em seu artigo 211, a Constituição Federal ressalta que a “União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”. Dentro deste regime, para organização da educação nacional, de acordo com a LDB, incube à União, entre outras funções, coordenar a política nacional de educação, exercendo função normativa, redistributiva e supletiva; assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; assegurar processo nacional de avaliação das IES; e autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar cursos e estabelecimentos das instituições do sistema de ensino superior (Brasil, 1988; Brasil, 1996a).

A União é, portanto, o ente responsável por organizar o sistema federal de ensino, o qual, de acordo com o Decreto nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017, compreende as instituições federais de educação superior (IFES), as instituições criadas e mantidas pela iniciativa privada e demais órgãos federais de educação superior. Além destas, sujeitam-se a este sistema as instituições comunitárias e as IES criadas por Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios e mantidas por pessoas jurídicas de direito privado. Todas essas instituições buscam assegurar o acesso à educação superior e garantir o direito social previsto na Constituição Federal (Brasil, 2017).

A educação superior, de acordo com Colossi, Consentino e Queiroz (2001, p. 51), trata-se de uma instituição social, caracterizada pela estabilidade e durabilidade da sua missão, estruturada e assentada em normas e valores da sociedade que se insere. Segundo os autores, refere-se fundamentalmente a um ideal, a uma doutrina com o papel fundamental de formar a elite intelectual e científica da sociedade, destinado a “à qualificação profissional e promoção do desenvolvimento político, econômico, social e cultural”.

A importância da educação superior tem sido reconhecida para além do valor instrumental da formação acadêmico-profissional e do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica. É reconhecida pela sua contribuição ética, moral e democrática para cidadania (TCU, 2008). De acordo com o TCU (2008), à educação superior brasileira cabe a função de liderar a construção de um país que busca legitimamente exercer um papel relevante na divisão internacional do conhecimento. Segundo o artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, esta tem por finalidade:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
- VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (BRASIL, 1996a).

Para atender a estas finalidades, as IES tornam-se essenciais. Segundo Costa (2012), estas instituições reúnem o conhecimento local e global criando sinergias com potencial de desenvolvimento de novas soluções e tem como missão o ensino e a formação de decisores do futuro, tornando-os cidadãos cada vez mais capacitados para a tomada de decisão. Além disso, o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares e a natureza mobilizadora do conhecimento das IES, imprime a ela um papel essencial na sociedade de um mundo globalizado.

Considerando este papel, de acordo com o TCU (2008), as IES devem considerar sua contribuição para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável que concilie o crescimento econômico com justiça social e equilíbrio ambiental. Na percepção de Tauchen e Brandli (2006), estas instituições são essenciais no desenvolvimento tecnológico, na preparação de estudantes, no fornecimento de informações e no desenvolvimento de uma sociedade sustentável e justa. Além destes autores, Gazzoni *et al.* (2018, p. 2) ressaltam que “possuem papel fundamental na formação de pensamentos e opiniões, sendo um dos principais órgãos que podem potencializar o desenvolvimento de um pensamento sustentável”.

Estas instituições, de acordo com Duarte e Oliveira (2012), estruturam-se como públicas ou privadas no ordenamento jurídico. Em seu artigo 209, a Constituição admite o ensino como atividade livre à iniciativa privada, desde que atendidos o cumprimento das normas gerais da educação nacional e a autorização e avaliação da qualidade realizada pelo poder público. A presença da iniciativa privada no ensino também é ressaltada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual prevê, em seu artigo 3º V, como princípio do ensino a “coexistência de instituições públicas e privadas de ensino” e, em seu artigo 45, ressalta que a educação superior “será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização” (Brasil, 1988; Brasil, 1996a).

Segundo o Decreto nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017, as IES serão credenciadas como faculdades, centros universitários ou universidades a depender da sua organização e prerrogativas acadêmicas. As instituições privadas serão credenciadas originalmente como faculdades e, a depender do atendimento de certos requisitos, poderão ser reconhecidas como centros universitários ou como universidades (Brasil, 2017).

As universidades são organizações voltadas para a transmissão e produção de conhecimento. Possuem uma “estrutura administrativa, um sistema político, um centro científico, uma academia, um foco cultural e uma fonte de valores: ou seja, uma estrutura de muitas complexidades” (Araújo, 1996, 75). Para Dias Sobrinho (1998, p. 66) “a universidade é uma instituição da sociedade, com atribuições precisas de fazer ciência e produzir conhecimentos teóricos e práticos, em sentido amplo, de promover a formação humana e, inseparavelmente, desenvolver a sociedade”. Na percepção de Teixeira (1976) as universidades referem-se a:

um centro de saber, destinado a aumentar o conhecimento humano, um noviciado de cultura capaz de alargar a mente e amadurecer a imaginação dos jovens para a aventura do conhecimento, uma escola de formação de profissionais e o instrumento mais amplo e mais profundo de elaboração e transmissão da cultura comum brasileira (TEIXEIRA, 1976, p. 236).

Segundo o autor, “a Universidade é, pois, na sociedade moderna, uma das instituições características e indispensáveis, sem a qual não chega a existir um povo. Aquêles que não as têm, também não têm existência autônoma, vivendo, tão-sòmente, como um reflexo dos demais” (Teixeira, 1962, p. 182).

Segundo Colossi, Consentino e Queiroz (2001), às universidades, cabe o:

compromisso de gerar o saber, o qual está relacionado com a verdade, justiça, igualdade e com o belo. A verdade, como base para a construção do conhecimento; a justiça, em que se ampara a relação entre os homens; a igualdade, porque é parte fundamental na consecução da estabilidade social; e a beleza, como um instrumento através do qual se expressam sentimentos, o que diminui a superioridade do apelo racional que é parte das opções de busca do homem.

Na percepção dos autores, esta instituição “deve atender à demanda por mudanças solicitadas por um meio ambiente cada vez mais agressivo, devendo buscar manter sob controle as resistências à sua implantação, de forma a privilegiar abordagens que se aproximam à do ensino colaborativo” (Colossi; Consentino; Queiroz, 2001, p. 56). Para atender a esta demanda, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as universidades são instituições pluridisciplinares de formação de profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam, entre outros aspectos, pela produção intelectual institucionalizada com o estudo sistemático de temas e problemas relevantes do ponto de vista científico, cultural, regional e nacional (Brasil, 1996a).

Embora seja caracterizada pela difusão de conhecimento, pela conservação da experiência humana e pelo preparo de profissionais, as universidades almejam, sobretudo, manter a atmosfera do saber para preparação do homem que serve e desenvolve esta atmosfera. Além disso, buscam difundir a cultura humana com inspiração, enriquecendo e vitalizando o próprio saber. Dessa forma, destaca-se quatro funções principais para as universidades: a formação de profissionais, a expansão da mente humana, a transmissão da cultura comum da sociedade e o desenvolvimento do saber humano (Teixeira, 1962). Para Teixeira (1976, p. 235), “a universidade não só cultiva o saber e o transmite, como pesquisa, descobre, e aumenta o conhecimento humano. [...] faz-se centro de elaboração do próprio saber, de busca desinteressada de conhecimento, de ciência e saber fundamental básico”.

Além destas funções, Hortale e Mora (2005, p. 9) ressaltam a função de inclusiva da universidade afirmando que é função desta “ensinar, investigar e servir à sociedade mediante a transmissão de conhecimentos, além de proporcionar igualdade de oportunidade a todos os membros da sociedade para que tenham acesso à educação superior”.

Nota-se, portanto, a multiplicidade de funções e papéis que cercam as universidades. Para Dias Sobrinho (1998, p. 71) “a universidade é uma totalidade complexa que não resulta da justaposição de partes desconectadas”. Quanto a estas partes, segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, as universidades “obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988). E conforme ressaltado por Dias Sobrinho (1998) não há como atrelar a sua essencialidade apenas a junção destes três eixos. Sua contribuição para cultura, para o conhecimento, para a saúde, para equidade, para progresso social e para o desenvolvimento sustentável (Spiel; Schwartzman, 2018), vai além das suas contribuições isoladas nas atividades de pesquisa, ensino e extensão. É o conjunto da obra relacionado ao compromisso com o saber, verdadeiro, justo, equânime e belo (Colossi; Consentino; Queiroz, 2001) de tal forma que são as universidades “que fazem, hoje, com efeito, a vida marchar. Nada as substitui. Nada as dispensa. Nenhuma outra instituição é tão assombrosamente útil” para o desenvolvimento da sociedade e da nação (Teixeira, 1962, p. 183).

2.1.1 Evolução da Educação Superior

A educação superior no Brasil é parte integrante da história da sua sociedade. Pode-se dizer, portanto, que a “história do progresso humano coincide com a história dessas instituições” (Colossi; Consentino; Queiroz, 2001, p. 51). A chegada da Família Real Portuguesa em 1808 resultou na criação das primeiras escolas superiores brasileiras por pressões da elite da sociedade, período em que se destaca as seguintes escolas seinais: Escola de Medicina do Rio de Janeiro, Escola de Medicina da Bahia e Escola de Engenharia e Arte Militar do Rio de Janeiro (Colossi; Consentino; Queiroz, 2001).

Examinando a legislação brasileira do período, verifica-se que a criação destas instituições era feita de acordo com as necessidades do momento, sem qualquer plano diretor, atendendo necessidades expostas pelos governadores das capitanias e autoridades religiosas. Iniciou-se, portanto, o desenvolvimento do ensino superior sem o planejamento necessário (Niskier, 1989). Em 1827, foram criados os Cursos de Ciências Jurídicas nas cidades de São Paulo e em Olinda e, em 1889, mais 14 Escolas Superiores foram criadas (Colossi; Consentino; Queiroz, 2001). Segundo Martins (2002, p. 1) e Teixeira (1969) “até o final do século XIX existiam apenas 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil com cerca de 10.000 estudantes”.

Após este período, as escolas privadas, seguindo o pensamento liberal republicano marcado pela ideia de que a educação compete à sociedade e ao indivíduo, sem interferência do Estado, reduzindo a função pública à regulamentação e promoção da atividade privada, passaram a ser autorizadas pelo governo e a gozar de regalias (Teixeira, 1969). De acordo com Martins (2002, p. 1), a “iniciativa privada criou seus próprios estabelecimentos de ensino superior graças à possibilidade legal disciplinada pela Constituição Federal de 1891”. Surgiram, então, as escolas privadas de ensino superior e às escolas mantidas pelos governos dos estados. Com esta autorização, entre 1889 e 1918, 56 novos estabelecimentos de ensino superior, em sua maioria privados, foram criados. De 1930 a 1945, foram criados 95 novos estabelecimentos, ultrapassando o total a 181 instituições. Entre 1945 e 1960, foram criados mais 223 estabelecimentos, resultando em 404. Entre 1960 e 1968, surgiram 375 novas escolas, totalizando 779 estabelecimentos, com cerca de 280 mil estudantes. A marcha dessa expansão do ensino superior permaneceu-se constante e crescente (Teixeira, 1969).

Segundo Martins (2002, p. 5), “a pressão de demanda levou a uma expansão extraordinária no ensino superior” em que, de acordo com Sampaio (2011, p. 29), “entre 1960 e 1980, o número de matrículas no ensino superior passou de 200 mil para 1,4 milhão, em um crescimento de quase 500%; no setor privado, o crescimento foi de mais de 800%”. Dessa forma, “instituiu-se no sistema de ensino superior brasileiro uma relação de complementaridade entre o setor público e o setor privado”.

Em 1980, o setor privado predominava na educação superior e, a partir deste ano, “observou-se uma redução progressiva da demanda para o ensino superior em decorrência da retenção e evasão de alunos do 2º grau, inadequação das universidades às novas exigências do mercado e frustração das expectativas da clientela em potencial” (Martins, 2002, p. 6)². A demanda estagnou-se e não havia sinais de reversão para este cenário em curto prazo. Além disso, as regulamentações para este nível de ensino tornaram-se abundantes desde a redemocratização do país. Quanto a estas regulamentações, destaca-se “a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, e a série de disposições legais partidas do Ministério da Educação e de seus órgãos assessores deliberativos no período de abril a agosto de 1997” (Sampaio, 2011, p. 30).

Essa estagnação do ensino superior resultou da intensa expansão dissociada de planejamento. Na percepção de Colossi, Consentino e Queiroz (2001, p.52), até 1994, a

² Com a reforma da educação, o segundo grau foi substituído pelo ensino médio e/ou técnico.

educação superior apresentou traços de qualidade insuficiente, resultante “de um processo de crescimento destituído de avaliações das instituições e cursos”, o que emergiu a necessidade de reestruturar o sistema para que ele cumprisse, sob a supervisão do Poder Público, a sua missão (TCU, 2008).

Assim, a expansão do sistema de educação superior brasileiro associada às características da lógica neoliberal, com incentivo à competitividade, à iniciativa privada e à redução da atuação direta do Estado, concedeu centralidade ao processo de avaliação, reestruturando o sistema, destacando o papel do Estado Avaliador (Yannoulas; Souza; Assis, 2009). Neave (2017) destaca que o Estado Avaliador tem sua origem em iniciativas pragmáticas dos governos para adequar o sistema da educação superior à massificação e à competitividade econômica, caracterizando-se como instrumento do liberalismo econômico. Segundo o autor, diagnosticar o desempenho institucional e recomendar melhorias é, em si, a característica marcante na construção dinâmica do Estado Avaliador, que em uma perspectiva de longo prazo, complementou o controle sobre o ensino superior com um sistema de supervisão, construído em torno do desempenho (Neave, 2017). Neave (2012) ressalta ainda que o Estado Avaliador é agente atuante na verificação da eficiência das ações e da adoção de políticas e tem como objetivo assegurar que as universidades mantenham o seu compromisso com o avanço das políticas públicas.

De acordo com Fernandes, Griboski e Meneghel (2017, p. 6), mudanças do sistema de educação superior afluíram a necessidade de reformas que proporcionassem o acompanhamento da “complexidade das atividades e responsabilidades das IES, em âmbito global, com a consequente redefinição dos parâmetros e indicadores de qualidade”. Neste contexto, a própria Constituição Federal de 1988 demonstrou a preocupação com a supervisão e avaliação destas instituições. Em seu artigo 209, considerou o ensino livre a iniciativa privada desde que autorizado e avaliado pelo poder público. Visando a reestruturação deste sistema, o governo brasileiro, a partir da metade da década de 90, iniciou o processo gradual de consolidação de um sistema de avaliação da educação superior, instituindo o Exame Nacional de Cursos (ENC) pela Lei nº 9.131 de 24 de novembro de 1995, mais conhecido como “Provão”, o qual teve vigência até o ano de 2003 (Brasil, 1988; Brasil, 1995; Verhine; Dantas; Soares, 2006; Morosini; 2021).

De acordo com a Portaria do MEC nº 249 de 18 de março de 1996, o Provão tratava-se de um instrumento de avaliação periódica das instituições e dos cursos de nível superior de graduação, um exame escrito, de amplitude nacional, o qual almejava avaliar “conhecimentos

e competências técnicas adquiridos pelos alunos em fase de conclusão dos cursos de graduação” (Brasil, 1996b).

A responsabilidade pela avaliação dos cursos de instituições da Educação Superior foi concedida ao INEP, o qual permaneceu responsável após 2004 com a instituição do novo sistema: o SINAES que, em contraste ao Provão, foi desenvolvido verdadeiramente de forma sistemática e com foco na instituição (Verhine; Dantas; Soares, 2006). O SINAES foi instituído pela Lei nº 10.861 de abril de 2004 com objetivo de assegurar o processo de avaliação das instituições de educação superior, dos seus cursos de graduação e do desempenho dos seus acadêmicos (Brasil, 2004a). Este é o atual sistema de responsável pela avaliação das instituições e cursos da educação superior que conta, segundo dados do INEP (2020), com 2.457 instituições, entre as quais, 304 estão dentro da esfera pública e 2.153 pertencem à iniciativa privada.

Considerando o atual sistema, nota-se o governo como o principal avaliador e regulamentador da educação brasileira, a qual está sustentada em um consistente e diversificado modelo regulatório, cuja origem recente remete à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual nasce a partir da Constituição Federal de 1988. Para que seja possível dimensionar este arcabouço regulatório, apenas no contexto do sistema federal de ensino, o Ministério da Educação empreendeu um levantamento que gerou dois documentos regulatórios que registraram tais informações: a Portaria nº 552, de 28 de setembro de 2020 e a Portaria nº 784, de 30 de setembro de 2020, as quais listam o plexo normativo atual vigente sobre o MEC e o INEP (Brasil, 2020a; Brasil 2020b; Kalnin, 2021). Os resultados apurados revelaram que até 2020, a primeira portaria registrava que o MEC contava com 772 atos regulatórios regendo diretamente a operacionalização do Ministério da Educação, enquanto que o INEP contava com de 479 Portarias, 49 Normas Técnicas, 6 Instruções Normativas, 1 Resolução e 22 Ofícios Circulares, ou seja, 557 atos normativos separados em 17 diretorias, ou seja, um total próximo a 2.000 atos legais e infralegais. Neste cenário, se insere a educação superior brasileira, evidenciando-se um processo de dimensões expressivas, o qual requer do gestor educacional um exercício de permanente atualização e adaptação, haja vista a complexidade do sistema.

2.2 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Para o funcionamento do sistema educacional e direcionamento dos seus objetivos é necessário constante avaliação e manutenção do desempenho das IES (Dourado, 2017). Neste

contexto, entende-se avaliação como processo de conhecimento proporcionado pelo diagnóstico do desempenho da instituição que busca fornecer subsídios para aperfeiçoamento e melhoria (Belloni, 1999; Klein; Fontanive, 1995).

A avaliação, de acordo com Dias Sobrinho (2003), trata-se de um instrumento imprescindível para reforma das instituições e do sistema educacional e para produção de qualidade, pertinência e sentido público às atividades acadêmicas, científicas, técnicas e administrativas e às relações sociais e institucionais. De acordo com Belloni (1999), a avaliação é um processo por meio do qual o autoconhecimento é aprofundado, permitindo a compreensão contextualizada do que está sendo avaliado na IES. Para o autor, este processo apresenta dois objetivos basilares, o autoconhecimento, ou seja, a identificação de acertos, ineficiências, vantagens, potencialidades e dificuldades, e a tomada de decisão com o desenvolvimento de estratégias. Estes dois objetivos buscam aperfeiçoar o funcionamento da instituição, visando a reconstrução, e melhorar seu desempenho, sendo considerado, portanto, uma atividade intrínseca a cada IES e ao sistema educacional como um todo.

Segundo Klein e Fontanive (1995, p. 29), a avaliação educacional trata-se de “um sistema de informações que tem como objetivos fornecer diagnóstico e subsídios para a implementação ou manutenção de políticas educacionais”, devendo ser concebida para garantir o contínuo monitoramento dos efeitos das políticas educacionais adotadas. Corroborando com os autores, Inez (2007) ressalta que no campo educacional, espera-se que a avaliação subsidie as tomadas de decisão relacionadas aos processos de aprendizagem, ao papel das instituições e às políticas públicas, considerando indicadores de desempenho de alunos, de instituições e do próprio sistema educacional.

Para Brito (2000, p. 24), a avaliação refere-se a um processo que busca “contribuir para a melhoria da qualidade do objeto avaliado”, não possuindo um fim em si mesmo, caracterizando-se como “um instrumento de apoio que permite o aperfeiçoamento e desenvolvimento de ações”. Na percepção do autor, o processo avaliativo das IES contribui para verificar o alcance dos objetivos das instituições, principalmente os concernentes à qualidade do ensino oferecido, ao desempenho dos alunos e dos professores, tendo efeitos positivos nos programas de ensino, pesquisa, extensão e na própria gestão administrativa, além dos reflexos externos com aumento da credibilidade perante a sociedade e com a inserção internacional destas instituições.

Consonantemente, o TCU (2008) destaca que o objetivo cerne do processo avaliativo educacional é promover um projeto institucional a fim de garantir a qualidade no ensino, na pesquisa, na extensão, na gestão e no cumprimento das atribuições dessas instituições,

considerando a responsabilidade social. A avaliação deve, portanto, de acordo com Oliveira, Fonseca e Amaral (2006, p. 85) contribuir para a

formulação de juízos equilibrados e para a tomada de decisões que incidirão diretamente sobre o aperfeiçoamento do processo de desenvolvimento das IES, o que significa adotar um caminho metodológico que permita a geração de mudanças no processo de suas construções e ainda na própria sistemática de avaliação institucional, tendo em vista a qualidade do trabalho acadêmico e da gestão das IES.

Segundo Reis, Silveira e Ferreira (2010), a avaliação refere-se a um processo de aprendizagem que busca o alcance dos objetivos institucionais de forma eficiente, eficaz e efetiva, resultando um reflexo positivo para os diversos stakeholders da organização. Diante destes múltiplos atores, Inez (2007) destaca a avaliação educacional como um campo controverso, o qual comporta contradições e interesses variados. Neste contexto, Klein e Fontanive (1995, p. 29) ressaltam que “um sistema de avaliação deve obter e organizar informações periódicas e comparáveis sobre os diferentes aspectos do sistema educacional”, considerando os interesses variados. Entretanto, segundo Dourado (2017), não há como esgotar todos os aspectos que cercam um complexo sistema educacional no processo de avaliação, devendo, portanto, a avaliação da educação superior ser capaz de medir o fator socialmente transformador da educação, englobando os agentes que participam dessa transformação social. De acordo com Dias Sobrinho (2003, p. 14), “não há nenhuma transformação educacional que não implique simultaneamente alguma mudança social, pois são dimensões do mesmo fenômeno. Também não há nenhuma transformação importante na educação que não se valha da avaliação”.

Para Wohnrath (2013), os processos de avaliação estruturam diretrizes das políticas da educação no país, sendo um importante instrumento para gestão das IES, ao fornecer dados para melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Dessa forma, a preocupação com avaliação deve constar na agenda dos gestores das políticas públicas em educação, devendo ser encarada como promotora da qualidade da educação (SOUZA, 2013). De acordo com Dias Sobrinho (2003, p. 13), “a avaliação adquiriu dimensões de enorme importância na agenda política dos governos, organismos e agências dedicadas à estruturação e à gestão do setor público e particularmente da educação”.

No Brasil, a avaliação da educação superior começou a ganhar visibilidade na agenda dos governos, na década de 1980, como instrumento básico para auxiliar na distribuição e na eficiência de recursos públicos. Neste período, dois programas de avaliação foram implementados no Brasil, mas não se fortaleceram: o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU) e o Grupo de Estudos da Reforma da Educação Superior (GERES) (Dias

Sobrinho, 2003). O PARU priorizava duas áreas: a gestão das instituições de educação superior e o processo de produção e disseminação de conhecimento. Mas, em virtude da falta de apoio político, o programa foi interrompido e desativado, mas deu visibilidade à avaliação como instrumento imprescindível do Estado para controle da educação superior (Dias Sobrinho, 2003).

O GERES foi criado para seguir com ideias desenvolvidas pela “Comissão de Notáveis”, a qual elaborou o documento “Uma nova política para educação superior” (Dias Sobrinho, 2003). O GERES defendia que o Estado deveria assegurar o recurso mínimo para IES e que parte do financiamento deveria estar vinculado aos resultados da avaliação da IES, mas assim como o PARU não teve continuidade (Barreyro; Rothen, 2008).

A partir da última metade da década de 1990, segundo Inez (2007, p. 23), a avaliação da educação superior ganhou centralidade no meio acadêmico incentivada pela necessidade de prestação de contas, de orientação para políticas de distribuição de recursos e de melhorias nas instituições. De acordo com Oliveira, Fonseca e Amaral (2006), nos anos 90, a avaliação do setor educacional destacou-se pela adoção de programas nacionais, os quais contemplavam diferentes níveis e modalidades de educação. Para Dias Sobrinho (2003), a década de 1990 pode ser chamada de “década da avaliação”.

Nesta década, segundo Oliveira, Fonseca e Amaral (2006, p. 79), criou-se o Programa da Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), marcado por seu caráter participativo e autoavaliativo, em que as universidades puderam planejar os seus projetos de avaliação institucional considerando a comunidade universitária. Segundo Griboski, Peixoto e Hora (2018, p. 179), o programa estruturava-se “como processo de avaliação do ensino, pesquisa, extensão e gestão das instituições”, baseado no respeito à “identidade institucional (história, missão, objetivos, perfil, expectativas da comunidade acadêmica)”. Para Dias Sobrinho (2003), o programa propunha uma avaliação sistemática, gradual e global. Entretanto, este perdeu força com a introdução do Exame Nacional de Cursos (ENC), o Provão, que foi criado em 1995 e considerado um indicador de eficácia dos cursos e das instituições, conquanto utilizasse apenas os resultados do desempenho dos alunos como instrumento para avaliação (Polidori *et al.*, 2011). O instrumento “previa a participação compulsória dos concluintes do curso de graduação e aplicação de questionários sobre a condição socioeconômica dos alunos e suas opiniões sobre as condições do ensino frequentado” (Oliveira; Fonseca; Amaral, 2006, p. 80). De acordo com Polidori *et al.* (2011), as duas principais críticas ao Provão foram a utilização do desempenho dos alunos para conceituar as IES e a apresentação de resultado em forma de *rankings*.

Posteriormente, foi implementada a Avaliação das Condições de Ensino, com o objetivo de avaliar cursos de graduação, no que se refere ao corpo docente, infraestrutura e organização didático-pedagógica, para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e para credenciamento e credenciamento de IES (Oliveira; Fonseca; Amaral, 2006; Polidori *et al.*, 2011).

A fim de apresentar uma nova proposta para avaliação da educação superior em substituição ao Provão, em 2003, institui-se uma comissão e o trabalho desta resultou na aprovação da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Brasil, 2004; Oliveira; Fonseca; Amaral, 2006). Segundo Griboski, Peixoto e Hora (2018, p. 183), a criação do SINAES configurou-se como uma oportunidade para “reestruturar a missão pública do sistema de educação superior brasileiro, respeitando sua diversidade e tornando-o compatível com as exigências de qualidade, relevância social e autonomia”.

De acordo com a Lei nº 10.861, em seu artigo 1, o sistema tem como finalidades:

a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004a).

O SINAES, de acordo com Oliveira, Fonseca e Amaral (2006, p. 82), propõe-se a avaliar aspectos do ensino, da pesquisa e da extensão, considerando, entre outras dimensões, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão institucional, o corpo docente, as instalações, buscando “realizar uma análise diagnóstica, apresentar propostas para a reformulação das políticas de avaliação e regulação, valorizar as IES e afirmar a importância do Estado na melhoria da qualidade da educação superior”.

Para atender às suas finalidades, o SINAES engloba três pilares: avaliação institucional, a avaliação de cursos e a avaliação dos estudantes – sujeitando as IES a um ciclo completo de avaliação (Polidori, 2009; Polidori, *et al.* 2011). Este ciclo deverá, de acordo com a Lei 10.861, em seu artigo 2, assegurar:

- I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;
- II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
- III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações (BRASIL, 2004a).

Este ciclo avaliativo, de acordo com a Portaria Normativa nº 40 de dezembro de 2007 do MEC, “compreende a realização periódica de avaliação de instituições e cursos superiores” e avaliações trienais de desempenho de estudantes, que subsidiam os atos de credenciamento e de renovação de reconhecimento. As avaliações do ciclo orientam-se por indicadores de qualidade e geram conceitos de avaliação de instituições e cursos superiores (Brasil, 2007).

Segundo Ribeiro (2015), o sistema de avaliação dos cursos de graduação, de avaliação institucional e de avaliação do desempenho dos estudantes alimentam-se por diferentes agentes. A avaliação dos cursos é realizada por comissões de especialistas *ad hoc* especialmente constituídas pelo INEP. A avaliação do desempenho dos estudantes baseia-se nos estudantes ingressantes e concluintes dos cursos de graduação. Enquanto a avaliação institucional é realizada pela comissão própria de avaliação, no que tange a autoavaliação e por comissões de especialistas *ad hoc* também constituídas pelo INEP.

Os resultados destas avaliações contribuem como referencial básico para os processos de regulação e de supervisão da educação superior, abrangendo o credenciamento e o credenciamento das IES e a autorização, o reconhecimento e a renovação dos cursos de graduação (Brasil, 2004a).

Os pilares de avaliação institucional e avaliação dos cursos serão discutidos nos tópicos seguintes.

2.2.1 Avaliação Institucional

A avaliação institucional tornou-se um importante mecanismo de políticas públicas relacionadas a educação superior, por seu caráter norteador, ao incentivar o desenvolvimento de ações com qualidade para melhoria da IES e do sistema educacional e ao aprimorar a gestão pedagógica e administrativa destas instituições (Belloni, 1999; Silva, 2017; Gomes, 2019).

De acordo com Belloni (1999, p. 40), entende-se a avaliação institucional como:

processo sistemático de busca de subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da instituição. Explicitar seus objetivos e finalidades, seus princípios e características, assim como suas modalidades, permite compreender, passo a passo, como e por que a avaliação pode, em verdade, constituir-se em uma estratégia institucionalizada para construir uma relação efetiva com a realidade social calcada no compromisso com a reconstrução e a transformação social.

Buscando transformação, melhoria e aperfeiçoamento, a avaliação institucional possibilita balancear os rumos da IES em prol da qualidade e diagnosticar o desempenho,

pontos fracos e fortes, caracterizando-se, portanto, como instrumento indicador de qualidade no processo de tomada de decisão e como serviço prestado à sociedade, em que compromissos, metas, modos de atuação, práticas, resultados e finalidades organizacionais são repensados e aprimorados. (Morosini, 2021; Brito, 2000). Para Eussten (2010), por meio do processo de avaliação, políticas implementadas podem ser corrigidas para atender, com maior eficiência, aos objetivos organizacionais, sendo um momento de reflexão para todos os atores envolvidos com a instituição, essencial para o desenvolvimento da sua comunidade acadêmica.

De forma similar, Gomes (2019, p. 68) ressalta que para promover a reflexão das ações planejadas frente às realizadas, a avaliação institucional proporciona a análise do alcance de objetivos, identificando o que precisa ser modificado e/ou otimizado, tornando-se uma ferramenta de “monitoramento do planejamento, utilizada na fundamentação para tomada de decisões das instituições”.

De acordo com o TCU (2008, p. 78), a avaliação institucional possibilita a construção de um projeto acadêmico sustentado por princípios que visam a consolidar a responsabilidade social aliada ao compromisso científico-cultural das IES, consistindo no “componente central que confere estrutura e coerência ao processo avaliativo que se desenvolve nas IES, integrando todos os demais instrumentos da avaliação institucional (avaliação de cursos e exame do Enade)” (TCU, 2008, p. 78).

De acordo com a Lei 10.861/2004, em seu artigo 3,

A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

- I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV – a comunicação com a sociedade;
- V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (BRASIL, 2004a).

Esta Lei ressalta que, no processo de avaliação das instituições, estas dimensões serão consideradas respeitando a diversidade e as especificidades das organizações acadêmicas e que serão utilizados procedimentos e instrumentos, dentre os quais destaca-se a autoavaliação e a avaliação externa in loco, presencial ou virtual, com georreferenciamento.

As dimensões propostas pela Lei 10.861/2004, no que tange à avaliação institucional proposta pelo SINAES, estão consignadas em cinco eixos: planejamento e avaliação institucional; desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas; políticas de gestão; e infraestrutura física.

De acordo com Oliver (2010), a avaliação institucional aborda instrumentos de avaliação externa, realizada pelo INEP, e de autoavaliação, realizada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, e tem como finalidade o credenciamento e a renovação de credenciamento das IES. Esta avaliação institucional resultará na designação de conceitos, ordenados em uma escala composta de cinco níveis (Brasil, 2004a). Estes conceitos fornecem o diagnóstico do desempenho institucional.

A nota técnica do INEP/NAES/CONAES nº 65 de 2014 ressalta que a autoavaliação tem entre suas finalidades a melhoria da qualidade da educação, bem como a expansão da oferta. A lei nº 10.861 de abril de 2004, em seu artigo 3º, inciso VIII, ressalta que a avaliação das instituições de educação superior considerará o planejamento e a avaliação sobretudo no que tange aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação da instituição.

A autoavaliação deve ser realizada em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição e vista como um processo de autoconhecimento que envolve aqueles que atuam na instituição com a finalidade de analisar as atividades acadêmicas. Neste processo, deve-se ainda utilizar os resultados da avaliação externa e as informações do PDI para subsidiar a compreensão da situação organizacional e seu autoconhecimento para que ações de melhoria possam ser desenvolvidas. Este processo será formalizado no Relatório de Autoavaliação Institucional que busca “fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa” (INEP/NAES/CONAES, nº 65, p. 2, 2014). Dessa forma, nota-se o ciclo de retroalimentação e a avaliação sistemática proposta pelo SINAES, em que os resultados da autoavaliação geram informações para alimentar a avaliação externa e vice-versa.

A nota técnica do INEP/NAES/CONAES nº 65 sugere um roteiro para a elaboração do Relatório e baseia-se no Instrumento de Avaliação Institucional Externa. Segundo a nota, o relatório deve apresentar os elementos: introdução com os dados institucionais, com a

composição da CPA e com o planejamento estratégico; metodologia com os instrumentos utilizados na coleta de dados e as técnicas utilizadas para análise; desenvolvimento, o qual deve ser organizado em cinco tópicos correspondentes aos cinco eixos: Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura Física, os quais contemplam as dez dimensões apresentadas no artigo 3º da Lei nº 10.861; análise dos dados e das informações, a qual deve realizar um diagnóstico da IES, ressaltando os avanços e os desafios a serem enfrentados e o atendimento ao que foi proposto pelo PDI; e, por fim, ações previstas com base na análise realizada, visando à melhoria das atividades e da gestão da instituição.

Quanto ao instrumento de avaliação institucional externa, este, além de subsidiar os atos de credenciamento e credenciamento das IES, busca respeitar a identidade das instituições, considerando a diversidade do sistema de educação superior. Dessa forma, em sua avaliação, leva em conta as especificidades da organização a partir do que foi estabelecido no PDI e nos processos de avaliação institucional. O instrumento organiza-se em cinco eixos, planejamento e avaliação institucional; desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas; políticas de gestão; e infraestrutura física, os quais contemplam as dez dimensões do SINAES (INEP, 2017c; 2017d). Este agrupamento das dimensões em eixos, segundo a nota técnica do INEP nº 14/2014, busca “facilitar o diálogo entre as atividades que devem ser articuladas no momento da avaliação”.

Com estes instrumentos, a avaliação, ao diagnosticar o desempenho das IES fornece subsídios para o aprimoramento e melhoria da qualidade das IES, auxiliando a tomada de decisão e incentivando a cultura avaliativa de caráter permanente (Oliveira; Fonseca; Amaral, 2006). A instituição precisa saber, portanto, de forma global, permanente e integrada, quais são os valores dominantes das suas atividades e práticas administrativas, exercendo julgamentos sobre suas finalidades e produzindo conhecimento sobre suas estruturas acadêmicas e institucionais, enriquecendo, dessa maneira, a vida universitária (Balzan; Sobrinho, 2000).

2.2.2 Avaliação de Cursos

A avaliação dos cursos, de acordo com Schwartzman (2008), estimulam as IES a melhorar seu desempenho. Segundo Polidori *et al.* (2011, 263), pode ser utilizada para melhorar e/ou ampliar a qualidade de um curso, ao identificar “pontos fracos e fortes, o que é necessário alterar, se o programa está atualizado, quais os níveis de repetições e abandonos, qual a inserção dos profissionais formados no mercado de trabalho”.

O processo proposto pelo SINAES busca identificar condições de ensino oferecidas relacionadas ao corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica, sendo estas as três dimensões de avaliação do instrumento. Esta avaliação utiliza procedimentos e instrumentos diversificados, como a avaliação externa realizada por comissões de especialistas de diferentes áreas do conhecimento e, assim como acontece com a avaliação institucional, à avaliação de cursos de graduação atribui-se conceitos, ordenados em uma escala de 5 cinco níveis (Brasil, 2004a).

O ciclo avaliativo do SINAES, de acordo com o INEP (2015), prevê que os cursos serão avaliados a cada três anos. O processo inicia-se pelo Enade, aplicado aos estudantes e, posteriormente, realiza-se a avaliação in loco dos respectivos cursos e das IES, de forma paralela à avaliação institucional. Segundo Oliver (2010), a avaliação dos cursos é periodicamente realizada pelo INEP e busca proceder o credenciamento, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento dos cursos de graduação.

Dessa forma, de acordo com Silva (2017, p. 55), os cursos de graduação, de forma sistemática, são avaliados considerando três tipologias: “para autorização, para reconhecimento e para a renovação de reconhecimento”. De acordo com o INEP (2017a; 2017b), as IES precisam de autorização para início das suas atividades e, posteriormente, recebem o reconhecimento do curso, o que possibilita a emissão de diplomas aos graduados. Para continuar a ofertar seus cursos, estas instituições, submetidas ao processo avaliativo, obtêm, portanto, a renovação do reconhecimento, necessário para a continuidade da oferta dos seus cursos.

2.3 ACREDITAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Além do processo de avaliação para verificação da qualidade da educação superior, organismos internacionais, como o Banco Mundial, passaram a recomendar a prática do processo de acreditação, o qual foi adotado nos Estados Unidos desde o final do século XIX (Vehine; Freitas, 2012; Hizume, 2019). A partir disto, processos de acreditação da educação superior estão sendo utilizados em diversos países para avaliar a qualidade dos serviços oferecidos pelas IES (Polidori; Carvalho, 2016). Entretanto, segundo Polidori e Carvalho (2016), com maior aplicação na Europa e nos Estados Unidos.

Almeida Júnior e Catani (2009, p. 2009) ressaltam que a palavra ‘acreditação’ não existe na língua portuguesa, mas vem sendo utilizada com significado aproximado à ‘certificação’. Em inglês, *accreditation*, em espanhol, *acreditación* equivale ao “processo baseado em padrões

e critérios objetivos para assegurar, vale dizer, garantir e reconhecer, a qualidade de uma instituição, curso ou programa de um dado sistema educativo”.

A acreditação caracteriza-se pela avaliação externa por pares com a finalidade de a garantir legitimidade ao processo avaliativo a partir da aceitação dos sujeitos objeto de avaliação (Verhine; Freitas, 2012; Hizume, 2019). Segundo Dias Sobrinho (2007), é um mecanismo que cumpre um papel de controle de grande importância, geralmente exercido pelos governos, diante da necessidade de atestar a garantia pública de qualidade de uma instituição ou de um programa, em contextos complexos de internacionalização, enorme diversificação e crescente mercantilização. Para o autor, ‘acreditar’ corresponde a dar fé pública da qualidade das instituições ou dos programas de estudos; prestar informações aos cidadãos e autoridades, garantindo publicamente que os títulos atribuídos atingem patamares pré-definidos; verificar oficialmente se uma instituição de ensino, ou um programa, atende ou não aos requisitos de qualidade, verificando se os certificados que outorga são válidos ou não. Devendo, portanto, a acreditação proporcionar a busca contínua de qualidade e facilitar a mobilidade de estudantes e professores (Dias Sobrinho, 2007).

Segundo Marques (2010), há uma dificuldade em distinguir a avaliação da acreditação, uma vez que possuem objetivos complementares e são indissociáveis. Segundo a autora, a avaliação transmite publicamente uma mensagem a respeito da qualidade de uma instituição ou de um curso e a acreditação fornece informações relevantes “sobre se determinado curso cumpre os critérios mínimos de qualidade para o seu reconhecimento” (Marques, 2010, p. 2010).

Corroborando com a autora, Dias Sobrinho (2007) destaca que avaliação e acreditação são conceitos diferentes, conquanto intimamente correlacionados e interdependentes. Para o autor a avaliação refere-se a processos participativos de análise, estudo e discussão sobre o mérito e valor de sistemas, instituições e programas, com objetivos de melhoria. E a acreditação, segundo Hizume (2019, p. 49), relaciona-se a “outorgar ao final de processo avaliativo, cujo resultado tenha sido considerado satisfatório, declaração de qualidade dotada de fé pública ao objeto avaliado” que, segundo Polidori e Carvalho (2016, p. 842), “busca a qualidade e certificação do Ensino Superior”.

Atualmente, há diversas agências acreditadores em todo o mundo. Na América, por exemplo, existem a Rede de Agências Nacionais de Acreditação (RANA), a qual estabelece critérios para acreditação de cursos do Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do Mercosul e Estados Associados (ARCU-SUL), a Rede Ibero-Americana para Acreditação da Qualidade da Educação Superior (RIACES), a *Education Quality Accreditation*

Agency (EQUAA) e a *Council for Higher Education Accreditation* (CHEA), a qual habilita agências privadas para realizar a acreditação. A CHEA trata-se de uma associação que reconhece organizações de credenciamento³, institucionais e programáticas, visando a qualidade acadêmica por meio do credenciamento (CHEA, 2023a).

Na Europa, destaca-se a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3Es), acreditadora portuguesa, a Agência Nacional de Avaliação de Qualidade e Acreditação (ANECA), acreditadora da Espanha e a Agência de Avaliação da Pesquisa e do Ensino Superior (AERES), da França (Polidori; Carvalho, 2016; Kalnin, 2016; Chea, 2023a).

Atuando na Europa, na Ásia, no Oriente Médio e nas Américas, especificamente no Brasil, destaca-se a *American Association of Collegiate Schools of Business* (AACSB), associação global sem fins lucrativos para o setor de educação empresarial que tem como missão promover o envolvimento, acelerar a inovação e ampliar o impacto na educação empresarial (AACSB, 2023).

2.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A importância da sustentabilidade, segundo Goodland e Daly (1996), aflorou pelo reconhecimento de que certos padrões de desenvolvimento econômico, quando projetados para o futuro, demonstravam impossibilidades biofísicas e deterioração dos sistemas globais que dão suporte a vida. O desenvolvimento sustentável tornou-se, portanto, “pano de fundo de um debate nacional sobre retomada do crescimento econômico com política ambiental clara, transversal e multifacetada, condição e base de governabilidade” (Lago, 2006, p. 13). De acordo com Silva e Almeida (2019), o desenvolvimento passou ser pensado além do crescimento econômico, considerando questões relacionadas ao bem-estar e à justiça social.

Para Piacitelli (2019), o desenvolvimento sustentável pressupõe a responsabilidade do ser humano para com o futuro, abordando a preocupação do quanto suas ações afetarão o outro, trazendo de forma implícita a ideia de solidariedade. Neste sentido, busca atender as necessidades humanas promovendo o bem-estar, considerando os aspectos ambientais e econômico de forma solidária, sendo necessário compreensão das transformações da sociedade e de seus impactos futuros para que este ocorra (Drahein, 2016).

Segundo Lourenço e Carvalho (2013), termo sustentabilidade é entendido como equivalente ao termo desenvolvimento sustentável e, embora a maioria das publicações retratem o desenvolvimento sustentável desta forma, na percepção de Lélé (1991), este

³ As agências credenciadas pela CHEA estão apresentadas no Apêndice A.

relaciona-se à mudança social, com objetivos e meios, sendo um processo direcionado à sustentabilidade. Embora Oliveira (2010) também utilize o desenvolvimento sustentável como sinônimo de sustentabilidade, o autor ressalta que o desenvolvimento é o processo e a sustentabilidade, o resultado que garante a manutenção da vida. De maneira similar, Sartori, Silva e Campos (2014) ressaltam que o desenvolvimento sustentável se refere ao caminho para alcançar a sustentabilidade, objetivo final de longo prazo, que busca, segundo Costa (2012), promover a contínua satisfação das necessidades humanas. Já a sustentabilidade, segundo Ciegis (2009), está associada à equidade na distribuição das possibilidades de desenvolvimento entre as gerações presentes e futuras.

Seguindo a ideia de processo do desenvolvimento sustentável, Gilbert *et al.*, (1996) o conceitua como progresso sem a produção de danos permanentes à biosfera e a ecossistemas específicos. Este desenvolvimento, segundo Oliveira (2010), não se confunde com o crescimento sustentável. O crescimento relaciona-se às dimensões físicas da economia e o desenvolvimento às dimensões qualitativas (Daly, 1990; Oliveira, 2010, p. 23). De acordo com Goodland (1995), "crescer" pressupõe o aumento de tamanho material e desenvolver preconiza a expansão das potencialidades visando a melhoria qualitativa. Neste sentido, o que é sustentável é o desenvolvimento e não o crescimento, uma vez que deve ser sustentado é "o nível de uso dos recursos físicos do planeta e o que deve ser desenvolvido é a capacidade de converter o uso destes recursos em serviços e produtos para satisfação das necessidades humanas" (Daly, 1990; Oliveira, 2010, P. 23).

Para Oliveira (2010, p. 25), desenvolvimento sustentável busca preservar e expandir as liberdades substantivas do hoje, "sem prejudicar a capacidade das gerações futuras de desfrutarem de liberdade semelhante ou maior". Esta preocupação com as gerações futuras está presente no documento chamado de 'Nosso futuro comum', conhecido como Relatório Brundtland (1991), que segundo o qual, o desenvolvimento sustentável busca atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades. Segundo o relatório, o conceito de desenvolvimento sustentável implica limites, não absolutos, sobre os recursos ambientais e sobre a capacidade da biosfera de absorver os efeitos das atividades humanas, devendo ser gerenciados considerando os aspectos de crescimento econômico (WCED, 1988). Para Lago (2006, p. 18), o relatório "cunhou o conceito de desenvolvimento sustentável, objetivo que exige equilíbrio entre "três pilares": as dimensões econômica, social e ambiental".

De forma consoante ao relatório, Góes (2015) afirma que há um consenso de que o desenvolvimento sustentável está atrelado a satisfação integrada e simultânea de aspectos

econômicos, sociais e ambientais, sendo estes seus pilares. Para Gilbert *et al.*, (1996), em sua essência, este está relacionado ao progresso em direção à sustentabilidade ambiental e social que ocorre dentro dos recursos financeiros disponíveis. Trata-se, portanto, na percepção de Ciegis (2009) de uma questão complexa e multidimensional, que combina eficiência, equidade e equidade intergeracional com base nos aspectos econômicos, sociais e ambientais e de um meio para alcançar a sustentabilidade (Goodland; Daly, 1996). De acordo com Bernardino, Stefani e Zampier (2024, p. 42), são essenciais para o alcance do desenvolvimento sustentável “a interconexão dos pilares social, ambiental, econômico, justiça socioambiental, ecoeficiência e inclusão social”.

Considerando a sustentabilidade, na percepção de Horbach (2005), discute-se em termos do atendimento simultâneo de três tipos de interesses (ou conflitos). O primeiro refere-se ao atendimento dos interesses da geração atual em melhorar as suas condições reais de vida, relacionado, portanto, à sustentabilidade econômica. O segundo relaciona-se à sustentabilidade social e à busca por uma equalização nas condições de vida entre ricos e pobres. Por fim, o terceiro, refere-se ao não comprometimento dos interesses das gerações futuras no atendimento das necessidades da geração atual, relacionado, portanto, à sustentabilidade ambiental (Horbach, 2005).

De forma consoante, Romeiro (2012, p. 65) afirma que “para ser sustentável, o desenvolvimento deve ser economicamente sustentado (ou eficiente), socialmente desejável (ou incluyente) e ecologicamente prudente (ou equilibrado)”, podendo ser atingido por meio de políticas capazes garantir o aumento da renda nacional, o acesso a direitos sociais básicos (segurança econômica, saúde e educação) e a redução do impacto da produção e do consumo sobre o meio ambiente de forma simultânea. As três dimensões apresentadas são definidas por Elkington (2001) como Triple Bottom Line (TBL), ou Tripé da Sustentabilidade, as quais apontam que a integração entre os elementos sociais, ambientais e econômicos proporcionam a prática da sustentabilidade, ao englobar as pessoas, o planeta e o lucro. De acordo com Oliveira (2012), a dimensão econômica refere-se à criação de empreendimentos financeiramente viáveis, relacionados a sustentabilidade financeira. A ambiental analisa a interação de processos com o meio ambiente sem danos permanentes e a dimensão social preocupa-se com o estabelecimento de ações justas para a sociedade.

Segundo Goodland e Daly (1996), a sustentabilidade social apenas será atingida com a participação da comunidade na busca pelo capital social, constituído, entre outros fatores, pela coesão social, solidariedade, senso de comunidade, tolerância, fraternidade, pluralismo e diversidade. Além disso, a busca por os investimentos em saúde, educação e nutrição estão

relacionados ao capital humano e fazem parte, portanto, da sustentabilidade social. Segundo Oliveira (2010, p. 28), o capital social e o capital humano são, muitas vezes, tratados em conjunto, o que o distingue é que o capital humano é resultado das ações dos indivíduos e o social baseia-se nas “relações sociais e nas forças de coesão que atuam nas famílias, comunidades e na sociedade mais ampla”. Neste sentido, há a necessidade de manutenção dos valores e direitos compartilhados para garantir a igualdade e a manutenção do capital humano e social (Goodland; Daly, 1996).

A sustentabilidade econômica, segundo Goodland e Daly (1996), retrata a manutenção do capital, tangível ou intangível, criado pelo homem na busca da continuidade. De acordo com Oliveira (2010), este capital relaciona-se à tecnologia, às máquinas, à infraestrutura e ao sistema financeiro. Já a sustentabilidade ambiental busca o bem-estar humano, protegendo as fontes de matéria-prima utilizadas no atendimento das suas necessidades e garantindo a manutenção do capital natural. Este capital natural são os ativos fornecidos pelo meio ambiente (Goodland; Daly, 1996).

Neste contexto, Goodland e Daly (1996) retratam que existem pelo menos quatro tipos de capital que se relacionam com a sustentabilidade: o capital produzido pelo homem (relacionado às condições econômico-financeiras), o capital natural (relacionado ao meio ambiente), o capital humano (relacionado aos investimentos em educação, saúde e alimentação) e o capital social (considerado base institucional e cultural da sociedade). Da relação entre estes capitais, os autores classificam a sustentabilidade em fraca, intermediária, forte e muito forte (Goodland; Daly, 1996).

A sustentabilidade fraca significa manter o capital intacto, independentemente da composição entre os quatro tipos diferentes de capital. Isso implicaria que os diferentes tipos de capital são substitutos perfeitos, significando que é possível converter a maior parte do capital natural em produtos produzidos pelo homem e ainda garantir o futuro (Goodland; Daly, 1996). Segundo Pisani (2006), neste tipo de sustentabilidade, é permitida a redução do capital natural para substituição em outras formas de capital. A sustentabilidade intermediária busca manter o capital total, atentando-se a composição aceitável em termos de capital natural, humano e econômico, sendo estes, passíveis de substituição parcial, devendo haver esforços para definição de níveis críticos para cada tipo de capital. Já a sustentabilidade forte requer a manutenção dos diferentes tipos de capital separadamente (Goodland; Daly, 1996). De acordo com Oliveira (2010), nesta, o capital natural e o econômico não são passíveis de substituição, mas complementares. Assim, na percepção de Pisani (2006), na sustentabilidade forte não há degradação do capital natural ao longo do tempo. E a sustentabilidade muito forte pressupõe o

não esgotamento de recursos, considerando que recursos não renováveis não devem ser usados e os renováveis podem ser utilizados a uma certa taxa anual (Oliveira, 2010). Esta classificação, relaciona, portanto, ao uso dos diferentes capitais, principalmente no que tange ao capital natural, em prol do desenvolvimento sustentável e, quanto maior a manutenção dos recursos, relacionado às dimensões da sustentabilidade, maior o grau de sustentabilidade alcançado.

A fim de atingir graus mais elevados de sustentabilidade e garantir a manutenção destes capitais para o progresso, de acordo com Dahl (2012), é necessário utilizar indicadores que garantam e definam a sustentabilidade, uma vez estes orientam os esforços para que a economia e a sociedade, juntas, tornem-se sustentáveis. Segundo Silva e Cunha (p. 5, 2024), considerando que o conceito de sustentabilidade “é definido abstratamente, é comum usar uma estrutura de avaliação que busca alcançar um parâmetro por meio de sistema de indicadores”. Corroborando com os autores, Horbach (2005) ressalta que um sistema de indicadores deve ter como objetivo amparar a complexa atividade de garantir a sustentabilidade e a integração de suas dimensões. Segundo Singh *et al.* (2008), os indicadores são ferramentas úteis para a formulação de políticas públicas e para comunicação de informações, uma vez que simplificam, quantificam e analisam informações complexas. Neste contexto, diante desta necessidade, Sartori, Silva e Campos (2014) ressaltam que os desafios acerca da sustentabilidade envolvem desde o desenvolvimento de metodologias e indicadores de sustentabilidade publicamente acessíveis e de formas de mensuração do consumo de recursos à conscientização da população, ao desenvolvimento humano e ao equilíbrio entre os pilares da sustentabilidade.

Neste contexto, para que haja o desenvolvimento de metodologias de avaliação e mensuração de critérios, é primordial o estabelecimento de objetivos de desenvolvimento sustentável. Reconhecendo tal necessidade, em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Agenda 2030, plano de ação que conta com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. A Figura 1 apresenta os ODS da Agenda 2030.

Figura 1: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

- Objetivo 1:** Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
- Objetivo 2:** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- Objetivo 3:** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- Objetivo 4:** Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- Objetivo 5:** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- Objetivo 6:** Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
- Objetivo 7:** Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos.
- Objetivo 8:** Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
- Objetivo 9:** Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- Objetivo 10:** Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
- Objetivo 11:** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- Objetivo 12:** Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- Objetivo 13:** Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
- Objetivo 14:** Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- Objetivo 15:** Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade.
- Objetivo 16:** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
- Objetivo 17:** Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em ONU (2016).

Os ODS apresentados na Figura 1 são integrados, indivisíveis e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável. O compromisso com os ODS e com Agenda 2030 foi assumido por 193 países, incluindo o Brasil, o que demonstrou a necessidade de mudança por parte dos governos e pela sociedade. Assim, torna-se relevante o desenvolvimento de estudos que explorem a temática e permitam a compreensão integrada dos pilares da sustentabilidade, os quais serão explorados nos tópicos: sustentabilidade socioambiental; e sustentabilidade financeira.

2.4.1 Sustentabilidade Socioambiental

A busca pelo desenvolvimento sustentável exige mudanças nos processos industriais, no tipo e quantidade de recursos utilizados, no tratamento de resíduos, no controle de emissões e nos produtos produzidos (Krajnc; Glavic, 2003). Segundo Ramos e Souza (2024, p. 3), o desenvolvimento sustentável, em uma abordagem holística, reconhece a “preservação ambiental como um pilar fundamental para o bem-estar das futuras gerações”. De acordo com Krajnc e Glavic (2003), medidas como a redução de materiais e energias na produção e de desperdício, a reutilização e reciclagem de produtos, o descarte de produtos de forma ambientalmente adequada, a minimização das atividades de transporte e o desenvolvimento de tecnologias que considere os impactos ambientais dos produtos auxiliam para alcance da sustentabilidade, incentivando a produção, distribuição e reciclagem de tal forma que os impactos ambientais e os níveis de uso de recursos associados considerem a capacidade de carga estimada da Terra.

Estas medidas estão associadas a dimensão ambiental do tripé da sustentabilidade, a qual abrange a “preocupação com os impactos ambientais pelo uso de recursos naturais e pelas emissões de poluentes” (Barbieri *et al.*, 2010, p. 150). Tal preocupação justifica-se pela limitação do meio ambiente que resulta no dever de salvar o que ainda se tem e de investir na regeneração do que já foi danificado (Goodland; Daly, 1996). Assim, é necessário desenvolver-se considerando a dimensão ambiental sem colocar em risco os elementos naturais que sustentam a integridade do ecossistema: o ar, os solos, as águas e os seres (WCED, 1988).

A dimensão ambiental, para Lourenço e Carvalho (2013, p. 18), está relacionada à reciclagem de resíduos, à poluição das águas e da atmosfera, à degradação de florestas, à preservação dos animais e à biodiversidade. Consoante aos autores, Labuschagne *et al.*, (2005), destacam que a dimensão abrange, portanto, a qualidade do ar, no que tange a toxidade, emissão de gases e aos efeitos do aquecimento global; a disponibilidade de água, limpa e segura, considerando os efluentes e poluentes; os recursos da terra, abrangendo os impactos na biodiversidade, a quantidade de recursos da terra, a poluição do solo, o uso da terra, entre outros aspectos; e os recursos minerais e energéticos, considerando o esgotamento dos não renováveis. Neste contexto, o objetivo da sustentabilidade ambiental, segundo Goodland e Daly (1996), é manter ativo o capital natural, o qual, para Goodland (1995) considera o estoque de ativos fornecidos pelo ambiente: solo, atmosfera, florestas, água, pântanos, os quais dão fluxo aos bens ou serviços úteis, podendo ser renováveis ou não renováveis, comercializados ou não comercializados. De acordo com Feil e Schreiber (2019), abrange os sistemas biogeofísicos,

compostos pelo ar, água, solo e energia, dentre outros recursos minerais a nível planetário, os quais são dotados de complexidade e possuem capacidade dinâmica de adaptação.

Esta dimensão da sustentabilidade, de acordo com Ekins *et al.* (2003), considera a capacidade do estoque de capital natural como um todo para a continuidade e sobrevivência, buscando manter os ativos ambientais, ou, pelo menos, não esgotá-los (Goodland, 1995). Na percepção de Feil e Schreiber (2019), busca a proteção e manutenção da vitalidade dos sistemas biogeofísicos, indo além da manutenção de um *status quo* ideal e dos sistemas naturais para atender estritamente ao objetivo econômico. De acordo com Goodland (1995), sustenta os sistemas globais de suporte à vida, principalmente os sistemas que mantêm a vida humana, considerando, dessa forma, a capacidade das fontes do ecossistema global que fornecem insumos de matérias-primas: alimentos, água, ar, energia. Como as capacidades de tais fontes são finitas, devem ser mantidas ao invés de degradadas, uma vez que o uso excessivo prejudica a prestação dos serviços de suporte à vida. Corroborando com o autor, Bueno e Macedo (2024) destacam que, como os recursos naturais são finitos, é preciso uma abordagem que considere esta realidade como premissa. Neste sentido, proteger a vida humana é a razão da busca pela sustentabilidade ambiental, uma vez que esta depende de outras espécies para alimentação, habitação, entre outros serviços de apoio à vida (Goodland, 1995)..

Neste contexto, de acordo com Moldan, Janousková e Hák (2012), a vida humana não é independente e isolada, faz parte de uma teia complexa de fenômenos naturais e sociais dotada de relações e interdependências. Destaca-se, portanto, a necessária harmonia entre o homem e a natureza, e entre a sustentabilidade social e ambiental. Diante desta dependência, Lourenço e Carvalho (2013, p. 18) ressaltam que incluir o ser humano neste contexto sustentável, seja dentro das organizações ou em seu entorno, é essencial para “pensar no *socius* para além do *bios*”. Corroborando com os autores, Dejours (1996, p. 151) afirma ainda que é necessário a preocupação das organizações com as poluições psíquicas e societárias, assim como ocorre com as poluições físico-químicas. O autor questiona se “a ecologia ficará limitada ao *bios*, ou se decidirá a tempo a estender seu campo ao *socius*”. Bueno e Macedo (2024, p.6) ressaltam que considerar a complexidade das relações é fundamental para o desenvolvimento de ações ambientalmente significativas, “uma vez que o meio ambiente pode ser definido como o conjunto de relações entre os meios físico, biológico e antrópico”.

Segundo Gilbert *et al.*, (1996) uma instituição que não promove o respeito pela dimensão social e incentiva o trabalho conjunto pelo alcance de objetivos de longo prazo, dificilmente, pratica a sustentabilidade ambiental, estando, desta forma, estas dimensões diretamente relacionadas. Para com Barbieri *et al.* (2010, p. 150), os efeitos sociais e ambientais

das ações das instituições “são mais difíceis de serem avaliados previamente, pois envolvem muito mais variáveis, incertezas e interações”, mas são essenciais no processo do desenvolvimento sustentável.

Sadan e Churchman (1996) ressaltam que desenvolvimento sustentável abrange aspectos culturais e éticos, atitudes e comportamentos humanos, ao mesmo tempo que aborda aspectos ecológicos e econômicos, considerando, dessa forma, os interesses e a qualidade de vida da sociedade. Neste contexto, os problemas da exploração ambiental passam a ser reconhecidos, não somente como problemas físico-químicos, biológicos ou técnicos, mas como problemas sociocomportamentais, ligando o *bios* ao *socius* (Dejours, 1996; Reis; Lay, 2010). Corroborando com os autores, Santos, Alves e Júnior (2023) ressaltam que o cuidado com o meio ambiente deve considerar o cuidado com as pessoas o integram, alinhando, portanto, a sustentabilidade ambiental à social.

De acordo com Gilbert *et al.*, (1996) sustentabilidade social é um objetivo importante por si só, servindo de suporte para a sustentabilidade ambiental. Para o autor, desenvolvimento socialmente sustentável é o desenvolvimento que mantém a coesão de uma sociedade considerando a sua capacidade de ajudar seus membros a trabalharem juntos para alcançar objetivos comuns, ao mesmo tempo que atende às necessidades individuais de saúde, bem-estar, nutrição, habitação e cultura. Diz respeito, portanto, a atender às necessidades do presente, considerando de forma conjunta a dimensão ambiental e econômica e o pensamento a longo prazo.

Considerando o *socius*, de acordo com Labuschagne *et al.*, (2005), esta dimensão aborda os recursos humanos internos da organização, considerando aspectos como estabilidade, capacitação, atendimento dos direitos humanos e desenvolvimento de práticas trabalhistas justas. Além disso, aborda questões de equidade racial e de gênero e de saúde e segurança dos colaboradores. Segundo os autores e considerando o ambiente externo da organização, a dimensão considera ainda o impacto das atividades da empresa na comunidade em que opera no que tange ao capital humano, o qual abrange a capacidade do indivíduo de autoprover saúde, bem-estar, educação e alimentação; ao capital produtivo relacionado aos ativos e à infraestrutura para garantia de uma vida produtiva, considerando aspectos como habitação, transporte público, eletricidade e abastecimento de água; e ao capital comunitário que leva em consideração o efeito das atividades nas relações sociais e institucionais, considerando a confiança, a reciprocidade e o apoio da comunidade.

Consonantemente, segundo Lourenço e Carvalho (2013), a sustentabilidade social relaciona-se aos recursos humanos internos e à gestão das pessoas na organização, sem se

limitar a este aspecto, uma vez que considera os stakeholders e a comunidade da organização e, de acordo com Lourenço e Carvalho (2013, p. 23), aborda o “impacto das operações da organização nas comunidades nas quais realiza as suas operações”, a capacidade de promover a saúde, a estabilidade, a justiça, a equidade de gênero e de raça, o bem-estar psicológico, o treinamento e o desenvolvimento das pessoas. Corroborando com os autores, Feil e Schreiber (2019, p. 322) ressaltam que a dimensão social abrange aspectos relacionados com o “bem-estar, política, cultura, instituições e outros, em nível local, nacional e global, coletivo e individual”. Centra-se, portanto, na “preservação da capacidade de resistência, vigor e organização dos sistemas sociais e culturais. Sendo assim, entende-se que a sustentabilidade social compreende a continuação, no futuro, de valores, identidades, relações sociais e institucionais do presente”.

De acordo Vallance, Perkins e Dixon (2011), a sustentabilidade social, compreende: a sustentabilidade do desenvolvimento abordando as necessidades básicas, a criação de capital social, justiça, equidade, entre outros aspectos; a ponte de sustentabilidade que se refere a mudanças de comportamento para alcançar objetivos ambientais biofísicos; e a capacidade de manutenção da sustentabilidade que aborda a preservação de características socioculturais face à mudança. Para Ahmed e McQuaid (2005) a dimensão enfatiza a administração de recursos sociais: pessoas, competências, habilidades, relacionamentos e valores sociais e, segundo Barbieri *et al.* (2010), preocupa-se com os impactos sociais das ações nas comunidades humanas dentro e fora da organização, abordando questões como desemprego, exclusão social, pobreza, diversidade e acessibilidade. A consideração destas preocupações, aliada ao desenvolvimento do capital humano de indivíduos e do capital social das comunidades, de acordo com Dyllick e Hockerts (2002), pressupõe a criação de valor para as suas comunidades e, portanto, devem ser consideradas no processo de desenvolvimento sustentável das organizações.

É importante observar que, na contextualização do desenvolvimento sustentável, não há uma dissociação entre a sustentabilidade ambiental, social e financeira. Neste sentido, a sustentabilidade socioambiental pressupõe a sustentabilidade financeira que se caracteriza por uma avaliação da eficiência financeira e institucional, de modo a garantir a continuidade da organização.

2.4.2 Sustentabilidade Financeira

A dimensão econômica da sustentabilidade, segundo Barbieri *et al.* (2010, p. 150), preocupa-se com a eficiência econômica das instituições, sem a qual estas não se perpetuariam. De acordo com Veiga (2007), a eficiência econômica busca promover a alocação dos recursos de forma mais eficiente, o que pode impactar a relação entre os aspectos econômicos e a justiça socioambiental, uma vez que a busca pela eficiência poderia causar danos ao meio ambiente e ao ser social. Desta forma, para evitar danos e o comprometimento dos recursos, é necessário que as três dimensões, econômica, social e ambiental, caminhem de forma conjunta e ponderada, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da nação.

Na dimensão econômica, aplica-se, portanto, a sustentabilidade na área financeira, a qual, de acordo com Branco (2013), vem sendo desenvolvida para reduzir efeitos do insucesso empresarial de forma a contribuir para a maximização do valor das empresas e, consequentemente, para o desenvolvimento da sociedade.

A sustentabilidade financeira, de acordo com Sazonov *et al.* (2015) não tem um fim em si, é um meio para garantir que os objetivos sejam alcançados, garantindo que a instituição produza renda suficiente para investir em suas operações. Segundo o autor, esta pode ser compreendida como o ponto de equilíbrio da participação no capital total e da solvência de uma instituição, ou seja, capacidade da instituição de cobrir seus passivos circulantes.

De acordo com Labuschagne *et al.*, (2005), a dimensão financeira aborda a saúde financeira organizacional em termos de lucratividade, liquidez e solvência; o desempenho econômico, considerando o valor da empresa percebido no que tange a aspectos como contribuição ao produto interno bruto e participação no mercado; os benefícios financeiros potenciais como subsídios recebidos por iniciativas empresariais; e oportunidades de mercado, considerando os riscos e oportunidades do setor. Segundo Silva, Pereira e Brito (2024), a sustentabilidade financeira relaciona-se a capacidade da organização de sustentar suas atividades, visando o crescimento estável a longo prazo, sem comprometer recursos, e a gestão de suas finanças de modo a manter um fluxo de caixa positivo. Para Feil e Schreiber (2019), esta dimensão aborda questões econômicas e financeiras, englobando os benefícios econômicos oferecidos à sociedade pelas instituições à sociedade, tanto em nível micro, quanto em macro. Além disso, os autores ressaltam que esta sustentabilidade aborda a manutenção do rendimento econômico e financeiro em diferentes níveis e o controle da produção para suprir a demanda do hoje, sem comprometer a produção e a geração de renda no futuro.

Segundo Daly e Goodland (1996), a sustentabilidade econômica retrata a manutenção do capital, tangível ou intangível, criado pelo homem. Segundo os autores, esta tem sido usada desde a idade média a fim de permitir aos comerciantes a noção do quanto de suas receitas de vendas poderiam ser consumidas de forma que a continuidade do negócio fosse garantida. Oliveira (2010) e Fugi (2004) ressaltam que a própria definição de Hicks (1946), em sua obra *Value and Capital* (1946), sobre lucro é sustentável ao defini-lo como quantia possível de consumo durante certo período que permita, ao final do período, possibilidade de gasto similar para os próximos períodos. Nota-se, portanto, no conceito a ideia de manutenção de capital e preocupação com a continuidade das operações. Corroborando com os autores, Al-Filali *et al.* (2024) destacam que a sustentabilidade financeira está relacionada à capacidade de uma instituição de manter sua viabilidade financeira.

Associada à ideia de continuidade e viabilidade, segundo Barbieri *et al.* (2010, p. 150), a sustentabilidade financeira refere-se à “capacidade de gerar recursos para remunerar os fatores de produção, repor os ativos usados e investir para continuar competindo”. Isto decorre da ideia de que “uma organização deve ter sua continuidade estendida indefinidamente, como sugerem os seus contratos sociais”. Branco (2013, p. 36), resalta que a sustentabilidade financeira conduz “a gestão das organizações para a perpetuidade, representando a capacidade de arcar com as suas obrigações presentes sem afetar a capacidade de sobrevivência futura”. Neste sentido, a perpetuidade é a essência da sustentabilidade financeira, uma vez que, apenas com ela, é possível a maximização de valor da organização. Ainda na visão do autor, esta pode ser vista como o resultado da interação e do desempenho conjunto dos departamentos e operações de uma organização, “evitando que os conflitos de interesse entre as áreas afetem a geração de valor com foco na perpetuidade” (Branco, 2013, p. 37).

Para Fernandes e Meireles (2013) a sustentabilidade financeira refere-se à capacidade da entidade de autoprover recursos financeiros para enfrentar contratempos decorrentes da sua exploração econômica, a qual se articula diante da autonomia financeira, do equilíbrio do crescimento e do nível de negócio. Já o INEP (2017c, p. 41; 2017d, p. 42), em seu glossário, retrata a sustentabilidade financeira como “capacidade de gestão do orçamento de acordo com políticas e estratégias de administração acadêmica, com vistas à eficácia na obtenção e na utilização dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas”. Este é o conceito que orienta os instrumentos de avaliação das IES vigentes.

A partir dos conceitos apresentados, nota-se que a sustentabilidade financeira está relacionada à capacidade da empresa de autoprover seus recursos, de promover a manutenção dos seus negócios e de gerar valor para a instituição com os recursos disponíveis em busca da

perpetuidade e continuidade das suas operações (Barbieri *et al.*, 2010; Branco, 2013; Fernandes; Meireles, 2013)

Neste contexto, Gilbert *et al.*, (1996) esclarece que o desenvolvimento economicamente sustentável se refere à acessibilidade das mudanças. Segundo o autor, a “insustentabilidade econômica” está associada a viver além dos seus recursos, o que pode resultar em obrigações para futuras gerações. Dessa forma, o desenvolvimento economicamente sustentável pressupõe que o desenvolvimento do progresso em direção à sustentabilidade ambiental e social ocorre dentro dos recursos financeiros disponíveis.

Na busca pelo progresso, de acordo com Xisto (2007), uma ação é sustentável quando as forças se mobilizam para sua concretização continuam, apesar de modificadas, ativas e produtivas. O autor desenvolveu um modelo de sustentabilidade financeira com base em Hart e Milstein (2004) em que considera 4 dimensões. A primeira dimensão refere-se ao capital de giro, relacionado a dimensão interna de curto prazo da organização. A segunda parte para a dimensão externa, considerando a imagem organizacional relacionada a aspectos como responsabilidade social, ambiental e ética. A terceira aborda aspectos internos de longo prazo da organização, considerando a dimensão humana e aspectos comportamentais. Por fim, a quarta trata da dimensão externa de longo prazo da organização considerando a competitividade com geração de valor.

Neste contexto, segundo Xisto (2007), um ambiente competitivo e dinâmico, pressupõe, de forma contínua, a evolução e adaptação organizacional de aspectos relacionados ao capital de giro, a imagem organizacional, a dimensão humana e a aspectos competitivos, frente às novas exigências do mercado de modo que, as fontes da sustentabilidade financeira sejam constantemente renovadas. Segundo o autor, a busca pela sustentabilidade trata-se, portanto, de um processo contínuo que exige reavaliação e planejamento de ações para o seu alcance, relacionando-se à manutenção dos investimentos e recursos, garantindo a capacidade de competição, de geração de valor e de melhoria das condições de vida da população.

Na busca por melhores condições, Kraemer (2004) ressalta que o progresso econômico e a evolução estão indissoluvelmente ligados a proteção ambiental e ao desenvolvimento social. Portanto, a sustentabilidade financeira e a socioambiental devem ser interligadas e consideradas nas instituições. De acordo com Goodland (1995), o valor instrumental das espécies não humanas é enorme para os seres humanos e subestimado por aspetos econômicos, o que aflora a necessidade da integração destas três dimensões no progresso do desenvolvimento sustentável.

2.4.3 Desenvolvimento Sustentável e a Educação Superior

O agravamento dos problemas ambientais, no final do século XX, mobilizou a política internacional em defesa do meio ambiente e promoveu discussões sobre o desenvolvimento sustentável. Pressões exercidas por organismos internacionais e por ambientalistas alteraram os modelos de gestão organizacional, condicionando o comportamento das instituições e a implementação de medidas regulamentadoras para controle das ações sustentáveis das organizações (Viegas; Cabral, 2015).

No contexto do desenvolvimento sustentável da sociedade, as instituições de educação superior têm uma responsabilidade social essencial, considerando tanto o seu papel na formação de futuros líderes, no desenvolvimento de pesquisas e na proliferação da consciência pública sobre o tema (Amaral; Martins; Gouveia, 2015).

Para conscientizar e proporcionar mudanças efetivas na sociedade, o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade foram cada vez mais introduzidos às agendas políticas dos gestores públicos e privados, tornando-se essencial na gestão das universidades (Amaral; Martins; Gouveia, 2015; Viegas; Cabral, 2015). Para Weenen (2000), o desenvolvimento sustentável é o maior desafio para as universidades no século XXI.

Em 1972, em Estocolmo, a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano fez a primeira referência à sustentabilidade no ensino superior (Onu, 1972; Amaral; Martins; Gouveia, 2015; Lago, 2006; Lozano *et al.*, 2015; Lozano *et al.* 2013.). Segundo Lozano *et al.* (2013), a conferência foi formalmente reconhecida em nível internacional por desempenhar um papel importante na promoção da proteção e conservação ambiental, representando etapa histórica para a evolução destes temas, tanto no plano internacional, como no plano interno de diversos países (Lago, 2006). Para Viegas e Cabral (2015), a Conferência incrementou o interesse internacional no papel do ensino superior na promoção de um mundo sustentável. Segundo Passos (2009, p. 12), trata-se de um marco histórico-político internacional que incentivou o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental das nações, buscando “definir padrões de conduta adequados à conservação da natureza, do meio ambiente e, consequentemente, da sociedade humana global”.

Velázquez *et al.* (2006) ressaltam que ao longo dos anos, IES adotaram e seguiram planos de ação para promover com sucesso iniciativas de sustentabilidade. Neste contexto, desde a Conferência, muitas declarações acadêmicas, cartas e parcerias foram elaboradas para fomentar a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável, fornecendo diretrizes ou

estruturas para as IES incorporarem a sustentabilidade em seu sistema (Lozano, 2013; Wright, 2004).

Entre as declarações elaboradas, destaca-se a Declaração de Talloires, a qual foi assinada em outubro de 1990 por reitores e vice-reitores de universidades de diferentes partes do mundo (Lozano, 2013). Segundo Wright (2004), foi o primeiro documento internacional focado especificamente na sustentabilidade no ensino superior e a primeira declaração oficial feita por gestores universitários de um compromisso com a sustentabilidade ambiental. Segundo Lozano (2013), as preocupações que motivaram a declaração foram a degradação ambiental, a poluição, o esgotamento dos recursos naturais e a ameaça à sobrevivência humana e à biodiversidade, ressaltando a necessidade da gestão sustentável nas IES.

Buscando atender a esta necessidade, a declaração trata-se de um “plano de ação para incorporar a sustentabilidade ambiental em faculdades e universidades” que aborda tanto os currículos como a pesquisa, a extensão e as operações das IES, ressaltando a importância da transdisciplinaridade e da implementação do desenvolvimento sustentável em todas as dimensões da gestão universitária (Lozano, 2013; Rohrich; Takahashi, 2019, p. 3). O plano destaca os seguintes pontos de ação: (a) aumento da consciência do desenvolvimento ambiental sustentável; (b) criação de uma cultura institucional de sustentabilidade; (c) educação ambientalmente sustentável para cidadania; (d) promoção da alfabetização ambiental; (e) promoção da ecologia institucional; (f) envolvimento das partes interessadas; (g) colaboração das abordagens interdisciplinares; (h) reforço da capacidade das escolas primárias e secundárias; (i) ampliação do serviço e divulgação nacional e internacional; e (j) manutenção do movimento (Lozano, 2013), os quais buscam garantir o compromisso com a sustentabilidade dentro das IES.

Além da Declaração de Talloires, Lozano *et al.* (2013) e Lozano *et al.* (2015) destacam outros movimentos e iniciativas relacionadas ao desenvolvimento da sustentabilidade no ensino superior, os quais estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Movimentos e iniciativas relacionadas ao desenvolvimento da sustentabilidade no ensino superior

Movimento	Ano	Descrição
Declaração de Halifax	1991	Destacou os papéis e responsabilidades das IES na melhoria da capacidade dos cidadãos para abordar questões ambientais e de desenvolvimento sustentável e apresenta um plano de ação (IISD, 2003a; Lozano <i>et al.</i> , 2013).

Declaração de Kyoto	1993	Incentivou a otimização dos recursos naturais, evitando práticas insustentáveis pelas universidades, o desenvolvimento de pesquisas e a cooperação com os demais segmentos da sociedade, instigando as IES a reverem suas operações (Lozano <i>et al.</i> , 2013).
Declaração de Swansea	1993	Encorajou princípios e práticas de desenvolvimento sustentável e enfatizou a obrigação ética de tais práticas, aumentou a capacidade das pesquisas e da alfabetização sustentável e incentivou a revisão das ações das universidades (Lozano <i>et al.</i> , 2013).
Carta das Universidades para o Desenvolvimento Sustentável da COPERNICUS	1993	Refere-se a um programa de cooperação interuniversitário focado no meio ambiente e no desenvolvimento sustentável, o qual destacou a necessidade de transdisciplinaridade, colaboração universitária e implementação do desenvolvimento sustentável por meio de experiências no campus (Lozano <i>et al.</i> , 2013).
Parceria Global para a Sustentabilidade no Ensino Superior	2000	Buscou desenvolver e compartilhar estratégias, modelos e práticas eficazes para promover a sustentabilidade no ensino superior ((Lozano <i>et al.</i> , 2013).
Declaração de Lüneburg sobre o Ensino Superior para o Desenvolvimento Sustentável	2001	Buscou promover a educação continuada sobre desenvolvimento sustentável, aumentar a conscientização da importância das avaliações de tecnologias e de risco, intensificar o trabalho em redes das IES e promover o desenvolvimento criativo e a implementação de projetos de sustentabilidade (Lozano <i>et al.</i> , 2013).
Declaração de Barcelona	2004	Enfatizou a necessidade de revisão da ligação entre os diferentes níveis dos sistemas educativos, do conteúdo dos cursos, das técnicas e estratégias de ensino, da avaliação e dos sistemas de controle de qualidade relacionadas ao ensino de engenharia, destacando a necessidade de transdisciplinaridade e a necessidade de incluir o desenvolvimento sustentável na estrutura institucional da universidade (Lozano <i>et al.</i> , 2013).
Declaração de Graz	2005	Incentivou a promoção do desenvolvimento criativo e a implementação de ações de sustentabilidade abrangentes e integradas em matéria de ensino e aprendizagem, investigação, responsabilidade social interna e externa (Lozano <i>et al.</i> , 2013).
A Declaração de Turim	2009	Buscou engajamento amplo e global para promover a conscientização sobre questões de sustentabilidade, incluindo apropriação do conceito, parceria com diferentes partes interessadas, fornecimento de liderança e orientação a outros setores da sociedade (Lozano <i>et al.</i> , 2013).
Declaração de Abuja	2009	Reconheceu os problemas de sustentabilidade no continente africano e evidenciou o papel do ensino superior na geração de conhecimento e na formação dos líderes e educadores (Lozano <i>et al.</i> , 2013).
Iniciativa Rio +20 sobre a Sustentabilidade no Ensino Superior	2012	Contribuiu para definição da agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas, buscando a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável (Rohrich; Takahashi, 2019).
Agenda 2030	2015	Marco global para redirecionar a humanidade para um caminho sustentável. Plano de ação para qualquer organização que visa o desenvolvimento sustentável, incluindo as IES (Serafini, 2022).

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em Lozano *et al.* (2013), Lozano *et al.* (2015), Rohrich e Takahashi (2019) e Serafini (2022).

Essas iniciativas apresentadas no Quadro 1, destacaram o papel das IES na conscientização e no desenvolvimento sustentável da nação, incentivando a criação de uma

cultura institucional de sustentabilidade por estas instituições, o envolvimento das partes interessada, reforçando o compromisso político com as questões sustentáveis e a criação de novos movimentos para evolução e manutenção do desenvolvimento sustentável.

De acordo com Wright (2004), estas declarações ganharam aceitação na comunidade do ensino superior e foram endossadas e assinadas por diversas universidades, a fim de fornecer aos gestores das IES uma estrutura para melhor implementar o desenvolvimento sustentável em seus sistemas. Entretanto, ressalta-se que a mera assinatura não garante a implementação do desenvolvimento sustentável nas ações dessas IES, tampouco a mudança desejada. Para tal, é necessário que estas instituições sejam responsabilizadas, avaliadas e monitoradas quanto ao compromisso assumido em suas operações (Wright, 2004; Lozano *et al.*, 2015).

Analisando aos movimentos apresentados no Quadro 1, Rohrich e Takahashi (2019) ressaltam que aspectos econômicos, sociais e ambientais das operações das IES estiveram presentes nos debates e na formulação das diretrizes para gestão das universidades. Estas são as três dimensões da sustentabilidade. De forma contributiva para a implementação do desenvolvimento sustentável, Amaral, Martins e Gouveia (2015) destacam que as universidades precisam incorporar a estas dimensões, as dimensões das suas operações organizacionais como a educação, pesquisa, operações e extensão. Corroborando, Lozano *et al.* (2015), destacam que as universidades estão internalizando as medidas de educação ambiental e de sustentabilidade nos seus sistemas elementares de ensino, pesquisa e extensão.

Apesar da elaboração destas diretrizes para gestão, de acordo com Velázquez *et al.* (2006), a continuidade de implementação do desenvolvimento sustentável compromete-se pela falta de apoio na implementação e de orientação clara sobre a conceituação de universidade sustentável. Neste sentido, o autor conceitua universidade sustentável como uma instituição que envolva e promova, a nível regional ou global, a minimização de impactos ambientais negativos, considerando os efeitos econômicos e sociais do uso dos seus recursos a fim de cumprir as suas funções de ensino e pesquisa para auxiliar na transformação da sociedade.

Segundo Amaral, Martins e Gouveia (2015), a definição de universidade sustentável presente na literatura refere-se às preocupações ambientais, econômicas e sociais que as universidades devem ter em suas atividades, e a obrigação de “liderar pelo exemplo”. Para os autores, de modo geral, uma universidade sustentável deve ensinar o conceito e a filosofia do desenvolvimento sustentável aos seus alunos, mas também implementar a filosofia no dia a dia organizacional, adotando as dimensões da sustentabilidade no ensino, na pesquisa, na extensão e nas demais operações da instituição, devendo sempre ter o seu desempenho avaliado e reportado. Para Boiocchi *et al.* (2024), as IES são importantes condutores para o

desenvolvimento e para a implementação de boas práticas de sustentabilidade. Corroborando com os autores, Kim *et al.* (2024) destacam que o conceito de sustentabilidade na educação superior é multidimensional e inclui tanto a educação dos alunos quanto a adoção de práticas de sustentabilidade pela IES. Segundo Clugtons e Calder (2000, p.3), uma IES sustentável busca a compreensão pelos alunos da degradação do ambiente, motivando-os na procura de práticas sustentáveis e sensibilizando-os para as injustiças sociais.

De modo a incentivar a adoção de práticas sustentáveis no contexto da educação superior, políticas públicas desempenham papel orientador e, como estas são influenciadas pelos seus sistemas de avaliação, é necessário que estes abordem a sustentabilidade em seus processos. Entretanto, no específico, indicadores que possibilitam a avaliação da sustentabilidade socioambiental e financeira das IES se apresentam parcamente contextualizados nos atuais instrumentos de avaliação propostos pelo INEP (INEP, 2017a; 2017b; 2017c; 2017d), o que aflora a necessidade de modificação dos mesmos para que o alcance do desenvolvimento sustentável passe a ser um dos objetivos destas instituições.

2.5 UM OLHAR SOBRE AS PESQUISAS REALIZADAS

A revisão sistemática, evidenciada na seção 3.2, possibilitou identificar artigos, teses e dissertações que contribuíram para a consolidação da revisão teórica. Entre os achados encontrados nestas pesquisas, cabe ressaltar alguns aspectos da avaliação da educação superior e da sustentabilidade das IES destacados pelos pesquisadores.

Considerando o desenvolvimento sustentável, observou-se o destaque para aspectos relacionados à importância dos indicadores de sustentabilidade para avaliação das IES; à avaliação de práticas sustentáveis das operações das IES; à proposição de mecanismos e indicadores para avaliação da sustentabilidade das IES; à avaliação dos impactos das IES no desenvolvimento sustentável; entre outros aspectos (Adenle *et al.* 2021; Drahein, 2016; Espinoza *et al.*, 2020; Pacheco, 2016; Piacitelli, 2019; Galvão; Corrêa; Alvez, 2011).

No contexto da avaliação socioambiental, os seguintes aspectos foram destacados pelos pesquisadores da área: a utilização/proposição de indicadores da dimensão ambiental como ferramenta para avaliação da sustentabilidade das IES; o mapeamento de modelos de avaliação da sustentabilidade ambiental das IES; a análise da pegada ecológica das IES, considerando as operações, as políticas públicas e os objetivos educacionais; o desenvolvimento de sistemas de gerenciamento ambiental para as IES; a avaliação da responsabilidade social das IES, entre outros (Adenle *et al.* 2020a; Almeida; Sellitto, 2013; Lamcrechts; Liedekerke, 2014; Silva,

2019; Pedro; Costa, 2021; Lo-iacono-ferreira; Capuz-rizo; Torregrosa-lópes, 2018; Nascimento *et al.*, 2015).

Na revisão teórica realizada, considerando a dimensão financeira da sustentabilidade, observou-se o destaque para aspectos relacionados ao desenvolvimento de ferramentas para avaliação da situação financeira da IES; à evidenciação das dificuldades financeiras das IES; à análise do impacto da análise do desempenho financeiro na gestão das IES; à análise do custo e da eficiência dos gastos das IES, entre outros aspectos (Cardoso, Ensslin e Dias, 2016; Agha *et al.* 2011; Aftar; Shahrabi; Esfahani, 2013; Bisogno; Citro; Tommasetti, 2014; Dantas, 2018; Feranecová; Krigovká, 2016; Cergic; Kozarevic, 2019; Ribeiro, 2018; Silva, 2019).

Nas teses e dissertações selecionadas, foram identificados 591 indicadores para avaliação das instituições de educação superior, dos quais 425 relacionavam-se às dimensões da sustentabilidade: 121 referiam-se à dimensão ambiental, 213 à dimensão financeira e 139 à dimensão social. Nos artigos selecionados, foram identificados identificou-se 1561 indicadores para avaliação das instituições de educação superior, dos quais 1047 relacionavam-se às dimensões da sustentabilidade: 438 referiam-se à dimensão ambiental, 315 à dimensão financeira e 402 à dimensão social. Estes indicadores subsidiaram a proposição do *framework* com indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo divide-se em: pressupostos epistemológicos; procedimentos para seleção dos portfólios bibliográficos; caracterização da pesquisa e procedimentos metodológicos; e conceitos centrais da tese.

3.1 PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS

Com base em Sánchez (2020), ontologia refere-se a “compreensão sobre como as coisas são”, a forma como o pesquisador percebe o mundo e seus fenômenos (Saccol, 2009, p. 4). Duas visões, opostas e extremas, se confrontam: idealista e realista. Esta considera que o mundo existe independente das percepções e da consciência dos seres humanos, baseando-se em estruturas imutáveis e tangíveis. Apenas fenômenos observáveis, mensuráveis e independentes da percepção humana são passíveis de construir conhecimento, verdades objetivas e universais. A visão idealista considera que o fenômeno passa a existir ao ser percebido por um observador

em uma construção mental, relacionando-se ao mundo das ideias. As coisas existem apenas a partir da percepção do ser pensante (Burrell; Morgan, 1979; Saccol, 2009).

Além dessas visões, há a interação sujeito-objeto que considera a realidade como “uma interação entre as características de um determinado objeto e a compreensão que os seres humanos criam a respeito desse objeto, socialmente, por meio da intersubjetividade” (Saccol, 2009, p. 268).

A ontologia relaciona-se com a forma de geração de conhecimento da pesquisa, a epistemologia. Juntas fornecem orientações sobre a visão de mundo e sobre a natureza da pesquisa que fundamentam e influenciam o pesquisador (Creswell, 2010; Saccol, 2009). A epistemologia relaciona-se ao “conhecimento-processo”, ao estudo do processo do saber, ao estudo do conhecimento, à forma de geração de conhecimento (Japiassu, 1991). De acordo com Castañon (2007), refere-se ao estudo dos métodos, critérios e organização do conhecimento sistemático.

Saccol (2009) destaca as seguintes linhas de pensamento epistemológicas: o objetivismo, o subjetivismo e o construtivismo. A primeira linha adota que há um significado objetivo e racional em todo fenômeno, independente das percepções mentais do ser humano. A visão do subjetivismo considera que os significados são resultantes de construções mentais dos seres pensantes. E o construtivismo pressupõe que significados são construídos e não descobertos, a partir da interação com o sujeito ocorre a construção do conhecimento.

Burrell e Morgan (1979) dividem a epistemologia em positivista e antipositivista. O positivismo, segundo os autores, procura explicar e prever o que acontecerá no mundo social baseado em relações causais entre elementos. O antipositivismo considera o mundo social como algo relativo que só pode ser compreendido a partir da consideração do sujeito.

A compreensão epistemológica e ontológica da realidade influencia os paradigmas das pesquisas. De acordo com Saccol (2009), o paradigma relaciona-se às crenças e pressupostos acerca da realidade, da compreensão de como as coisas são e das formas de construção de conhecimento. Segundo Kuhn (2013, p. 188), o conhecimento científico estrutura-se pela adoção de um paradigma: estrutura mental que organiza o pensamento sobre a realidade e seus eventos, o que os membros de uma comunidade científica partilham. Esta estrutura envolve crenças, valores e técnicas, as quais são compartilhadas pelas comunidades científicas e revelam opções ontológicas, epistemológicas e metodológica dos pesquisadores (Kuhn, 2013; Barbosa *et al.*, 2013). Refere-se ao “[...] conjunto coerente de pressupostos, conceitos, valores e práticas que constitui a forma de encarar a realidade pela comunidade que o compartilha [...]” (Clegg,

Kornberger; Pitsis, 2011, p. 66), o que é refletido nos instrumentos de avaliação da educação superior.

Os paradigmas, de acordo com Burrell e Morgan (1979), para analisar a teoria social são: funcionalista, estruturalista radical, interpretacionista e humanista radical. Enquanto, os dois primeiros baseiam-se no objetivismo, os últimos utilizam uma abordagem subjetivista (Burrell; Morgan, 1979; Vergara; Caldas, 2005).

O paradigma funcionalista baseia-se no positivismo, uma vez que admite que os fenômenos ocorrem dentro de formas invariantes, recorrendo ao que é observável, adotando uma visão realista da realidade (Amboni *et al.*, 2016; Burrell; Morgan, 1979). De acordo com o paradigma interpretativista, a “realidade não é algo dado e posto, esperando ser mensurada”. Considera que o “conhecimento é construído a partir de interações entre as pessoas dentro de um contexto social”, não podendo, portanto, a natureza dos fenômenos sociais ser compreendida da mesma forma que a dos naturais e físicos, importando a interação com o sujeito (Barbosa *et al.*, 2013, p. 13).

De acordo com Amboni *et al.* (2016), a utilização de múltiplos paradigmas é relevante, pois incentiva os estudiosos a observar os fenômenos sob diferentes visões, estabelecendo conexões entre paradigmas. As lacunas deixadas por um paradigma podem ser complementadas pelos pressupostos de outro, auxiliando na compreensão da realidade social. Segundo os autores, a partir da abordagem multiparadigmática, pode-se empregar técnicas interpretativistas para identificações funcionalistas preliminares, ou até mesmo o contrário, utilizar métodos positivistas a fim de operacionalizar e testar constructos identificados de forma interpretativa. Entretanto, a articulação entre estes paradigmas só pode ser feita se o pesquisador mantiver a coerência e a consistência do que está sendo pesquisado.

Esta pesquisa utiliza uma abordagem multiparadigmática. Ao identificar o contexto dos indicadores de sustentabilidade financeira e socioambiental em instrumentos de avaliação nacionais; e ao caracterizar as dimensões consideradas relevantes para a avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior propostas pela literatura científica, evidenciadas por universidades federais; e destacadas e especificadas em instrumentos de acreditação e em outros instrumentos de avaliação da educação superior esta pesquisa adota uma visão realista, objetivista, positivista, considerando o paradigma funcionalista. Entretanto, ao propor, a partir da percepção da pesquisadora, indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira considera a interação sujeito-objeto, adotando uma visão construtivista, baseando-se no paradigma interpretacionista no processo de construção (Saccol, 2009).

3.1.1 Instrumento de Avaliação

Considerando o processo da avaliação, a forma como o conhecimento é construído, de acordo com Dias e Tsoukiàs (2004) pode ser orientada pelas abordagens: normativista, descritivista, prescritivista ou construtivista.

A percepção realista de mundo, de acordo com Roy (1993) orienta as abordagens normativistas e descritivistas para construção de modelos de avaliação, não considerando a percepção humana como elemento de decisão. As abordagens normativistas derivam modelos de racionalidade com normas estabelecidas a priori. Nesses casos, busca-se uma aplicação universal, com regras pré-estabelecidas, sejam elas: normas, leis ou dogmas religiosos (Dias; Tsoukiàs, 2004; Roy, 1993).

Os indicadores do SINAES ao serem orientados, no caso da avaliação institucional, pelas dez dimensões estabelecidas pela Lei nº 10.861 de 2004, visando o desenvolvimento de modelo de avaliação para aplicação em um contexto genérico (o das IES brasileiras), fundamentam-se na abordagem normativista (regulatória) e no paradigma positivista.

Diferentemente, a abordagem construtivista considera a interação sujeito-objeto no processo de avaliação, ou seja, adota a intersubjetividade. Esta visão de mundo relaciona-se fortemente com o paradigma interpretativista (Saccol, 2009).

Nota-se, portanto, que este estudo, ao identificar e contextualizar os indicadores de sustentabilidade financeira e socioambiental em instrumentos de avaliação nacionais e internacionais, analisará um instrumento desenvolvido sob o paradigma positivista, o SINAES. E, ao propor um *framework* com indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira, considera a interação com o sujeito no processo, adotando a abordagem interpretativa para compreensão do fenômeno social.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA SELEÇÃO DOS PORTFÓLIOS BIBLIOGRÁFICOS

A seleção dos portfólios bibliográficos de artigos desta pesquisa configurou-se em um processo estruturado composto pelas seguintes etapas: (a) seleção do banco de artigos bruto; (b) seleção dos artigos com título alinhado; (c) seleção dos artigos com resumo alinhado; (d) seleção dos artigos com acesso disponível; e (e) seleção do portfólio bibliográfico final. Este processo foi estruturado com base em Ensslin *et al.* (2010).

Foram selecionados três portfólios bibliográficos de artigos referentes aos seguintes fragmentos da literatura: (a) Avaliação da Educação Superior, selecionado em bases de dados

nacionais: *Spell* e *Scielo*; (b) Avaliação da Sustentabilidade Ambiental na Educação Superior e (c) Avaliação Financeira na Educação Superior, selecionados nas bases: *Scopus*, *Web of Science* e *Ebsco*.

Para cada fragmento da literatura foram definidos os eixos de pesquisa e as palavras-chave a serem utilizadas. O Quadro 2 apresenta os dados e os resultados da busca: Avaliação da Educação Superior.

Quadro 2: Seleção de Artigos - Avaliação da Educação Superior

Eixos de Pesquisa e Palavras-chave				
Avaliação		Educação	Superior	
Avaliação		Educação	Superior	
Acreditação		Ensino		
Comando de Busca				
("Avaliação" OR "Acreditação") AND ("Educação" OR "Ensino") AND ("Superior")				
Bases de dados: Scielo e Spell.				
A busca foi realizada nos títulos, nos resumos e nas palavras-chaves dos artigos				
Resultado Bruto	Artigos com Título Alinhado	Artigos com Resumo Alinhado	Artigos com Acesso Disponível	Portfólio Bibliográfico Final
969	202	82	82	13

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em pesquisa às Bases de Dados Scielo e Spell, em 2022. Busca realizada em 03 de janeiro de 2022.

Conforme apresentado no Quadro 2, a busca inicial nas bases de dados resultou em 969 artigos. Destes, 85 artigos estavam duplicados e foram excluídos. Realizou-se a leitura dos títulos dos artigos restantes, dos quais 202 estavam com o título alinhado. 82 estavam com o título e o resumo alinhados e disponíveis para acesso. Após a leitura integral, 13 artigos foram selecionados para compor o portfólio bibliográfico final da Avaliação da Educação Superior. O Quadro 3 apresenta as referências dos artigos selecionados.

Quadro 3: Portfólio Bibliográfico de Artigos - Avaliação da Educação Superior

Nº	Referência
1	ALMEIDA, T. S. M.; SELLITTO, M. A. Avaliação do desempenho ambiental de uma instituição pública de ensino técnico e superior. Produção , v. 23, n. 3, p. 625-636, 2013.
2	BARBOSA, G. C.; FREIRE, F. S.; CRISÓSTOMO, V. L. Análise dos indicadores de gestão das IFES e o desempenho discente no ENADE. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior , v. 16, n. 2, p. 317-344, 2011.
3	BERTOLIN, J. C. G. Indicadores em nível de sistema para avaliar o desenvolvimento e a qualidade da educação superior brasileira. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior , v. 12, n. 2, p. 309-331, 2007.

4	FEREIRA, M. C.; SANTOS, W. J. L. D.; PESSANHA, J. F. M. Avaliação do ensino superior: análise dos indicadores instituídos pelo TCU para as IFES. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ , v. 18, n. 1, p. 104-124, 2013.
5	GALVÃO, H. M.; CORRÊA, H. L.; ALVES, J. L. Modelo de avaliação de desempenho global para instituição de ensino superior. Revista de Administração da UFSM , v. 4, n. 3, art. 7, p. 425-441, 2011.
6	KLANN, R. C.; CUNHA, P. R.; RENGEL, S.; SCARPIN, E. Avaliação de desempenho das instituições de ensino superior pertencentes à Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE). Contabilidade, Gestão e Governança , v. 15, n. 3, p. 71-87, 2012.
7	MARTINS, V. A. Proposta de um mapa estratégico para uma universidade pública. Revista Evidenciação Contábil & Finanças , v. 3, n. 2, p. 88-103, 2015.
8	NASCIMENTO, J. M. L.; CURI, R. C.; CURI, W. C.; SOUZA, C. B. Metodologia para avaliar a responsabilidade social das universidades públicas. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas) , v. 20, n. 3, p. 685-702, 2015.
9	REIS, C. Z. T.; SILVEIRA, S. F. R.; FERREIRA, M. A. M. Autoavaliação em uma instituição federal de ensino superior: resultados e implicações. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior , v. 15, n. 3, p. 109-129, 2010.
10	ROLIM, L. F.; ALMEIDA, A. T. C.; LOMBARDI FILHO, S. C.; JÚNIOR, O. R. A. avaliação da eficiência dos gastos das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras. Teoria e Prática em Administração , v. 11, n. 1, p. 1-16, 2021.
11	SANTOS, A. R.; BARBOSA, F. L. S.; MARTINS, D. F. V.; MOURA, H. J. Orçamento, indicadores e gestão de desempenho das Universidades Federais Brasileiras. Administração Pública e Gestão Social , v. 9, n. 4, p. 276-285, 2017.
12	SANTOS, L. P. G. Uma contribuição à discussão sobre a avaliação de desempenho das instituições federais de ensino superior: uma abordagem da gestão econômica. Revista Contabilidade & Finanças , v. 13, n. 28, p. 86-99, 2002.
13	WEBER, J.; MACHADO, N. S.; PADGETT, R. C. M. L.; SEHNEM, S. Indicadores de sustentabilidade para Instituições de Ensino Superior: O caso da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade , v. 10, n. 4, p. 42-55, 2020.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em pesquisa às Bases de Dados Scielo e Spell, em 2022. Busca realizada em 03 de janeiro de 2022.

A partir do Quadro 3, identifica-se os 13 artigos selecionados para compor o portfólio bibliográfico final da Avaliação da Educação Superior. O Quadro 4 apresenta os dados e os resultados da busca: Avaliação da Sustentabilidade Ambiental na Educação Superior.

Quadro 4: Seleção de Artigos - Avaliação da Sustentabilidade Ambiental na Educação Superior

Eixos de Pesquisa e Palavras-chave			
Avaliação	Educação Superior	Sustentabilidade	Ambiental
<i>Accreditation</i>	<i>Higher Education</i>	<i>Sustainability</i>	<i>Environmental</i>
<i>Assessment</i>	<i>Universities</i>	<i>Sustainable</i>	
<i>Evaluation</i>	<i>University</i>		
Comando de Busca ("Accreditation" OR "Assessment" OR "Evaluation") AND ("Higher Education" OR "Universities" OR "University") AND ("Sustainability" OR "Sustainable") AND ("Environmental")			

Bases de dados: Ebsco, Scopus e Web of Science. A busca foi realizada nos títulos, nos resumos e nas palavras-chaves dos artigos.				
Resultado Bruto	Artigos com Título Alinhado	Artigos com Resumo Alinhado	Artigos com Acesso Disponível	Portfólio Bibliográfico Final
1838	219	102	94	22

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em pesquisa às Bases de Dados *Ebsco*, *Scopus* e *Web of Science*, em 2022. Busca realizada em 11 de janeiro de 2022.

A busca inicial nas bases de dados referente a Avaliação da Sustentabilidade Ambiental na Educação Superior resultou em 1838 artigos, dos quais 371 artigos estavam duplicados. Dos artigos não duplicados, 219 estavam com o título alinhado e 102 artigos estavam com o título e o resumo alinhado. Destes, 94 estavam com acesso disponível. Após a leitura integral dos artigos disponíveis, 22 artigos foram selecionados para compor o portfólio bibliográfico final, conforme apresentado no Quadro 4. O Quadro 5 apresenta as referências dos artigos selecionados.

Quadro 5: Portfólio Bibliográfico de Artigos – Avaliação da Sustentabilidade Ambiental da Educação Superior

Nº	Referência
1	ADENLE, Y. A.; CHAN, E. H. W.; SUN, Y.; CHAU, C. K. Assessing the relative importance of sustainability indicators for smart campuses: A case of higher education institutions in Nigeria. Environmental and Sustainability Indicators , v. 9, 2021.
2	ADENLE, Y. A.; CHAN, E. H. W.; SUN, Y.; CHAU, C. K. Exploring the coverage of environmental-dimension indicators in existing campus sustainability appraisal tools. Environmental and Sustainability Indicators , v. 8, 2020a.
3	ADENLE, Y. A.; CHAN, E. H. W.; SUN, Y.; CHAU, C. K. Modifiable campus-wide appraisal model (mocam) for sustainability in higher education institutions. Sustainability , v. 12, n. 17, 2020b.
4	ALGHAMDI, A.; HAIDER, H.; HEWAGE, K. SADIQ, R. Inter-university sustainability benchmarking for Canadian Higher Education Institutions: water, energy, and carbon flows for technical-level decision-making. Sustainability , v. 11, n. 9, 2019.
5	ALSHUWAIKHAT, H. M.; ABUBAKAR, I. R.; AINA, A. A.; UMAIR, M. The development of a gis-based model for campus environmental sustainability Assessment. Sustainability , v. 9, n. 3, 2017.
6	BLASCO, N.; BRUSCA, I.; LABRADOR, M. Assessing sustainability and its performance implications: an empirical analysis in Spanish Public Universities. Sustainability , v. 11, n. 19, 2019.
7	CASADO-ARANDA, L. A.; CAEIRO, S. S.; TRINDADE, J.; PAÇO, A.; CASAS, D. L.; LANDETA, A. Are distance higher education institutions sustainable enough? - A comparison between two distance learning universities. International Journal of Sustainability in Higher Education , v. 22, n. 4, p. 709-730, 2021.
8	ESPINOZA, G. A. P.; GODÍNEZ, C. L. I.; AGUIRRE, S. D.; ALFONDO, Y. R. Propuesta de indicadores valorativos de la sostenibilidad de universidades ecuatorianas. Ingeniería Industrial , v. 41, n. 3, p. 1-14, 2020.
9	FINDLER, F.; SCHÖNHERR, N.; LOZANO, R.; STACHERL, B. Assessing the impacts of higher education institutions on sustainable development-an analysis of tools and indicators. Sustainability , v. 11, n. 1, 2019.

10	GODÍNEZ, C. L. I.; AGUIRRE, S. D.; MACYENCI, L. R. B.; REBECA, H. D.; FRANCIS, H. L.; JOEL, G. B. Indicadores para la evaluación del desempeño ambiental de los Centros de Educación Superior (CES). Revista CENIC Ciencias Químicas , v. 40, n. 4, p. 1-12, 2009.
11	HORAN, W.; O'REGAN, B. Developing a practical <i>framework</i> of sustainability indicators relevant to all higher education institutions to enable meaningful international rankings. Sustainability , v. 13, n. 2, p. 1-15, 2021.
12	JORGE, M. L.; J. H.; MADUEÑO, J. H.; CALZADO, Y.; ANDRADES, J. A proposal for measuring sustainability in universities: a case study of Spain. International Journal of Sustainability in Higher Education , v. 17, n. 5, p. 671-697, 2016.
13	LAMBRECHTS, W.; LIEDEKERKE, L. V. Using ecological footprint analysis in higher education: Campus operations, policy development and educational purposes. Ecological Indicators , v. 45, p. 402-406, 2014.
14	LI, Y.; GU, Y.; LIU, C. Prioritising performance indicators for sustainable construction and development of university campuses using an integrated assessment approach. Journal of Cleaner Production , v. 202, p. 959-968, 2018.
15	LO-IACONO-FERREIRA, V. G.; CAPUZ-RIZO, S. F.; TORREGROSA-LÓPES, J. L. Key Performance Indicators to optimize the environmental performance of Higher Education Institutions with environmental management system - A case study of Universitat Politècnica de Valencia." Journal of Cleaner Production , v.178, p. 846-865, 2018.
16	PACHECO, R. M.; MACHADO, M. M.; MONTALVÁN, R. A. V.; PINTO, C. R. S. C. Análise da sustentabilidade das operações de instituições federais de ensino superior com a ferramenta Stars: a experiência da Universidade Federal de Santa Catarina. Revista De Gestão Ambiental e Sustentabilidade-Geas , v. 8, n. 2, p. 205-234, 2019.
17	PEDRO, E. P.; COSTA, H. G. Assessment of environmental sustainability in the context of the Higher Education Institutions: Model mapping. Meta: Avaliação , v. 13, n. 40, p. 724-746, 2021.
18	SILVA JUNIOR, A; MARTINS-SILVA, P. O.; VASCONCELOS, K. C. A.; SILVA, V. C.; MELO, M. R.; DUMER, M. C. R. Sustainability indicators for the management of Brazilian higher education institutions. BAR - Brazilian Administration Review , v. 15, n. 3, 2018.
19	SILVA, G. S.; L. D. ALMEIDA, L. D. sustainability indicators for higher education institutions: a proposal based on the literature review. Revista De Gestão Ambiental e Sustentabilidade-Geas , v. 8, n. 1, p. 123-144, 2019.
20	WAHEED, B.; KHAN, F. I.; VEITCH, B. Developing a quantitative tool for sustainability assessment of HEIs. International Journal of Sustainability in Higher Education , v. 12, n. 4, p. 355-368, 2011.
21	WAHEED, B.; KHAN, F. I.; VEITCH, B.; HAWBOLDT, K. Ranking Canadian universities: A quantitative approach for sustainability assessment using uD-SiM. International Journal of Sustainable Engineering , v. 5, n. 4, p. 357-373, 2012.
22	WEBER, J.; MACHADO, N. S.; PADGETT, R. C. M. L.; SEHNEM, S. Indicadores de Sustentabilidade para Instituições de Ensino Superior: O Caso da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade , v. 10, n. 4, p. 42-55, 2020.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em pesquisa às Bases de Dados *Ebsco*, *Scopus* e *Web of Science*, em 2022. Busca realizada em 11 de janeiro de 2022.

A partir do Quadro 5, identifica-se os 22 artigos selecionados para compor o portfólio bibliográfico final da Avaliação da Sustentabilidade Ambiental da Educação Superior. Ressalta-se que o artigo selecionado de Weber *et al.* (2020) faz parte dos portfólios da Avaliação da Sustentabilidade Ambiental da Educação Superior e da Avaliação da Educação Superior.

O Quadro 6 apresenta os dados e os resultados da busca: Avaliação Financeira na Educação Superior.

Quadro 6: Seleção de Artigos - Avaliação Financeira na Educação Superior

Eixos de Pesquisa e Palavras-chave				
	Avaliação	Educação Superior	Finanças	
	<i>Acreditation</i>	<i>Higher Education</i>	<i>Finance</i>	
	<i>Assessment</i>	<i>Universities</i>	<i>Finances</i>	
	<i>Evaluation</i>	<i>University</i>	<i>Financial</i>	
Comando de Busca <i>("Acreditation" OR "Assessment" OR "Evaluation") AND ("Higher Education" OR "Universities" OR "University") AND ("Financial" OR "Finance" OR "Finances")</i> Bases de dados: <i>Ebsco, Scopus e Web of Science.</i> A busca foi realizada nos títulos, nos resumos e nas palavras-chaves dos artigos.				
Resultado Bruto	Artigos com Título Alinhado	Artigos com Resumo Alinhado	Artigos com Acesso Disponível	Portfólio Bibliográfico Final
3536	263	123	90	24

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em pesquisa às Bases de Dados *Ebsco, Scopus e Web of Science*, em 2022. Busca realizada em 14 de janeiro de 2022.

Conforme apresentado no Quadro 6, a busca inicial nas bases de dados resultou em 3536 artigos. 457 artigos estavam duplicados e foram excluídos. Realizou-se a leitura dos títulos dos artigos restantes e 263 estavam alinhados. 123 estavam com o título e o resumo alinhados e 91 disponíveis para acesso. Após a leitura integral dos 90 artigos, 24 foram selecionados para compor o portfólio bibliográfico final da Avaliação Financeira na Educação Superior. O Quadro 7 apresenta as referências dos artigos selecionados.

Quadro 7: Portfólio Bibliográfico de Artigos - Avaliação Financeira na Educação Superior

Nº	Referência
1	AGHA, S. R.; KUHAİL, I.; ABDELNABI, N.; SALEM, M.; GHANIM, A. Assessment of academic departments efficiency using data envelopment analysis. Journal of Industrial Engineering and Management , v. 4, n. 2, p. 301-325, 2011.
2	ATAFAR, A.; SHAHRABI, M. A.; ESFAHANI, M. J. Evaluation of university performance using BSC and ANP. Decision Science Letters , v. 2, n. 4, p. 305-311, 2013.
3	BISOGNO, M.; CITRO, F.; TOMMASETTI, A. The financial distress of public sector entities. Evidence from Italian public universities. International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation , v. 10, n. 2, p. 203-227M, 2014.
4	CARDOSO, T. L.; ENSSLIN, S. R.; DIAS, J. Avaliação de Desempenho da Sustentabilidade Financeira da Universidade do Mindelo (Cabo Verde): um Modelo Multicritério Construtivista. Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios , v. 9, n. 2, p. 234-264, 2016.
5	CERGIC, F.; KOZAREVIC, E. The Impact Of Performance Analysis On The Financial Management And Control At Public Universities In Bosnia And Herzegovina Federation. Management-Journal of Contemporary Management Issues , v. 24, n. 2, p. 145-153, 2019.

6	CHEN, S. H.; YANG, C.; SHIAU, J. The application of balanced scorecard in the performance evaluation of higher education. TQM Magazine , v. 18, n. 2, p. 190-205, 2006.
7	FERANECOVA, A.; KRIGOVSKA, A. Measuring the performance of universities through cluster analysis and the use of financial ratio indexes. Economics and Sociology , v. 9, n. 4, p. 259-271, 2016.
8	GURBAN, I.; A. SUDAKOVA. An assessment methodology for the development of higher education in Russia. Mediterranean Journal of Social Sciences , v. 6 n. 5, p. 197-210, 2015.
9	KAUR, H. Assessing Technical Efficiency of the Indian Higher Education: An Application of Data Envelopment Analysis Approach. Higher Education for the Future , p. 8, n. 2, p. 197-218, 2021.
10	KUDTA, J.; STACHOWIAK-KUDTA, M.; FIGURSKI, A. Quality of teaching and research in public higher education in Poland: Relationship with financial indicators and efficiency. Journal of Management and Business Administration , v. 24, n. 4, p. 88-109, 2016.
11	MARTÍNEZ-CAMPILLO, A.; FERNÁNDEZ-SANTOS, Y. The impact of the economic crisis on the (in)efficiency of public Higher Education institutions in Southern Europe: The case of Spanish universities. Socio-Economic Planning Sciences , v. 71, 2020.
12	MORENO, A. A.; TADEPALLI, R. Assessing academic department efficiency at a public university. Managerial and Decision Economics , v. 23, n. 7, p. 385-397, 2002.
13	PORTOCARRERO-SIERRA, L., J. A. RESTREPO-MORALES, J. A.; ARIAS-CALDERÓN, J. E. Evaluación del impacto de la acreditación de alta calidad en las instituciones públicas de educación superior de Colombia. Formacion Universitaria , v. 13, n. 6, p. 37-50, 2020.
14	SANTOS, A. R.; BARBORA, F. L. S.; MARTINS, D. F. V.; MOURA, J. H. Orçamento, Indicadores e Gestão de Desempenho das Universidades Federais Brasileiras. Administração Pública e Gestão Social , v. 9, n. 4, p. 276-285, 2017.
15	SARI, R. F.; LUDDIN, M. R.; RAHMATC, A. Performance evaluation of academic services in the university using the balanced scorecard: A study at an Indonesian open university. International Journal of Innovation, Creativity and Change , v. 12, n. 12, p. 627-660, 2020.
16	SAZONOV, S. P.; KHARLAMOVA, E. E.; CHEKHOVSKAYA, I. A.; POLYANSKAYA, E. A. Evaluating financial sustainability of higher education institutions. Asian Social Science , v. 11, n. 20, p. 34-40, 2015.
17	SELVA, M. L. M.; MEDINA, R. P.; MARZAL, C. C. Quality and efficiency of Spanish Public Universities. Revista de Estudios Regionales , v. 99, p. 135-154, 2014.
18	SILVA JUNIOR, A.; MARTINS-SILVA, P. O.; VASCONCELOS, K. C. A.; SILVA, V. C.; MELO, M. R.; DUMER, M. C. R. Sustainability indicators for the management of Brazilian higher education institutions. BAR - Brazilian Administration Review , v. 15, n. 3, 2018.
19	STEJSKAL, K.; SAYED, N.; LENTO, C. Mapping stakeholder expectations of a publicly funded post-secondary institution: A balanced scorecard perspective. Accounting and the Public Interest , v. 20, n. 1, p. 104-137, 2020.
20	TAVARES, R. S.; ANGULO-MEZA, L.; SANT'ANNA, A. P. A proposed multistage evaluation approach for Higher Education Institutions based on network Data envelopment analysis: A Brazilian experience. Evaluation and Program Planning , v. 89, 2021.
21	TIMOVSKI, R.; PACEMSKA, T. A. Application of new mathematical models in the higher education evaluation process. South East European Journal of Sustainable Development , v. 5, n. 3, p. 102-111, 2021.
22	TRAN, C. T. T.; VILLANO, R. A. Financial efficiency of tertiary education institutions: a second-stage dynamic network data envelopment analysis method. Singapore Economic Review , v. 66, n. 5, p. 1421-1442, 2021.
23	TRAN, C. T. T.; VILLANO, R. A. Input rigidities and performance of Vietnamese Universities. Asian Economic Journal , v. 31, n. 3, p. 253-273, 2017.
24	WU, H.; KIN, Y.; CHANG, C. Performance evaluation of extension education centers in universities based on the balanced scorecard. Evaluation and Program Planning , v. 34, n. 1, p. 37-50, 2011.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em pesquisa às Bases de Dados *Ebsco*, *Scopus* e *Web of Science*, em 2022. Busca realizada em 14 de janeiro de 2022.

A partir do Quadro 7, identifica-se os 24 artigos selecionados para compor o portfólio bibliográfico final da Avaliação Financeira na Educação Superior. Ressalta-se que o artigo

selecionado de Silva Júnior *et al.* (2015) faz parte tanto do portfólio da Avaliação Financeira na Educação Superior quanto do portfólio da Avaliação da Sustentabilidade Ambiental da Educação Superior.

A partir da seleção dos três portfólios de artigos, verificou-se que as dimensões sustentabilidade financeira e socioambiental da avaliação da educação superior são abordadas pela literatura, mas não há preocupação com o desenvolvimento de uma ferramenta que adote suficientemente tais dimensões de forma conjunta para orientação do processo de avaliação da educação superior.

A fim de identificar teses e dissertações a respeito do tema desta pesquisa, realizou-se quatro buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) referentes a avaliação da sustentabilidade da educação superior; avaliação financeira na educação superior; instrumento de avaliação da educação superior e ao custo: educação superior.

O Quadro 8 apresenta os resultados da busca referente a Avaliação da Sustentabilidade na Educação Superior na BDTD.

Quadro 8: Seleção de Teses e Dissertações - Avaliação da Sustentabilidade da Educação Superior

Eixos de Pesquisa e Palavras-chave				
Avaliação <i>Avaliação</i> <i>Acreditação</i>	Educação <i>Educação</i> <i>Ensino</i>	Superior <i>Superior</i>	Sustentabilidade <i>Sustentabilidade</i>	
Comando de Busca <i>("Avaliação" OR "Acreditação") AND ("Educação" OR "Ensino") AND ("Superior") AND ("Sustentabilidade")</i>				
A busca foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).				
Resultado Bruto	Teses e Dissertações com Títulos Alinhados	Teses e Dissertações com Resumo Alinhado	Teses e Dissertações com Acesso Disponível	Portfólio Bibliográfico Final
213	41	18	12	5

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em pesquisa à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Busca realizada em 08 de janeiro de 2022.

A busca inicial resultou em 213 teses e dissertações sobre o tema, das quais 13 estavam duplicadas. Das não duplicadas, 41 estavam com o título alinhado e 18 estavam com o título e

o resumo alinhados. Destas, 12 estavam com acesso disponível. O portfólio final resultou em 5 dissertações. O Quadro 9 apresenta as referências das dissertações selecionadas.

Quadro 9: Portfólio Bibliográfico de Teses e Dissertações - Avaliação da Sustentabilidade da Educação Superior

Nº	Referência
1	COSTA, A. V. O. Indicadores de sustentabilidade para instituições de ensino superior: contribuições para a Agenda Ambiental PUC-Rio . 2012. Dissertação (Mestrado em Metrologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Centro Técnico Científico, 2012.
2	DRAHEIN, A. D. Proposta de avaliação de práticas sustentáveis nas operações de serviço em instituições de ensino superior da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica . 2016. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016.
3	PACHECO, R. M. Análise da sustentabilidade das operações dos Campi da Universidade Federal de Santa Catarina com a ferramenta STARS . 2016. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Florianópolis, 2016.
4	PIACITELLI, L.P. Avaliação da Sustentabilidade nas Universidades: uma proposta por meio da teoria dos conjuntos fuzzy . 2019. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) - Instituto de Ciência e Tecnologia de Sorocaba, UNESP, Sorocaba, 2019.
5	SILVA, L. C. S. Sistema de Gerenciamento Ambiental (SGA): uma proposta para instituições de Ensino Superior (IES) . 2019. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em pesquisa à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Busca realizada em 08 de janeiro de 2022.

A partir do Quadro 9, identifica-se as 4 dissertações e 1 tese selecionadas para compor o portfólio bibliográfico final da Avaliação da Sustentabilidade da Educação Superior.

O Quadro 10 apresenta os resultados da busca referente a Avaliação Financeira na Educação Superior realizada na BDTD.

Quadro 10: Seleção de Teses e Dissertações - Avaliação Financeira na Educação Superior

Eixos de Pesquisa e Palavras-chave			
Avaliação	Educação	Superior	Financeira
<i>Avaliação</i>	<i>Educação</i>	<i>Superior</i>	<i>Financeira</i>
<i>Acreditação</i>	<i>Ensino</i>		
<p style="text-align: center;">Comando de Busca ("Avaliação" OR "Acreditação") AND ("Educação" OR "Ensino") AND ("Superior") AND ("Financeira")</p>			
<p>A busca foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).</p>			

Resultado Bruto	Teses e Dissertações com Títulos Alinhados	Teses e Dissertações com Resumo Alinhado	Teses e Dissertações com Acesso Disponível	Portfólio Bibliográfico Final
256	44	23	20	12

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em pesquisa à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Busca realizada em 08 de janeiro de 2022.

A busca inicial resultou em 256 teses e dissertações, das quais 6 estavam duplicadas. 44 estavam com o título alinhado e 23 estavam com o título e o resumo alinhados. 3 não estavam com acesso disponível. O portfólio final resultou em 12 dissertações. O Quadro 11 apresenta as referências das teses e dissertações selecionadas.

Quadro 11: Portfólio Bibliográfico de Teses e Dissertações - Avaliação Financeira na Educação Superior

Nº	Referência
1	CAMPOS, R. F. P. Modelling a balanced scorecard based performance indicators for higher education institution in Brazil: a study on private institutions . 2008. Dissertação (Mestrado em Estratégia; Qualidade; Gestão Ambiental; Gestão da Produção e Operações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
2	CARDOSO, T. L. Avaliação de desempenho construtivista para apoiar a gestão da Universidade do Mindelo . Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis, 2017.
3	DALLA NORA, R. Análise da relação entre os indicadores de desempenho das universidades federais da Região Sul do Brasil e os resultados obtidos no índice Geral de Cursos (IGC) . 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2014.
4	FAHL, A. C. Balanced scorecard: uma proposta para aplicação em instituição de ensino superior . 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Cont. Atuariais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
5	GAMA FILHO, E. P. Uma análise da sustentabilidade financeira da faculdade independente do Nordeste FAINOR - Através dos indicadores do sistema nacional de avaliação - SINAES/MEC . 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Aprendentes) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
6	GOMES, J. A. A autoavaliação da Universidade Federal de Juiz de Fora em face ao plano de desenvolvimento institucional . 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. 2019.
7	GUERRA, H. W. As Universidades Federais em Minas Gerais: uma análise de seus indicadores de desempenho . 2006. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Belo Horizonte, 2006.
8	LIMA JÚNIOR, G. F. Balanced scorecard como ferramenta de avaliação da consistência estratégica: um estudo em instituição de ensino superior privada . 2008. Dissertação (Mestrado em Estratégia; Qualidade; Gestão Ambiental; Gestão da Produção e Operações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
9	SANTOS, S. R. B. O balanced scorecard como instrumento de gestão à luz dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação superior . 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, UnB, UFPB, UFRN, João Pessoa-PB, 2008.

10	SILVA, R. Sustentabilidade financeira das instituições de ensino superior privadas: um modelo de gestão estratégica com base no sistema nacional de avaliação superior (SINAES). 2017. Tese (Doutorado em Educação). Centro Universitário La Salle, Canoas, 2017.
11	SPONCHIADO, P. J. Construção e validação de mapa estratégico com ênfase na dimensão da aprendizagem e crescimento: estudo de caso em uma unidade de uma Instituição de Ensino Superior. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, 2006.
12	WOHNATH, E. P. A utilização do Balanced Scorecard no controle dos indicadores de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Cont. Atuariais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em pesquisa à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Busca realizada em 08 de janeiro de 2022.

A partir do Quadro 11, identifica-se as dissertações e teses selecionadas para compor o portfólio bibliográfico final da Avaliação Financeira na Educação Superior.

O Quadro 12 apresenta os resultados da busca referente ao Instrumento de Avaliação da Educação Superior realizada na BDTD.

Quadro 12: Seleção de Teses e Dissertações - Instrumento de Avaliação da Educação Superior

Eixos de Pesquisa e Palavras-chave				
Instrumento de Avaliação		Educação	Superior	
Instrumento de Avaliação		Educação	Superior	
		Ensino		
Comando de Busca				
("Instrumento de Avaliação") AND ("Educação" OR "Ensino") AND ("Superior")				
A busca foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).				
Resultado Bruto	Teses e Dissertações com Títulos Alinhados	Teses e Dissertações com Resumo Alinhado	Teses e Dissertações com Acesso Disponível	Portfólio Bibliográfico Final
179	30	8	8	3

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em pesquisa à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Busca realizada em 17 de fevereiro de 2022.

A busca inicial resultou em 179 teses e dissertações, das quais 9 estavam duplicadas. 30 estavam com o título alinhado e 8 estavam com o título e o resumo alinhados e disponíveis. 3 dissertações foram selecionadas para compor o portfólio final, as quais estão apresentadas no Quadro 13.

Quadro 13: Portfólio Bibliográfico de Teses e Dissertações - Instrumento de Avaliação da Educação Superior

Nº	Referência
1	DOURADO, R. C. Criação de novos indicadores de qualidade na educação superior para compor o conceito preliminar de curso como indicador de qualidade. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Métodos e Gestão em Avaliação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação, Florianópolis, 2017.
2	EUSSEN, S. K. S. N. SINAES: as diferentes faces da avaliação na UFRN. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
3	SOUZA, L. H. G. R. Public Policies in Higher Education in Brazil: analysis of the National Survey on Student Performance ENADE, from the perspective of the Policy Cycle Model. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em pesquisa à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Busca realizada em 17 de fevereiro de 2022.

A partir do Quadro 13, identifica-se as 3 dissertações selecionadas para compor o portfólio bibliográfico final do Instrumento de Avaliação da Educação Superior.

O Quadro 14 apresenta os resultados da busca referente ao custo da educação superior, realizada na BDTD.

Quadro 14: Seleção de Teses e Dissertações – Custo: Educação Superior

Eixos de Pesquisa e Palavras-chave				
Custo		Educação	Superior	
Custo		Educação	Superior	
		Ensino		
Comando de Busca				
("Custo") AND ("Educação" OR "Ensino") AND ("Superior")				
A busca foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).				
Resultado Bruto	Teses e Dissertações com Títulos Alinhados	Teses e Dissertações com Resumo Alinhado	Teses e Dissertações com Acesso Disponível	Portfólio Bibliográfico Final
1003	66	42	34	18

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em pesquisa à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Busca realizada em 05 de março de 2023.

A busca inicial resultou em 1003 teses e dissertações, das quais 125 estavam duplicadas; 66 estavam com o título alinhado e 42 estavam com o título e o resumo alinhados, das quais

apenas 34 estavam disponíveis. 18 foram selecionadas para compor o portfólio final, as quais estão apresentadas no Quadro 15.

Quadro 15: Portfólio Bibliográfico de Teses e Dissertações - Custo: Educação Superior

Nº	Referência
1	DANTAS, L. A. O. Análise do custo-aluno como ferramenta para decisão gerencial em uma Instituição de Ensino Superior pública. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças Empresariais) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2018.
2	FALCÃO, C. M. B. A interiorização das instituições de ensino superior: uma análise dos custos da graduação no campus IV da UFPB. 2017. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, 2017.
3	FERREIRA, M. C. Os indicadores de desempenho instituídos pelo TCU para as Instituições Federais de Ensino Superior: análise empírica do período de 2008 a 2010. 2012. Dissertação (Mestrado em Controle de Gestão) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
4	LEITE, I. B. F. Modelo de Análise do Custo/Volume/Lucro: Um Estudo de Caso de uma Instituição de Ensino Superior Particular. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Pernambuco, 2004.
5	HACHMANN, M. A. Proposta de um sistema de custos fundamentado no custeio variável para uma instituição de ensino superior: o caso da UNOESC do campus de Joaçaba/SC. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.
6	HOFFMANN, E. Indicadores estratégicos de gestão e otimização de custos em uma instituição de ensino superior pública. 2020. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará, 2020.
7	MACHADO, A. M. Custos por aluno de graduação levantados no período de 2009 a 2016, no Centro de Ciências Agrárias, Campus II da UFPB. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação) - Universidade Federal da Paraíba, 2020.
8	MAGALHÃES, E. A. Cost of the undergraduate education in federal institutions: the case of the Universidade Federal de Viçosa. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Viçosa, 2007.
9	MAGALHÃES, L. C. Goiás State University (UEG) Financing: University Scholarship Program and student cost. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, 2009.
10	MORGAN, B. F. A determinação do custo do ensino na educação superior: o caso da Universidade de Brasília. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2004.
11	OSTROSKI, J. Gestão econômica da estrutura administrativa de uma unidade de ensino superior pública: uma abordagem fundamentada na análise de custos. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Engenharia, 2019.
12	PEREIRA, S. A. Alocação de custos numa instituição federal de ensino superior: o caso da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR. 1999. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.
13	RIBEIRO, R. P. Demonstração do Resultado Econômico: um estudo sobre a eficiência na aplicação dos recursos públicos em uma universidade pública federal do semiárido potiguar. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, 2018.
14	ROSA, P. C. Desempenho de processos educacionais: mensuração e aplicação em instituição de ensino superior. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Cont. Atuariais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.
15	SILVA, C. L. A eficiência relativa dos gastos públicos federais em educação superior no Brasil. 2019. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará, 2019.

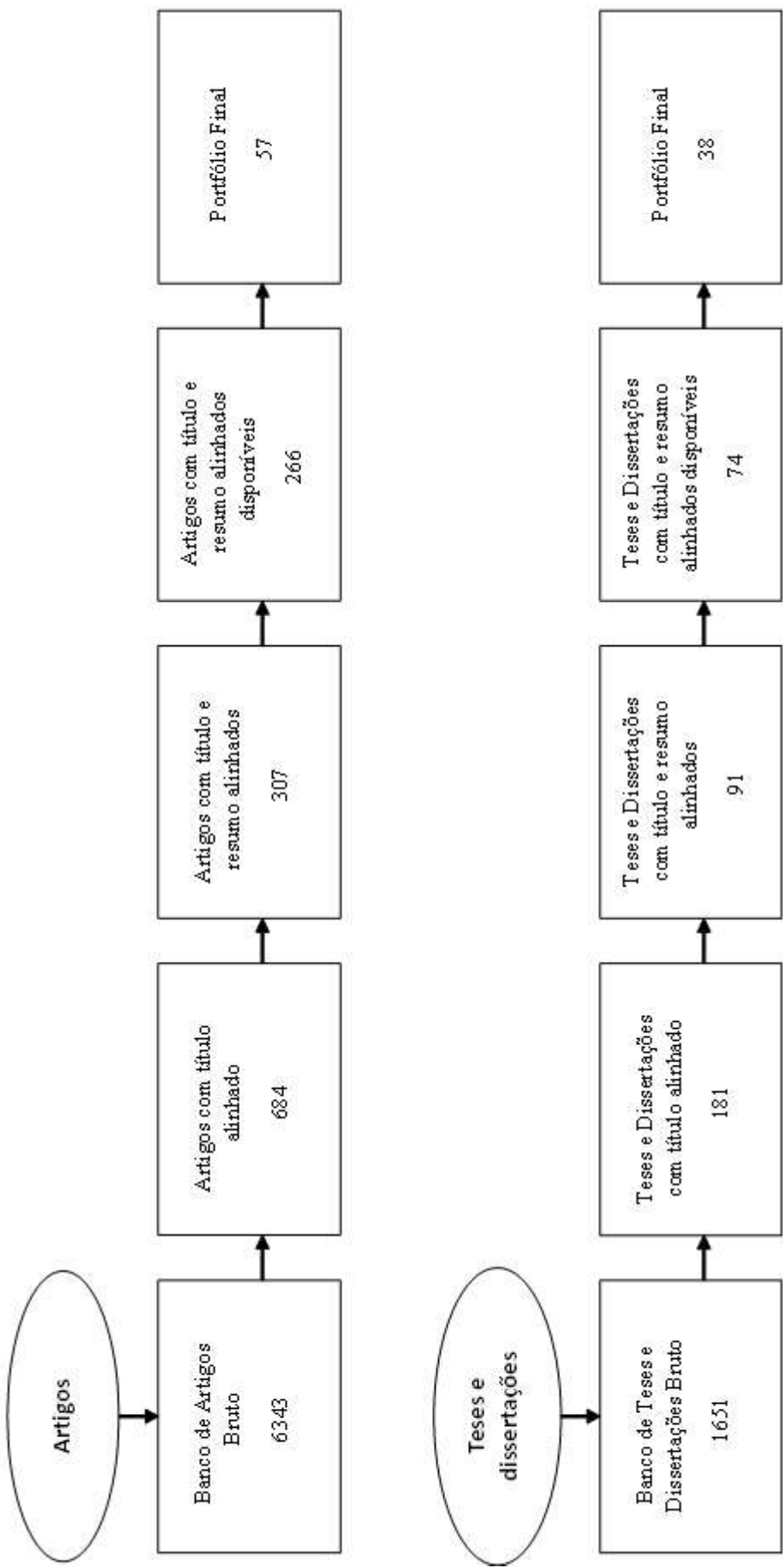
16	SOUZA, A. C. Proposta de um sistema de custos para uma instituição de ensino superior: o caso da UNOESC do campus de Videira. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.
17	XAVIER, A. R. Análise de custos como ferramenta de gestão estratégica da educação superior: um estudo dos conceitos do ponto de equilíbrio e margem de contribuição e sua aplicabilidade em IES privada. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará, 2014.
18	ZULIANI, M. H. Custo por aluno de graduação e de cursos técnicos em uma universidade federal: um estudo de caso. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2019.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em pesquisa à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Busca realizada em 05 de março de 2023.

A partir do Quadro 15, identifica-se as 18 dissertações selecionadas para compor o portfólio bibliográfico final relacionado ao custo da educação superior. Ressalta-se que na seleção foram excluídas as teses e dissertações que apenas realizaram o levantamento de custos, sem maiores análises quanto aos dados apresentados.

A Figura 1 apresenta um resumo das buscas de artigos nas bases de dados e das buscas de teses e dissertações na BDTD para a formação dos portfólios desta pesquisa.

Figura 2: Resumo das Buscas Realizadas



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir do total das buscas realizadas (2024).

Com base na Figura 2, cabe observar que, a partir da leitura integral de 266 artigos disponíveis, com título e resumo alinhados, 57 artigos estavam com escopo integralmente alinhado com esta pesquisa. Considerando as teses e dissertações, das 74 disponíveis e com título e resumo alinhados, apenas 38 estavam com o escopo integralmente alinhado. Desta forma, 57 artigos e 38 dissertações compõem o portfólio global desta pesquisa, caracterizando de modo específico o estado da arte dos temas pesquisados.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, tem como objetivo geral propor um *framework* com indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira. Quanto a natureza qualitativa, Cunha e Rego (2019) destacam que realidade dos fenômenos sociais muda constantemente e captar essas oscilações é uma das contribuições das abordagens qualitativas que analisam os fenômenos, por meio de diversas perspectivas. A pesquisa qualitativa destaca-se, portanto, por sua capacidade de construir conhecimento e perspectivas diferentes acerca da complexidade dos fenômenos e dos comportamentos dos seus agentes (Lanka *et al.*, 2021).

Para atender a este objetivo geral, foram utilizados dados de natureza secundária obtidos por meio de dois instrumentos de pesquisa: a pesquisa bibliográfica e a documental. A pesquisa bibliográfica pauta-se na revisão da literatura e na formação dos portfólios bibliográficos da pesquisa, o que permitiu o mapeamento da literatura científica e a familiarização com o estado de conhecimento da temática. A pesquisa documental, de acordo com Godoy (1995) constituiu-se em uma fonte rica de dados e trata-se do exame de materiais sem tratamento analítico ou que podem ser reexaminados para novas interpretações: exame de documentos como leis, regulamentos, normas, pareceres, dentre outros.

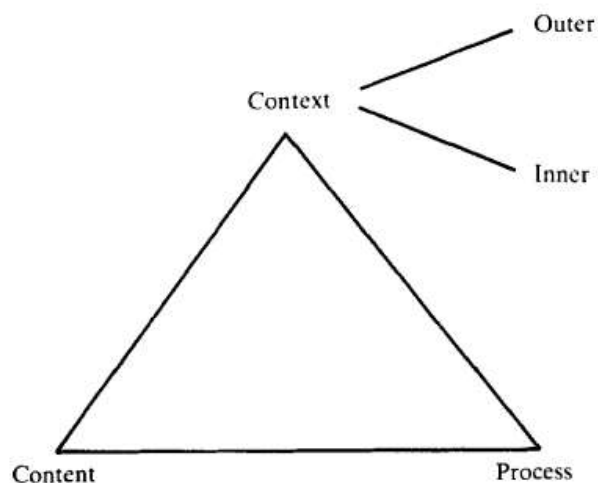
A fim de identificar o contexto dos indicadores de sustentabilidade financeira e socioambiental em instrumentos de avaliação nacionais e de caracterizar as dimensões consideradas relevantes para a avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental propostas pela literatura científica, evidenciadas por universidades federais, destacadas e especificadas em instrumentos de acreditação internacionais disponibilizados e em outros instrumentos de avaliação da educação superior brasileira, como técnica de análise de dados, subsidiada pela abordagem multiparadigmática, utilizou-se a análise categorial conforme proposta de Pettigrew (1987). A proposição desta pesquisa contribuirá para uma possível revisão dos instrumentos de avaliação propostos pelo INEP e para mudança estratégica das

universidades ao possibilitar a integração entre aspectos econômicos, ambientais e sociais da gestão.

Pettigrew (1987) analisa o processo de mudança estratégica baseado nos aspectos: conteúdo, contexto e processo. O conteúdo refere-se às áreas de possível transformação que estão sob análise. Segundo o autor, o ponto de partida para análise da mudança estratégica é a noção de que a formulação do conteúdo de qualquer nova estratégia envolve o gerenciamento de seu contexto e processo. O contexto de análise refere-se tanto ao âmbito interno quanto ao externo. O contexto externo aborda o ambiente social, econômico, político e competitivo ao qual instituição pertence. O interno refere-se à estrutura, à cultura corporativa e ao contexto político dentro da organização por meio dos quais as ideias de mudança devem prosseguir. Já o processo refere-se às ações, reações e interações das partes interessadas da instituição à medida que buscam a mudança organizacional (Pettigrew, 1987).

Esta tríade proposta por Pettigrew (1987) está exemplificada na Figura 3.

Figura 3: Estrutura de Pesquisa proposta por Pettigrew (1987)



Fonte: Pettigrew (1987, p. 657)

A tríade apresentada na Figura 3, no processo de mudança estratégica, o conteúdo relaciona-se ao ‘o que’ é objeto da mudança, o contexto ao ‘por que’ da mudança e o processo ao ‘como’ (Pettigrew, 1987).

Esta pesquisa, para análise do contexto, fez uso do atual instrumento de avaliação da educação superior brasileira, definido pela Lei do SINAES. Este sistema é composto por três pilares: a avaliação institucional, a avaliação de cursos e a avaliação dos estudantes. Para avaliação dos cursos de graduação, o SINAES considera dois instrumentos de avaliação

vigentes: o instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância (para fins de autorização de cursos), composto por 55 indicadores; e o instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância (para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos), composto por 58 indicadores. Estes instrumentos dividem-se em três dimensões: organização didático-pedagógica; corpo docente e tutorial; e infraestrutura, e assemelham-se no que tange aos indicadores utilizados, tendo modificações nos pesos atribuídos por dimensão.

Para análise, as dimensões dos instrumentos de avaliação de cursos foram utilizadas como categoria de análise e seus indicadores como subcategorias.

Para avaliação institucional externa, o SINAES estabelece dois instrumentos de avaliação vigentes: o instrumento de avaliação institucional externa presencial e a distância (para fins de credenciamento de instituições de educação superior), composto por 45 indicadores; e o instrumento de avaliação institucional externa presencial e a distância (para credenciamento de IES), composto por 50 indicadores. Estes instrumentos consideram 5 eixos: planejamento e avaliação institucional; desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas; políticas de gestão; e infraestrutura, e assemelham-se no que tange aos indicadores utilizados. Cabe ressaltar que a lei nº 10.861 de abril de 2004, que instituiu o SINAES, estabelece 10 dimensões para o processo de avaliação das instituições. Estas dimensões foram agrupadas nestes eixos, os quais, segundo a nota técnica do INEP nº 14/2014, buscam “facilitar o diálogo entre as atividades que devem ser articuladas no momento da avaliação”.

Nesta pesquisa, os cinco eixos dos instrumentos foram utilizados como categorias de análise e os indicadores como subcategorias.

A partir dos instrumentos de avaliação institucional externa e da avaliação dos cursos propostos pelo SINAES, o contexto de mudança foi identificado.

Após a análise do contexto e ainda com base nos instrumentos vigentes propostos pelo SINAES, o conteúdo foi identificado, ou seja, foram identificadas as possíveis áreas de transformação para mudança estratégica relacionada à avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira.

Para completar a tríade proposta por Pettigrew (1987), quanto ao processo, a fim de suprir necessidades não atendidas pelo SINAES, dimensões consideradas relevantes para a avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental propostas pela literatura científica, evidenciadas por universidades federais, destacadas e especificadas em instrumentos de acreditação internacionais disponibilizados e em outros instrumentos de avaliação da educação superior brasileira foram caracterizadas para proposição de diretrizes e de indicadores.

Para análise das dimensões propostas pela literatura, foram analisados os artigos, as teses e dissertações encontradas na busca sistemática apresentada na seção 3.2 desta tese.

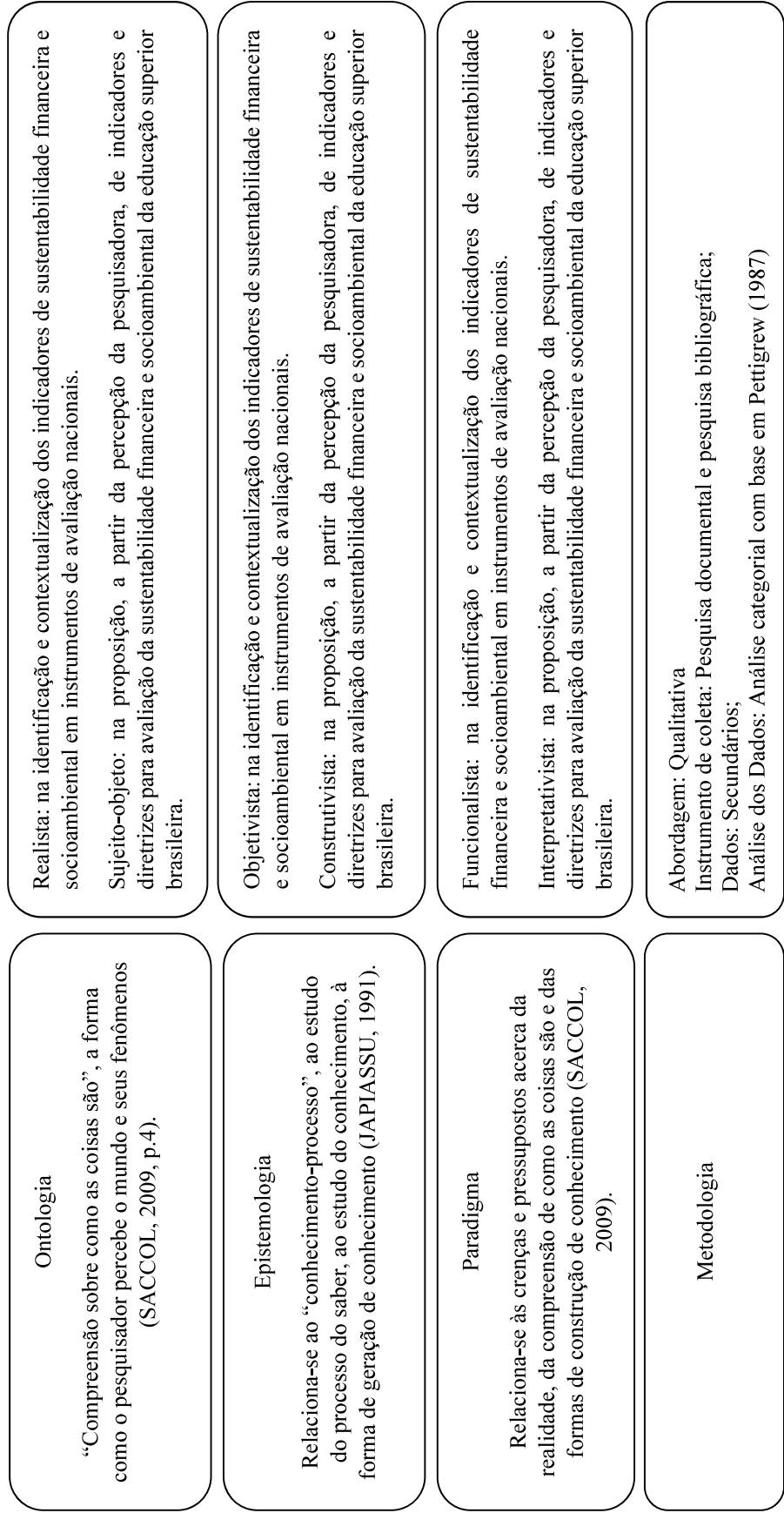
Para caracterização das dimensões evidenciadas pelas universidades, foram analisados os relatórios de gestão apresentados pelas universidades federais. No Brasil, existem 69 universidades federais. Em virtude da acessibilidade de informações, foram analisadas as universidades do sul do País, as quais representam 16% das universidades federais. Assim, considerando a representatividade das IES públicas federais, trabalhou-se com uma amostra censitária, considerando sobretudo a disponibilidade de acesso às informações.

Quanto à identificação das diretrizes nos instrumentos de acreditação, por acessibilidade e por serem acreditadoras de instituições brasileiras, foram analisados os instrumentos propostos pelo Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do Mercosul e Estados Associados (Arcu-Sul) e pela *American Association of Collegiate Schools of Business* (AACSB). A avaliação realizada pelos sistemas de acreditação é preponderantemente focada na avaliação de cursos. Não sendo objeto de análise a avaliação institucional. A AACSB foca nos cursos de escolas de negócio em diversos países. Por outro lado, o sistema Arcu-Sul restringe-se à avaliação regional. Diante da representatividade destes sistemas, na expectativa de obter contribuições acerca das dimensões relacionadas à sustentabilidade, ampliou-se a análise para, além de sistemas de avaliação, sistemas de acreditação. Como no Arcu-Sul há instrumentos diferentes para avaliação dos cursos distintos, por acessibilidade, utilizou-se o instrumento de avaliação dos cursos de engenharia para análise.

Já considerando a identificação em outros instrumentos de avaliação da educação superior brasileira foram analisados a Plataforma Universidade 360° e os indicadores propostos pelo Tribunal de Contas da União para avaliação das universidades. De forma complementar, foi analisado o instrumento de avaliação de programas de pós-graduação propostos pela coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES).

De forma resumida, considerando como técnica de análise de dados a análise categorial com base no proposto por Pettigrew (1987), a Figura 4 ilustra a caracterização desta pesquisa em termos ontológicos, epistemológicos, paradigmáticos e metodológicos.

Figura 4: Caracterização da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

Conforme apresentado na Figura 4, nota-se que há coerência entre os elementos da pesquisa, uma vez que em todas as dimensões a interação com o sujeito é considerada. A Figura 5 ilustra a relação dos pressupostos desta pesquisa, com os objetivos e demais dimensões metodológicas.

Figura 5: Pressupostos, Objetivos e Aspectos Metodológicos

Pergunta de Pesquisa	Objetivo Geral		
Como avaliar a sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira?	Propor um <i>framework</i> com indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira.		
Objetivos Específicos	Pressupostos Relacionados	Instrumentos de Coleta	Fontes de Coleta
O1: Mapear as práticas de avaliação institucional e de cursos da educação superior brasileira;	<ul style="list-style-type: none">• P1; P2.	<ul style="list-style-type: none">• Pesquisa Documental.	<ul style="list-style-type: none">• Leis, Decretos e Regulamentos;• Instrumentos de Avaliação.
O2: Identificar o contexto dos indicadores de sustentabilidade financeira e socioambiental em instrumentos de avaliação nacionais;	<ul style="list-style-type: none">• P1; P2; P3.	<ul style="list-style-type: none">• Pesquisa Documental.	<ul style="list-style-type: none">• Leis, Decretos e Regulamentos.• Instrumentos de Avaliação.
O3: Caracterizar as dimensões consideradas relevantes para a avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental propostas pela literatura científica, evidenciadas pelas universidades e destacadas e especificadas em instrumentos de acreditação internacionais disponibilizados e em outros instrumentos de avaliação da educação superior brasileira;	<ul style="list-style-type: none">• P1; P2; P3.	<ul style="list-style-type: none">• Pesquisa Bibliográfica;• Pesquisa Documental.	<ul style="list-style-type: none">• Artigos Científicos, Teses e Dissertações;• Leis, Decretos e Regulamentos;• Instrumentos de Avaliação/Acreditação• Relatório de Gestão das Universidades.
O4: Propor indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira.	<ul style="list-style-type: none">• P3.	<ul style="list-style-type: none">• Pesquisa Bibliográfica;• Pesquisa Documental.	<ul style="list-style-type: none">• Artigos Científicos, Teses e Dissertações;• Leis, Decretos e Regulamentos;• Instrumentos de Avaliação/Acreditação• Relatório de Gestão das Universidades.
Pressupostos	P1: O desenvolvimento sustentável das instituições de educação superior não é considerado no atual sistema de avaliação da educação superior brasileira. P2: O desenvolvimento sustentável é considerado em outros mecanismos de avaliação/acreditação de IES. P3: A proposição de indicadores financeiros e socioambientais contribui para a avaliação do desenvolvimento sustentável das instituições de educação superior.		

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

Os objetivos específicos, apresentados na Figura 5, articulados com os pressupostos desta pesquisa, à medida em que foram analisados e atingidos, possibilitaram o alcance do objetivo geral desta pesquisa: propor um *framework* com indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira.

3.4 CONCEITOS CENTRAIS DA TESE

A partir da exploração do referencial teórico, conceitos centrais foram definidos, os quais orientaram o desenvolvimento desta tese e estão apresentados no Quadro 16.

Quadro 16: Conceitos Centrais da Tese

Tema	Ideia Central	Autores Abordados
Educação	Processo de aprendizagem que melhora a condição humana, sendo direito de todos e dever do Estado e da família (Brasil, 2004; Spiel; Schwartzman, 2018).	(Araújo, 2010; Brasil, 1998; Brasil, 1996; Colossi; Consentino; Queiroz, 2001; Duarte; Oliveira, 2012; Spiel; Schwartzman, 2018; ...
Educação Superior	Ideal, doutrina, com o papel fundamental de formar a elite intelectual e científica da sociedade, destinado a “à qualificação profissional e promoção do desenvolvimento político, econômico, social e cultural” (Colossi; Consentino; Queiroz, 2001, p. 51).	(Brasil, 1998; Colossi; Consentino; Queiroz, 2001; TCU, 2008; ...).
Instituição de Educação Superior	Instituições potencializadoras do desenvolvimento sustentável com crescimento econômico aliado à justiça social e ao equilíbrio ambiental (Gazzoni <i>et al.</i> , 2018; TCU, 2008).	(Costa, 2012; Brandli, 2006; Gazzoni <i>et al.</i> , 2018; Tauchen; TCU, 2008; ...).

Avaliação	Processo de conhecimento proporcionado pelo diagnóstico do desempenho da instituição que busca fornecer subsídios para aperfeiçoamento e melhoria (Belloni, 1999; Klein; Fontanive, 1995).	(Belloni, 1999; Brito, 2000; Dias Sobrinho, 2003; Dourado, 2017; Klein; Fontanive, 1995; Inez, 2007; Oliveira; Fonseca; Amaral, 2006; Reis; Silveira; Ferreira, 2010; Souza, 2013; TCU, 2008; Wohnrath, 2013; ...).
Desenvolvimento Sustentável	Mudança social que visa o atendimento das necessidades humanas, considerando os aspectos ambientais, sociais e econômicos de forma solidária e a responsabilidade com as gerações futuras (Drahein, 2016; Lélé, 1991).	(Drahein, 2016; Elkington, 2001; Gilbert <i>et al.</i> , 1996; Góes, 2015; Lago, 2006; Lélé, 1991; Lourenço; Carvalho, 2013; Oliveira, 2012; Piacitelli, 2019; Romeiro, 2012; ...).
Sustentabilidade	Capacidade de manutenção da vida considerando a satisfação das necessidades das gerações presentes e futuras (Costa, 2012; Ciegis, 2009; Oliveira, 2010).	(Ciegis, 2009; Costa, 2012; Oliveira, 2010; Sartori; Silva; Campos, 2004; ...)
Sustentabilidade Financeira	"Capacidade de gestão do orçamento de acordo com políticas e estratégias de administração acadêmica, com vistas à eficácia na obtenção e na utilização dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas" (INEP, 2017c, p. 41; 2017d, p. 42).	(INEP, 2017c, p. 41; 2017d, p. 42).
Sustentabilidade Socioambiental	Capacidade de assegurar a integridade do <i>bios</i> e do <i>socius</i> no processo de desenvolvimento (Dejours, 1996).	(Barbieri <i>et al.</i> , 2010; Dejours, 1996; Gilbert <i>et al.</i> , 1996; Lourenço; Carvalho, 2013; Reis; Lay, 2010; Sadan; Churchman, 1996; ...).

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023).

Estes conceitos orientaram a proposição de indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira, no sentido contribuir para o desenvolvimento sustentável na gestão universitária.

3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

É importante ressaltar que a proposição do *framework*, desta tese, com indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira não contemplou o desenvolvimento de métricas para os indicadores. A partir de uma perspectiva ampla, elaborou-se sugestões para instrumentalização dos indicadores, em que procurou-se resgatar elementos que pudessem traduzi-los para avaliação. Ressalta-se que, no específico, os indicadores desenvolvidos são apenas exemplos de proposições e que não houve o aprofundamento nas métricas sugeridas, em virtude de não ser este objetivo da pesquisa.

Uma limitação relevante de ser ressaltada corresponde ao acesso e à leitura dos relatórios de gestão das universidades. Muitos relatórios tangenciavam a sustentabilidade financeira e socioambiental e apresentavam indicadores que se caracterizaram, em sua essência, como dados, não contribuindo com informações acerca do desempenho das IES. Nestes relatórios, percebeu-se a falta de uma padronização entre as IES, considerando uma perspectiva de *accountability* real, o que dificultou a análise e a filtragem dos dados para obtenção de informações relevantes para construção de um *framework*.

Outro fator limitante desta pesquisa, refere-se aos filtros e processos necessários para seleção dos portfólios bibliográficos (seção 3.2), os quais foram necessários para viabilizar a seleção de publicações que possibilitaram a obtenção de informações úteis para caracterização das dimensões relevantes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental das IES propostas pela literatura.

Quanto à análise dos instrumentos de avaliação do SINAES, encontrou-se uma dificuldade no enquadramento dos indicadores propostos no que tange à dimensão social, uma vez que o impacto das atividades das IES tem um relevante impacto social, dificultando a distinção entre os indicadores efetivamente relacionados à dimensão social dos indicadores meramente operacionais. Assim, uma limitação derivada desta análise reside na interpretação da pesquisadora na classificação destes indicadores.

4 CONSOLIDANDO E ANALISANDO RESULTADOS

Este capítulo divide-se da seguinte forma: na apresentação da realidade do SINAES identificando indicadores de sustentabilidade financeira e socioambiental, considerando o instrumento vigente e os instrumentos anteriores; na apresentação dos elementos que

subsidiarão a elaboração de um *framework* com indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental na educação superior brasileira e no desenho de um *framework* com indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental na educação superior brasileira.

4.1 REALIDADE DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E SOCIOAMBIENTAL: UM OLHAR SOBRE O SINAES

Conforme o disposto no item 3.3 desta pesquisa, Pettigrew (1987), analisa o processo de mudança estratégica baseado em: conteúdo, contexto e processo. O conteúdo refere-se às áreas de possível transformação que estão sob análise. Ou seja, o conteúdo refere-se ao ‘o que’ é objeto da mudança. Entretanto, para identificação do que é objeto da mudança, é preciso analisar o contexto.

Para análise do contexto proposto por Pettigrew (1987), as dimensões dos instrumentos de avaliação de cursos (organização didático-pedagógica; corpo docente e tutorial; e infraestrutura) foram utilizadas como categorias de análise e seus indicadores como subcategorias. Cada subcategoria foi ainda classificada de acordo com as dimensões da sustentabilidade: Financeira; Social; Ambiental; e Outras.

O Quadro 17 apresenta, de forma integrada, os instrumentos vigentes de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância para autorização e para reconhecimento e renovação de reconhecimento, propostos pelo SINAES, especificando os indicadores exclusivos do instrumento de reconhecimento e renovação de reconhecimento, bem como a classificação das subcategorias quanto às dimensões da sustentabilidade.

Quadro 17: Categorias e Subcategorias para Avaliação dos Cursos com base no SINAES (Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento).

Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância (Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento)		
Categorias	Subcategorias	Descrição
Organização Didático-Pedagógica	Políticas institucionais no âmbito do curso	Relacionado a previsão/implantação das políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso), constantes no PDI, no âmbito do curso.
	Objetivos do curso	Relacionado a previsão/implantação dos objetivos do curso no PPC, considerando o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso.
	Perfil profissional do egresso	Relacionado a previsão do perfil do egresso no PPC.
	Estrutura curricular	Relacionado a previsão/implantação da estrutura curricular no PPC, considerando a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica, a compatibilidade da carga horária total (em horas-relógio), a articulação da teoria com a prática, a oferta da disciplina de LIBRAS e mecanismos de familiarização com a modalidade a distância (quando for o caso), a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação e a apresentação de elementos comprovadamente inovadores.
	Conteúdos curriculares	Relacionado a previsão dos conteúdos curriculares no PPC e a promoção do desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias (em horas-relógio), a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, diferenciando o curso dentro da área profissional e induzindo o contato com conhecimento recente e inovador.
		Ambiental; Social.

Metodologia	Relacionado a previsão da metodologia no PPC (e de acordo com as DCN, quando houver) e seu atendimento ao desenvolvimento de conteúdos, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente; sua coadunação com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática; sua inovação e seu embasamento em recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro da área.	Social.
Estágio curricular supervisionado	Relacionado a previsão/institucionalização do estágio curricular supervisionado, considerando a contemplação da carga horária adequada; da orientação com relação orientador/aluno compatível com as atividades; da coordenação e supervisão; da existência de convênios; e de estratégias para gestão da integração entre ensino e mundo do trabalho, considerando as competências previstas no perfil do egresso, e interlocução institucionalizada da IES com o(s) ambiente(s) de estágio, gerando insumos para atualização das práticas do estágio.	Outras.
Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica	Relacionado a previsão/institucionalização do estágio curricular supervisionado e sua promoção da vivência da realidade escolar de forma integral, da participação em conselhos de classe/reuniões de professores, da relação com a rede de escolas da Educação Básica, com registro acadêmico e acompanhamento pelo docente da IES (orientador) nas atividades no campo da prática, ao longo do ano letivo, e de práticas inovadoras para a gestão da relação entre a IES e a rede de escolas da Educação Básica.	Outras.
Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática	Relacionado a promoção pelo estágio curricular supervisionado da relação teoria e prática e a contemplação da articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da Educação Básica, do embasamento teórico das atividades planejadas no campo da prática, da participação do licenciando em atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação realizadas pelos docentes da Educação Básica, da reflexão teórica acerca de situações vivenciadas pelos licenciandos, da criação e divulgação de produtos que articulam e sistematizam a relação teoria e prática, com atividades comprovadamente exitosas ou inovadoras.	Outras.
Atividades complementares	Relacionado a previsão/institucionalização das atividades complementares, considerando a carga horária, a diversidade de atividades e de formas de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente, constante no PPC, e ao planejamento de mecanismos inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento.	Outras.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	Relacionado a previsão/institucionalização do Trabalho de Conclusão de Curso, considerando a carga horária, as formas de apresentação, a orientação e coordenação, a divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos e a disponibilização dos TCC em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet.	Outras.
Apoio ao discente	Relacionado a previsão/institucionalização do apoio ao discente considerando a contemplação das ações de acolhimento e permanência, a acessibilidade metodológica e instrumental, a monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio psicopedagógico, a participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais e a promoção de outras ações comprovadamente exitosas ou inovadoras.	Social.
Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	Relacionado ao planejamento/realização da gestão do curso, considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com previsão/evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e existência/delineamento de processo autoavaliativo periódico do curso.	Outras.
Atividades de tutoria	Relacionado a previsão/atendimento das atividades de tutoria quanto às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular, considerando a mediação pedagógica junto aos discentes, inclusive em momentos presenciais, o domínio do conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo, com planejamento de avaliação/avaliação periódica por estudantes e equipe pedagógica do curso, embasando ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras.	Social.
Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria	Relacionado a previsão/adequação dos conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe de tutoria para que as atividades e ações estejam alinhadas ao PPC, às demandas comunicacionais e às tecnologias previstas para o curso e relacionado ao planejamento/realização de avaliações periódicas para identificar necessidade de capacitação dos tutores e apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras para a permanência e êxito dos discentes.	Social.

Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem	Relacionado às tecnologias de informação e comunicação do processo de ensino-aprendizagem e à execução do projeto pedagógico do curso, considerando a acessibilidade digital e comunicacional e a interatividade entre docentes, discentes e tutores (estes últimos, quando for o caso), assegurando o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e propiciando experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.	Social.
Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	Relacionado ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, previsto/constante no PPC, e os materiais, recursos e tecnologias apropriadas, que permitem desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional, e a avaliações periódicas devidamente documentadas, de modo que seus resultados sejam utilizados em ações de melhoria contínua.	Social.
Material didático	Relacionado ao material didático descrito no PPC, a ser disponibilizado aos discentes, e sua elaboração ou validação por equipe multidisciplinar (no caso de EAD) ou equivalente (no caso presencial), possibilitando o desenvolvimento da formação definida no projeto pedagógico, considerando sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica, sua acessibilidade metodológica e instrumental e a adequação da bibliografia às exigências da formação, e previsão de linguagem inclusiva e acessível, com recursos inovadores.	Social.
Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	Relacionado aos procedimentos de acompanhamento e de avaliação previstos/utilizados nos processos de ensino-aprendizagem e o seu atendimento à concepção do curso definida no PPC, possibilitando/permitindo o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva e informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com mecanismos que garantem sua natureza formativa, sendo planejadas/adotadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.	Outras.
Número de vagas	Relacionado ao número de vagas para o curso e sua fundamentação baseada em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente (e tutorial, na modalidade a distância) e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a pesquisa (esta última, quando for o caso).	Outras.

Corpo Docente e Tutorial	Integração com as redes públicas de ensino	Relacionados aos convênios e ações e suas integrações com a rede pública de ensino, viabilizando o desenvolvimento, testagem, execução e avaliação de estratégias didático-pedagógicas, inclusive com o uso de tecnologias educacionais.	Social.
	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS)	Relacionado a integração do curso com o sistema de saúde local e regional (SUS), por meio de convênio, prevista conforme as DCN e/ou o PPC, e a viabilidade de formação do discente em serviço e sua inserção em equipes multidisciplinares e multiprofissionais, considerando diferentes cenários do Sistema, com nível de complexidade crescente.	Social.
	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde	Relacionado a atividades práticas de ensino e sua conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso, com regulamentação para a orientação, supervisão e responsabilidade docente, possibilitando a inserção nos cenários do SUS e em outros ambientes (laboratórios ou espaços de ensino), com o desenvolvimento de competências específicas da profissão, relacionadas ao contexto de saúde da região.	Outras.
	Atividades práticas de ensino para licenciaturas	Relacionado às atividades práticas de ensino e sua conformidade com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, da Formação de Professores e da área de conhecimento da licenciatura, sua articulação com o PPC, sua distribuição e sua relação entre teoria e prática de forma reflexiva durante todo o curso.	Outras.
	Núcleo Docente Estruturante – NDE	Relacionado ao número de docentes do curso do NDE, ao regime de atuação e titulação dos membros, à participação do coordenador de curso como integrante do NDE, à atuação do NDE no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante, analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho e planejando procedimentos para permanência de parte de seus membros até o ato regulatório seguinte.	Outras.
	Equipe multidisciplinar	Relacionado a previsão/estabelecimento da equipe multidisciplinar em consonância com o PPC, e sua constituição por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, responsáveis pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância e a previsão/posse de plano de ação documentado e implementado e processos de trabalho formalizados.	Outras.

	Atuação do coordenador* (exclusivo reconhecimento/renovação de reconhecimento)	Relacionado a atuação do coordenador e seu atendimento ao PPC e à demanda existente, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes, com tutores e equipe multidisciplinar (quando for o caso) e a representatividade nos colegiados superiores, pautada em um plano de ação documentado e compartilhado, com indicadores de desempenho da coordenação disponíveis e públicos, considerando a potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua.	Outras.
	Regime de trabalho do coordenador de curso	Relacionado ao regime de trabalho previsto do coordenador e ao atendimento da demanda, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes, discentes, tutores e equipe multidisciplinar (quando for o caso) e a representatividade nos colegiados superiores, por meio de um plano de ação documentado e compartilhado, que prevê indicadores de desempenho da coordenação a serem disponibilizados publicamente, e o planejamento da administração do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua.	Outras.
	Corpo docente: titulação	Relacionado a titulação do corpo docente e seu desempenho, considerando sua capacidade de análise dos conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente; de fomentar o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, de proporcionar o acesso a conteúdos de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso, e de incentivar a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação.	Outras.
	Regime de trabalho do corpo docente do curso	Relacionado ao regime de trabalho do corpo docente e seu atendimento a demanda, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem.	Outras.
	Experiência profissional do docente	Relacionado a experiência profissional no mundo de trabalho do corpo docente, considerando exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional, atualização com relação à interação conteúdo e prática, compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e análise das competências previstas no PPC, considerando o conteúdo abordado e a profissão.	Outras.

Experiência no exercício da docência na educação básica	Relacionado a experiência na docência da educação básica e a promoção de ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exercer liderança e ter sua produção reconhecida.	Social.
Experiência no exercício da docência superior	Relacionado a experiência no exercício da docência superior do corpo docente e seu desempenho em sala de aula e a promoção ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exercer liderança e ter sua produção reconhecida.	Social.
Experiência no exercício da docência na educação a distância	Relacionado a experiência no exercício da docência na educação a distância do corpo docente previsto e seu desempenho e promoção ações que permitam identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exercer liderança e ter sua produção reconhecida.	Social.
Experiência no exercício da tutoria na educação a distância	Relacionado a experiência no exercício da tutoria na educação a distância do corpo tutorial e a sua capacidade de fornecer suporte às atividades dos docentes, realizar mediação pedagógica junto aos discentes, demonstrar inequívoca qualidade no relacionamento com os estudantes, incrementando processos de ensino aprendizagem e orientar os alunos, sugerindo atividades e leituras complementares que auxiliam sua formação.	Outras.

Infraestrutura	Atuação do colegiado de curso ou equivalente	Relacionado a atuação do colegiado e sua institucionalização, com representatividade dos segmentos, reuniões com periodicidade determinada e registro de suas decisões, existência de fluxo determinado para o encaminhamento das decisões, sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões e realização de avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão.	Outras.
	Titulação e formação do corpo de tutores do curso	Relacionado a titulação e formação dos tutores.	Outras.
	Experiência do corpo de tutores em educação a distância	Relacionado a experiência do corpo de tutores previsto em educação a distância e seu desempenho, de modo a caracterizar sua capacidade para identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas, em colaboração com os docentes, para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades, e adotar práticas comprovadamente exitosas ou inovadoras no contexto da modalidade a distância.	Social.
	Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância	Relacionado a interação, em conformidade com o PPC, mediação e articulação entre tutores, docentes e coordenador do curso.	Outras.
	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica	Relacionado a produção dos docentes nos últimos anos.	Outras.
	Espaço de trabalho para docentes em Tempo Integral	Relacionado aos espaços de trabalho para docentes em Tempo Integral, sua viabilidade para ações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico e seu atendimento às necessidades institucionais, considerando recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados, a garantia da privacidade para uso dos recursos, para o atendimento a discentes e orientandos, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.	Outras.
	Espaço de trabalho para o coordenador	Relacionado ao espaço de trabalho para o coordenador e sua viabilidade para as ações acadêmico-administrativas, considerando a adequação de equipamentos, o atendimento às necessidades institucionais, o atendimento com privacidade de indivíduos, dispondo de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilita formas distintas de trabalho.	Outras.

	Sala coletiva de professores	Relacionado a viabilidade da sala coletiva de professores para o trabalho docente, considerando recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados para o quantitativo de docentes, permitindo o descanso e atividades de lazer e integração e dispondo de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais.	Social.
	Salas de aula	Relacionado ao atendimento das salas de aula às necessidades institucionais e do curso, apresentando manutenção periódica, conforto, disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem, e possuindo outros recursos cuja utilização é comprovadamente exitosa.	Social.
	Acesso dos alunos a equipamentos de informática	Relacionado ao atendimento pelo laboratório de informática, ou outro meio de acesso a equipamentos de informática pelos discentes, às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de equipamentos, ao conforto, à estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico, à hardware e software atualizados, passando por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência.	Social.
	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC)	Relacionado ao acervo físico, considerando tombamento e informatização e ao acervo virtual considerando a garantia de acesso ininterrupto e ao registro de ambos em nome da IES; Relacionado a adequação/atualização do acervo da bibliografia básica em relação às unidades curriculares, aos conteúdos descritos no PPC, aos números de vagas autorizadas e à quantidade de exemplares por título disponível no acervo; Relacionado a garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos aos acervos virtuais, atendendo à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem; Relacionado aos exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC; E relacionado ao gerenciamento do acervo, considerando a atualização da quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.	Social.

Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC)	Relacionado ao acervo físico, considerando tombamento e informatização e ao acervo virtual considerando a garantia de acesso ininterrupto e ao registro de ambos em nome da IES; Relacionado a adequação/atualização do acervo da bibliografia complementar em relação às unidades curriculares, aos conteúdos descritos no PPC, aos números de vagas autorizadas e à quantidade de exemplares por título disponível no acervo; Relacionado a garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos aos acervos virtuais, atendendo à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem; Relacionado aos exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC; E relacionado ao gerenciamento do acervo, considerando a atualização da quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.	Social.
Laboratórios didáticos de formação básica	Relacionado ao atendimento dos laboratórios didáticos às necessidades do curso, de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, considerando conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas, avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.	Social.
Laboratórios didáticos de formação específica	Relacionado ao atendimento dos laboratórios didáticos às necessidades do curso, de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, considerando conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas, avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.	Social.

Laboratórios de ensino para a área de saúde	Relacionado aos laboratórios específicos e multidisciplinares, em conformidade com as DCN, à abordagem dos diferentes aspectos celulares e moleculares das ciências da vida, ao atendimento ao PPC, e aos recursos e insumos necessários para atender à demanda discente e à apresentação de recursos tecnológicos comprovadamente inovadores.	Outras.
Laboratórios de habilidades	Relacionado aos laboratórios de habilidades da atividade médica ou de saúde, considerando a conformidade com o PPC e a capacitação dos discentes nas diversas competências desenvolvidas nas diferentes fases do curso, com recursos tecnológicos comprovadamente inovadores.	Outras.
Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados	Relacionado a unidade(s) hospitalar(es) da IES, própria(s) ou conveniada(s), garantida(s) legalmente por período determinado, considerando as condições para a formação do estudante da área de saúde, o estabelecimento de sistema de referência e contrarreferência e o favorecimento de práticas interdisciplinares e interprofissionais na atenção à saúde.	Outras.
Biotérios	Relacionado ao atendimento pelo biotério às necessidades práticas do ensino, considerando os insumos necessários à demanda docente e discente e apresentando protocolos de experimentos de acordo com as normas internacionais vigentes e suporte técnico, experimental e pedagógico.	Outras.
Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística)	Relacionado ao processo de controle de produção ou distribuição de material didático considerando a formalização, o atendimento à demanda e a posse de plano de contingência para a garantia de continuidade de funcionamento e dispõe de um sistema informatizado de acompanhamento para gerenciamento dos processos, com uso de indicadores bem definidos.	Outras.
Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais	Relacionado ao Núcleo de Práticas Jurídicas considerando a posse de regulamento específico destinado à realização de práticas jurídicas simuladas e de arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais e oferta visitas orientadas, e o atendimento às demandas do curso e buscando a interdisciplinaridade das matérias legais, considerando avaliação periódica quanto ao atendimento da demanda do curso pelo Núcleo de Práticas Jurídicas.	Outras.
Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)* (exclusivo reconhecimento/renovação de reconhecimento)	Relacionado a existência do comitê de ética em pesquisa e ao atendimento à instituições parceiras.	Social.

	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)* (exclusivo reconhecimento/renovação de reconhecimento)	Relacionado a existência do comitê de ética na utilização de animais, a sua homologação pela CONEP e ao atendimento à instituições parceiras.	Ambiental.
	Ambientes profissionais vinculados ao curso	Relacionado aos ambientes profissionais e sua articulação com a sede ou com os polos onde há oferta do curso e o atendimento aos objetivos constantes no PPC, considerando a função de espaços complementares para práticas laboratoriais e/ou profissionais que possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem, para as quais há planejamento de avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua.	Outras.

*exclusivo reconhecimento/renovação de reconhecimento

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em INEP (2017a; 2017b).

Com base no Quadro 17, nota-se que a dimensão ‘Ambiental’ foi identificada em 2 subcategorias de análise: Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA) (indicador exclusivo do instrumento de avaliação para reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos) e Conteúdos curriculares. A dimensão ‘Social’ foi identificada em 23 indicadores: Conteúdos curriculares; Estrutura curricular; Metodologia; Apoio ao discente; Atividades de tutoria; Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria; Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem; Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); Material didático; Integração com as redes públicas de ensino; Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS); Experiência no exercício da docência na educação básica; Experiência no exercício da docência superior; Experiência no exercício da docência na educação a distância; Experiência do corpo de tutores em educação a distância; Sala coletiva de professores; Salas de aula; Acesso dos alunos a equipamentos de informática; Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC); Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC); Laboratórios didáticos de formação básica; Laboratórios didáticos de formação específica; e Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) (indicador exclusivo do instrumento de avaliação para reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos). A dimensão ‘Financeira’ não foi identificada em nenhum indicador dos instrumentos.

Ressalta-se que as subcategorias poderiam abordar mais de uma dimensão. Entretanto, neste estudo apenas foi considerado mais de uma classificação quando concomitantemente a dimensão referia-se às dimensões ‘Social’ e/ou ‘Ambiental’ e/ou ‘Financeira’. Ou seja, a dimensão ‘Outras’ não foi utilizada de forma concomitante com outras dimensões. Considerando as subcategorias que foram classificadas em mais de uma dimensão, dentro da categoria ‘Organização Didático-Pedagógica’, a subcategoria ‘Conteúdos curriculares’ foi classificada nas dimensões ‘Ambiental’ e ‘Social’. As demais subcategorias foram classificadas em apenas uma dimensão.

Ainda com base nos instrumentos de avaliação propostos pelo SINAES, para análise do contexto proposto por Pettigrew (1987), os 5 eixos dos instrumentos vigentes de avaliação institucional externa (planejamento e avaliação institucional; desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas; políticas de gestão; e infraestrutura) foram utilizados como categorias de análise e seus indicadores como subcategorias. Cada subcategoria foi classificada de acordo com as dimensões da sustentabilidade: Financeira; Social; Ambiental; e Outras.

O Quadro 18 apresenta, de forma integrada, os instrumentos de avaliação institucional externa presencial e a distância para credenciamento e credenciamento, especificando os

indicadores exclusivos do instrumento de credenciamento, bem como a classificação das subcategorias quanto às dimensões da sustentabilidade.

Quadro 18: Categorias e Subcategorias para Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância (Credenciamento e Recredenciamento).

Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância (Credenciamento e Recredenciamento)			
Categorias	Subcategorias	Descrição	Dimensões
Planejamento e Avaliação Institucional	Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional* (exclusivo recredenciamento)	Relacionado ao Relato Institucional e ao histórico da IES, ao conceito de avaliações externas, ao desenvolvimento e divulgação dos processos de autoavaliação, ao plano de melhorias e processos de gestão a partir das avaliações externas e internas, à implementação de ações efetivas na gestão da IES, à evidência da evolução institucional e apropriação pelos gestores, docentes/colaboradores e discentes.	Outras.
	Processo de autoavaliação institucional	Relacionado ao processo de autoavaliação institucional e ao atendimento às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional, considerando a sensibilização dos segmentos da comunidade acadêmica e apropriação de resultados.	Outras.
	Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica	Relacionado ao processo de autoavaliação e à participação da sociedade civil organizada e dos segmentos da comunidade acadêmica.	Social.
	Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados	Relacionado a divulgação dos resultados referentes a autoavaliação institucional e a avaliações externas, considerando apropriação pelos segmentos da comunidade acadêmica.	Social.
	Relatórios de autoavaliação* (exclusivo recredenciamento)	Relacionados aos relatórios de autoavaliação, sua previsão de postagem para cada ano do triênio e seu impacto no processo de gestão e na promoção de mudanças inovadoras.	Outras.
Desenvolvimento Institucional	Missão, objetivos, metas e valores institucionais	Relacionado à missão, aos objetivos, às metas e aos valores da instituição, sua previsão no PDI e comunicação com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa, traduzindo-se em ações institucionais internas, transversais a todos os cursos, e externas, por meio dos projetos de responsabilidade social.	Social.

PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação	Relacionado ao alinhamento entre o PDI e a política de ensino, considerando os métodos e as técnicas didático-pedagógicas, metodologias que favorecem o atendimento educacional especializado e as atividades de avaliação, considerando a tradução nas práticas de ensino de graduação e de pós-graduação, com incorporação de avanços tecnológicos e com metodologia que incentive a interdisciplinaridade, e a promoção de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.	Outras.
PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural	Relacionado ao alinhamento entre o PDI e a política e as práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural, considerando as práticas acadêmicas voltadas à produção e à interpretação do conhecimento e a existência de linhas de pesquisa e de trabalho transversais aos cursos ofertados e de mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade.	Social.
PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial	Relacionado às políticas institucionais do PDI e sua tradução em ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e em ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, de modo transversal aos cursos ofertados, ampliando as competências dos egressos e ofertando mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade.	Ambiental Social.
PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social	Relacionado ao alinhamento entre o PDI e as políticas institucionais para o desenvolvimento econômico e social, considerando a melhoria das condições de vida da população e as ações de inclusão e empreendedorismo, articulando os objetivos e valores da IES, e a promoção de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.	Financeira. Social.
PDI e política institucional para a modalidade EaD	Relacionado a política institucional para a modalidade a distância e sua articulação com o PDI e contemplação do alinhamento da base tecnológica institucional com o projeto pedagógico da sua utilização, observando a formação pretendida para os discentes (na sede e nos polos) e considerando as condições reais da localidade de oferta.	Outras.

	Estudo para implantação de polos EaD	Relacionado a apresentação pelo PDI de estudo para implantação de polos EaD que considere sua distribuição geográfica e aspectos regionais sobre a população do ensino médio, a demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos, bem como a contribuição do(s) curso(s) ofertado(s) para o desenvolvimento da comunidade e os indicadores estabelecidos no PNE vigente.	Outras.
Políticas Acadêmicas	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação	Relacionado às ações acadêmico-administrativas e à política de ensino para os cursos de graduação, considerando a atualização curricular sistemática, a oferta de componentes curriculares na modalidade a distância (quando previsto no PDI), a existência de programas de monitoria em uma ou mais áreas, de nívelamento, transversais a todos os cursos, de mobilidade acadêmica com instituições nacionais ou internacionais, e a promoção de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.	Outras.
	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu* (exclusivo reconhecimento)	Relacionado às ações acadêmico-administrativas constantes do PDI e às políticas de ensino para os cursos de pós-graduação lato sensu, considerando a aprovação pelos colegiados da IES, o acompanhamento e a avaliação dos cursos ofertados, o atendimento às demandas socioeconômicas da região de inserção da IES, a articulação da oferta dos cursos lato sensu com as áreas da graduação, a titulação dos docentes e a existência de outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.	Financeira. Social.
	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação stricto sensu* (exclusivo reconhecimento)	Relacionado às ações acadêmico-administrativas e à política de ensino para os cursos de pós-graduação stricto sensu, considerando sua articulação com a graduação, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa, de iniciação científica e da atuação de professores dos programas de pós-graduação stricto sensu na graduação, bem como a existência de programa de pós-graduação stricto sensu avaliado com conceito 6 ou 7 pela CAPES.	Outras.
	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural	Relacionado às ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural, considerando a conformidade com as políticas estabelecidas, com previsão/garantia de divulgação no meio acadêmico, a estimulação com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento e a promoção de práticas reconhecidamente exitosas ou inovadoras.	Social.

Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão	Relacionado às ações acadêmico-administrativas para a extensão, considerando a conformidade com as políticas estabelecidas, as práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa, com previsão/garantia de divulgação no meio acadêmico, a estimulação com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento e a promoção de práticas reconhecidamente exitosas ou inovadoras.	Social.
Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente	Relacionado às ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica, considerando a viabilidade/promoção de publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais, o incentivo a participação dos docentes em eventos de âmbito local, nacional e internacional, e a organização e publicação de revista acadêmico-científica.	Social.
Política institucional de acompanhamento dos egressos	Relacionado a política institucional e a garantia de mecanismo de acompanhamento de egressos, considerando a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional, o estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação recebida, subsidiando ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho, e promoção de outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.	Social.
Política institucional para internacionalização	Relacionado a política institucional para a internacionalização e sua articulação com o PDI, considerando atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio e a coordenação por um grupo regulamentado, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais de ensino e de mobilidade docente e discente.	Outras.
Comunicação da IES com a comunidade externa	Relacionado aos canais de comunicação externa e a divulgação de informações de cursos, de programas, da extensão e da pesquisa (quando houver), a publicação de documentos institucionais relevantes, a mecanismos de transparência institucional e de ouvidoria, a acesso às informações acerca dos resultados da avaliação interna e externa, a apresentação de instância específica que atua transversalmente às áreas e a promoção de outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.	Social.
Comunicação da IES com a comunidade interna	Relacionado a comunicação da IES com a comunidade interna e a transparência institucional, por meio de canais diversificados, impressos e virtuais, ao acesso por todos os segmentos da comunidade acadêmica, a divulgação dos resultados das avaliações interna e externa, a disponibilização de ouvidoria e a manifestação da comunidade, gerando insumos para a melhoria da qualidade institucional.	Social.

Políticas de Gestão	Política de atendimento aos discentes	Relacionado a política de atendimento aos discentes e aos programas de acolhimento e permanência do discente, aos programas de acessibilidade, monitoria, nívelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados e apoio psicopedagógico, ao atendimento discente em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição e a promoção de outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.	Social.
	Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação)	Relacionado às políticas institucionais e ações de estímulo e ao apoio financeiro ou logístico para a organização e participação em eventos na IES e de âmbito local, nacional ou internacional, ao apoio à produção acadêmica discente e à sua publicação em encontros e periódicos nacionais e internacionais.	Financeiro; Social.
	Titulação do corpo docente* (exclusivo reconhecimento)	Relacionado a titulação do corpo docente.	Outras.
	Política de capacitação docente e formação continuada	Relacionado a política de capacitação docente e formação continuada e a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e a qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado, com práticas consolidadas, instituídas e publicizadas.	Social.
	Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo	Relacionado a política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo e a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica na graduação e/ou em programas de pós-graduação, com práticas consolidadas e institucionalizadas.	Social.
	Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância	Relacionado a política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância e a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica em graduação e/ou programas de pós-graduação, com práticas consolidadas e institucionalizadas.	Social.
	Processos de gestão institucional	Relacionado aos processos de gestão institucional e a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados, a participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil organizada e dos tutores (estes, quando for o caso), a regulamentação do mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados, a sistematização e divulgação das decisões colegiadas e a apropriação pela comunidade interna.	Social.

Infraestrutura	Sistema de controle de produção e distribuição de material didático	Relacionado ao sistema de controle de produção e distribuição de material didático e ao atendimento da demanda e a existência de equipe técnica multidisciplinar responsável, de estratégias para acessibilidade comunicacional, disponibilização por diferentes mídias, suportes e linguagens, de plano de atualização do material didático e de apoio à produção de material autoral pelo corpo docente.	Social.
	Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional	Relacionado ao orçamento, considerando a sua formulação a partir do PDI, as políticas de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso), a ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos e a apresentação de estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho institucionalizados.	Financeiro.
	Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna	Relacionado ao orçamento considerando as análises do relatório de avaliação interna e a ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas, orientando a tomada de decisões internas.	Financeiro.
	Instalações administrativas	Relacionado às instalações administrativas e ao atendimento às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.	Social.
	Salas de aula	Relacionado às salas de aula e ao atendimento às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.	Social.
	Auditório(s)	Relacionado aos auditórios e ao atendimento às necessidades institucionais, considerando a acessibilidade, o conforto, o isolamento e a qualidade acústica e a existência de recursos tecnológicos multimídia, incluindo-se a disponibilidade de conexão à internet e de equipamentos para videoconferência.	Social.

Salas de professores	Relacionado às salas de professores e ao atendimento às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.	Social.
Espaços para atendimento aos discentes	Relacionado aos espaços para atendimento aos discentes e ao atendimento às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a possibilidade de implementação de variadas formas de atendimento.	Social.
Espaços de convivência e de alimentação	Relacionado aos espaços de convivência e de alimentação e ao atendimento às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, a dimensão necessária para integração entre os membros da comunidade acadêmica e a existência de serviços variados e adequados.	Social.
Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física	Relacionado aos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas e ao atendimento às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, as normas de segurança, a avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.	Social.
Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA	Relacionado a infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA e ao atendimento às necessidades institucionais, considerando o espaço de trabalho para seus membros, as condições físicas e de tecnologia da informação para a coleta e análise de dados, os recursos tecnológicos para implantação da metodologia escolhida para o processo de autoavaliação e recursos ou processos comprovadamente inovadores.	Outras.
Bibliotecas: infraestrutura	Relacionado a infraestrutura para bibliotecas e ao atendimento às necessidades institucionais, considerando acessibilidade, existência de estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo, fornecimento de condições para atendimento educacional especializado e disponibilização de recursos comprovadamente inovadores.	Social.
Bibliotecas: plano de atualização do acervo	Relacionado ao plano de atualização do acervo descrito no PDI, e à viabilidade para sua execução, considerando a alocação de recursos, ações corretivas associadas ao acompanhamento e à avaliação do acervo pela comunidade acadêmica e a existência de dispositivos inovadores.	Outras.

Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente	Relacionado às salas de apoio de informática ou estrutura equivalente e ao atendimento às necessidades institucionais, considerando os equipamentos, as normas de segurança, o espaço físico, o acesso à internet, a atualização de softwares, a acessibilidade (incluindo recursos tecnológicos transformadores), os serviços, o suporte, as condições ergonômicas e a oferta de recursos de informática comprovadamente inovadores.	Social.
Instalações sanitárias	Relacionado às instalações sanitárias e o atendimento às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, as condições de limpeza e segurança, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de banheiros familiares e fraldários.	Social.
Estrutura dos polos EaD	Relacionado a estrutura física, tecnológica e de pessoal nos polos e a execução das atividades previstas no PDI, considerando a viabilidade de realização das atividades presenciais, acessibilidade, adequação ao projeto pedagógico do curso, interação entre docentes, tutores e discentes e a existência de modelos tecnológicos e digitais aplicados aos processos de ensino e aprendizagem e diferenciais inovadores comprovadamente exitosos.	Social.
Infraestrutura tecnológica	Relacionado a base tecnológica explicitada no PDI e a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis, considerando a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço, a segurança da informação e o plano de contingência.	Outras.
Infraestrutura de execução e suporte	Relacionado a infraestrutura de execução e suporte e o atendimento às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços e meios apropriados para sua oferta, apresentando um plano de contingência, redundância e expansão.	Outras.
Plano de expansão e atualização de equipamentos	Relacionado a viabilidade para executar o plano de expansão e atualização de equipamentos descrito no PDI, com acompanhamento baseado em metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho e ações corretivas.	Outras.

	Recursos de tecnologias de informação e comunicação	Relacionado aos recursos de tecnologias de informação e comunicação e a execução do PDI, considerando a viabilidade das ações acadêmico-administrativas, a acessibilidade comunicacional, a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica e a apresentação de soluções tecnológicas comprovadamente inovadoras.	Social.
	Ambiente Virtual de Aprendizagem -AVA	Relacionado a integração do AVA com o sistema acadêmico e ao atendimento aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais para educação a distância estabelecidas pela IES, garantindo a interação entre docentes, discentes e tutores, com adoção de recursos inovadores.	Outras.

*(exclusivo recredenciamento)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em INEP (2017c; 2017d).

Com base no Quadro 18, nota-se que a dimensão ‘Social’, no instrumento de avaliação do SINAES, foi identificada em 32 categorias de análise: Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica; Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados; Missão, objetivos, metas e valores institucionais; PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural; Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural; Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão; Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente; Política institucional de acompanhamento dos egressos; Comunicação da IES com a comunidade externa; Comunicação da IES com a comunidade interna; Política de atendimento aos discentes; Política de capacitação docente e formação continuada; Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo; Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância; Processos de gestão institucional; Sistema de controle de produção e distribuição de material didático; Instalações administrativas; Salas de aula; Auditório(s); Salas de professores; Espaços para atendimento aos discentes; Espaços de convivência e de alimentação; Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física; Bibliotecas: infraestrutura; Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente; Instalações sanitárias; Estrutura dos polos EaD; Recursos de tecnologias de informação e comunicação; Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação); PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial; PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social; e Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu (indicador exclusivo para credenciamento).

Destes indicadores, os indicadores: PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social, Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu (indicador exclusivo para credenciamento) e Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação) estão relacionados também a dimensão ‘Financeira’. A dimensão ‘Financeira’ foi identificada em mais 2 subcategorias: Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional; e Sustentabilidade

financeira: participação da comunidade interna, totalizando 5 subcategorias relacionadas à dimensão ‘Financeira’.

Considerando a dimensão ‘Financeira’, os instrumentos vigentes conceituam a sustentabilidade financeira como a “capacidade de gestão do orçamento de acordo com políticas e estratégias de administração acadêmica, com vistas à eficácia na obtenção e na utilização dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas” (INEP, 2017c; INEP, 2017d). Ao analisar os indicadores propostos, percebe-se que não há a representação de determinados aspectos conceituais da sustentabilidade financeira, evidenciados pelo próprio instrumento, como indicadores de gestão orçamentária e financeira, essenciais para a sobrevivência das IES, bem como para o atendimento das metas e prioridades estabelecidas.

O indicador PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, além de relacionar-se à dimensão ‘Social’, relaciona-se à ‘Ambiental’, sendo a única subcategoria representativa desta dimensão.

Com base nas classificações apresentadas no Quadro 17 e no Quadro 18, nota-se que as dimensões ‘Financeira’ e ‘Ambiental’ são pouco consideradas pelo atual instrumento de avaliação da educação superior. E apesar da dimensão ‘Social’ fundamentar subcategorias de análise do instrumento, ela não é considerada de forma integrada com as demais dimensões, o que é necessário para o desenvolvimento sustentável da educação superior.

4.1.1 Trajetória dos Instrumentos de Avaliação Propostos pelo SINAES

Desde a instituição do SINAES pela Lei 10.861/2004 em 2004, seus instrumentos de avaliação sofreram alterações. Segundo o INEP (2023), o atual instrumento é vigente desde 2017 e 4 são suas versões anteriores. A Figura 6 demonstra a trajetória dos instrumentos de avaliação propostos pelo SINAES de 2008 até o instrumento vigente.

Figura 6: Trajetória dos instrumentos de avaliação propostos pelo SINAES.

2008

Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação

- Instrumento para reconhecimento de bacharelado e licenciatura
- Instrumento para reconhecimento de curso de direito

2010

Instrumentos de Avaliação Institucional Externa

- Instrumento de Avaliação Institucional Externa (Recredenciamento)
- Instrumento de Avaliação para credenciamento de instituições de educação superior
- Instrumento para reconhecimento de curso a distância
- Instrumento de autorização de curso para oferta na modalidade a distância
- Credenciamento de polo de apoio presencial para educação a distância
- Instrumento de credenciamento institucional para oferta da modalidade de educação a distância

Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação

- Instrumento para autorização de curso de medicina
- Instrumento para autorização de bacharelado e licenciatura
- Instrumento para autorização de curso de direito
- Instrumento para autorização de curso tecnológico
- Instrumento para reconhecimento de curso de pedagogia
- Instrumento para reconhecimento de curso de medicina
- Instrumento para renovação de reconhecimento de cursos

2012

Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação

- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância

2015

Instrumentos de Avaliação Institucional Externa

- Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de Credenciamento, Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica, na modalidade presencial

Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação

- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância

Instrumento de Avaliação de Escolas de Governo

- Instrumento para Avaliação Institucional Externa

2017 – VIGENTE

Instrumentos de Avaliação Institucional Externa

- Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância | Credenciamento
- Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância | Recredenciamento

Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação

- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância | Autorização
- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância | Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos instrumentos de avaliação propostos pelo SINAES disponíveis (2023).

De acordo com a Figura 6, percebe-se que, em 2008, havia um instrumento para reconhecimento de cursos de graduação (bacharelado e licenciatura) e um instrumento apenas para reconhecimento de cursos de direito. O instrumento de avaliação de cursos de graduação contava com três dimensões: Organização Didático-Pedagógica (com 12 indicadores), Corpo Docente (com 13 indicadores) e Instalações Físicas (com 10 indicadores). A dimensão Organização Didático-Pedagógica contava com três indicadores relacionados à dimensão ‘Social’: o ‘Atendimento ao discente’, o ‘Estímulo a atividades acadêmicas’ e o ‘Atividades complementares’. Este último relacionado a abordagem nas atividades complementares de temas pertinentes e complementares ao curso, assim como temas transversais (sustentabilidade,

diversidade, direitos humanos e outros). Assim, este indicador também se relaciona às outras dimensões da sustentabilidade: ‘Financeira’ e ‘Ambiental’, sendo o único indicador dessas dimensões no instrumento. A dimensão Instalações Físicas contava com indicadores sociais relacionados à adequação das instalações considerando as salas de professores, de reuniões e de aula e os gabinetes de trabalho e à disponibilidade de equipamentos de informática aos alunos. Na dimensão Corpo Docente não havia indicadores relacionados a dimensão ‘Social’.

Diferente do atual instrumento vigente, o instrumento, em 2008, contava com itens regulatórios, os ‘Requisitos Legais e Normativos’, os quais não faziam parte do cálculo do conceito de avaliação, mas registravam o cumprimento ou não de dispositivos legais por parte das instituições para que o MEC tomasse as decisões cabíveis. Em 2008, eram 7 os Requisitos, dos quais 2 estavam relacionados a dimensão ‘Social’: Disciplina obrigatória/optativa de Libras e Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Não havia requisitos relacionados às dimensões ‘Ambiental’ e ‘Financeira’.

Em 2010, o instrumento foi alterado e foram instituídos: instrumentos de avaliação institucional externa para credenciamento das IES, para credenciamento, para reconhecimento de curso a distância, para autorização de curso para oferta na modalidade a distância, para credenciamento de polo de apoio presencial para educação a distância e para credenciamento institucional para oferta da modalidade de educação a distância. Além destes, os instrumentos de avaliação de cursos foram alterados e passaram a ser vigentes os instrumentos: para autorização e para reconhecimento de curso de medicina, para autorização de cursos de bacharelado e licenciatura, para autorização de curso de direito, para autorização de curso tecnológico, para reconhecimento de curso de pedagogia e para renovação de reconhecimento de cursos.

O instrumento de avaliação institucional externa para credenciamento das IES, elaborado em 2010, continha 3 dimensões: Organização Institucional (com 7 indicadores), Corpo Social (com 6 indicadores) e Instalações Físicas (com 9 indicadores). A primeira contava com 1 indicador relacionado à dimensão ‘Social’, ‘Representação docente e discente’, e 1 à ‘Financeira’, ‘Recursos financeiros’, o qual estava relacionado à posse de recursos financeiros para os investimentos previstos no seu PDI. A dimensão Corpo Social contava com 2 indicadores relacionados à dimensão ‘Social’: ‘Capacitação e acompanhamento docente’ e ‘Programas de apoio ao estudante’. E a dimensão Instalações Físicas continha 7 indicadores também relacionados a esta dimensão: ‘Instalações Administrativas’; ‘Auditório/Sala de conferência/Salas de aula’; ‘Instalações sanitárias’; ‘Áreas de convivência’; ‘Infraestrutura de serviços’; ‘Biblioteca: instalações para o acervo e funcionamento’; e ‘Sala de informática’.

Neste instrumento, como ‘Requisitos Legais’ apenas o item ‘Condições de acesso para portadores de necessidades especiais’ foi considerado em termos de atendimento regulatório.

Já o instrumento de avaliação institucional externa para credenciamento, vigente em 2010, considerava as dimensões:

- a) A missão e o plano de desenvolvimento institucional (PDI): com 2 indicadores e nenhum relacionado às dimensões da sustentabilidade.
- b) A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades: com 7 indicadores e nenhum relacionado às dimensões da sustentabilidade.
- c) A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural: com 4 indicadores, todos relacionados à dimensão ‘Social’: Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais; Relações da IES com a sociedade: setor público, setor privado e mercado de trabalho; Relações da IES com a sociedade: inclusão social; e Relações da IES com a sociedade: defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. O último indicador relacionava-se também com a dimensão ‘Ambiental’.
- d) A comunicação com a sociedade: com 3 indicadores, dos quais 2 estavam relacionados à dimensão ‘Social: Coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais; e Comunicação interna e externa.
- e) As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho: com 6 indicadores, dos quais 5 estavam relacionados à dimensão ‘Social’: Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais; Condições institucionais para os docentes; Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo; Formação do corpo de tutores presenciais e suas condições institucionais (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EAD); e Formação do corpo de tutores a distância e suas condições institucionais (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EAD).

- f) Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios: com 4 indicadores e nenhum relacionado às dimensões da sustentabilidade.
- g) Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação: com 5 indicadores, dos quais 1 estava relacionado à dimensão ‘Social’: Instalações gerais.
- h) Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional: com 3 indicadores, dos quais 1 relacionava-se à dimensão ‘Social’: Autoavaliação institucional.
- i) Políticas de atendimento aos discentes: com 4 indicadores relacionados à dimensão ‘Social’: Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais; Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos; Condições institucionais de atendimento ao discente; e Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada.
- j) Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior: com 3 indicadores relacionados à dimensão ‘Financeira’: Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais; Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos; e Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

Além das 10 dimensões, como ‘Requisitos Legais’, o instrumento de avaliação institucional externa para credenciamento apresentava 5 itens, dos quais 1 estava relacionado a dimensão ‘Social’: Condições de acesso para portadores de necessidades especiais.

Considerando a avaliação de cursos de graduação, o instrumento para autorização de bacharelado e licenciatura, vigente em 2010, continha 3 dimensões: Organização didático-pedagógica, Corpo Docente e Instalações Físicas. A primeira dimensão contava com 2 categorias de análise e 7 indicadores. Destes, dois indicadores relacionavam-se à dimensão ‘Social’: Metodologia e Atendimento ao discente. A dimensão Corpo docente era composta por 3 categorias de análise e 13 indicadores, dos quais nenhum relacionava-se às dimensões da sustentabilidade. Já a dimensão Instalações Físicas possuía 3 categorias de análise e 9 indicadores. Destes indicadores, 3 estavam relacionados à dimensão ‘Social’: Sala de professores e sala de reuniões; Salas de aula; e Acesso dos alunos a equipamentos de informática.

No instrumento para autorização de cursos, havia 6 ‘Requisitos Legais’, dos quais 2 estavam relacionados à dimensão ‘Social’: Disciplina optativa de Libras e Condições de acesso para portadores de necessidades especiais.

Já o instrumento de avaliação para renovação de reconhecimento de cursos de graduação, vigente em 2010, contava com as dimensões: Organização Didático-Pedagógica; Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico-Administrativo; e Instalações Físicas. A primeira dimensão contava com 10 indicadores e nenhum estava relacionado às dimensões da sustentabilidade. A dimensão Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico-Administrativo continha 8 indicadores, dos quais 2 estavam relacionados à dimensão ‘Social’: Adequação, formação e experiência dos docentes em relação à modalidade de EAD; e Adequação, formação e experiência dos tutores. E a Instalações Físicas, 7 indicadores, dos quais 2 estavam relacionados à dimensão ‘Social’: Espaços físicos utilizados no desenvolvimento do curso e Instalações para equipe de tutores e professores. No instrumento para renovação de reconhecimento de cursos, havia 7 ‘Requisitos Legais e Normativos’, dos quais 2 estavam relacionados a dimensão ‘Social’: Disciplina obrigatória/optativa de Libras e Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Em 2012, o instrumento foi alterado novamente e passou a existir um único instrumento apenas para avaliação para cursos de graduação presencial e a distância, o qual continha 3 dimensões: organização didático-pedagógica, corpo docente e tutorial e infraestrutura.

A dimensão Organização didático-pedagógica contava com 22 indicadores, dos quais 4 estavam relacionados a dimensão ‘Social’: Contexto educacional; Apoio ao discente; Integração com as redes públicas de ensino; e Integração com o sistema local e regional de saúde e o SUS. O indicador Contexto educacional também se relacionava à dimensão ‘Financeira’ por referir-se à contemplação no projeto pedagógico do curso das demandas efetivas de natureza econômica e social. A dimensão Corpo docente e tutorial continha 20 indicadores e apenas um indicador estava relacionado a dimensão ‘Social’: Responsabilidade docente pela supervisão da assistência médica.

Já a dimensão Infraestrutura contava com 21 indicadores, dos quais 7 estavam relacionados à dimensão ‘Social’: Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral; Sala de professores; Salas de aula; Acesso dos alunos a equipamentos de informática; Laboratórios didáticos especializados: qualidade; Laboratórios didáticos especializados: serviços; e Comitê de ética em pesquisa.

Neste instrumento, vigente em 2012, eram 13 os ‘Requisitos Legais e Normativos’, dos quais 3 estavam relacionados à dimensão ‘Social’: Diretrizes Curriculares Nacionais para

Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena; Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida; e Disciplina de Libras. Além desses, pela primeira vez no instrumento, houve o destaque para a dimensão ‘Ambiental’ com o requisito: Políticas de educação ambiental.

Em 2015, o instrumento foi alterado e entraram em vigor três instrumentos: um instrumento de avaliação institucional externa para os atos de credenciamento, credenciamento e transformação de organização acadêmica, na modalidade presencial; um instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância; e um instrumento para avaliação institucional externa, considerando as escolas de governo.

No instrumento de avaliação institucional externa para os atos de credenciamento, credenciamento e transformação de organização acadêmica, na modalidade presencial passaram a existir 5 eixos: planejamento e avaliação institucional; desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas; políticas de gestão; e infraestrutura física, os quais são formados por 51 indicadores.

No eixo planejamento e avaliação institucional, 2 indicadores relacionavam-se à dimensão ‘Social’: Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica; e Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados. No desenvolvimento institucional, 4 indicadores estavam relacionados a esta dimensão: Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico racial; Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social; Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural (também relacionado à dimensão ‘Ambiental’); e Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social (também relacionado a dimensão ‘Financeira’).

No eixo políticas acadêmicas, 6 indicadores relacionavam-se à dimensão ‘Social’: Comunicação da IES com a comunidade externa; Comunicação da IES com a comunidade interna; Programas de atendimento aos estudantes; Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente; Política e ações de acompanhamento dos egressos; e Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.

No Políticas de Gestão, 2 indicadores relacionavam-se à dimensão ‘Social’: Política de formação e capacitação docente; e Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo. Além destes, 2 indicadores relacionavam-se a dimensão ‘Financeira’ Sustentabilidade financeira; e Relação entre o planejamento financeiro. Já o eixo Infraestrutura Física, contava com 12 indicadores da dimensão ‘Social’: Instalações administrativas; Salas de

aula; Auditório(s); Sala(s) de professores; Espaços para atendimento aos alunos; Gabinetes/estações de trabalho para professores em Tempo Integral; Instalações sanitárias; Biblioteca: infraestrutura física; Sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente; Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação; Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física; e Espaços de convivência e de alimentação.

No instrumento de avaliação institucional externa, havia ainda 18 ‘Requisitos Legais e Normativos, dos quais 5 estavam relacionados a dimensão ‘Social’: Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; e Desenvolvimento Nacional Sustentável. Este último requisito também se relacionava às dimensões ‘Ambiental’ e ‘Financeira’ da sustentabilidade. Além deste, o requisito Políticas de educação ambiental relacionava-se a dimensão ‘Ambiental’.

Já no instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância vigente em 2015, havia 3 dimensões: organização didático-pedagógica; corpo docente e tutorial; e infraestrutura, as quais originaram 69 indicadores.

A dimensão Organização didático-pedagógica passou a contar com 27 indicadores, dos quais 9 relacionavam-se à dimensão ‘Social’: Metodologia; Apoio ao discente; Tecnologias de Informação e Comunicação no processo ensino-aprendizagem; Material didático institucional; Integração com as redes públicas de ensino; Integração do curso com o sistema local e regional de saúde: relação alunos/docente; Integração do curso com o sistema local e regional de saúde: relação alunos/usuário; Contexto educacional e Conteúdos curriculares.

No instrumento de 2012, o indicador Contexto educacional relacionava-se a contemplação pelo projeto pedagógico do curso das demandas de natureza econômica e social. Em 2015, passou a incorporar demandas de natureza cultural, política e ambiental, integrando todas as dimensões da sustentabilidade. O indicador Conteúdos curriculares passou a incorporar, em 2015, as dimensões ‘Social’ e ‘Ambiental’. No instrumento de 2012, este era um indicador apenas operacional da instituição. Os indicadores Metodologia, Tecnologias de Informação e Comunicação no processo ensino-aprendizagem e Material didático institucional, também existentes em 2012, passaram a incorporar a dimensão ‘Social’ ao incluírem aspectos de acessibilidade em seus critérios de análise.

Na dimensão Corpo Docente, no instrumento de avaliação de cursos vigente em 2015, havia 20 indicadores dos quais 2 relacionavam-se à dimensão ‘Social’: Responsabilidade

docente pela supervisão da assistência médica e Responsabilidade docente pela supervisão da assistência odontológica. Na dimensão infraestrutura, havia 8 indicadores relacionados a dimensão ‘Social’: Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral; Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos; Sala de professores; Salas de aula; Acesso dos alunos a equipamentos de informática; Laboratórios didáticos especializados: qualidade; Laboratórios didáticos especializados: serviços; e Comitê de Ética em Pesquisa. Além destes, havia 1 indicador relacionado a dimensão ‘Ambiental’: Comitê de Ética na Utilização de Animais.

No instrumento de avaliação de cursos, vigente em 2015, havia ainda 17 ‘Requisitos Legais e Normativos, dos quais 5 estavam relacionados a dimensão ‘Social’: Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; e Disciplina de Libras. Além destes, o requisito Políticas de educação ambiental relacionava-se a dimensão ‘Ambiental’.

Em 2017 o instrumento foi novamente alterado e entraram em vigor os atuais instrumentos vigentes: o instrumento de avaliação institucional externa presencial e a distância (para credenciamento); o instrumento de avaliação institucional externa presencial e a distância (para credenciamento); instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância (para autorização); e o instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância (para reconhecimento e renovação de reconhecimento).

Os instrumentos para autorização e para reconhecimento e renovação de reconhecimento são semelhantes no que tange aos indicadores utilizados, alterando certas especificidades nos critérios de análises e tendo o instrumento para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos 3 indicadores a mais. Os instrumentos dividem-se em 3 dimensões: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura.

Em ambos os instrumentos vigentes para a avaliação de cursos, há 24 indicadores na dimensão Organização Didático-Pedagógica, dos quais 11 relacionam-se à dimensão ‘Social’: Estrutura curricular; Metodologia; Apoio ao discente; Atividades de tutoria; Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria; Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem; Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); Material didático; Integração com as redes públicas de ensino; Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS); e Conteúdos curriculares. Este último indicador

relaciona-se também a dimensão ‘Ambiental’ por abordar conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, além de questões étnico-raciais, culturais, dentre outras.

A dimensão Corpo Docente e Tutorial conta com 15 indicadores no instrumento de autorização de cursos, os quais estão incluídos no instrumento de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, alterando apenas especificidades nos critérios de análises. Destes, 4 relacionam-se a dimensão ‘Social’: Experiência no exercício da docência na educação básica; Experiência no exercício da docência superior; Experiência no exercício da docência na educação a distância; e Experiência do corpo de tutores em educação a distância.

Além dos 15 indicadores, o instrumento de reconhecimento e renovação de reconhecimento conta com mais um indicador na dimensão Corpo Docente e Tutorial: Atuação do coordenador, o qual não se relaciona a nenhuma dimensão da sustentabilidade.

Considerando a dimensão na Infraestrutura, no instrumento de autorização de cursos há 16 indicadores, semelhantes aos incluídos no instrumento de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, alterando apenas especificidades nos critérios de análises. Destes, 7 relacionam-se a dimensão ‘Social’: Sala coletiva de professores; Salas de aula; Acesso dos alunos a equipamentos de informática; Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC); Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC); Laboratórios didáticos de formação básica; e Laboratórios didáticos de formação específica.

Além dos 16 indicadores, o instrumento de reconhecimento e renovação de reconhecimento conta com mais dois indicadores na dimensão Infraestrutura: Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) também relacionado a dimensão ‘Social’ e Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA) relacionado a dimensão ‘Ambiental’.

Considerando a avaliação institucional externa, os instrumentos para credenciamento e para credenciamento, atualmente vigentes, são semelhantes no que tange aos indicadores utilizados, alterando certas especificidades nos critérios de análises e tendo o instrumento para credenciamento 5 indicadores a mais do que o de credenciamento. Os instrumentos dividem-se em 5 eixos: planejamento e avaliação institucional; desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas; políticas de gestão; e infraestrutura.

A dimensão planejamento e avaliação institucional consta com 3 indicadores, dos quais 2 estão relacionados à dimensão ‘Social’: Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica; e Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados. Além desses indicadores, o instrumento de credenciamento conta com mais 2: Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação

Institucional; e Relatórios de autoavaliação, os quais não se relacionam a nenhuma dimensão da sustentabilidade.

A dimensão desenvolvimento institucional em ambos os instrumentos conta com 7 indicadores, dos quais 4 relacionam-se a dimensão ‘Social’: Missão, objetivos, metas e valores institucionais; PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural; PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial (também relacionado à dimensão ‘Ambiental’); e PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social (também relacionado à dimensão ‘Financeira’).

A dimensão políticas acadêmicas do instrumento para credenciamento é composta por 10 indicadores, dos quais 8 estão relacionados à dimensão ‘Social’: Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural; Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão; Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente; Política institucional de acompanhamento dos egressos; Comunicação da IES com a comunidade externa; Comunicação da IES com a comunidade interna; Política de atendimento aos discentes; e Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação). Além dos 10 indicadores, o instrumento de credenciamento conta com mais 2: Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *stricto sensu*; e Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *lato sensu*. Este último relacionado a dimensão ‘Social’ e ‘Financeira’ da sustentabilidade.

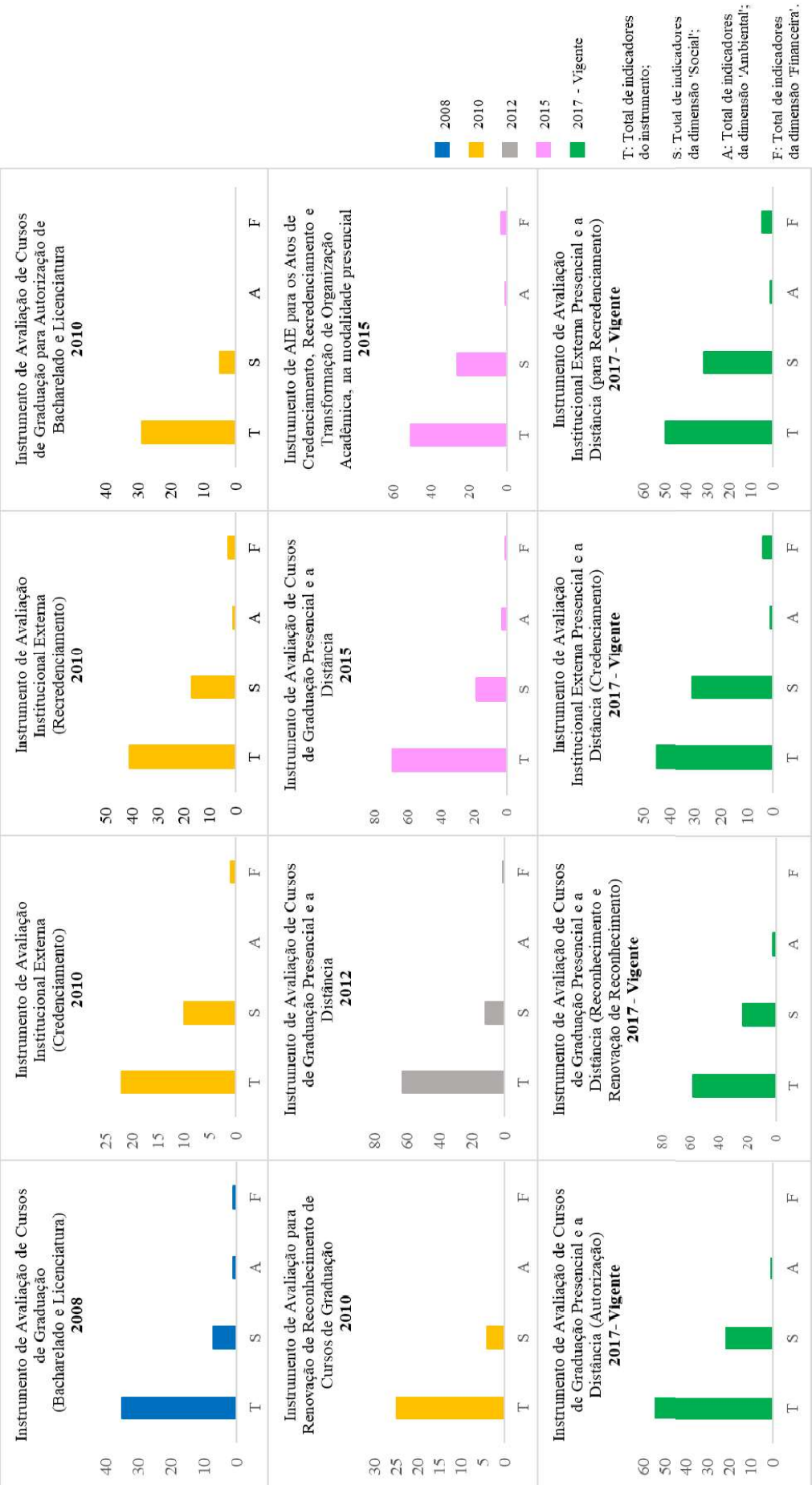
A dimensão políticas de gestão do instrumento de credenciamento conta com 7 indicadores, dos quais 5 relacionam-se a dimensão ‘Social’: Política de capacitação docente e formação continuada; Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo; Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância; Processos de gestão institucional; e Sistema de controle de produção e distribuição de material didático. E 2 indicadores relacionados à dimensão ‘Financeira’: Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional; e Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna. Além desses indicadores, o instrumento de credenciamento conta com mais 1: "Titulação do corpo docente, não relacionado às dimensões da sustentabilidade.

A dimensão infraestrutura conta com 18 indicadores tanto no instrumento de credenciamento, quanto no de credenciamento. Destes, 12 relacionam-se à dimensão ‘Social’: Instalações administrativas; Salas de aula; Auditório(s); Salas de professores; Espaços para atendimento aos discentes; Espaços de convivência e de alimentação; Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física; Bibliotecas: infraestrutura; Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente; Instalações sanitárias; Estrutura dos polos EaD; e Recursos de tecnologias de informação e comunicação. Não há indicadores, nesta dimensão, relacionados à dimensão ‘Financeira’ e/ou ‘Ambiental’.

No instrumento vigente, tanto para avaliação de cursos, quanto para avaliação institucional externa, não há a exigência de ‘Requisitos Legais e Normativos’.

A partir da análise realizada nos instrumentos de avaliação, considerando as dimensões da sustentabilidade, evidencia-se, na Figura 7, a evolução das dimensões da sustentabilidade dos instrumentos de avaliação propostos pelo SINAES.

Figura 7: Evolução gráfica das dimensões da sustentabilidade dos instrumentos de avaliação propostos pelo SINAES.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos instrumentos de avaliação propostos pelo SINAES disponíveis (2023).

Ressalta-se que na análise da evolução das dimensões da sustentabilidade dos instrumentos de avaliação propostos pelo SINAES, evidenciada na Figura 7, não foram considerados todos os instrumentos propostos ao longo dos anos, apenas os instrumentos mais abrangentes. Por exemplo, em 2008, não foi analisado o instrumento para reconhecimento de curso de direito, apenas o instrumento de avaliação de cursos de graduação (bacharelado e licenciatura). Apenas em 2017 e em 2012 foram analisados todos os instrumentos de avaliação propostos pelo SINAES, por estes não incluírem instrumentos para cursos ou modalidades específicas e não serem relacionados a escolas de governo.

Com base nas Figuras 6 e 7, percebe-se que, ao longo do tempo, o SINAES foi se modificando para melhor avaliar a realidade das IES. As modificações ocorreram considerando tanto às formas de avaliação, quanto aos critérios de avaliação propostos. Em 2008, o SINAES contava com apenas dois instrumentos para avaliação de cursos de graduação. Em 2010, houve a necessidade de incorporar 6 instrumentos para avaliação institucional externa e a avaliação de cursos de graduação passou a contar com 7 instrumentos. Outras mudanças ocorreram até que os atuais instrumentos entrassem em vigor, as quais caracterizaram a avaliação proposta pelo SINAES como um processo dinâmico e sujeito a constantes revisões.

Neste sentido, Bititici, Turner e Begemann (2000) ressaltam que o ambiente externo e interno de uma organização não é estático, muda constantemente. Por serem sensíveis a estas mudanças, os sistemas de avaliação precisam ser dinâmicos, revisar e redefinir prioridades e considerar mudanças em áreas críticas de seus processos.

A dinamicidade dos processos de avaliação propostos pelo SINAES fez com que aspectos sustentáveis fossem ao longo dos anos incorporados aos instrumentos. Considerando as dimensões da sustentabilidade, com base na Figura 7, percebe-se a dimensão ‘Social’ com maior evidência nos instrumentos vigentes, assim como nos instrumentos anteriores, e a falta de representatividade de aspectos financeiros e ambientais em todos os instrumentos.

Assim como a ‘Social’, a dimensão ‘Financeira’ teve maior destaque nos instrumentos de AIE vigentes, entretanto segue pouco representativa. Em nenhum dos instrumentos foram identificados aspectos financeiros relacionados à índices contábeis, à análise de elementos patrimoniais ou à execução orçamentária. Estes critérios são essenciais para análise da viabilidade e sobrevivência de qualquer instituição e não devem ser desconsiderados na avaliação das IES.

Considerando a dimensão ambiental, em nenhum instrumento proposto pelo SINAES, houve a preocupação específica com aspectos relacionados ao consumo de água, ao consumo de energia, ao uso de energias renováveis e à gestão de resíduos. Indicadores relacionados a tais

aspectos, de acordo com Gasparini (2003) possibilitam a redução dos impactos ambientais decorrentes das atividades organizacionais e, portanto, devem ser considerados pelas IES para que a sua interação com o meio ambiente ocorra sem danos permanentes ao futuro (Oliveira, 2012).

Ressalta-se ainda, em todos os instrumentos propostos, a carência de aspectos que considerem de forma integrada as dimensões da sustentabilidade para a avaliação das IES, o que aflora a necessidade de modificação dos atuais instrumentos vigentes para a incorporação de tais aspectos.

4.2 CONSTRUINDO UM *FRAMEWORK* COM INDICADORES E DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Com o propósito de subsidiar a elaboração de um *framework* com indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental na educação superior brasileira, foram evidenciados e analisados indicadores utilizados pela gestão de universidades federais, por outros instrumentos de avaliação, por agências de acreditação, pela literatura científica e por órgãos reguladores.

4.2.1 Indicadores: Literatura

Nesta seção serão explorados os indicadores identificados em teses e dissertações e em artigos científicos relacionados às dimensões ambiental, social e financeira da sustentabilidade.

4.2.1.1 Indicadores: Literatura - Teses e Dissertações

Nesta seção serão explorados os indicadores encontrados em teses e dissertações relacionadas à avaliação da sustentabilidade na educação superior, à avaliação financeira na educação superior, aos instrumentos de avaliação da educação superior e aos custos da educação superior.

A seleção das teses e dissertações foi realizada de forma sistemática conforme apresentado na seção 3.2. Foram selecionadas 38 teses e dissertações, as quais apresentavam seu escopo integralmente alinhado ao desta pesquisa, abrangendo a avaliação da

sustentabilidade da educação superior, considerando os aspectos socioambientais e financeiros. Das teses e dissertações selecionadas, 33 apresentavam indicadores para avaliação.

Foram identificados 591 indicadores para avaliação das instituições de educação superior, dos quais 425 relacionavam-se às dimensões da sustentabilidade: 121 referiam-se à dimensão ambiental, 213 à dimensão financeira e 139 à dimensão social. 27 indicadores relacionavam-se a mais de uma dimensão, a saber: investimentos em programas educativos de preservação ambiental (Sponchiado, 2006), percentual de investimento em qualificação para formação específica (Sponchiado, 2006), operação e manutenção de edificações (Pacheco, 2016), refeições de baixo impacto (Pacheco, 2016), compras inclusivas e locais (Pacheco, 2016), compra de alimentos e bebidas (Pacheco, 2016), tópicos de sustentabilidade (Piacitelli, 2019), potencial sobre exploração de temas relacionados à sustentabilidade (Piacitelli, 2019), oferecimento de disciplinas (Piacitelli, 2019), como a instituição se esforça em mostrar/ensinar seus alunos sobre a sustentabilidade (Piacitelli, 2019), evidências de sustentabilidade ao caminhar pelo campus (Piacitelli, 2019), como a questão da sustentabilidade é considerada nas ações da instituição (Piacitelli, 2019), a intensidade de projetos estimulados pela instituição (Piacitelli, 2019), outros professores da instituição que tem feito pesquisa sobre sustentabilidade (Piacitelli, 2019), o professor faz pesquisas sobre sustentabilidade (Piacitelli, 2019), interesse do professor em desenvolver e/ou orientar pesquisas (Piacitelli, 2019), tópicos de Sustentabilidade nas disciplinas (Piacitelli, 2019), demonstração de sustentabilidade (Piacitelli, 2019), estímulo ao emprego em empresas sustentáveis (Piacitelli, 2019), envolvimento em pesquisas e/ou bolsas de estudo (Piacitelli, 2019), envolvimento dos professores em ensino/pesquisa (Piacitelli, 2019), práticas operacionais de sustentabilidade (Piacitelli, 2019), reconhecimento dos funcionários com relação à sustentabilidade (Piacitelli, 2019), envolvimento comunitário (Piacitelli, 2019), evidências no campus (Piacitelli, 2019), estrutura multi/interdisciplinar (Piacitelli, 2019) e projeto/plano para a sustentabilidade (Piacitelli, 2019).

O Apêndice B apresenta todos os indicadores encontrados.

No Quadro 19 são identificados os principais aspectos dos indicadores encontrados em teses e dissertações relacionados à dimensão ambiental.

Quadro 19: Principais aspectos dos indicadores encontrados em teses e dissertações relacionados à dimensão ambiental

Aspectos da Dimensão Ambiental	Número de indicadores	Autores
Alimentos	2	Pacheco (2016) e Costa (2012)
Biodiversidade	2	Pacheco (2016) e Costa (2012)

Camada de Ozônio	2	Silva (2019) e Costa (2012)
Compras: requisitos ambientais	5	Pacheco (2016)
Consumo de água	3	Pacheco (2016) e Costa (2012)
Consumo de energia	6	Silva (2019), Pacheco (2016) e Costa (2012)
Contratados (consideração da sustentabilidade na contratação de prestadores de serviços)	2	Silva (2019)
Currículo: abordagem da sustentabilidade	4	Piacitelli (2019)
Derrames	2	Silva (2019) e Costa (2012)
Disciplinas relacionadas à sustentabilidade	2	Piacitelli (2019)
Educação ambiental	2	Costa (2012)
Eficiência energética	2	Costa (2012)
Emissão de gases	5	Pacheco (2016) e Costa (2012)
Emissões atmosféricas	4	Silva (2019)
Energia renovável	4	Pacheco (2016) e Costa (2012)
Evidências de sustentabilidade no campus	2	Piacitelli (2019)
Materiais perigosos	2	Silva (2019)
Pesquisas relacionadas à sustentabilidade	6	Piacitelli (2019) e Costa (2012)
Projetos relacionados à sustentabilidade	4	Piacitelli (2019) e Silva (2019)
Qualidade do ar	2	Pacheco (2016)
Reciclagem	5	Silva (2019) e Costa (2012)
Refeições	2	Pacheco (2016) e Costa (2012)
Resíduos	14	Silva (2019), Pacheco (2016) e Costa (2012)
Reutilização de materiais	6	Silva (2019) e Costa (2012)
Reutilização da água	2	Silva (2019) e Costa (2012)
Transporte	3	Pacheco (2016)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

No Quadro 19 foram evidenciados os aspectos que apareceram em mais de um indicador. Além destes, identificou-se mais 50 aspectos relacionados à dimensão ambiental que foram evidenciados em apenas um indicador. Assim, os 121 indicadores da área ambiental relacionavam-se a 76 aspectos diferentes da sustentabilidade. Apesar da diversidade de aspectos encontrada, ressalta-se que a dimensão ambiental foi identificada em apenas 5 trabalhos das 33 teses e dissertações analisadas: Piacitelli (2019), Silva (2019), Sponchiado (2006), Pacheco (2016) e Costa (2012). Observa-se ainda que a contribuição de Sponchiado (2006) à dimensão ambiental restringiu-se ao indicador: Investimentos em programas educativos de preservação ambiental, o qual também se relaciona à dimensão financeira.

Dentre os achados da pesquisa, visando a proposição de indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade ambiental, destacam-se os seguintes indicadores: gestão da água da chuva (Pacheco, 2016), descarga total de água residual, por qualidade e destino (Costa, 2012), gestão de águas residuárias (Pacheco, 2016), uso da água (Pacheco, 2016), consumo de água por origem, total e per capita (Costa, 2012), recursos hídricos significativamente afetados pelo consumo de água (Costa, 2012), quantidade de água reciclada e reutilizada (Costa, 2012; Silva, 2019), certificação energética de edifícios (Costa, 2012), frota do campus (Pacheco, 2016), consumo de energia das edificações (Pacheco, 2016), consumo indireto de energia (Costa, 2012), iniciativas para reduzir o consumo de energia pelos membros do campus (Costa, 2012), iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e reduções alcançadas (Costa, 2012), total de energia utilizada por ano (Silva, 2019), total de energia utilizada por atividade ou serviço (Silva, 2019), total de energia economizada devido a projetos de conservação de energia (Silva, 2019), poupança de energia por melhorias na conservação e eficiência do uso de energia, total e % (Costa, 2012), energia limpa e renovável (Pacheco, 2016), energia eléctrica proveniente de fontes renováveis, total e % (Costa, 2012), instalação de fontes renováveis de energia (Costa, 2012), qualidade do ar externo (Pacheco, 2016), qualidade do ar interno (Pacheco, 2016), quantidade de material enviado para o aterro sanitário por produto (Silva, 2019), materiais utilizados (Costa, 2012), materiais utilizados provenientes de reciclagem ou reutilizados (%) (Costa, 2012), número de iniciativas de promoção da reutilização e reciclagem de materiais (Costa, 2012), total de materiais processados, reciclados ou reutilizados que são utilizados (Silva, 2019), número de materiais recicláveis e reutilizáveis utilizados pelos prestadores de serviços contratados (Silva, 2019), total de resíduos perigosos, recicláveis ou reutilizáveis produzidos por ano (Silva, 2019), minimização da geração de resíduos (Pacheco, 2016), desvio de resíduos (do aterro sanitário) (Pacheco, 2016), desvio de resíduos de construção e demolição (Pacheco, 2016), gestão dos resíduos perigosos (Pacheco, 2016), quantidade total de resíduos produzidos, por tipo e método de eliminação (Costa, 2012), taxa de deposição seletiva dos resíduos (por exemplo, papel e papelão, embalagens, vidro, biodegradáveis, pilhas, toners e lâmpadas) (Costa, 2012), taxa de redução da produção dos diversos tipos resíduos produzidos (Costa, 2012), taxa de reciclagem, taxa de valorização ou taxa de desvio de resíduos de aterro (Costa, 2012), quantidade e qualidade de compostos produzidos (Costa, 2012), quantidade de resíduos por ano (Silva, 2019), quantidade de resíduos por atividade (Silva, 2019), total de resíduos transformados em material reutilizável por ano, gestão da paisagem (Pacheco, 2016), diretrizes para parceiros de negócio (Pacheco, 2016), número de prestadores de serviços contratados tendo um sga (sistema de gestão ambiental)

implementado ou certificado (Silva, 2019), total de auditorias realizadas versus planejadas (Silva, 2019), programas que promovam campanhas de mudança de comportamentos no campus (Costa, 2012), projeto de edificações e construção (Pacheco, 2016), programas contínuos e específicos de educação ambiental para alunos, funcionários, professores, moradores do entorno (Costa, 2012), pesquisa multidisciplinar voltada para diferentes temáticas em educação ambiental (forma e informal) (nº de artigos publicados/ano, nº de teses e dissertações/ano e nº de patentes/ano) (Costa, 2012), número de projetos realizados para prevenção da poluição (Silva, 2019), quantidade de funcionários que estão envolvidos em projetos ambientais (por exemplo: reciclagem, iniciativas de limpeza, sugestões) (Silva, 2019), quantidade de funcionários que receberam treinamento versus quantidade de funcionários que necessitam de treinamento (Silva, 2019) e apoio para transporte sustentável (Pacheco, 2016).

O Quadro 20 identifica os principais aspectos dos indicadores encontrados em teses e dissertações relacionados à dimensão social.

Quadro 20: Principais aspectos dos indicadores encontrados em teses e dissertações relacionados à dimensão social

Aspectos da Dimensão Social	Número de indicadores	Autores
Atendimento à comunidade	2	Santos (2008)
Atendimento ao discente	2	Santos (2008) e Campos (2008)
Bolsas	9	Piacitelli (2019), Wohnrath (2013), Cardoso (2017), Falcão (2017) e Silva (2019)
Candidato/vaga	2	Wohnrath (2013) e Fahl (2006)
Compras: requisitos sociais	2	Pacheco (2016)
Conclusão do curso (concluintes)	3	Falcão (2017) e Dourado (2017)
Currículo: abordagem da sustentabilidade	4	Piacitelli (2019)
Disciplinas relacionadas à sustentabilidade	2	Piacitelli (2019)
Evasão de alunos	2	Fahl (2006) e Falcão (2017)
Evidências de sustentabilidade no campus	2	Piacitelli (2019)
Indicadores TCU	7	Dalla Nora (2014), Guerra (2006), Ferreira (2012) e Silva (2019)
Matriculados: quantidade de matriculados e matrículas trancadas	16	Wohnrath (2013), Fahl (2006), Santos (2008), Campos (2008), Falcão (2017), Magalhães (2009), Rosa (2006), Xavier (2014), Zuliani (2019) e Dantas (2018)
Pesquisas relacionadas à sustentabilidade	7	Cardoso (2017) e Piacitelli (2019)
Projetos relacionados à sustentabilidade	2	Piacitelli (2019)

Qualificação do corpo docente e dos técnicos administrativos	22	Wohnrath (2013), Dalla Nora (2014), Guerra (2006), Lima Júnior (2008), Fahl (2006), Sponchiado (2006), Campos (2008), Dourado (2017), Ferreira (2012), Silva (2019) e Cardoso (2017)
Retenção de alunos	2	Sponchiado (2006) e Falcão (2017)
Rotatividade de técnicos administrativos e professores	2	Sponchiado (2006)
Satisfação da comunidade acadêmica	17	Wohnrath (2013), Lima Júnior (2008), Fahl (2006) e Sponchiado (2006)
Seminários disponibilizados aos discentes/com participação do corpo docente	2	Cardoso (2017)
Sucesso do aluno	3	Dalla Nora (2014), Guerra (2006) e Ferreira (2012)
Turn-over de pessoal	2	Wohnrath (2013) e Fahl (2006)
Vagas: oferta/ocupação	3	Sponchiado (2006), Campos (2008) e Zuliani (2019)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

Evidenciou-se, no Quadro 20, apenas aspectos que apareceram em mais de um indicador. Além destes, identificou-se 49 aspectos relacionados a um único indicador. Dessa forma, os 139 indicadores da dimensão social relacionavam-se a 71 aspectos da sustentabilidade.

Dos indicadores exclusivamente relacionados à dimensão social, visando a proposição de novos indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade social, ressalta-se os referentes a: número de matriculados (Wohnrath, 2013; Fahl, 2006; Rosa, 2006, Zuliani, 2019; Dantas, 2018; Falcão, 2017), percentual de alunos matriculados nos cursos em relação ao total de matriculados no estado (Santos, 2008), relação candidato/vaga (Wohnrath, 2013; Fahl, 2006), vagas/matrículas (Campos, 2008), percentual médio de crescimento em número de matrículas (Magalhães, 2009), crescimento médio no nº de matrículas (Magalhães, 2009), percentual de alunos por curso (Xavier, 2014), vagas oferecidas (Zuliani, 2019), satisfação do público interno e/ou externo (Wohnrath, 2013; Lima Júnior; 2008; Fahl, 2006; Sponchiado, 2006), número de professores mestres e doutores (Wohnrath, 2013; Fahl, 2006; Silva, 2019), índice de qualificação do corpo docente (Dalla Nora, 2014; Guerra, 2006; Ferreira, 2012; Silva, 2019); percentual de docentes que concluíram ou estão cursando programa de mestrado (Cardoso, 2017; Sponchiado, 2006; Campos, 2008), percentual de docentes que concluíram ou estão cursando programa de doutorado (Cardoso, 2017; Sponchiado, 2006; Campos, 2008), percentual de contratados a tempo integral e doutores (Santos, 2008), percentual de Especialistas no Corpo Docente (Campos, 2008); taxa de sucesso na graduação (Dalla Nora, 2014; Guerra, 2006; Ferreira, 2012); número de participações em cursos/quantidade total de funcionários

(Wohnrath, 2013), taxa de turn-over do pessoal (Wohnrath, 2013; Fahl, 2006), percentual de alunos bolsistas que desistem anualmente dos cursos (Cardoso, 2017), percentual de alunos bolsistas em relação ao total de alunos (Cardoso, 2017), quantidade de seminários disponibilizados aos discentes anualmente (Cardoso, 2017), percentual de docentes que participam em programas de capacitação técnica, anualmente (Cardoso, 2017), percentual de docentes que participam de palestras, seminários e workshop anualmente (Cardoso, 2017), percentual de pesquisas voltadas a temas ligados à problemas sociais no último ano (Cardoso, 2017), percentual de pesquisas voltadas a temas ligados à problemas ambientais no último ano (Cardoso, 2017), índice de evasão (Fahl, 2006; Falcão, 2017), taxa de retenção (Falcão, 2017; Sponchiado, 2006), taxa de conclusão (Falcão, 2017; Dourado, 2017), taxa de permanência dos alunos no curso (Tp) (Dourado, 2017), índice de transferências (saídas) (Fahl, 2006), índice de matrículas trancadas (Fahl, 2006), ocupação de vagas por curso (Sponchiado, 2006), percentual de rotatividade de técnicos administrativos (Sponchiado, 2006), percentual de rotatividade de professores (Sponchiado, 2006), atendimento do docente no curso (ADC) (Dourado, 2017), indicador de trajetória docente (TD) (Dourado, 2017), , taxa de conflitos registrados por coordenadores de departamentos (santos, 2008), taxa de pedidos de demissão para atuação em outras empresas (Santos, 2008), percentual de PSFS cobertos por atendimentos curriculares (Santos, 2008), quantidade e qualidade dos atendimentos em espaços próprios da IES (Santos, 2008), percentual por sexo do aluno (Falcão, 2017), percentual por cor/raça do aluno (Falcão, 2017), percentual candidatos oriundos de reservas de vagas (Falcão, 2017), percentual de bolsistas sobre total de alunos (Falcão, 2017), variável vínculo docente contratado (Hoffmann, 2020), professores em dedicação integral e parcial (Silva, 2019), número de funcionários participantes no programa de bolsas de estudo para funcionários (Wohnrath, 2013), diplomados (Zuliani, 2019), qualificação dos professores (Lima Júnior, 2008), qualificação dos TAE (Lima Júnior, 2008), quantidade de funcionários com escolaridade do 3º grau (Wohnrath, 2013), número de pessoal técnico-administrativo com formação em nível médio e superior (Fahl, 2006), percentual de técnico-administrativo com número de ensino superior (Sponchiado, 2006) e percentual de técnico administrativo com ensino médio (Sponchiado, 2006).

O Quadro 21 identifica os principais aspectos dos indicadores encontrados em teses e dissertações relacionados à dimensão financeira.

Quadro 21: Principais aspectos dos indicadores encontrados em teses e dissertações relacionados à dimensão financeira

Aspectos da Dimensão Financeira	Número de indicadores	Autores
Alocação/Distribuição de recursos	8	Cardoso (2017) e Morgan (2004)
Auditoria	2	Cardoso (2017)
Captação de recursos: externos e internos	4	Cardoso (2017)
Composição: Despesas (por elementos)	4	Zuliani (2019)
Contribuição direta: método de custeio	3	Rosa (2006)
Currículo: abordagem da sustentabilidade	4	Piacitelli (2019)
Custos	75	Dalla Nora (2014), Guerra (2006), Ferreira (2012), Fahl (2006), Sponchiado (2006), Santos (2008), Falcão (2017), Hoffmann (2020), Machado (2020), Magalhães (2009), Morgan (2004), Ostroski (2019), Pereira (1999), Ribeiro (2018), Silva (2019), Zuliani (2019) e Rosa (2006)
Despesa	6	Dantas (2018)
Disciplinas relacionadas à sustentabilidade	2	Piacitelli (2019)
Eficácia na projeção de custos	2	Fahl (2006)
Elemento de Despesa	3	Zuliani (2019)
Evidências de sustentabilidade no campus	2	Piacitelli (2019)
Execução financeira	3	Cardoso (2017)
Faturamento	2	Wohnrath (2013) e Fahl (2006)
Gastos	2	Magalhães (2007)
Grau de Alavancagem	2	Xavier (2014)
Inconsistências em pagamentos e recebimentos	3	Cardoso (2017)
Indicadores TCU	4	Dalla Nora (2014), Guerra (2006), Ferreira (2012) e Silva (2019).
Investimentos	13	Sponchiado (2006), Wohnrath (2013), Cardoso (2017) e Santos (2008)
Margem de Contribuição	6	Wohnrath (2013), Ferreira (2004), Xavier (2014) e Hachmann (2001)
Mensalidade	6	Cardoso (2017), Fahl (2006), Sponchiado (2006), Campos (2008), Xavier (2014) e Fahl (2006)
Orçamento	2	Cardoso (2017)
Pagamentos	2	Cardoso (2017)
Pesquisas relacionadas à sustentabilidade	5	Piacitelli (2019)
Ponto de Equilíbrio	4	Hachmann (2001) e Xavier (2014)
Produtividade	3	Fahl (2006)
Projetos relacionados à sustentabilidade	2	Piacitelli (2019)

Receita	16	Fahl (2006), Rosa (2006), Wohnrath (2013), Dantas (2018), Ribeiro (2018), Xavier (2014), Sponchiado (2006) e Cardoso (2017)
Resultados	5	Ribeiro (2018), Xavier (2014) e Fahl (2006)
Retorno sobre Investimentos	2	Fahl (2006) e Santos (2008)
Tributos	3	Cardoso (2017)
Valor econômico agregado	2	Fahl (2006) e Santos (2008)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

No Quadro 21, foram evidenciados os aspectos que apareceram em mais de um indicador. Identificou-se mais 55 aspectos relacionados à dimensão financeira explorados em apenas um indicador. Assim, os 213 indicadores da dimensão financeira relacionavam-se a 87 aspectos da sustentabilidade.

Dos indicadores exclusivamente relacionados à dimensão financeira, destaca-se: crescimento anual do faturamento (Wohnrath, 2013; Fahl, 2006), evolução da receita (Sponchiado, 2006), despesa/aluno (Santos, 2008), despesa/mensalidade (Santos, 2008), receita/aluno (Santos, 2008; Rosa, 2006), receita/mensalidade (Santos, 2008), distribuição de fontes de financiamento (%) (Magalhães, 2007), percentual do investimento/valor receita (Wohnrath, 2013; Sponchiado, 2006), valor de mensalidade não recebidas/ valor da receita total (Fahl, 2006), percentual das despesas aplicados para o ensino (Magalhães, 2009), variação da receita operacional (Xavier, 2014), Variação no resultado operacional (Xavier, 2014), recursos próprios x recursos totais (Morgan, 2004), percentual do resultado sobre a receita (Rosa, 2006), evolução da despesa (Magalhães, 2009), investimento em atividades de extensão (Sponchiado, 2006), margem de contribuição (Wohnrath, 2013; Sponchiado, 2006; Ferreira, 2004; Hachmann, 2001; Xavier, 2014), rentabilidade por aluno (Lima Júnior, 2008), Retorno s/ capital aplicado (Fahl, 2006; Santos, 2008), valor econômico agregado (EVA) (Fahl, 2006; Santos, 2008), proporção do esforço dispêndio ao ensino (custo de pessoal efetivo/docente/substituto x Proporção da carga horária despendida ao ensino) (Morgan, 2004), custo por aluno (Sponchiado, 2006; Falcão, 2017; Ferreira, 2012; Machado, 2020; Magalhães, 2007; Morgan, 2004; Ostroski, 2019; Pereira, 1999; Rosa, 2006; Silva, 2019; Dalla Nora, 2014; Guerra, 2006), custo médio da formação do aluno (Falcão, 2017), custo do ensino por aluno do departamento (Falcão, 2017; Magalhães, 2007), custo médio de um aluno por curso (Hoffmann, 2020), custo médio de um aluno padrão (Hoffmann, 2020), custo médio de um aluno matriculado (Hoffmann, 2020), custo médio de um aluno ocioso (Hoffmann, 2020), evolução comparada do custo por aluno (Machado, 2020), custo hora/aula do ensino de graduação (Magalhães, 2007),

Custo por diploma (Falcão, 2017), custo concluinte (Zuliani, 2019), custo por vaga (Zuliani, 2019), taxa de redução do custo por aluno (Santos, 2008), ponto de equilíbrio (Hachmann, 2001; Xavier, 2014), ponto de equilíbrio contábil (Ferreira, 2004), ponto de equilíbrio econômico (Ferreira, 2004), ponto de equilíbrio financeiro (Ferreira, 2004), margem de segurança (Ferreira, 2004), grau de alavancagem operacional (Ferreira, 2004; Xavier, 2014), nº de revisões anuais dos Planos e Orçamentos (Cardoso, 2017), percentual de recursos orçamentários alocados para Ensino (Cardoso, 2017), percentual de recursos orçamentários alocados para Pesquisa (Cardoso, 2017), percentual de recursos orçamentários alocados para Extensão (Cardoso, 2017), percentual de recursos orçamentários captados junto a entidades bancárias (Cardoso, 2017), percentual de alunos não bolsistas que se encontram inadimplentes (prazo superior a 90 dias) (Cardoso, 2017), percentual do orçamento anual alocado para o pagamento de despesas com folha de pagamento e encargos (Cardoso, 2017), percentual de execução financeira anual da atividade Ensino (Cardoso, 2017), percentual de execução financeira anual da atividade Pesquisa (Cardoso, 2017), percentual de execução financeira anual da atividade Extensão (Cardoso, 2017), percentual de projetos executados por meio de recursos internos (Cardoso, 2017), percentual de projetos executados por meio de recursos externos (Cardoso, 2017) e percentual de acréscimo de recursos externos obtidos no ano em comparação com ano anterior (Cardoso, 2017).

Dos indicadores comuns a mais de uma dimensão, para proposição de indicadores e diretrizes relacionados à avaliação da sustentabilidade, destacam-se: Operação e Manutenção de Edificações (Pacheco, 2016), compra de alimentos e bebidas (Pacheco, 2016), refeições de baixo impacto (Pacheco, 2016), compras inclusivas e locais (Pacheco, 2016), tópicos de sustentabilidade (Piacitelli, 2019), oferecimento de disciplinas (Piacitelli, 2019), evidências de sustentabilidade ao caminhar pelo campus (Piacitelli, 2019), tópicos de sustentabilidade nas disciplinas (Piacitelli, 2019), reconhecimento dos funcionários com relação à sustentabilidade (Piacitelli, 2019), evidências no campus (Piacitelli, 2019) e projeto/plano para a sustentabilidade (Piacitelli, 2019).

4.2.1.2 Indicadores: Literatura – Artigos Científicos

Nesta seção serão explorados os indicadores encontrados em artigos científicos relacionados à avaliação da educação superior, à avaliação da sustentabilidade na educação superior e à avaliação financeira na educação superior. A seleção dos artigos científicos foi realizada de forma sistemática conforme apresentado na seção 3.2.

Foram selecionados 57 artigos, os quais estavam alinhados a esta pesquisa abrangendo a avaliação da sustentabilidade da educação superior, considerando os aspectos socioambientais e financeiros.

Nestes artigos, identificou-se 1561 indicadores para avaliação das instituições de educação superior, dos quais 1047 relacionavam-se às dimensões da sustentabilidade: 438 referiam-se à dimensão ambiental, 315 à dimensão financeira e 402 à dimensão social. 22 indicadores referiam-se concomitantemente às dimensões social e ambiental: queixas e reclamações: medidas relativas a queixas e reclamações relacionadas aos impactos ambientais, sociais e aos direitos humanos (Weber *et al.*, 2020); saúde e bem-estar no campus: permanência dos servidores e alunos e a procura da ies (relaciona o percentual de espaços verdes, área edificada, participação em eventos esportivos e preocupação com a alimentação) (Weber *et al.*, 2020); número de disciplinas com conteúdo de responsabilidade socioambiental (Silva Junior *et al.*, 2018); número de intervenções institucionais de impacto socioambiental (Silva Junior *et al.*, 2018); compra de alimentos e bebidas (Pacheco *et al.*, 2019; Alghamdi *et al.*, 2019; Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018); refeições de baixo impacto/sustentáveis (Pacheco *et al.*, 2019; Alghamdi *et al.*, 2019; Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018); compras inclusivas e locais (Pacheco *et al.*, 2019); número de professores com formação relacionada à sustentabilidade (social e ambiental) (Silva e Almeida, 2019); técnicos que trabalham diretamente com serviços relacionados à sustentabilidade (social e ambiental) (Silva e Almeida, 2019); número de técnicos administrativos com qualificação na área de sustentabilidade (social e ambiental) (Silva e Almeida, 2019); cursos de capacitação com foco em sustentabilidade (social e ambiental) (Silva e Almeida, 2019); servidores alocados em locais considerados insalubres e perigosos/radioativo (social e ambiental) (Silva e Almeida, 2019); contratação de serviços e materiais por meio de licitações sustentáveis. (ambiental e econômico) (Silva e Almeida, 2019); quantidade de assuntos que abordam a sustentabilidade (social e ambiental) (Silva e Almeida, 2019); número de programas de graduação e pós-graduação em temas ambientais (social e ambiental) (Silva e Almeida, 2019); número de projetos de pesquisa que abordam a sustentabilidade (social e ambiental) (Silva e Almeida, 2019); número de extensão projetos que abordam a sustentabilidade (social e ambiental) (Silva e Almeida, 2019); e número de eventos sobre sustentabilidade envolvendo a comunidade (social e ambiental) (Silva e Almeida, 2019).

Foram ainda identificados 2 indicadores relacionados simultaneamente à social e financeira: extensão: recursos financeiros investidos e o número de projetos de extensão existentes (Weber *et al.*, 2020); e cultura: investimentos financeiros e o percentual de

participação da comunidade acadêmica (Weber *et al.*, 2020). Apenas 1 indicadores relacionava-se concomitantemente às dimensões ambiental e financeira: energia: gastos (R\$) e o consumo (kwh) de energia elétrica, bem como os investimentos em equipamentos de baixo consumo (Weber *et al.*, 2020).

Dos indicadores analisados, 41 indicadores relacionavam-se ao mesmo tempo às 3 dimensões: número de disciplinas de sustentabilidade (Silva Junior *et al.*, 2018); número de projetos de pesquisa em sustentabilidade e/ou responsabilidade social e/ou responsabilidade social corporativa (Silva Junior *et al.*, 2018); número de projetos de inovação em sustentabilidade e/ou responsabilidade social e/ou responsabilidade social corporativa (Silva Junior *et al.*, 2018); número de patentes de produtos derivados de projetos de inovação em sustentabilidade e/ou responsabilidade social e/ou responsabilidade social corporativa (Silva Junior *et al.*, 2018); número de projetos de extensão em sustentabilidade e/ou responsabilidade social e/ou responsabilidade social corporativa (Silva Junior *et al.*, 2018); número de instâncias de suporte em projetos de extensão em sustentabilidade e/ou responsabilidade social e/ou responsabilidade social corporativa (Silva Junior *et al.*, 2018); número de alunos de sustentabilidade orientados por orientadores de pesquisa (Silva Junior *et al.*, 2018); educação (cursos de sustentabilidade/totalidade de disciplinas; financiamento da pesquisa em sustentabilidade/ financiamento total da pesquisa; número de publicações acadêmicas sobre meio ambiente e sustentabilidade publicadas; número de eventos acadêmicos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade; número de organizações estudantis relacionadas ao meio ambiente e sustentabilidade; existência de um site de sustentabilidade administrado por uma universidade; existência de relatório de sustentabilidade publicado) (Blasco, Brusca e Labrador, 2019); avaliação de alfabetização em sustentabilidade (Alghamdi *et al.*, 2019); avaliação da cultura de sustentabilidade (Alghamdi *et al.*, 2019); coordenação de sustentabilidade; planejamento de sustentabilidade (Alghamdi *et al.*, 2019); investimento sustentável (Alghamdi *et al.*, 2019); pesquisa sobre sustentabilidade (Li, Gu e Liu, 2018); colaboração em projetos sustentáveis (Li, Gu e Liu, 2018); inovação da sustentabilidade (Li, Gu e Liu, 2018); prioridades estratégicas e temas-chave para o curto/médio prazo no que diz respeito à sustentabilidade (Jorge *et al.*, 2015); declarações de missão ou valores relevantes para o desempenho de sustentabilidade (Jorge *et al.*, 2015); descrição dos riscos e oportunidades mais importantes para a organização decorrentes das tendências de sustentabilidade (Jorge *et al.*, 2015); cartas, princípios ou outras iniciativas de sustentabilidade desenvolvidas externamente que a universidade subscreve ou endossa (Jorge *et al.*, 2015); compromissos com iniciativas externas de sustentabilidade (Jorge *et al.*, 2015); até que ponto os tópicos de sustentabilidade

estão integrados nos programas de graduação (Jorge *et al.*, 2015); até que ponto os temas de sustentabilidade estão integrados nos programas de pós-graduação (Jorge *et al.*, 2015); número de alunos matriculados que foram treinados em cursos relacionados à sustentabilidade (Jorge *et al.*, 2015); iniciativas relacionadas com o aprimoramento da pesquisa com base em critérios sustentáveis (Jorge *et al.*, 2015); práticas de compras e contratações: percentagem de exigências socioambientais nos processos de compras e contratações. a relação com fornecedores locais, os valores gastos com produtos para almoxarifado, aquisição de bens móveis, com serviços de limpeza e vigilância (Weber *et al.*, 2020); tendências da educação em sustentabilidade (Waheed, Khan e Veitch, 2011); número de cursos sobre sustentabilidade e apoio administrativo (Waheed, Khan e Veitch, 2011); proporção de apoio à pesquisa para sustentabilidade (Waheed, Khan e Veitch, 2011); educação da sustentabilidade (Horan e O'Regan, 2021); pesquisa da sustentabilidade (Horan e O'Regan, 2021); equipe de sustentabilidade empregada (Horan e O'Regan, 2021); política de sustentabilidade (Horan e O'Regan, 2021); tendências da educação em sustentabilidade (Waheed *et al.*, 2012); número de cursos sobre sustentabilidade e apoio administrativo (Waheed *et al.*, 2012); proporção de apoio à pesquisa para sustentabilidade (Waheed *et al.*, 2012); número médio de projetos de P&D relacionados a questões de sustentabilidade por carreira (Espinoza *et al.*, 2020); currículo: oferecimento de disciplinas com conteúdo sobre sustentabilidade e o percentual de alunos que nelas se matriculam (Weber *et al.*, 2020); publicações sobre sustentabilidade: número e o percentual de publicações sobre a sustentabilidade (Weber *et al.*, 2020); e participação da pesquisa sobre sustentabilidade: recursos financeiros investidos e o número de projetos de pesquisa existente (Weber *et al.*, 2020).

O Apêndice C apresenta todos os indicadores encontrados.

No Quadro 22 são identificados os principais aspectos dos indicadores encontrados nos artigos relacionados à dimensão ambiental.

Quadro 22: Principais aspectos dos indicadores encontrados em artigos relacionados à dimensão ambiental

Aspectos da Dimensão Ambiental	Número de indicadores	Autores
Águas residuais	5	Horan e O'Regan (2021), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López (2018), Jorge <i>et al.</i> (2015) e Pacheco <i>et al.</i> (2019)

Alimentos	4	Pacheco <i>et al.</i> (2019), Alghamdi <i>et al.</i> (2019), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-Lópes (2018) e Li, Gu e Liu (2018)
Biodiversidade	7	Pacheco <i>et al.</i> (2019), Alghamdi <i>et al.</i> (2019), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-Lópes (2018), Jorge <i>et al.</i> (2015), Waheed <i>et al.</i> (2012) e Waheed, Khan e Veitch (2011)
Camada de ozônio	3	Waheed, Khan e Veitch (2011), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-Lópes (2018) e Waheed <i>et al.</i> (2012)
Coleta seletiva	3	Nascimento <i>et al.</i> (2015) e Galvão, Corrêa e Alves (2010)
Combustíveis	4	Pacheco <i>et al.</i> (2019), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-Lópes (2018) e Alshuwaikhat <i>et al.</i> (2017)
Compras: requisitos ambientais, materiais recicláveis e não recicláveis	20	Alghamdi <i>et al.</i> (2019), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-Lópes (2018), Lambrechts e Liedekerke (2014), Weber <i>et al.</i> (2020), Pacheco <i>et al.</i> (2019) e Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-Lópes (2018)
Consumo de água	24	Galvão, Corrêa e Alves (2010), Godínez <i>et al.</i> (2009), Adenle <i>et al.</i> (2020a), Alshuwaikhat <i>et al.</i> (2017), Waheed, Khan e Veitch (2011), Horan e O'Regan (2021), Pacheco <i>et al.</i> (2019), Adenle <i>et al.</i> (2021), Blasco, Brusca e Labrador (2019), Alghamdi <i>et al.</i> (2019), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-Lópes (2018), Adenle <i>et al.</i> (2020b), Li, Gu e Liu (2018), Jorge <i>et al.</i> (2015), Waheed <i>et al.</i> (2012), Espinoza <i>et al.</i> (2020), Silva e Almeida (2019), Lambrechts e Liedekerke (2014) e Weber <i>et al.</i> (2020)
Consumo de energia	28	Galvão, Corrêa e Alves (2010), Godínez <i>et al.</i> (2009), Adenle <i>et al.</i> (2020a), Alshuwaikhat <i>et al.</i> (2017), Waheed, Khan e Veitch (2011), Horan e O'Regan (2021), Pacheco <i>et al.</i> (2019), Adenle <i>et al.</i> (2021), Alghamdi <i>et al.</i> (2019), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-Lópes (2018), Adenle <i>et al.</i> (2020b), Li, Gu e Liu (2018), Jorge <i>et al.</i> (2015), Waheed <i>et al.</i> (2012), Espinoza <i>et al.</i> (2020), Silva e Almeida (2019), Lambrechts e Liedekerke (2014) e Weber <i>et al.</i> (2020)

Consumo de papel	5	Galvão, Corrêa e Alves (2010), Blasco, Brusca e Labrador (2019), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-Lópes (2018), Li, Gu e Liu (2018) e Silva e Almeida (2019)
Cursos relacionados à sustentabilidade	3	Blasco, Brusca e Labrador (2019), Waheed, Khan e Veitch (2011) e Waheed <i>et al.</i> (2012)
Desperdício	3	Adenle <i>et al.</i> (2020a), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-Lópes (2018) e Li, Gu e Liu (2018)
Disciplinas relacionadas à sustentabilidade	4	Nascimento <i>et al.</i> (2015), Weber <i>et al.</i> (2020) e Silva Junior <i>et al.</i> (2018)
Edifícios verdes	6	Adenle <i>et al.</i> (2020a), Adenle <i>et al.</i> (2021), Blasco, Brusca e Labrador (2019), Adenle <i>et al.</i> (2020b) e Li, Gu e Liu (2018)
Educação ambiental	3	Waheed, Khan e Veitch (2011), Horan e O'Regan (2021) e Waheed <i>et al.</i> (2012)
Eficiência energética	5	Adenle <i>et al.</i> (2020a), Blasco, Brusca e Labrador (2019) e Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-Lópes (2018)
Eficiência hídrica	3	Adenle <i>et al.</i> (2020a), Adenle <i>et al.</i> (2021) e Adenle <i>et al.</i> (2020b)
Efluentes	11	Almeida e Sellitto (2013), Adenle <i>et al.</i> (2020a), Waheed, Khan e Veitch (2011), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-Lópes (2018) e Waheed <i>et al.</i> (2012)
Emissão de gases	40	Almeida e Sellitto (2013), Adenle <i>et al.</i> (2020a), Alshuwaikhat <i>et al.</i> (2017), Waheed, Khan e Veitch (2011), Horan e O'Regan (2021), Pacheco <i>et al.</i> (2019), Adenle <i>et al.</i> (2021), Blasco, Brusca e Labrador (2019), Alghamdi <i>et al.</i> (2019), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-Lópes (2018), Adenle <i>et al.</i> (2020b), Li, Gu e Liu (2018), Jorge <i>et al.</i> (2015) e Waheed <i>et al.</i> (2012)
Energia limpa	4	Pacheco <i>et al.</i> (2019), Alghamdi <i>et al.</i> (2019), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-Lópes (2018) e Li, Gu e Liu (2018)
Energia renovável	7	Adenle <i>et al.</i> (2020a), Pacheco <i>et al.</i> (2019), Blasco, Brusca e Labrador (2019), Alghamdi <i>et al.</i> (2019), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-Lópes (2018) e Li, Gu e Liu (2018)
Esgoto	4	Adenle <i>et al.</i> (2020a), Adenle <i>et al.</i> (2021), Blasco, Brusca e Labrador (2019) e Adenle <i>et al.</i> (2020b)

Espaço verde	5	Adenle <i>et al.</i> (2020a), Adenle <i>et al.</i> (2021), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López (2018), Adenle <i>et al.</i> (2020b) e Weber <i>et al.</i> (2020)
Fornecimento de água	3	Adenle <i>et al.</i> (2020a), Waheed, Khan e Veitch (2011) e Waheed <i>et al.</i> (2012)
Frota de veículos	5	Adenle <i>et al.</i> (2020a), Adenle <i>et al.</i> (2021), Alghamdi <i>et al.</i> (2019), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López (2018) e Adenle <i>et al.</i> (2020b)
Gestão da paisagem	6	Adenle <i>et al.</i> (2020a), Pacheco <i>et al.</i> (2019) Adenle <i>et al.</i> (2021), Alghamdi <i>et al.</i> (2019), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López (2018) e Adenle <i>et al.</i> (2020b)
Manutenção de edificações	3	Alghamdi <i>et al.</i> (2019), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López (2018) e Pacheco <i>et al.</i> (2019)
Ozônio	3	Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López (2018)
Pegada ecológica	3	Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López (2018) Lambrechts e Liedekerke (2014)
Pesquisas relacionadas à sustentabilidade	8	Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López (2018), Blasco, Brusca e Labrador (2019), Li, Gu e Liu (2018), Jorge <i>et al.</i> (2015), Waheed, Khan e Veitch (2011), Horan e O'Regan (2021) e Waheed <i>et al.</i> (2012)
Poluição sonora	5	Almeida e Sellitto (2013) e Espinoza <i>et al.</i> (2020)
Projetos de extensão relacionados à sustentabilidade	3	Silva e Almeida (2019) e Silva Junior <i>et al.</i> (2018)
Projetos de pesquisa relacionados à sustentabilidade	5	Jorge <i>et al.</i> (2015), Espinoza <i>et al.</i> (2020), Silva e Almeida (2019), Silva Junior <i>et al.</i> (2018) e Weber <i>et al.</i> (2020)
Qualidade da água	3	Adenle <i>et al.</i> (2020a), Waheed, Khan e Veitch (2011) e Waheed <i>et al.</i> (2012)
Qualidade do ar	11	Godínez <i>et al.</i> (2009), Waheed, Khan e Veitch (2011), Pacheco <i>et al.</i> (2019), Alghamdi <i>et al.</i> (2019), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López (2018) e Waheed <i>et al.</i> (2012)
Reciclagem	12	Almeida e Sellitto (2013), Weber <i>et al.</i> (2020), Chen, Yang e Shiao (2006), Godínez <i>et al.</i> (2009), Blasco, Brusca e Labrador (2019), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López (2018), Li, Gu e Liu (2018), Jorge <i>et al.</i> (2015), Silva e Almeida (2019) e Lambrechts e Liedekerke (2014)

Reciclagem da água	3	Blasco, Brusca e Labrador (2019), Li, Gu e Liu (2018) e Jorge <i>et al.</i> (2015)
Reclamações ambientais	3	Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López (2018), Godínez <i>et al.</i> (2009) e Weber <i>et al.</i> (2020)
Recursos energéticos	4	Waheed, Khan e Veitch (2011) e Waheed <i>et al.</i> (2012)
Refeições	3	Pacheco <i>et al.</i> (2019), Alghamdi <i>et al.</i> (2019) e Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López (2018)
Resíduos	45	Almeida e Sellitto (2013), Weber <i>et al.</i> (2020), Nascimento <i>et al.</i> (2015), Galvão, Corrêa e Alves (2010), Godínez <i>et al.</i> (2009), Adenle <i>et al.</i> (2020a), Alshuwaikhat <i>et al.</i> (2017), Waheed, Khan e Veitch (2011), Horan e O'Regan (2021), Pacheco <i>et al.</i> (2019), Adenle <i>et al.</i> (2021), Blasco, Brusca e Labrador (2019), Alghamdi <i>et al.</i> (2019), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López (2018), Adenle <i>et al.</i> (2020b), Li, Gu e Liu (2018), Jorge <i>et al.</i> (2015), Waheed <i>et al.</i> (2012), Espinoza <i>et al.</i> (2020) e Silva e Almeida (2019)
Ruído	8	Godínez <i>et al.</i> (2009), Waheed, Khan e Veitch (2011), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López (2018), Jorge <i>et al.</i> (2015) e Waheed <i>et al.</i> (2012)
Transporte	7	Adenle <i>et al.</i> (2020a), Pacheco <i>et al.</i> (2019), Alghamdi <i>et al.</i> (2019) e Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López (2018)
Vegetação	5	Adenle <i>et al.</i> (2020a), Horan e O'Regan (2021), Blasco, Brusca e Labrador (2019) e Almeida e Sellitto (2013)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

Evidenciou-se, no Quadro 22, apenas aspectos que apareceram em mais de três indicadores. Além destes, identificou-se 115 aspectos relacionados a um único indicador e 17 indicadores relacionados a dois indicadores. Dessa forma, os 438 indicadores da dimensão ambiental relacionavam-se a 176 aspectos da sustentabilidade.

Dos indicadores exclusivamente relacionados à dimensão ambiental, visando a proposição de novos indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade, ressalta-se os referentes a: quantidade de resíduos produzidos (orgânico, sólidos, seco, eletrônico, reciclável, (Almeida e Sellitto, 2013; Weber *et al.*, 2020; Alshuwaikhat *et al.* 2017; Horan e O'Regan, 2021; Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018; Silva e Almeida, 2019);

quantidade de material contaminado (Almeida e Sellitto, 2013; quantidade de material reciclável/reciclado (Almeida e Sellitto, 2013; Weber *et al.*, 2020; Li, Gu e Liu, 2018; Silva e Almeida, 2019; Lambrechts e Liedekerke, 2014); material não reciclado (Lambrechts e Liedekerke, 2014); consumo de produtos reciclado (Jorge *et al.*, 2015); taxa de reciclagem = consumo de materiais reciclados / consumo de materiais (Godínez *et al.*, 2009; Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018); destino dos resíduos sólidos (Weber *et al.*, 2020); percentual de reaproveitamento de resíduos orgânicos em compostagem (Espinoza *et al.*, 2020); percentual de reaproveitamento de resíduos inorgânicos em vendas a terceiros (Espinoza *et al.*, 2020); percentual de coleta seletiva dos resíduos (Galvão, Corrêa e Alves, 2010); quantidade de resíduos sólidos recuperados ou tratados / resíduos sólidos totais gerados) (Godínez *et al.*, 2009); redução de resíduos (Adenle *et al.*, 2020a; Pacheco *et al.*, 2019; Adenle *et al.*, 2021; Blasco, Brusca e Labrador, 2019; Alghamdi *et al.*, 2019; Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018; Adenle *et al.*, 2020b); produção de emissões, efluentes e resíduos (Adenle *et al.*, 2020a; Waheed, Khan e Veitch, 2011; Waheed *et al.* (2012); gestão de resíduos perigosos (Pacheco *et al.*, 2019; Alghamdi *et al.*, 2019; Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018; Silva e Almeida, 2019); consumo de energia (Adenle *et al.*, 2020a; Adenle *et al.*, 2020b; Adenle *et al.*, 2021; Alshuwaikhat *et al.* 2017; Waheed, Khan e Veitch, 2011; Horan e O'Regan, 2021; Pacheco *et al.*, 2019; Alghamdi *et al.*, 2019; Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018; Li, Gu e Liu, 2018; Waheed *et al.*, 2012; Espinoza *et al.*, 2020; Lambrechts e Liedekerke, 2014); percentual da energia utilizada proveniente de fontes renováveis, como eólica, solar, hidrelétrica ou outras fontes renováveis (Jorge *et al.*, 2015); taxa anual de consumo de energia (Adenle *et al.*, 2020a; Waheed, Khan e Veitch, 2011; Waheed *et al.*, 2012); quantidade de energia mensal consumida por usuário (Silva e Almeida, 2019); redução do consumo de energia (Galvão, Corrêa e Alves, 2010; Jorge *et al.*, 2015); consumo de energia / número de funcionários e alunos (Godínez *et al.*, 2009); consumo de água (Adenle *et al.*, 2020a; Adenle *et al.*, 2020b; Adenle *et al.*, 2021; Alshuwaikhat *et al.* 2017; Horan e O'Regan, 2021; Pacheco *et al.*, 2019; Alghamdi *et al.*, 2019; Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018; Li, Gu e Liu, 2018; Jorge *et al.*, 2015; Espinoza *et al.*, 2020; Lambrechts e Liedekerke, 2014); redução do consumo de água (Galvão, Corrêa e Alves, 2010; Jorge *et al.*, 2015); consumo de água / número de funcionários e alunos. (por mês) (Godínez *et al.*, 2009); quantidade de água consumida mensalmente por usuário (Silva e Almeida, 2019); taxa de consumo e qualidade da água (Adenle *et al.*, 2020a; Waheed, Khan e Veitch, 2011; Waheed *et al.*, 2012); banheiros (implementação do programa de conservação da água; implementação de programa de reciclagem de água; o uso de aparelhos que economizam

água (torneira, descarga do vaso sanitário, etc.); água tratada consumida) (Blasco, Brusca e Labrador, 2019); práticas relacionadas com a implementação de auditorias regulares ao consumo de água (Jorge *et al.*, 2015); eficiência hídrica (Adenle *et al.*, 2020a; Adenle *et al.*, 2020b; Adenle *et al.*, 2021); reciclagem de água (Li, Gu e Liu, 2018; Jorge *et al.*, 2015); captação de água da chuva (Li, Gu e Liu, 2018); gestão das águas pluviais (Alghamdi *et al.*, 2019; Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018); uso de recursos de água doce (Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018); compras sustentáveis (Alghamdi *et al.*, 2019; Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018); uso racional dos recursos, proposto pela A3P: consumo de internet, telefonia, papel A4, copos descartáveis e materiais provenientes de reciclagem (Weber *et al.*, 2020); taxa de reciclagem de ativos e instalações (Chen, Yang e Shiau, 2006); desperdícios (programa de reciclagem de resíduos universitários; programa de redução do uso de papel e plástico no campus; tratamento de resíduos orgânicos; tratamento de resíduos inorgânicos; resíduos tóxicos manuseados; eliminação de esgoto) (Blasco, Brusca e Labrador, 2019); sistema de tratamento de efluentes (efluentes) (Almeida e Sellitto, 2013); proporção de pessoas expostas a más condições do ar (Waheed, Khan e Veitch, 2011; Waheed *et al.*, 2012); proporção de pessoas expostas à má qualidade da água (Waheed, Khan e Veitch, 2011; Waheed *et al.*, 2012); qualidade do ar exterior (Pacheco *et al.*, 2019; Alghamdi *et al.*, 2019; Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018) qualidade do ar interior (Pacheco *et al.*, 2019); pesquisa relacionada ao meio ambiente e projetos de desenvolvimento (Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018); nível de ruído (Godínez *et al.*, 2009); proporção de pessoas expostas a altos níveis de ruído (Waheed, Khan e Veitch, 2011; Waheed *et al.*, 2012); práticas relacionadas com a implementação de medidas de redução de ruído em cada edifício (Jorge *et al.*, 2015); número de fontes de energia renovável no campus (Adenle *et al.*, 2020a); energia limpa e renovável (Pacheco *et al.*, 2019; Alghamdi *et al.*, 2019; Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018); uso de energia renovável (Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018; Li, Gu e Liu, 2018); energia e mudanças climáticas (aparelhos energeticamente eficientes estão substituindo aparelhos convencionais; implementação de edifícios inteligentes; número de fontes de energia renovável no campus; o uso total de eletricidade/ população total do campus (kWh por pessoa); a proporção de energia renovável produzida/uso de energia; elementos da implementação de edifícios verdes refletidos na política de construção e renovação; programa de redução de emissões de gases de efeito estufa; pegada de carbono total / população do campus) (Blasco, Brusca e Labrador, 2019); auditorias energéticas regulares (escopo) (Jorge *et al.*, 2015); apoio ao transporte sustentável (Pacheco *et*

al., 2019; Alghamdi *et al.*, 2019; Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018; Edifícios verdes (Adenle *et al.*, 2020a; Adenle *et al.*, 2020b; Adenle *et al.*, 2021; Li, Gu e Liu, 2018); Gestão da Paisagem (Adenle *et al.*, 2020a; Adenle *et al.*, 2020b; Adenle *et al.*, 2021; Pacheco *et al.*, 2019; Alghamdi *et al.*, 2019; Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018); tratamento/produção/gestão de águas residuais (Horan e O'Regan, 2021; Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018; Pacheco *et al.*, 2019); consumo de papel (Galvão, Corrêa e Alves, 2010; Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018; Li, Gu e Liu, 2018; Silva e Almeida, 2019); eficiência energética (Adenle *et al.*, 2020a; ; Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018; frota do campus (Adenle *et al.*, 2020a; Adenle *et al.*, 2021; Alghamdi *et al.*, 2019; Adenle *et al.*, 2020b; Pacheco *et al.*, 2019); número de projetos de pesquisa sobre temas ambientais (grupos, projetos e pesquisadores) (Jorge *et al.*, 2015); fornecimento de alimentos verdes (Li, Gu e Liu, 2018); uso de combustíveis mais limpos e alternativos (Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018); consumo de combustível (Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018; Alshuwaikhat *et al.* 2017); quantidade de disciplinas ofertadas com conteúdo de meio ambiente por curso ao ano (Nascimento *et al.*, 2015); coleta/descarte de esgoto Adenle *et al.*, 2020a; Adenle *et al.*, 2020b; Adenle *et al.*, 2021); mecanismos de reclamação ambiental (Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018); existência de uma política institucional de coleta seletiva (Nascimento *et al.*, 2015; Galvão, Corrêa e Alves, 2010); atividades de promoção da consciência ambiental (atividades, impacto e participantes) (Jorge *et al.*, 2015); desperdício de comida (Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018); redução do desperdício (Li, Gu e Liu, 2018); número de certificações da norma ISO 14001 (Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018); percentual de regulamentações ambientais cumpridas/total de regulamentações ambientais aplicáveis à organização (Godínez *et al.*, 2009); número de sanções por não conformidade com leis e regulamentos ambientais nos últimos anos (Jorge *et al.*, 2015); número de atividades de conscientização ambiental realizadas/mês (Godínez *et al.*, 2009); consumo de gás (Li, Gu e Liu, 2018); sistema de economia de gás (Li, Gu e Liu, 2018); instalação de sistemas para economia de energia elétrica (Jorge *et al.*, 2015); iniciativas para fornecer energia alternativa (Jorge *et al.*, 2015); novos fornecedores que foram selecionados usando critérios ambientais (Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018); atendimento à legislação ambiental (Galvão, Corrêa e Alves, 2010); orientações para parceiros de negócios (Pacheco *et al.*, 2019); iniciativas para implementar sistemas de gestão ambiental (ISO 14001 ou outro tipo de sistema de gestão ambiental (Jorge *et al.*, 2015); e

desenvolvimento de tecnologia relacionada ao meio ambiente (Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López, 2018).

No Quadro 23 são identificados os principais aspectos dos indicadores encontrados nos artigos relacionados à dimensão social.

Quadro 23: Principais aspectos dos indicadores encontrados em artigos relacionados à dimensão social

Aspectos da Dimensão Social	Número de indicadores	Autores
Acessibilidade	10	Nascimento <i>et al.</i> (2015), Adenle <i>et al.</i> (2020a), Alghamdi <i>et al.</i> (2019) e Jorge <i>et al.</i> (2015)
Bolsas	13	Martins (2015), Timovski e Pacemska (2021), Moreno e Tadeipalli (2002), Gurban e Sudakova (2015), Cardoso, Ensslin e Dias (2016), Silva Junior <i>et al.</i> (2018), Blasco, Brusca e Labrador (2019), Jorge <i>et al.</i> (2015), Espinoza <i>et al.</i> (2020) e Weber <i>et al.</i> (2020)
Ciclismo	4	Adenle <i>et al.</i> (2020a), Adenle <i>et al.</i> (2021), Adenle <i>et al.</i> (2020b) e Li, Gu e Liu (2018)
Compras	5	Weber <i>et al.</i> (2020), Pacheco <i>et al.</i> (2019), Alghamdi <i>et al.</i> (2019), Lo-Iacono-Ferreira e Capuz-Rizo e Torregrosa-López (2018)
Comunicação	4	Reis, Silveira e Ferreira (2010), Galvão, Corrêa e Alves (2010) e Jorge <i>et al.</i> (2015)
Conclusão do Curso / Concluintes	12	Weber <i>et al.</i> (2020), Timovski e Pacemska (2021), Tran e Villano (2021), Martínez-Campillo e Fernández-Santos (2020), Sari, Luddin e Rahmaf (2020), Tavares, Angulo-Meza e Sant'Anna (2021), Selva, Medina e Marzal (2014), Silva Junior <i>et al.</i> (2018) e Espinoza <i>et al.</i> (2020)
Contratações	3	Silva e Almeida (2019) e Weber <i>et al.</i> (2020)
Cotas	3	Rolim <i>et al.</i> (2021) e Nascimento <i>et al.</i> (2015)
Cursos	3	Blasco, Brusca e Labrador (2019), Waheed, Khan e Veitch (2011) e Waheed <i>et al.</i> (2012)
Deficiência	5	Espinoza <i>et al.</i> (2020), Weber <i>et al.</i> (2020) e Galvão, Corrêa e Alves (2010)
Direitos humanos	3	Weber <i>et al.</i> (2020) e Espinoza <i>et al.</i> (2020)

Disciplinas	5	Silva Junior <i>et al.</i> (2018) e Weber <i>et al.</i> (2020)
Educação	3	Waheed, Khan e Veitch (2011), Horan e O'Regan (2021) e Waheed <i>et al.</i> (2012)
Egressos	6	Bertolin (2007), Timovski e Pacemka (2021), Portocarrero-Sierra, Restrepo-Morales e Arias-Calderón (2020), Blasco, Brusca e Labrador (2019) e Jorge <i>et al.</i> (2015)
Empregabilidade	6	Bertolin (2007), Timovski e Pacemka (2021), Jorge <i>et al.</i> (2015) e Portocarrero-Sierra, Restrepo-Morales e Arias-Calderón (2020)
Esportes	5	Nascimento <i>et al.</i> (2015), Weber <i>et al.</i> (2020) e Jorge <i>et al.</i> (2015)
Evasão	3	Bertolin (2007), Galvão, Corrêa e Alves (2010) e Blasco, Brusca e Labrador (2019)
Eventos	7	Martins (2015), Silva e Almeida (2019) Nascimento <i>et al.</i> (2015), Blasco, Brusca e Labrador (2019) e Weber <i>et al.</i> (2020)
Extensão	3	Reis, Silveira e Ferreira (2010), Nascimento <i>et al.</i> (2015) e Jorge <i>et al.</i> (2015)
Gênero	11	Weber <i>et al.</i> (2020), Galvão, Corrêa e Alves (2010), Blasco, Brusca e Labrador (2019), Li, Gu e Liu (2018), Espinoza <i>et al.</i> (2020) e Weber <i>et al.</i> (2020)
Idade	3	Weber <i>et al.</i> (2020) e Bertolin (2007)
Igualdade	3	Jorge <i>et al.</i> (2015) e Li, Gu e Liu (2018)
Indicadores TCU	6	Barbosa, Freire e Crisóstomo (2011), Ferreira, Santos e Pessanha (2012) e Santos <i>et al.</i> (2017)
Matriculados	20	Rolim <i>et al.</i> (2021), Galvão, Corrêa e Alves (2010), Timovski e Pacemka (2021), Kaur (2021), Tran e Villano (2021), Portocarrero-Sierra, Restrepo-Morales e Arias-Calderón (2020), Sari, Luddin e Rahmaf (2020), Tavares, Angulo-Meza e Sant'Anna (2021), Selva, Medina e Marzal (2014), Silva Junior <i>et al.</i> (2018), Weber <i>et al.</i> (2020) e Martínez-Campillo e Fernández-Santos (2020)
Minorias	3	Weber <i>et al.</i> (2020)
Normas de saúde	3	Godínez <i>et al.</i> (2009), Waheed, Khan e Veitch (2011) e Waheed <i>et al.</i> (2012)
Normas de segurança	3	Godínez <i>et al.</i> (2009), Waheed, Khan e Veitch (2011) e Waheed <i>et al.</i> (2012)
Ouvidoria	3	Reis, Silveira e Ferreira (2010), Galvão, Corrêa e Alves (2010) e Martins (2015)
Pedestres	3	Adenle <i>et al.</i> (2020a), Adenle <i>et al.</i> (2021) e Adenle <i>et al.</i> (2020b)

Pesquisas	8	Blasco, Brusca e Labrador (2019), Li, Gu e Liu (2018), Jorge <i>et al.</i> (2015), Waheed, Khan e Veitch (2011), Horan e O'Regan (2021), Waheed <i>et al.</i> (2012) e Reis, Silveira e Ferreira (2010)
Primeiro socorros	3	Nascimento <i>et al.</i> (2015)
Programas	3	Waheed, Khan e Veitch (2011), Waheed <i>et al.</i> (2012) e Silva e Almeida (2019)
Projetos de extensão	14	Nascimento <i>et al.</i> (2015), Weber <i>et al.</i> (2020), Galvão, Corrêa e Alves (2010), Martins (2015), Silva Junior <i>et al.</i> (2018) e Silva e Almeida (2019)
Projetos de pesquisa	6	Silva e Almeida (2019), Silva Junior <i>et al.</i> (2018), Espinoza <i>et al.</i> (2020) e Weber <i>et al.</i> (2020)
Qualificação (docente / funcionários)	23	Barbosa, Freire e Crisóstomo (2011), Rolim <i>et al.</i> (2021), Ferreira, Santos e Pessanha (2012), Galvão, Corrêa e Alves (2010), Martins (2015), Chen, Yang e Shiau (2006), Gurban e Sudakova (2015), Santos <i>et al.</i> (2017), Silva Junior <i>et al.</i> (2018), Jorge <i>et al.</i> (2015), Espinoza <i>et al.</i> (2020) e Silva e Almeida (2019)
Raça	4	Rolim <i>et al.</i> (2021), Weber <i>et al.</i> (2020), Bertolin (2007) e Galvão, Corrêa e Alves (2010)
Reclamações	4	Galvão, Corrêa e Alves (2010), Chen, Yang e Shiau (2006) e Weber <i>et al.</i> (2020)
Refeições	4	Lambrechts e Liedekerke (2014), Pacheco <i>et al.</i> (2019), Alghamdi <i>et al.</i> (2019) e Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-Lópes (2018)
Regime de Contratação	4	Rolim <i>et al.</i> (2021), Timovski e Pacemski (2021) e Silva Junior <i>et al.</i> (2018)
Reputação	3	Stejskal, Sayed e Lento (2020), Sari, Luddin e Rahmaf (2020) e Wu, Lin e Chang (2011)
Rotatividade	3	Weber <i>et al.</i> (2020), Bertolin (2007) e Wu, Lin e Chang (2011)
Satisfação da comunidade acadêmica	27	Galvão, Corrêa e Alves (2010), Martins (2015), Chen, Yang e Shiau (2006), Atafar, Shahrabi e Esfahani (2013), Wu, Lin e Chang (2011), Alghamdi <i>et al.</i> (2019), Jorge <i>et al.</i> (2015), Espinoza <i>et al.</i> (2020) e Martins (2015)
Saúde	9	Waheed, Khan e Veitch (2011), Jorge <i>et al.</i> (2015), Waheed <i>et al.</i> (2012), Silva e Almeida (2019) e Alghamdi <i>et al.</i> (2019)
Segurança	5	Alghamdi <i>et al.</i> (2019), Waheed, Khan e Veitch (2011) e Waheed <i>et al.</i> (2012)
Serviço comunitário	3	Jorge <i>et al.</i> (2015), Silva Junior <i>et al.</i> (2018) e Alghamdi <i>et al.</i> (2019)

Sucesso	7	Barbosa, Freire e Crisóstomo (2011), Weber <i>et al.</i> (2020), Timovski e Pacemska (2021), Santos <i>et al.</i> (2017), Silva Junior <i>et al.</i> (2018) e Ferreira, Santos e Pessanha (2012)
Trabalho decente	4	Waheed, Khan e Veitch (2011) e Waheed <i>et al.</i> (2012)
Treinamento	6	Galvão, Corrêa e Alves (2010), Chen, Yang e Shiau (2006), Atafar, Shahrabi e Esfahani (2013), Wu, Lin e Chang (2011) e Jorge <i>et al.</i> (2015)
Vagas	5	Nascimento <i>et al.</i> (2015) e Silva Junior <i>et al.</i> (2018)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

Evidenciou-se, no Quadro 23, aspectos que apareceram em mais de três indicadores relacionados à dimensão social. Foram identificados mais 124 aspectos relacionados a um único indicador e 28 indicadores relacionados a dois indicadores. Assim, os 402 indicadores da dimensão social relacionavam-se a 201 aspectos da sustentabilidade.

Dos indicadores exclusivamente relacionados à dimensão social, visando a proposição de novos indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade, ressalta-se os referentes a: satisfação alunos, funcionários e clientes (Galvão, Corrêa e Alves, 2010; Chen, Yang e Shiau, 2006; Wu, Lin e Chang, 2011; Alghamdi *et al.*, 2019); percentual de melhoria da satisfação (Galvão, Corrêa e Alves, 2010; Atafar, Shahrabi e Esfahani, 2013); índice de qualificação do corpo docente (IQCD) (Barbosa, Freire e Crisóstomo, 2011, Ferreira, Santos e Pessanha, 2012; Santos *et al.*, 2017); taxa de proporção de docentes com PhD (Rolim *et al.*, 2021); quantidade de docentes e servidores mestres e doutores (Martins, 2015); número de funcionários que possuem doutorado ou título de candidato (Gurban e Sudakova, 2015); número de pesquisadores com título de doutorado (Gurban e Sudakova, 2015); número de pesquisadores doutorandos (Gurban e Sudakova, 2015); percentual docentes com mestrado (Silva Junior *et al.*, 2018); percentual membros do corpo docente que são especialistas (Silva Junior *et al.*, 2018); percentual de membros do corpo docente que são bacharéis (Silva Junior *et al.*, 2018); percentual docentes com doutorado (Silva Junior *et al.*, 2018; Espinoza *et al.*, 2020)); qualificação dos principais gestores (Silva Junior *et al.*, 2018); Número de doutores por ano em comparação com o número de docentes em tempo integral (Silva Junior *et al.*, 2018); número de matriculados (Rolim *et al.*, 2021; Timovski e Pacemska, 2021; Kaur, 2021; Tran e Villano, 2021; Tavares, Angulo-Meza e Sant'Anna, 2021; Selva, Medina e Marzal, 2014; Silva Junior *et al.*, 2018; Martínez-Campillo e Fernández-Santos, 2020; Weber *et al.*, 2020); aumento de alunos ingressantes (Galvão, Corrêa e Alves, 2010); projeto de extensão de estímo as artes ao

ano (Nascimento *et al.*, 2015); número de projetos de extensão ao ano (Nascimento *et al.*, 2015; Galvão, Corrêa e Alves, 2010; Martins, 2015; Silva Junior *et al.*, 2018); percentual de alunos em projetos de extensão (Silva Junior *et al.*, 2018); quantidade de bolsas de pesquisa (Martins, 2015; Timovski e Pacemska, 2021); bolsas de extensão (Martins, 2015); quantidade de bolsas concedidas (Moreno e Tadeipalli, 2002); quantidade de alunos que recebem bolsa (Gurban e Sudakova, 2015; Weber *et al.*, 2020); percentual de alunos bolsistas em relação ao total de alunos (Cardoso, Ensslin e Dias, 2016; Blasco, Brusca e Labrador, 2019); número de bolsistas por curso ou programa (Silva Junior *et al.*, 2018); taxa de sucesso, de abandono e de graduação (Weber *et al.*, 2020); número de graduados (Timovski e Pacemska, 2021; Tran e Villano, 2021; Martínez-Campillo e Fernández-Santos, 2020; Selva, Medina e Marzal, 2014; Silva Junior *et al.*, 2018); taxa de conclusão/de sucesso (Espinoza *et al.*, 2020; Barbosa, Freire e Crisóstomo, 2011; Santos *et al.*, 2017; Timovski e Pacemska, 2021; Silva Junior *et al.*, 2018; Ferreira, Santos e Pessanha, 2012); casos constatados de discriminação (gênero, étnico-racial ou por deficiência) e de violação dos povos indígenas (Weber *et al.*, 2020); proporção de mulheres atuando como docentes, funcionárias e alunas (Galvão, Corrêa e Alves, 2010; Blasco, Brusca e Labrador, 2019; Espinoza *et al.*, 2020); representação do sexo feminino em cargos gerenciais (Espinoza *et al.*, 2020); diversidade e igualdade de oportunidades: ocupação dos cargos de governança na Instituição, levando em consideração as minorias, questões de gênero e entre as categorias docentes e de técnicos - TAEs (Weber *et al.*, 2020); servidores: tipo de contrato de trabalho, categoria, gênero, idade, origem geográfica, minorias étnicas, servidores por aluno, com deficiências e que atuam em áreas relacionadas à sustentabilidade (Weber *et al.*, 2020); sanitários acessíveis para portadores de cadeiras de rodas (Nascimento *et al.*, 2015); mesas ou superfícies para o desenvolvimento das atividades pelas pessoas com necessidades especiais (Nascimento *et al.*, 2015); cadeiras para pessoas com necessidades especiais (Nascimento *et al.*, 2015); acesso para deficientes (Adenle *et al.*, 2020a); percentagem de edifícios e infraestruturas para pessoas com deficiência (Jorge *et al.*, 2015); promoção de eventos culturais (Martins, 2015); realização de eventos culturais ao ano (Nascimento *et al.*, 2015); número de alunos formados que estão empregados (Timovski e Pacemska, 2021); número de alunos e docentes em projetos de pesquisa na área de sustentabilidade (social) (Silva e Almeida, 2019); proporção de alunos e trabalhadores com deficiência (Espinoza *et al.*, 2020); número de disciplinas de responsabilidade social (Silva Junior *et al.*, 2018); infraestrutura para prática de esportes (Nascimento *et al.*, 2015); iniciativas relacionadas com o desenvolvimento de atividades desportivas (Jorge *et al.*, 2015); vagas totais ocupadas e oferecidas (Nascimento *et al.*, 2015); proporção de alunos da raça preta (Rolim *et al.*, 2021); percentual de negros

trabalhando/período (Galvão, Corrêa e Alves, 2010); proporção de alunos cotistas (Rolim *et al.*, 2021); número vagas destinadas as cotas (Nascimento *et al.*, 2015); ouvidoria/reclamações (Galvão, Corrêa e Alves, 2010; Chen, Yang e Shiau, 2006; Martins, 2015); taxa de proporção de docentes com dedicação exclusiva (Rolim *et al.*, 2021); número de docentes em tempo integral (Timovski e Pacemski, 2021); % membros do corpo docente em tempo integral (Silva Junior *et al.*, 2018); incentivo ao ciclismo (Li, Gu e Liu, 2018); desenvolvimento de programas para o cumprimento dos direitos humanos (Espinoza *et al.*, 2020); taxa de evasão no primeiro ano de estudo na ES (Bertolin, 2007); taxa de evasão para graduados (Blasco, Brusca e Labrador, 2019); redução da evasão escolar (Galvão, Corrêa e Alves, 2010); porcentagem de discentes por faixas-etárias (Bertolin, 2007); iniciativas relacionadas com o reforço da igualdade (Jorge *et al.*, 2015); taxa de rotatividade de docentes nas instituições (Bertolin, 2007); retenção de funcionários – diminuindo a taxa de rotatividade de funcionários (Wu, Lin e Chang, 2011); capacitação, educação e sensibilização: os investimentos da instituição na capacitação, educação e sensibilização dos servidores relacionados à sustentabilidade (Weber *et al.*, 2020); iniciativas para melhorar a formação de docentes e funcionários de serviço (Jorge *et al.*, 2015); professor(es) e técnicos administrativos com formação em libras (Nascimento *et al.*, 2015); taxa de permanência por curso ou programa (Silva Junior *et al.*, 2018); número de programas comunitários (Godínez *et al.*, 2009); número de alunos e professores vinculados a programas comunitários (Godínez *et al.*, 2009); percentual de professores participantes de projetos comunitários (Espinoza *et al.*, 2020); ações tomadas para promover a saúde e a qualidade de vida dos colaboradores (social) (Silva e Almeida, 2019); índices de transparência pública (Martins, 2015); transparência nas decisões (Galvão, Corrêa e Alves, 2010); acompanhamento psicossocial (Nascimento *et al.*, 2015); promoção da cidadania e inclusão social (Reis, Silveira e Ferreira, 2010); Programa de apoio ao corpo docente (Galvão, Corrêa e Alves, 2010); serviços de apoio e orientação psicossocial (Reis, Silveira e Ferreira, 2010); iniciativas para melhorar a assistência à deficiência (Jorge *et al.*, 2015); atendimento ao portador de necessidades especiais (Reis, Silveira e Ferreira, 2010); porcentagem de discentes que trabalham (Bertolin, 2007); estabilidade dos colaboradores (funcionários em final de mandato - colaboradores em início de mandato)/(funcionários em final de mandato) (Wu, Lin e Chang, 2011); governança participativa (Alghamdi *et al.*, 2019); treinamento para idosos (Organização, recursos, atividades e impactos) (Jorge *et al.*, 2015); existência de uma política institucional artística cultural (Nascimento *et al.*, 2015); cursos (graduação) com programas de extensão (relacionamento de pesquisa com necessidades da sociedade por curso) (Martins, 2015); recrutamento e retenção de alunos (Stejskal, Sayed e Lento, 2020); iniciativas relacionadas ao

aprimoramento de programas de voluntariado e trabalho social (Jorge *et al.*, 2015); iniciativas relacionadas à melhoria da saúde no trabalho e à promoção de uma vida saudável (Jorge *et al.*, 2015); e Turn-over de funcionários (Galvão, Corrêa e Alves, 2010).

No Quadro 24 são identificados os principais aspectos dos indicadores encontrados nos artigos relacionados à dimensão ambiental.

Quadro 24: Principais aspectos dos indicadores encontrados em artigos relacionados à dimensão financeira

Aspectos da Dimensão Financeira	Número de indicadores	Autores
Alocação de recursos	10	Reis, Silveira e Ferreira (2010), Nascimento <i>et al.</i> (2015), Cardoso, Ensslin e Dias (2016), Sari, Luddin e Rahmaf (2020) e Jorge <i>et al.</i> (2015)
Ativos fixos	3	Sazonov <i>et al.</i> (2015) e Kudta, Stachowiak-Kudta e Figurski (2016)
Cursos	3	Blasco, Brusca e Labrador (2019), Waheed, Khan e Veitch (2011) e Waheed <i>et al.</i> (2012)
Custos	36	Barbosa, Freire e Crisóstomo (2011), Ferreira, Santos e Pessanha (2012), Galvão, Corrêa e Alves (2010), Santos <i>et al.</i> (2017), Gurban e Sudakova (2015), Tran e Villano (2021), Sari, Luddin e Rahmaf (2020), Wu, Lin e Chang (2011), Godínez <i>et al.</i> (2009), Waheed, Khan e Veitch (2011), Blasco, Brusca e Labrador (2019), Li, Gu e Liu (2018), Jorge <i>et al.</i> (2015), Waheed <i>et al.</i> (2012), Espinoza <i>et al.</i> (2020) e Santos (2002)
Despesas	29	Santos (2002), Blasco, Brusca e Labrador (2019), Chen, Yang e Shiau (2006), Timovski e Pacemska (2021), Agha <i>et al.</i> (2011), Sazonov <i>et al.</i> (2015), Atafar, Shahrabi e Esfahani (2013), Bisongo, Citro e Tommasetti (2014), Tavares, Angulo-Meza e Sant'Anna (2021), Silva Junior <i>et al.</i> (2018), Waheed, Khan e Veitch (2011), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-Lópes (2018), Waheed <i>et al.</i> (2012), Espinoza <i>et al.</i> (2020), Silva e Almeida (2019) e Weber <i>et al.</i> (2020)
Destinação de recursos	6	Silva Junior <i>et al.</i> (2018), Jorge <i>et al.</i> (2015) e Espinoza <i>et al.</i> (2020)
Disponibilidade de recursos	5	Nascimento <i>et al.</i> (2015)
Dívidas	3	Jorge <i>et al.</i> (2015), Sazonov <i>et al.</i> (2015) e Bisongo, Citro e Tommasetti (2014)
Educação	3	Waheed, Khan e Veitch (2011), Horan e O'Regan (2021) e Waheed <i>et al.</i> (2012)

Empréstimo	4	Bisongo, Citro e Tommasetti (2014)
Financiamento	16	Blasco, Brusca e Labrador (2019), Timovski e Pacemka (2021), Bisongo, Citro e Tommasetti (2014), Tran e Villano (2021), Portocarrero-Sierra, Restrepo-Morales e Arias-Calderón (2020), Feranecová e Krigovská (2016), Sari, Luddin e Rahmaf (2020), Jorge <i>et al.</i> (2015) e Martins (2015)
Gastos	15	Rolim <i>et al.</i> (2021), Weber <i>et al.</i> (2020), Nascimento <i>et al.</i> (2015), Kaur (2021), Sazonov <i>et al.</i> (2015), Selva, Medina e Marzal (2014), Jorge <i>et al.</i> (2015), Silva e Almeida (2019) e Weber <i>et al.</i> (2020)
Indicadores TCU	4	Ferreira, Santos e Pessanha (2012), Santos <i>et al.</i> (2017) e Barbosa, Freire e Crisóstomo (2011)
Investimentos	26	Galvão, Corrêa e Alves (2010), Weber <i>et al.</i> (2020), Alghamdi <i>et al.</i> (2019), Bertolin (2007), Nascimento <i>et al.</i> (2015), Silva Junior <i>et al.</i> (2018), Waheed, Khan e Veitch (2011), Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López (2018), Li, Gu e Liu (2018), Jorge <i>et al.</i> (2015), Waheed <i>et al.</i> (2012), Espinoza <i>et al.</i> (2020) e Weber <i>et al.</i> (2020)
Liquidação	3	Jorge <i>et al.</i> (2015)
Liquidez	3	Feranecová e Krigovská (2016)
Lucro	7	Galvão, Corrêa e Alves (2010), Kudta, Stachowiak-Kudta e Figurski (2016), Wu, Lin e Chang (2011) e Timovski e Pacemka (2021)
Mensalidade	6	Sari, Luddin e Rahmaf (2020), Chen, Yang e Shiau (2006), Cardoso, Ensslin e Dias (2016), Tran e Villano (2021) e Jorge <i>et al.</i> (2015)
Orçamento	7	Nascimento <i>et al.</i> (2015), Moreno e Tadeipalli (2002), Cardoso, Ensslin e Dias (2016), Stejskal, Sayed e Lento (2020), Sari, Luddin e Rahmaf (2020) e Wu, Lin e Chang (2011)
Pesquisa	7	Blasco, Brusca e Labrador (2019), Li, Gu e Liu (2018), Jorge <i>et al.</i> (2015), Waheed, Khan e Veitch (2011), Horan e O'Regan (2021) e Waheed <i>et al.</i> (2012)
Projetos de pesquisa	3	Espinoza <i>et al.</i> (2020), Silva Junior <i>et al.</i> (2018) e Weber <i>et al.</i> (2020)

Receitas	38	Galvão, Corrêa e Alves (2010), Santos (2002), Timovski e Pacemka (2021), Tran e Villano (2017), Stejskal, Sayed e Lento (2020), Blasco, Brusca e Labrador (2019), Weber <i>et al.</i> (2020), Martins (2015), Bisongo, Citro e Tommasetti (2014), Martínez-Campillo e Fernández-Santos (2020), Sari, Luddin e Rahmaf (2020), Wu, Lin e Chang (2011), Kudta, Stachowiak-Kudta e Figurski (2016), Silva Junior <i>et al.</i> (2018), Blasco, Brusca e Labrador (2019) e Jorge <i>et al.</i> (2015)
Renda	3	Atafar, Shahrabi e Esfahani (2013), Portocarrero-Sierra, Restrepo-Morales e Arias-Calderón (2020) e Selva, Medina e Marzal (2014)
Retorno sobre Investimentos	3	Chen, Yang e Shiau (2006), Feranecová e Krigovská (2016) e Wu, Lin e Chang (2011)
Transferência de capital	3	Blasco, Brusca e Labrador (2019)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

Evidenciou-se, no Quadro 24, aspectos que apareceram em mais de três indicadores relacionados à dimensão financeira. Foram identificados mais 82 aspectos relacionados a um único indicador e 22 indicadores relacionados a dois indicadores. Assim, os 315 indicadores da dimensão social relacionavam-se a 129 aspectos da sustentabilidade.

Dos indicadores exclusivamente relacionados à dimensão financeira, visando a proposição de novos indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade, ressalta-se os referentes a: alavancagem (Feranecová e Krigovská, 2016); redução custo de aluno/receita (Galvão, Corrêa e Alves, 2010); aumento/evolução da receita (Galvão, Corrêa e Alves, 2010); receita operacional (orçado x realizado / evolução) (Santos, 2002); aumento na receita de inscrição (Stejskal, Sayed e Lento, 2020); percentual da receita de inscrição (matrículas) (Silva Junior *et al.*, 2018); sustentabilidade da atividade anual (financiamento interno da universidade + transferência incondicional da comunidade autônoma + transferência de capital para investigação/despesas de funcionamento + despesas de capital para investigação) (Blasco, Brusca e Labrador, 2019); desempenho econômico: receitas e despesas totais e per capita por aluno (Weber *et al.*, 2020); despesas com pessoal/ receitas correntes (Bisongo, Citro e Tommasetti; 2014); encargos financeiros/receitas correntes (Bisongo, Citro e Tommasetti; 2014); receitas correntes / despesas correntes + amortização de empréstimos de médio e longo prazo (Bisongo, Citro e Tommasetti; 2014); valores a receber relativos a receitas próprias / receitas próprias (Bisongo, Citro e Tommasetti; 2014); empréstimos de curto prazo / receitas

correntes (Bisongo, Citro e Tommasetti; 2014) receita mensal média (Kudta, Stachowiak-Kudta e Figurski, 2016); receita por professor (Kudta, Stachowiak-Kudta e Figurski, 2016); receita por aluno (Kudta, Stachowiak-Kudta e Figurski, 2016); percentual da receita de pesquisa (Silva Junior *et al.*, 2018); percentual da receita da extensão (Silva Junior *et al.*, 2018); custo operacional ((despesas com pessoal + custos operacionais com bens e serviços)/receita líquida total) (Blasco, Brusca e Labrador, 2019); custo de pessoal (despesas de pessoal)/receitas operacionais (Blasco, Brusca e Labrador, 2019); taxa de recuperação de custos por aluno (Receitas por aluno (taxas e transferência)/despesas operacionais por aluno (Blasco, Brusca e Labrador, 2019); custo corrente / aluno equivalente (Barbosa, Freire e Crisóstomo, 2011; Ferreira, Santos e Pessanha, 2012; Santos *et al.*, 2017; Sari, Luddin e Rahmaf, 2020); redução dos custos operacionais (Galvão, Corrêa e Alves, 2010; Wu, Lin e Chang, 2011)); percentual da relação custos/receita/período (Galvão, Corrêa e Alves, 2010); percentual da relação custo/aluno/receita/período (Galvão, Corrêa e Alves, 2010); custos variáveis (orçado x realizado / evolução) (Santos *et al.*, 2022); sistema de controle de custos (Li, Gu e Liu, 2018); custos/despesas fixas (orçado x realizado / evolução) (Santos *et al.*, 2022); dívidas relacionadas com despesas correntes / despesas correntes (Bisongo, Citro e Tommasetti; 2014); despesas totais por aluno (Timovski e Pacemska, 2021); redução de despesas com pessoal (Atafar, Shahrabi e Esfahani, 2013); despesas de pessoal/despesas correntes (Bisongo, Citro e Tommasetti; 2014); despesa executada a partir do orçamento das IES (Tavares, Angulo-Meza e Sant'Anna, 2021); despesas mensais médias (Silva Junior *et al.*, 2018); percentual investido em recursos humanos, em instalações, em acervo bibliográfico, na ampliação da IES, em pesquisa, em extensão, em projetos sociais e ambientais (Silva Junior *et al.*, 2018); evolução investimentos em infraestrutura (Jorge *et al.*, 2015); financiamento total por aluno (Timovski e Pacemska, 2021); aumento total no financiamento (Sari, Luddin e Rahmaf, 2020); ativos fixos financiados por dívida (Feranecová e Krigovská, 2016); distribuição de recursos para custeio e investimento (Reis, Silveira e Ferreira, 2010); percentual de recursos orçamentários alocados para pesquisa (Cardoso, Ensslin e Dias, 2016); percentual do orçamento anual alocado para o pagamento de despesas com folha de pagamento e encargos (Cardoso, Ensslin e Dias, 2016); percentagem do orçamento destinado diretamente às atividades de aprendizagem (Sari, Luddin e Rahmaf, 2020); percentual do orçamento da universidade para atividades de proteção ambiental (Jorge *et al.*, 2015); percentual do orçamento da universidade para pesquisas sobre sustentabilidade ambiental (Jorge *et al.*, 2015); aumento do lucro operacional (Galvão, Corrêa e Alves, 2010); lucros da atividade operacional e financeira das IES (Kudta, Stachowiak-Kudta e Figurski, 2016; Timovski e Pacemska, 2021); lucro líquido (Wu, Lin e Chang, 2011); nº de

revisões anuais dos planos e orçamentos (Cardoso, Ensslin e Dias, 2016); percentual de recursos oriundos de mensalidades e taxas em relação ao orçamento global (incluindo as bolsas) (Cardoso, Ensslin e Dias, 2016); cumprimento do orçamento destinado à pesquisa e divulgação (Espinoza *et al.*, 2020); nível de dívida no final do ano (dívida de longo prazo e curto prazo/passivos patrimoniais) (Jorge *et al.*, 2015); relação dívida total sobre capital próprio (Sazonov *et al.*, 2015); liquidez corrente, de caixa e dinâmica (Feranecová e Krigovská, 2016); aumento da renda (Atafar, Shahrabi e Esfahani, 2013); retorno sobre investimentos/ativos (ROI/ROA) (Feranecová e Krigovská, 2016; Chen, Yang e Shiau, 2006; Wu, Lin e Chang, 2011; Atafar, Shahrabi e Esfahani, 2013); retorno sobre patrimônio líquido (Feranecová e Krigovská, 2016); retorno sobre as vendas (Feranecová e Krigovská, 2016); receitas líquidas totais de transferências correntes e transferências de capital/receitas líquidas totais (Blasco, Brusca e Labrador, 2019); % de projetos executados por meio de recursos internos (Cardoso, Ensslin e Dias, 2016); taxa de crescimento financeiro e econômico (Waheed, Khan e Veitch, 2011; Waheed *et al.*, 2012); fluxo de caixa/passivo (Feranecová e Krigovská, 2016); fluxo de caixa/receita líquida de vendas (Feranecová e Krigovská, 2016); resultado financeiro anual (Silva Junior *et al.*, 2018); resultado econômico (orçado x realizado / evolução) (Santos, 2002); índice de ativo circulante (Feranecová e Krigovská, 2016); aumento do coeficiente de ativos não financeiros (Sazonov *et al.*, 2015); índice de capital de giro (Feranecová e Krigovská, 2016); crescimento/aumento do montante de fundos face ao ano anterior (Sari, Luddin e Rahmaf, 2020); ebitda (Portocarrero-Sierra, Restrepo-Morales e Arias-Calderón, 2020); índice de patrimônio líquido (Feranecová e Krigovská, 2016); margem de contribuição operacional (orçado x realizado / evolução) (Santos, 2002); coeficiente de recebíveis não recuperáveis (Sazonov *et al.*, 2015); e rotatividade de contas a receber (Feranecová e Krigovská, 2016).

Dos indicadores comuns a mais de uma dimensão, para proposição de indicadores e diretrizes relacionados à avaliação da sustentabilidade, destacam-se: cursos de capacitação com foco em sustentabilidade (Silva e Almeida, 2019; Waheed, Khan e Veitch, 2011; Waheed *et al.*, 2012)); práticas de compras e contratações: percentagem de exigências socioambientais nos processos de compras e contratações (Weber *et al.*, 2020); compras inclusivas e locais (Pacheco *et al.*, 2019); contratação de serviços e materiais por meio de licitações sustentáveis (Silva e Almeida, 2019); cultura: investimentos financeiros e o percentual de participação da comunidade acadêmica (Weber *et al.*, 2020); educação (cursos de sustentabilidade/totalidade de disciplinas; financiamento da pesquisa em sustentabilidade/ financiamento total da pesquisa; número de publicações acadêmicas sobre meio ambiente e sustentabilidade publicadas; número de eventos acadêmicos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade; número de

organizações estudantis relacionadas ao meio ambiente e sustentabilidade; existência de um site de sustentabilidade administrado por uma universidade; existência de relatório de sustentabilidade publicado) (Blasco, Brusca e Labrador, 2019); queixas e reclamações: medidas relativas a queixas e reclamações relacionadas aos impactos ambientais, sociais e aos direitos humanos (Weber *et al.*, 2020); currículo: oferecimento de disciplinas com conteúdo sobre sustentabilidade e o percentual de alunos que nelas se matriculam (Weber *et al.*, 2020); número de eventos sobre sustentabilidade envolvendo a comunidade (Silva e Almeida, 2019); número de professores com formação relacionada à sustentabilidade (Silva e Almeida, 2019); declarações de missão ou valores relevantes para o desempenho de sustentabilidade (Jorge *et al.*, 2015); pesquisa sobre sustentabilidade (Li, Gu e Liu, 2018; Waheed, Khan e Veitch; 2011; Horan e O'Regan, 2021; Waheed *et al.*, 2012); planejamento de sustentabilidade (Alghamdi *et al.*, 2019); número de projetos de extensão/de pesquisa que abordam a sustentabilidade (Silva e Almeida, 2019); e publicações sobre sustentabilidade: número e percentual de publicações sobre a sustentabilidade (Weber *et al.*, 2020).

4.2.2 Análise dos Indicadores: Literatura – Teses, Dissertações e Artigos Científicos

Com a análise dos indicadores encontrados na literatura, pode-se perceber que, considerando a dimensão ambiental, os aspectos encontrados nos indicadores com maior destaque foram os relacionados aos resíduos das instituições, à emissão de gases, ao consumo de água e energia, às compras realizadas, à reciclagem, aos efluentes e à qualidade do ar. Apesar da literatura evidenciar a preocupação com tais aspectos, estes não são explorados pelo atual instrumento proposto pelo SINAES para avaliação das instituições de ensino superior. Ressalta-se que esta dimensão é pouco considerada no instrumento e que a exploração destes aspectos por parte do SINAES é essencial para que a sustentabilidade ambiental faça parte da rotina e da gestão das universidades.

Considerando a dimensão social, os aspectos dos indicadores identificados com maior frequência na literatura foram os referentes à satisfação da comunidade, à qualificação do corpo docente/técnico, aos matriculados, aos projetos de extensão e às bolsas concedidas. Destes aspectos, aspectos relacionados à qualificação foram identificados nos instrumentos de credenciamento e credenciamento de IES com os indicadores: política de capacitação docente e formação continuada (relacionado a política de capacitação docente e formação continuada e a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e a qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado,

com práticas consolidadas, instituídas e publicizadas); política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo (relacionado a política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo e a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica na graduação e/ou em programas de pós-graduação, com práticas consolidadas e institucionalizadas); e política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância (relacionado a política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância e a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica em graduação e/ou programas de pós-graduação, com práticas consolidadas e institucionalizadas) (INEP, 2017c; 2017d).

Nestes instrumentos, quanto aos matriculados, foi identificado o seguinte indicador: estudo para implantação de polos EaD (Relacionado a apresentação pelo PDI de estudo para implantação de polos EAD que considere sua distribuição geográfica e aspectos regionais sobre a população do ensino médio, a demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos, bem como a contribuição do(s) curso(s) ofertado(s) para o desenvolvimento da comunidade e os indicadores estabelecidos no PNE vigente) (INEP, 2017c; 2017d).

Considerando o aspecto da extensão, foram identificadores os seguintes indicadores nos instrumentos de credenciamento e credenciamento das IES: missão, objetivos, metas e valores institucionais (relacionado à missão, aos objetivos, às metas e aos valores da instituição, sua previsão no PDI e comunicação com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa, traduzindo-se em ações institucionais internas, transversais a todos os cursos, e externas, por meio dos projetos de responsabilidade social); políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão (relacionado às ações acadêmico-administrativas para a extensão, considerando a conformidade com as políticas estabelecidas, as práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa, com previsão/garantia de divulgação no meio acadêmico, a estimulação com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento e a promoção de práticas reconhecidamente exitosas ou inovadoras); e comunicação da IES com a comunidade externa (relacionado aos canais de comunicação externa e a divulgação de informações de cursos, de programas, da extensão e da pesquisa (quando houver), a publicação de documentos institucionais relevantes, a mecanismos de transparência institucional e de ouvidoria, a acesso às informações acerca dos resultados da

avaliação interna e externa, a apresentação de instância específica que atua transversalmente às áreas e a promoção de outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras) (INEP, 2017c; 2017d).

Relacionado ao aspecto bolsas, foram identificados os seguintes indicadores nos instrumentos de credenciamento e recredenciamento de IES proposto pelo SINAES: Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural (relacionado às ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural, considerando a conformidade com as políticas estabelecidas, com previsão/garantia de divulgação no meio acadêmico, a estimulação com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento e a promoção de práticas reconhecidamente exitosas ou inovadoras); e políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão (relacionado às ações acadêmico-administrativas para a extensão, considerando a conformidade com as políticas estabelecidas, as práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa, com previsão/garantia de divulgação no meio acadêmico, a estimulação com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento e a promoção de práticas reconhecidamente exitosas ou inovadoras) (INEP, 2017c; 2017d).

No instrumento de autorização e renovação de custos proposto pelo SINAES, entre todos os aspectos destacados da dimensão social, identificou-se apenas um indicador relacionado ao aspecto da extensão: políticas institucionais no âmbito do curso (relacionado a previsão/implantação das políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso), constantes no PDI, no âmbito do curso) (INEP, 2017a; 2017b).

Já os aspectos relacionados à dimensão financeira evidenciados pela literatura com maior destaque foram os relacionados às receitas, aos custos, às despesas, aos investimentos das instituições, aos financiamentos, aos gastos e à alocação de recursos. Nenhum destes aspectos foram considerados pelos atuais instrumentos de avaliação propostos pelo SINAES. Ressalta-se, entretanto, que a análise de tais aspectos constitui uma importante ferramenta de gestão para que a sobrevivência e a manutenção das atividades da IES sejam garantidas. Assim, a inclusão de aspectos relacionados à dimensão financeira nos instrumentos de avaliação é uma atitude necessária e imediata.

4.2.3 Indicadores: Acreditação

Nesta seção serão explorados os processos de acreditação propostos pelo Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do Mercosul e Estados Associados (ARCU-SUL) e pela *American Association of Collegiate Schools of Business*.

A Portaria nº 94 de 16 de fevereiro de 2022 do MEC designou o INEP para integrar a Rede de Agências Nacionais de Acreditação (RANA), atuando como órgão responsável pela implementação, gestão e operacionalização do processo de acreditação de cursos do Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do Mercosul e Estados Associados (ARCU-SUL) (Brasil, 2022). O ARCU-SUL “é um mecanismo permanente de acreditação regional do Setor Educacional do Mercosul” (Mercado Comum do Sul) que objetiva dar garantia pública dos níveis de qualidade acadêmicos e científicos dos cursos, buscando “a melhoria permanente da formação das pessoas, com padrões de qualidade requeridos para a promoção do desenvolvimento econômico, social, político e cultural” e visando à “consolidação de uma sociedade do conhecimento e de uma comunidade científica regional, voltadas à constituição de um mundo de igualdade e de paz, no qual prevaleça a responsabilidade, a defesa dos direitos humanos, o meio ambiente e a cooperação solidária” (MEC, 2024).

Diferente do SINAES, o sistema ARCU-SUL restringe-se à avaliação dos cursos baseada em critérios estabelecidos pela RANA (Brasil, 2022). As seguintes titulações são avaliadas pelo sistema: agronomia, arquitetura, enfermagem, engenharia, veterinária, medicina, odontologia, farmácia, geologia e economia (MEC, 2024).

Para análise desta pesquisa, foi considerado o instrumento utilizado para acreditação dos cursos de Engenharia. O instrumento é composto por 4 dimensões: Contexto Institucional, Proyecto Académico, Comunidad Universitaria e Infraestructura. A primeira dimensão é composta por 21 indicadores, dos quais 5 estão relacionados à dimensão social, abrangendo aspectos como: bem-estar da comunidade universitária; cultura; valores democráticos, éticos, de não discriminação e de solidariedade social; acesso à informação; e participação na gestão da comunidade universitária. Não há indicadores relacionados à dimensão financeira e a ambiental nesta dimensão.

A dimensão Proyecto Académico conta com 20 indicadores, dos quais 5 relacionam-se à dimensão social abrangendo aspectos referentes aos egressos, ao acompanhamento/atendimento/participação estudantil e à qualidade de vida da comunidade externa. O aspecto referente à qualidade de vida da comunidade externa também se refere à dimensão ambiental e financeira da sustentabilidade, sendo o único indicador do instrumento

relacionado à dimensão ambiental. Já a dimensão financeira, na dimensão Proyecto Académico, conta com mais um indicador relacionado às fontes e distribuição de recursos.

A dimensão Comunidad Universitaria contém 14 indicadores, dos quais 6 relacionam-se à dimensão social abordando aspectos relacionados à orientação/apoio/acompanhamento estudantil, mediação/resolução de conflitos, bolsas, concluintes, ingressantes, egressos e capacitação. Não há indicadores relacionados à dimensão financeira e a ambiental nesta dimensão.

A dimensão Infraestructura conta com 12 indicadores, dos quais 2 relacionam-se à dimensão social abordando aspectos relacionados à acessibilidade e ao atendimento estudantil. Não existem indicadores relacionados à dimensão financeira e a ambiental nesta dimensão.

A Figura 8 apresenta uma nuvem de palavras evidenciando os aspectos relacionados à sustentabilidade identificados no instrumento de acreditação dos cursos de engenharia do ARCU-SUL.

Figura 8: Indicadores relacionados à sustentabilidade (ARCU-SUL)



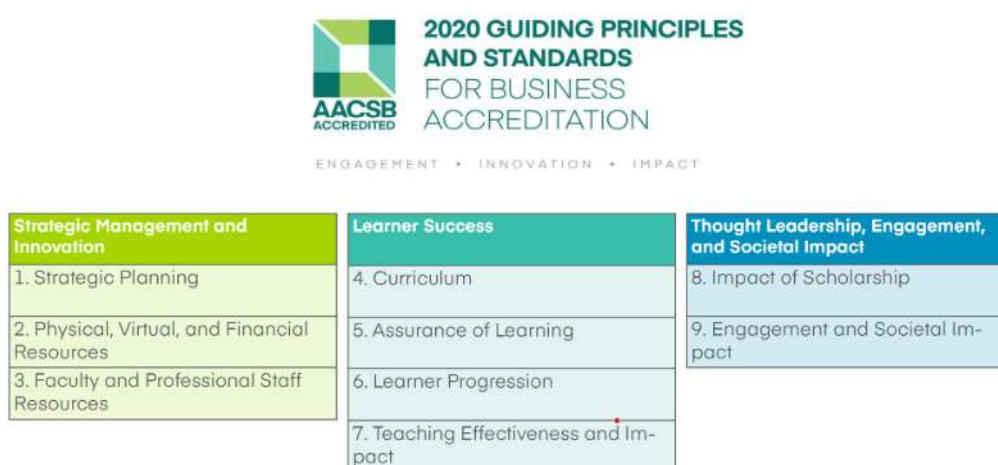
Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no MERCOSUL (2019).

Dos 67 indicadores propostos pelo ARCU-SUL, para avaliação dos cursos de engenharia, 18 são relacionados à dimensão social e, de acordo com a Figura 8, aspectos relacionados à capacitação, aos egressos, à participação na gestão da comunidade universitária e ao acompanhamento/atendimento estudantil tem maior representatividade entre os indicadores da dimensão. Há apenas um indicador relacionado à dimensão ambiental, o qual aborda a qualidade de vida da comunidade externa, referindo-se também à dimensão social e financeira da sustentabilidade. Além deste indicador, a dimensão financeira conta com um indicador relacionado às fontes e distribuição de recursos.

Entre outras agências de acreditação que atuam no Brasil, além da RANA, rede de acreditação que estabelece os critérios que orientam o ARCU-SUL, destaca-se a *American Association of Collegiate Schools of Business*. A AACSB é uma associação global sem fins lucrativos do setor de educação empresarial que apresenta como objetivo fundamental do seu credenciamento incentivar as escolas de negócios a se responsabilizarem pela melhoria das práticas empresariais por meio de um compromisso com a gestão estratégica, com o sucesso do aluno e com uma liderança inovadora impactante, atingindo este objetivo por meio da definição de um conjunto de critérios e padrões.

A partir de 2020, o instrumento proposto pela AACSB para acreditação das escolas de negócios passou a contar com 9 padrões distribuídos em 3 grupos: Gestão Estratégica e Inovação, Sucesso do Aluno e Liderança Inovadora, Engajamento e Impacto Social. Os grupos e os padrões propostos pela AACSB estão apresentados na Figura 9.

Figura 9: Grupos e Padrões - Acreditação AACSB



Fonte: AACSB (2023).

Para cada padrão, a AACSB especifica bases para julgamento que orientam as equipes de revisão por pares sobre quais fatores devem considerar para determinar se uma escola está alinhada com o espírito do padrão. Estes fatores são os indicadores propostos para a acreditação da AACSB.

Dentro do grupo Gestão Estratégica e Inovação, o padrão Planejamento estratégico conta com 11 indicadores, dos quais 5 estão relacionados à dimensão social abordando aspectos relacionados à transparência na gestão, à diversidade, ao sucesso dos egressos, ao impacto social e às partes interessadas. Neste padrão, não há indicadores relacionados às demais dimensões da sustentabilidade.

O padrão Recursos - físicos, virtuais e financeiros contém 8 indicadores, dos quais 4 estão relacionados à dimensão financeira abordando questões relacionadas às estratégias financeiras, à avaliação de risco, às fontes de recursos e ao planejamento financeiro. Não há indicadores relacionados à dimensão social e ambiental.

O padrão Recursos - corpo docente e equipe profissional contém 19 indicadores, dos quais apenas um indicador relaciona-se à sustentabilidade abrangendo a dimensão social ao abordar o apoio estudantil. Neste padrão, não há indicadores relacionados às demais dimensões da sustentabilidade.

No grupo Sucesso do Aluno, o padrão Currículo conta com 18 indicadores, dos quais 3 relacionam-se à dimensão social abrangendo aspectos relacionados à contribuição social das pesquisas, ao desenvolvimento do aluno e ao impacto social. Neste padrão, não há indicadores relacionados às dimensões ambiental e financeira.

No padrão Garantia de aprendizagem foram identificados 12 indicadores, dos quais apenas um relacionam-se às partes interessadas (dimensão social). Não há indicadores relacionados às demais dimensões da sustentabilidade.

O padrão Aprendizagem progressiva contém 11 indicadores, dos quais 4 relacionam-se à dimensão social da sustentabilidade abrangendo aspectos relacionados ao apoio estudantil e ao acesso à informação. Neste padrão, não há indicadores relacionados às dimensões ambiental e financeira.

Já o padrão Eficácia do ensino e impacto conta com 6 indicadores, dos quais 2 relacionam-se à dimensão social, abordando aspectos relacionados à inclusão, à satisfação e ao sucesso do aluno. Não há indicadores relacionados às outras dimensões da sustentabilidade.

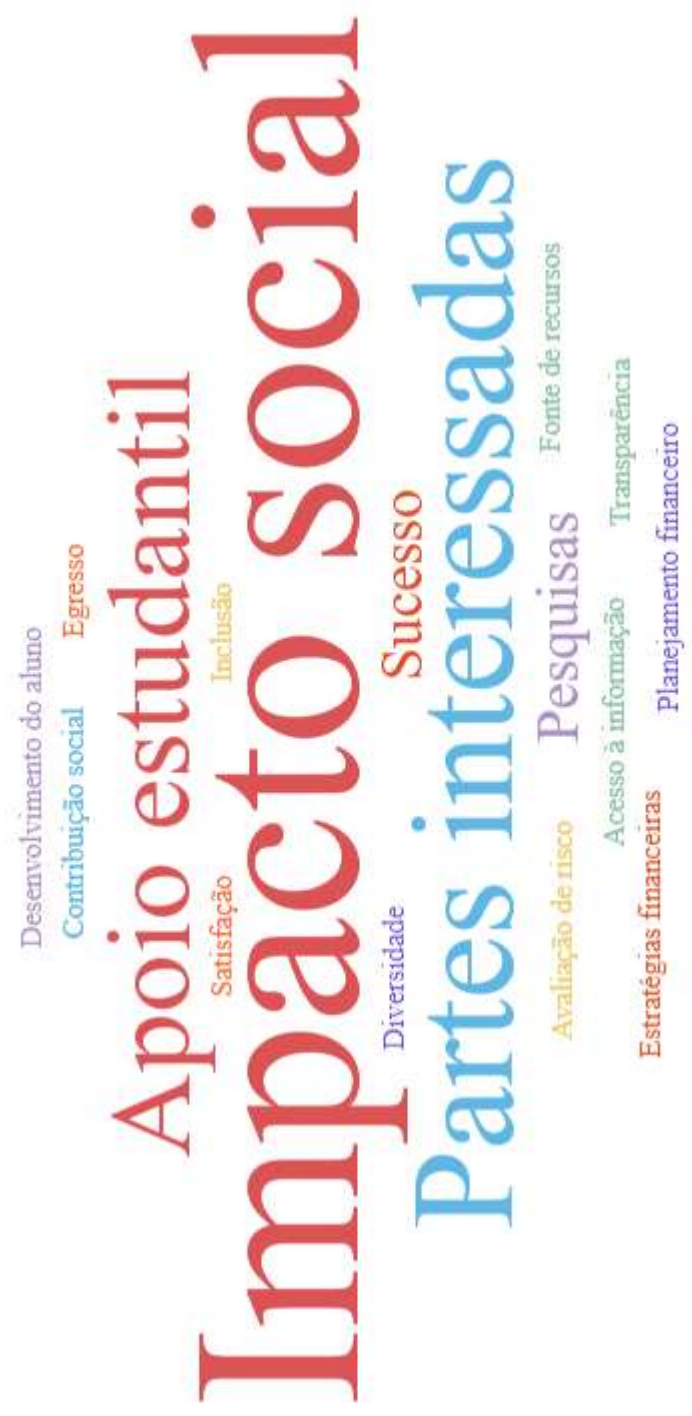
No grupo Liderança Inovadora, Engajamento e Impacto Social, o padrão Impacto da bolsa de estudos contém 10 indicadores. Destes, 2 estão relacionados à dimensão social,

abordando questões relacionadas ao impacto social das pesquisas e às partes interessadas. Não há indicadores relacionados às demais dimensões.

O padrão Engajamento e impacto social conta com 5 indicadores e todos relacionam-se à dimensão social da sustentabilidade, abrangendo aspectos relacionados às partes interessadas e ao impacto social das atividades da instituição.

A Figura 10 apresenta uma nuvem de palavras evidenciando os aspectos relacionados à sustentabilidade identificados no instrumento de acreditação das escolas de negócios do AACSB.

Figura 10: Indicadores relacionados à sustentabilidade (AACSB)



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no AACSB (2023).

Dos 100 indicadores propostos pelo AACSB para acreditação das escolas de negócios, 23 são relacionados à dimensão social. Há no instrumento apenas 5 indicadores relacionados à dimensão financeira e nenhum relacionado à dimensão ambiental. De acordo com a Figura 10, aspectos relacionados ao impacto social das atividades da instituição, ao apoio estudantil e às partes interessadas apresentam maior representatividade entre os indicadores relacionados à sustentabilidade identificados no instrumento.

4.2.3.1 Análise dos Indicadores: Acreditação

A partir da análise realizada, observa-se que as dimensões da sustentabilidade são pouco consideradas nos instrumentos de acreditação analisados, principalmente no que tange aos aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental e financeira. Assim como acontece nos SINAES, a preocupação com o meio ambiente e com a continuidade e sobrevivência da organização, considerando os recursos financeiros, não é refletida nos instrumentos propostos pela RANA e pela AACSB.

O próprio ARCU-SUL ressalta que visa à “consolidação de uma sociedade do conhecimento e de uma comunidade científica regional, voltadas à constituição de um mundo de igualdade e de paz, no qual prevaleça a responsabilidade, a defesa dos direitos humanos, o meio ambiente e a cooperação solidária” (MEC, 2024). Entretanto, não considera em seu instrumento aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental para que medidas de gestão sejam adotadas em prol do meio ambiente.

Apesar da baixa representatividade das dimensões da sustentabilidade, foram identificados nos instrumentos de acreditação aspectos não abrangidos pelo SINAES, os quais podem orientar a proposição de indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira. Neste contexto, na dimensão social, foram identificados aspectos que consideram, de forma específica, o impacto/contribuição social das atividades da instituição, mediação/resolução de conflitos, ao bem-estar, a satisfação e a qualidade de vida da comunidade universitária.

Na dimensão financeira, a qualidade de vida e a avaliação dos riscos foram abordadas pelas agências acreditadoras e não são consideradas no atual instrumento de avaliação da educação superior brasileira. Segundo Caetano *et al.* (2023), é necessário que as organizações realizem a análise dos riscos que possam impedir o cumprimento de sua missão institucional e de seus objetivos.

Na dimensão ambiental, aspectos relacionados à qualidade de vida da comunidade externa foram considerados e não são abrangidos pelo SINAES. De acordo com Cordeiro *et al.* (2023), indicadores relacionados à qualidade de vida são indissociáveis da sustentabilidade e relacionam-se à avaliação do bem-estar humano e à melhoria das condições de vida da sociedade. Estes indicadores devem ser objetos de políticas públicas para que o progresso não aconteça às custas dos recursos naturais, da resiliência do ecossistema e do futuro das próximas gerações.

A incorporação das dimensões da sustentabilidade nos instrumentos de acreditação e avaliação da educação superior tem sua importância ressaltada pela necessidade de atendimento das futuras gerações. Uma vez que as agências de acreditação têm abrangência global/regional, destaca-se a necessidade de tais instituições considerarem seus instrumentos de acreditação, de forma representativa, aspectos relacionados às dimensões da sustentabilidade, de forma que as instituições de educação superior sejam motivadas a considerar, em sua gestão, a sustentabilidade.

4.2.4 Indicadores: Tribunal de Contas da União

Nesta seção serão explorados os indicadores propostos pelo Tribunal de Contas da União e utilizados na avaliação da educação superior brasileira.

O Acórdão nº 1.043/2006/Plenário do Tribunal de Contas da União passou a exigir que as Instituições Federais de Educação Superior informem, em seu relatório de gestão anual e em atendimento à Instrução Normativa/TCU nº 47/2004, os indicadores de gestão definidos na Decisão nº 408/2002 do próprio TCU. A Decisão nº 408/2002 do TCU estabelece os seguintes indicadores: custo corrente/aluno; aluno/professor; aluno/funcionário; funcionário/professor; Grau de Participação Estudantil; Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG); Conceito CAPES; Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD); e Taxa de Sucesso na Graduação (TSG).

As Orientações do TCU (TCU, 2004b), para cálculo destes indicadores, evidenciam as fórmulas apresentadas na Figura 11.

Figura 11: Fórmulas para cálculo dos indicadores de desempenho das IFES

I.	$\text{Custo Corrente / Aluno Equivalente} = \frac{\text{Custo Corrente}^{(1)}}{\text{AGE}^{(2,3)} + \text{APGTI}^{(2,4)} + \text{ARTI}^{(2,4)}}$
II.	$\text{Aluno Tempo Integral / Professor} = \frac{\text{AGTI}^{(2,2)} + \text{APGTI}^{(2,4)} + \text{ARTI}^{(2,4)}}{\text{N}^\circ \text{ de Professores}^{(3)}}$
III.	$\text{Aluno Tempo Integral / Funcionário} = \frac{\text{AGTI}^{(2,2)} + \text{APGTI}^{(2,4)} + \text{ARTI}^{(2,4)}}{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários}^{(4)}}$
IV.	$\text{Funcionário / Professor} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários}^{(4)}}{\text{N}^\circ \text{ de Professores}^{(3)}}$
V.	$\text{Grau de Participação Estudantil (GPE)} = \frac{\text{AGTI}^{(2,2)}}{\text{AG}^{(2,1)}}$
VI.	$\text{Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)} = \frac{\text{APG}^{(2,1)}}{\text{AG} + \text{APG}^{(2,1)}}$
VII.	$\text{Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação}^{(5)} = \frac{\sum \text{conceito de todos os cursos de pós-grad.}}{\text{Número de cursos de pós-grad.}}$
VIII.	$\text{Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)}^{(6)} = \frac{(5D+3M+2E+G)}{(D+M+E+G)}$
IX.	$\text{Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de diplomados (N}_{DI})}{\text{N}^\circ \text{ total de alunos ingressantes}^{(7)}}$

Fonte: TCU (2004b).

A fórmula I trata da relação entre o cálculo do custo corrente e os números de alunos equivalentes da graduação (**AGE**) somado aos números de alunos tempo integral de pós-graduação (**APGTI**) e aos de residência (**ARTI**). No cálculo proposto pelo TCU a respeito do número de alunos, não devem ser incluídos alunos ou participantes de atividades de extensão e de especialização, alunos de mestrado profissionalizante e alunos de cursos a distância. Este indicador relaciona-se à dimensão financeira da sustentabilidade.

Segundo as Orientações do TCU (TCU, 2004b), o custo corrente deve ser calculado de acordo com a Figura 12.

Figura 12: Cálculo do Custo Corrente com base nas Orientações do TCU (2004)**(1) CUSTO CORRENTE**

(+)	Despesas correntes da Universidade (conta SIAFI nº 3300000)
(-)	65% das despesas correntes do(s) hospital(is) universitário(s) e maternidade
(-)	Aposentadorias e Reformas (conta SIAFI nº 3319001)
(-)	Pensões (conta SIAFI nº 3319003)
(-)	Sentenças Judiciais (conta SIAFI nº 3319091)
(-)	Despesas com pessoal cedido - docente ¹
(-)	Despesas com pessoal cedido - técnico-administrativo ¹
(-)	Despesa com afastamento País/Exterior - docente ¹
(-)	Despesa com afastamento País/Exterior - técnico-administrativo ¹

¹ O número de servidores e docentes cedidos ou afastados deve ser o número apurado no dia 31/12 de cada exercício.

Fonte: TCU (2004b).

Para cálculo do custo corrente, o TCU orienta ainda que o número de servidores e docentes cedidos ou afastados deve ser apurado no dia 31/12 de cada exercício; que o custo corrente deve ser aquele realizado entre 01/01 e 31/12 do exercício, independentemente do ano letivo e que devem ser subtraídas as despesas com os afastamentos para servir em outro órgão ou entidade, mandato eletivo, e estudo ou missão no exterior, incluindo-se, se for o caso, afastamento para estudo no país. Não devem ser subtraídas despesas de pessoal em licença para capacitação, ou em licença para tratamento de saúde, licença gestante, adotante ou paternidade e licença por acidente em serviço; e as despesas com pessoal cedido que forem reembolsadas pela entidade a qual foi cedido o servidor.

A fórmula II compreende a relação entre o número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (**AGTI**) somado ao número de alunos tempo integral de pós-graduação (**APGTI**) e ao de residência (**ARTI**) e o número de professores. O número de professores é calculado considerando diferentes pesos para o regime de contratação (20 horas semanais – peso 0,5 e 40 horas semanais ou dedicação exclusiva – peso 1). Para o cálculo considera-se o somatório entre os professores em efetivo exercício, os substitutos e os visitantes, subtraídos dos professores afastados para capacitação ou cedidos para outras instituições.

A fórmula III abrange a relação entre o número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (**AGTI**) somado ao número de alunos tempo integral de pós-graduação (**APGTI**) e ao de residência (**ARTI**) e o número de funcionários (calculado com considerando diferentes pesos para os diferentes regimes de trabalho (20 horas semanais – peso 0,5, 30 horas semanais – peso 0,75 e 40 horas semanais – peso 1). O cálculo do número de funcionários refere-se ao somatório dos servidores técnicos-administrativo vinculados à universidade e aos contratados

temporariamente subtraídos dos funcionários afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos.

A fórmula IV aborda a relação entre o número de funcionários e o número de professores, os quais seguem os padrões de cálculo das fórmulas III e II.

A fórmula V trata do grau de participação estudantil (GPE) abordando a relação entre o número de alunos da graduação em tempo integral (**AGTI**) e o total de alunos regularmente matriculados na graduação (**AG**). Já fórmula VI trata do grau de envolvimento com Pós-graduação (GRPG) abordando a relação entre o total de alunos na pós-graduação stricto sensu, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (**APG**) e total de alunos regularmente matriculados na graduação (**AG**) acrescido do total de alunos na pós-graduação stricto sensu, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (**APG**).

A fórmula VII aborda o conceito CAPES/MEC para a pós-graduação referindo-se à média aritmética dos conceitos CAPES dos cursos da instituição. A fórmula VIII trata do índice de qualificação do corpo docente (IQCD) referindo-se a média ponderada do número de professores doutores (peso 5), mestres (peso 3), especialistas (peso 2) e graduados (peso 1). Este indicador relaciona-se à dimensão social da sustentabilidade.

A fórmula IX trata da taxa de sucesso da graduação (TSG) que aborda a relação entre o número de diplomados (número de concluintes que completaram os créditos, mesmo não tendo colado grau) e o número de ingressantes considerando o ano do suposto ingresso dos estudantes que se graduam, com base na duração padrão prevista para cada curso. Este indicador relaciona-se à dimensão social da sustentabilidade.

As informações para cálculo dos indicadores presentes nas Orientações do TCU estão apresentadas no Apêndice D. As Orientações ressaltam a simplicidade do conjunto de indicadores propostos e a incapacidade de estes permitirem, de forma isolada, conclusões acerca do desempenho das IES. Segundo o órgão, a pretensão da proposição destes indicadores é a construção de séries históricas para acompanhamento da evolução de aspectos relevantes do desempenho, permitindo, ao longo dos anos, o aperfeiçoamento em áreas específicas ou a correção de eventuais disfunções, tornando-se uma ferramenta útil na autoavaliação institucional (TCU, 2004b). As Orientações recomendam ainda a inclusão de outros indicadores para a avaliação das IES e que os indicadores propostos sejam passíveis de apuração e verificação, sejam comparáveis e reflitam com confiabilidade aspectos da realidade (TCU, 2004b).

Além disso, o Tribunal destaca a importância da participação das IES para a integridade dos dados, para o aprimoramento dos cálculos ou para a inclusão de novos indicadores de forma

que as atividades acadêmicas sejam refletidas com maior precisão considerando os aspectos de eficiência e economicidade avaliados pelos indicadores (TCU, 2004b).

4.2.4.1 Análise dos Indicadores: Tribunal de Contas da União

Em 2022, o Acórdão 461/2022/Plenário do TCU, com natureza de relatório de auditoria, evidenciou que, após a exigência do Acórdão nº 1.043/2006/Plenário, significativas alterações no marco legal da educação superior brasileira ocorreram, como a Lei 10.861/2004, que instituiu o SINAES; a Lei 12.711/2012, Lei das Cotas, que visa reservar vagas para o acesso nas instituições federais de ensino superior conforme critérios socioeconômicos, étnicos e para pessoas com deficiência; a Lei 13.005/2014, que dispõe sobre o Plano Nacional da Educação (PNE); e o Decreto 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Este contexto de alteração do marco legal, somado à expansão das instituições federais, torna possível que os indicadores definidos na Decisão nº 408/2002 do TCU não mais representem mais a realidade dessas instituições, necessitando, portanto, de revisão (TCU, 2022).

O Acórdão 461/2022 busca, portanto, reavaliar os indicadores constantes na Decisão 408/2002/Plenário e no Acórdão 1.043/2006/Plenário do TCU e

propor novo modelo de indicadores gerais de gestão e desempenho das Universidades Públicas Federais, de modo a melhor representar aspectos significantes da realidade dessas instituições, proporcionando utilidade para as partes interessadas – gestores, órgãos de controle e sociedade (TCU, p. 1, 2022).

Com a auditoria, indicadores constantes na Decisão 408/2002/Plenário do TCU foram submetidos à análise crítica por parte da Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC) e das universidades federais. A partir da análise, segundo o Acórdão 461/2022/Plenário, para avaliação das universidades,

os indicadores relativos a custo corrente por aluno, número de alunos por professor, grau de envolvimento com pós-graduação, índice de qualificação do corpo docente e taxa de sucesso na graduação podem ser mantidos, com alguns ajustes. Já os indicadores relativos a número de alunos por funcionários, número de funcionários por professor, grau de participação estudantil e conceito Capes já não possuem utilidade para a gestão das Ifes (TCU, p. 15, 2022).

Neste sentido, quanto aos indicadores propostos na Decisão 408/2002/Plenário do TCU que consideram aspectos relacionados ao número de alunos como critério de cálculo, como crítica ressalta-se a não contemplação do número de alunos relacionados à extensão, à

especialização, aos alunos de mestrado e doutorado profissionalizante e aos alunos de cursos a distância.

A modalidade a distância vem se consolidando no campo da educação superior e um conjunto de ações, programas e regulamentações vem sendo desenvolvida pelo MEC e pela CAPES visando sua institucionalização (Oliveira; Lima, 2022). Especificamente, considerando a fórmula I⁴. Custo Corrente / Aluno equivalente, apresentada na Figura 11, quando a institucionalização ocorre, é necessário que haja o acompanhamento do custo dos recursos associados a indicadores de qualidade, haja vista que uma das razões da propagação e valorização da educação à distância, segundo Oliveira e Lima (2022), é justamente a redução de custos, sem o comprometimento de parâmetros de qualidade acadêmica e social.

Quanto aos alunos de cursos de pós-graduação profissionalizantes, segundo o Acórdão 461/2022/Plenário, “há pressuposto equivocado de que os programas de pós-graduação profissionais são autofinanciados por meio de parcerias com entes públicos e privados, quando também são utilizados recursos orçamentários”. Mesmo que os recursos fossem financiados por meio de parcerias, o cálculo dos custos desses alunos é uma informação necessária para tomada de decisão e deve, portanto, ser considerado pela gestão das instituições.

Quando se trata da extensão, por esta ser uma atividade finalística das universidades federais, também é necessário o acompanhamento do custo dos alunos relacionados a essas atividades. Considerando as atividades de extensão e especialização, a própria Decisão do TCU nº 408/2002-Plenário recomenda que, a critério da instituição, haja a incorporação de indicadores que reflitam tais áreas de atuação da IES.

Relacionado ao cálculo do custo corrente da instituição, o Acórdão 461/2022/Plenário ressalta que, com a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), a gestão dos hospitais universitários, na maioria das universidades federais, passou a ser promovida pela empresa, desvinculando-se da gestão das IES, o que fez com que não houvessem mais razões para dedução do custo corrente de 65% das despesas correntes do(s) hospital(is) universitário(s) e maternidade, conforme apresentado na Figura 12.

Considerando o índice de qualificação do corpo docente (IQCD), ressalta-se como crítica a consideração do número de doutores, mestres, especialistas e graduandos apenas no final do exercício, o que não considera a permanência desses docentes na instituição e a não consideração do regime de trabalho exercido (se 20 horas ou 40 horas). Assim, é necessária

⁴ A fórmula I trata da relação entre o cálculo do custo corrente e os números de alunos equivalentes da graduação (AGE) somado aos números de alunos tempo integral de pós-graduação (APGTI) e aos de residência (ARTI).

uma análise horizontal do índice de qualificação do corpo docente da instituição associado a permanência desses docentes na instituição e aos regimes de trabalho dos docentes. Referente a este índice, o Acórdão do TCU apontou como fragilidade a não consideração de pós-doutorados e a dificuldade de se contratar e manter docentes com título de doutorado em regiões distantes dos grandes centros.

Entre às críticas aos indicadores, que, segundo o Acórdão 461/2022/Plenário, não possuem mais utilidade para a gestão, destaca-se: as críticas às métricas e às formas de cálculo para avaliação de quantitativos de estudantes e professores; a não consideração da diferença entre servidores e terceirizados para cálculos com funcionários; a não inclusão de estudantes dos cursos EAD de graduação e de pós-graduação para cálculo do Grau de Participação Estudantil, bem como a não consideração na duração dos cursos das diferenças entre os graduandos de cursos noturnos ou em campus fora de sede. Quanto ao Conceito Capes, as críticas estão relacionadas à baixa utilidade para a gestão, uma vez que já há exigência de avaliação pela própria Capes, independentemente das deliberações do Tribunal.

Diante da análise realizada, o Acórdão 461/2022/Plenário ressalta que “há necessidade de indução à construção e divulgação de indicadores de gestão e desempenho que envolvam as principais áreas de atuação da Ifes” (TCU, p. 22, 2022). Considerando tal necessidade, alguns indicadores foram propostos pelo Acórdão e estão apresentados no Apêndice E.

No que tange à dimensão ‘Financeira’, os seguintes indicadores foram propostos: ‘Percentual de recursos do orçamento anual destinado às atividades de extensão’ que busca ‘avaliar montante de recursos do orçamento anual investido em atividades de extensão’; ‘Custo corrente/número de alunos equivalentes’ que mede o Custo médio do Aluno Equivalente; e ‘Percentual coberto pela ação orçamentária PNAES em relação ao total despendido com Assistência Estudantil’, o qual pretende ‘avaliar recursos orçamentários destinados à Assistência Estudantil (deficiência no financiamento)’, indicador também relacionado à dimensão ‘Social’.

A dimensão ‘Social’ também foi identificada nos seguintes indicadores propostos pelo Acórdão 461/2022/Plenário: ‘Porcentagem de vagas noturnas, porcentagem de matrículas noturnas; total de matrículas noturnas em relação ao total de vagas noturnas’; ‘Empregabilidade de egressos’; ‘Índice (taxa) de estudantes beneficiados com ações de assistência estudantil em relação ao número total de estudantes elegíveis (renda per capita)’; ‘Índice (taxa) de sucesso da Graduação, por curso, no período dos beneficiados com Assistência Estudantil e Políticas Afirmativas’; ‘Índice (taxa) de evasão por curso dos estudantes beneficiados com ações de Assistência Estudantil e políticas afirmativas’; ‘Público (diretamente) beneficiado por

atividades de extensão, por modalidade, desenvolvidas no ano pela Ifes'; e 'Número de Professores da Rede Pública atendidos por Programas e Projetos de Formação Continuada'.

Apesar das críticas e proposições feitas no relatório de auditoria do Acórdão 461/2022/Plenário, é vigente o Acórdão nº 1.043/2006/Plenário do TCU que exige a evidenciação por parte das Ifes dos indicadores definidos na Decisão nº 408/2002. Entretanto, com o Acórdão 461/2022/Plenário foi evidenciada a necessidade de mudança dos critérios de avaliação, para que sejam desenvolvidos indicadores que reflitam a realidade das Ifes e sejam, de fato, úteis para a gestão e para a tomada de decisão. Dentre estes critérios, ressalta-se a necessidade de considerar indicadores relacionados à dimensão 'Ambiental' da sustentabilidade, uma vez que tanto a Decisão 408/2002/Plenário do TCU, quanto o Acórdão 461/2022/Plenário não fizeram a proposição de indicadores acerca da dimensão. Esta proposição é essencial para que as organizações considerem o impacto de suas atividades sobre o meio ambiente e sobre as futuras gerações. Reitera-se, portanto, a necessidade de indicadores de gestão que reflitam as preocupações e a realidade das IES de forma integrada e abrangente, considerando os aspectos relacionados à sustentabilidade.

4.2.5 Indicadores: Plataforma Universidade 360° - Observatório da Educação Superior

Nesta seção serão explorados os indicadores propostos pela Plataforma Universidade 360° e utilizados na avaliação da educação superior brasileira.

A Plataforma Universidade 360° é uma ferramenta disponibilizada pelo Ministério da Educação com dados integrados e indicadores acadêmicos, de execução orçamentária e de desenvolvimento de pessoal das Universidades Federais, os quais viabilizam a oferta de dados gerais da educação superior brasileira (MEC, 2023a). Esta ferramenta surgiu em 2020 e foi desenvolvida pela Secretaria de Educação Superior em parceria com a Rede Data Science BR (DSBR), rede de pesquisa em ciência de dados liderada pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) em cooperação com pesquisadores da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) (MEC, 2023b).

A plataforma é considerada o Observatório da Educação Superior e busca promover a transparência e a governança nas universidades, visando a assertividade das decisões e a redução do tempo de resposta das políticas públicas (MEC, 2023a), fornecendo informações sobre: o ensino de graduação e pós-graduação; vagas; matrículas; indicadores de desenvolvimento acadêmico das universidades federais, de qualidade dos cursos de graduação

e de pós-graduação; e servidores, considerando quantitativo, escolaridade e a ocupação de cargos e funções (MEC, 2023b).

A ferramenta apresenta informações a partir do Censo da Educação Superior; da Plataforma Sucupira e Coleta Capes; dos dados orçamentários oriundos do Tesouro Gerencial (sistema para acompanhamento da execução orçamentária e financeira do governo federal), do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e do Portal de Orçamento Siga Brasil; dos dados de gestão de pessoas do Painel Estatístico de Pessoal (ferramenta que concentra as informações de pessoal do Poder Executivo Federal); dentre outras ferramentas de dados do Governo Federal, como o Portal da Transparência (MEC, 2023b; MEC, 2023c). Cabe ressaltar que a Plataforma Universidade 360° é uma plataforma voluntária de fomento à transparência da gestão das IES federais, alimentada diretamente por bancos de dados federais, não sendo alimentada diretamente pelas IES.

Ao verificar a ferramenta disponibilizada pelo MEC foram identificados 51 indicadores, os quais foram classificados considerando as dimensões da sustentabilidade e estão apresentados no Apêndice F e no Quadro 25.

Quadro 25: Indicadores: Plataforma Universidade 360° - Observatório da Educação Superior

Indicadores de Desempenho - Painel Universidade 360 (MEC)			
Área	Subárea	Indicador	Dimensões
Acadêmico	Perfil Estudantil	Matrículas por Raça/Cor	Social.
		Matrículas por Tipo de Escola	Social.
		Ingressantes por Raça/Cor	Social.
		Ingressantes por Tipo de Escola	Social.
		Concluintes por Raça/Cor	Social.
		Concluintes por Tipo de Escola	Social.
	Dados Acadêmicos - Graduação	Vagas Novas	Social.
		Matrículas	Social.
		Municípios	Outras.
		Vagas Ofertadas	Social.
		Ingressantes	Social.
		Concluintes	Social.
		Cursos	Outras.
	Dados Acadêmicos - Pós-Graduação	Programas	Outras.
		Ingressantes	Social.
		Matrículas	Social.
		Concluintes	Social.
		Evadidos	Social.
Indicadores de Gestão	Orçamentário - Programação Orçamentária	Despesa Empenhada x Dotação Atualizada	Financeira.
		Crédito Detalhada x Dotação Atualizada	Financeira.

		Crédito Não Detalhado x Dotação Atualizada	Financeira.
		Dotação Atualizada x Dotação Inicial	Financeira.
		Dotação Atualizada x Projeto de Lei	Financeira.
	Orçamentário - Execução do Exercício	Despesa Empenhada x Dotação Atualizada	Financeira.
		Crédito Detalhada x Dotação Atualizada	Financeira.
		Crédito Não Detalhado x Dotação Atualizada	Financeira.
		Dotação Atualizada x Dotação Inicial	Financeira.
		Dotação Atualizada x Projeto de Lei	Financeira.
	Orçamentário - Restos a Pagar	Rap Bloqueados x Rap Inscritos	Financeira.
		Rap Cancelados x Rap Inscritos	Financeira.
		Rap Pago x Raps Inscritos	Financeira.
		Rap Não Proc. A liquidar x Rap Inscritos	Financeira.
		Despesa Empenhada x Dotação Atualizada	Financeira.
	Indicadores do TCU	Total de alunos efetivamente matriculados na graduação	Social.
		Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado)	Social.
		Total de alunos efetivamente matriculados na residência médica	Social.
		Número de alunos da graduação em tempo integral	Social.
		Aluno Equivalente de Graduação	Social.
		Número de alunos Tempo Integral de pós-graduação	Social.
		Número de alunos de residência médica	Social.
		Custo Corrente incluindo 35% das despesas do(s) Hu(s)	Financeira.
		Custo Corrente excluindo as despesas do(s) HU(s)	Financeira.
		Número de alunos tempo integral	Social.
		Número de alunos equivalentes	Outras.
	Indicadores de Fluxo	Taxa Máxima de Sucesso	Social.
		Taxa de Conclusão Acumulada	Social.
		Taxa de Desistência Acumulada	Social.
		Taxa de Permanência	Social.
Gestão de Pessoas	-	Vínculo Servidores	Outras.
		Escolaridade	Outras.
		Cargos e Funções	Outras.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em MEC (2023a).

Com base no Quadro 25, percebe-se que dos indicadores propostos pela Plataforma Universidade 360°, 27 relacionam-se à dimensão ‘Social’, 17 à ‘Financeira’ e 7 à ‘Outras’ dimensões. Destes indicadores, grande parte se caracteriza como tal por se tratar de dados apresentados em uma série temporal. No instrumento de avaliação, disponível na plataforma, não foram encontrados indicadores relacionados à dimensão ‘Ambiental’.

4.2.5.1 Análise dos Indicadores: Plataforma Universidade 360° - Observatório da Educação Superior

A partir do Quadro 25, nota-se que os indicadores da dimensão ‘Social’ estão relacionados ao perfil estudantil com a caracterização dos matriculados, dos ingressantes e dos concluintes considerando aspectos de raça/cor e tipo de escola, se pública ou privada. Além destes, foram identificados indicadores relacionados à oferta de vagas, às matrículas, ao número de alunos evadidos e às taxas de sucesso, de conclusão, de desistência e de permanência.

Observa-se, portanto, que, nesta dimensão, não foram encontrados indicadores relacionados a assistência estudantil, a oferta de bolsas, a aspectos de acessibilidade e a questões culturais, de lazer e esportivas. Tais questões estão relacionadas a estabilidade, ao bem-estar, à saúde e à qualidade de vida da comunidade e, de acordo com Labuschagne *et al.*, (2005), devem fazer parte na gestão organizacional sustentável.

Na dimensão ‘Financeira’, percebe-se que a maioria dos indicadores está relacionada a aspectos orçamentários considerando o planejamento, a atualização do planejamento e a sua execução, bem como restos a pagar inscritos, bloqueados e cancelados. O Observatório da Educação Superior abrange os indicadores exigidos pelo Tribunal de Contas da União para avaliação das universidades e, portanto, na dimensão ‘Financeira’ evidencia os indicadores relacionados ao Custo Corrente da instituição.

Não foram encontrados no instrumento indicadores para análise de solvência, liquidez, endividamento, capacidade de fluxo de caixa, entre outros. Segundo Ritta, Sorato e Hein (2017, p. 94), “o desempenho financeiro é uma das principais preocupações referente à avaliação de desempenho organizacional para as IES” e possibilita que as práticas de gestão sejam executadas de maneira eficiente considerando os recursos disponíveis. Esta dimensão deveria ser melhor explorada pelos instrumentos de avaliação da educação superior.

Ressalte-se que a dimensão ‘Ambiental’ não foi considerada na avaliação realizada pela Plataforma. Segundo Ritta, Sorato e Hein (2017, p. 93), “a gestão das IES demanda por indicadores de desempenho para mensurar padrões de atividades, possibilitar o autoconhecimento institucional e assegurar a continuidade dos negócios”. Neste contexto, a dimensão ambiental refere-se, segundo Ekins *et al.* (2003), à capacidade de estoque de capital natural para a continuidade e sobrevivência da sociedade, prevendo a manutenção e/ou o não esgotamento deste capital (Goodland, 1995). Assim, ao buscar a continuidade dos negócios, é

preciso buscar a continuidade do ambiente, portanto, deve-se considerar a dimensão ambiental na gestão das IES e em seus processos de avaliação.

4.2.6 Indicadores: Universidades Federais Brasileiras

Nesta seção serão explorados os indicadores publicados nos Relatórios de Gestão publicados das universidades federais brasileiras.

A necessidade de prestação de contas das universidades federais é respaldada pelo parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, o qual ressalta que: “Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária”. Assim, como estas instituições fazem uso de recursos públicos tornam-se obrigadas à referida prestação de contas.

Além da Constituição Federal, a Instrução Normativa do TCU nº 84 de abril de 2020 “estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal” e destaca, como informação integrante da prestação de contas, o relatório de gestão. Segundo a própria instrução, o relatório

tem como objetivo principal oferecer uma visão clara para a sociedade sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da UPC, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor público em curto, médio e longo prazos, além de demonstrar e justificar os resultados alcançados em face dos objetivos estabelecidos.

A decisão normativa nº 198 de 2022, em seu anexo, apresenta os elementos de conteúdo do relatório de gestão e destaca a necessidade da

identificação dos objetivos estratégicos, responsáveis, indicadores de desempenho, com as metas pactuadas para o período do plano estratégico e seu desdobramento anual, bem como, se for o caso, sua vinculação ao Plano Plurianual, aos planos nacionais e setoriais do governo e dos órgãos de governança superior, indicando os resultados já alcançados, comparando-os com as metas e os objetivos pactuados.

Neste contexto, devido à obrigatoriedade da apresentação do relatório de gestão por parte das universidades federais com a identificação de indicadores e objetivos estratégicos, e a fim de conhecer a realidade da gestão das universidades federais no que tange a aspectos ambientais, sociais e financeiros da sustentabilidade, foram identificados indicadores e diretrizes evidenciados nos Relatórios de Gestão de 2022 das universidades federais do sul do Brasil. As universidades analisadas, bem como os documentos analisados estão apresentados no Quadro 26.

Quadro 26: Universidades Federais do Sul do Brasil e fontes dos indicadores

Universidades	Estado	Objeto de análise
Universidade Federal do Paraná – UFPR	Paraná	Relatório de Gestão 2022
Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA	Paraná	Relatório Integrado de Gestão 2022
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	Paraná	Relatório de Gestão 2022
Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA	Rio Grande do Sul	Relatório de Gestão Integrado 2022
Universidade Federal de Pelotas – UFPEL	Rio Grande do Sul	Relatório de Gestão 2022
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA	Rio Grande do Sul	Relatório de Gestão 2022
Universidade Federal do Rio Grande - FURG	Rio Grande do Sul	Relato Integrado 2022
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Rio Grande do Sul	Relatório de Gestão 2022
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	Rio Grande do Sul	Relatório de Gestão 2022
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Santa Catarina	Relatório de Gestão 2022
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS	Santa Catarina	Relato Integrado 2022

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos Relatórios de Gestão das universidades federais do sul do Brasil (2023).

De acordo com o Quadro 26, algumas universidades denominam relatório de gestão como relato integrado, como é o caso da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). A universidade em seu Relato Integrado 2022 apresentou uma síntese das ações e indicadores de sua gestão. No Relato foram identificados 105 indicadores. Destes indicadores, 61 estavam relacionados à sustentabilidade, os quais estão apresentados no Apêndice G. Dos indicadores, 22 relacionavam-se à dimensão financeira, 36 à social e 3 à ambiental.

Considerando a dimensão financeira, foram identificados indicadores relacionados à flutuação orçamentária, à execução orçamentária, aos limites orçamentários, à arrecadação da receita, às transferências voluntárias, à despesa com pessoal, à incorporação e desfazimento de ativos móveis, aos montantes de custeio e capital aplicados em tecnologia da informação e comunicação, à análise horizontal de elementos patrimoniais e aos valores médios de internações hospitalares.

Na dimensão social, identificou-se indicadores relacionados aos alunos matriculados, aos concluintes, à percepção e satisfação da comunidade, aos canais de comunicação, à ouvidoria, ao acesso à informação, à identificação do sexo, gênero e faixa etária dos matriculados e servidores, às atividades de extensão, aos benefícios oferecidos, às refeições do restaurante universitário, às bolsas, às ações afirmativas, aos residentes e às atividades da brinquedoteca. Na ambiental, foram identificados indicadores relacionados à destinação de lâmpadas fluorescentes e de resíduos químicos.

A Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA) em seu Relatório de Gestão 2022 sintetizou as informações de seu desempenho na execução das atividades previstas em seu Planejamento. Foram identificados 176 indicadores. 81 relacionados à sustentabilidade, os quais estão apresentados no Apêndice H.

Considerando a dimensão social, 59 indicadores foram identificados relacionados às bolsas, às redes sociais, à ouvidoria, ao acesso à informação, à satisfação do usuário, à transparência ativa, aos auxílios estudantis, ao sucesso na graduação, aos matriculados, ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), aos concluintes, ao cancelamento de matrícula, à monitoria, à formação docente, à permanência estudantil, à faixa etária e ao gênero dos servidores, à capacitação, licenças e afastamentos dos servidores, à atendimentos psicológicos e à saúde. Na ambiental, 2 indicadores foram identificados relacionados ao consumo de água e energia da instituição. Na dimensão financeira, 20 indicadores foram identificados relacionados ao custo corrente, à captação de recursos, aos investimentos, à despesa com pessoal, às sentenças judiciais, aos bens da universidade, à arrecadação de receita, ao suprimento de fundos e à descentralização de créditos.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) evidenciou em Relato Integrado 2022 as principais informações sobre suas ações de governança, atividades desenvolvidas e investimentos feitos, destacando seus resultados alcançados. Foram identificados 149 indicadores que avaliam o desempenho da universidade, dos quais 105 estavam relacionados à dimensão da sustentabilidade (Apêndice I). 63 relacionados à dimensão social abrangendo questões relacionadas aos matriculados, aos auxílios estudantis, aos concluintes, à residência, à ouvidoria, às redes sociais, às cotas, à faixa etária/sexo/raça dos ingressantes, às bolsas, à monitoria, à extensão, à permanência, ao acesso à internet, à saúde, ao esporte, ao restaurante universitário e à relação candidato/vaga, à qualificação, ao sucesso na graduação e ao gênero/etnia de professores e técnicos. Além destes, foram identificados 38 relacionados à dimensão financeira, os quais referiam-se a análise horizontal e vertical de elementos patrimoniais, à execução orçamentária, às fontes de investimentos, ao custo corrente, à descentralização, à economicidade, aos gastos e à depreciação de bens. Considerando a dimensão ambiental, foram identificados 4 indicadores relacionados ao consumo de papel, de energia e de água e à produção gerada por usina fotovoltaica.

A Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) buscou evidenciar em seu Relatório de Gestão 2022 o empenho dos servidores com o fortalecimento da Universidade enquanto instituição pública, plural e democrática e comprometida com a educação e a comunidade. No relatório da UFPEL, foram identificados 49 indicadores para avaliação da gestão, dos quais 24 estavam relacionados à sustentabilidade (apresentados no Apêndice J). Destes, 11 indicadores estavam relacionados à dimensão social abrangendo questões referentes aos matriculados, residência, às bolsas, à qualificação, ao sucesso na graduação, à evasão, aos concluintes, à extensão e a questões de gênero. Além destes, foram identificados 13 indicadores relacionados à dimensão financeira, os quais se referiam à evolução do orçamento, às despesas discricionárias, à análise horizontal de elementos patrimoniais, à execução orçamentária, à arrecadação de receitas, ao resultado patrimonial, aos custos com pessoal e ao custo corrente. A universidade não apresentou indicadores relacionados à dimensão ambiental da sustentabilidade em seu Relatório de Gestão 2022.

O Relatório de Gestão de 2022 da Universidade Federal do Paraná (UFPR) apresenta-se como um documento de prestação de contas, refletindo a transparência da aplicação dos recursos, oferecendo parâmetros para a análise dos rumos tomados e para o planejamento das ações estratégicas. No relatório, foram identificados 41 indicadores, dos quais 18 estavam relacionados à sustentabilidade (Apêndice K). Destes, 8 relacionavam-se à dimensão social referindo-se à qualificação do corpo docente, aos concluintes, à residência e ao sucesso na

graduação. 10 indicadores estavam relacionados à dimensão financeira, abrangendo questões relacionadas à execução orçamentária e ao custo corrente. Nenhum indicador relacionado à dimensão ambiental foi identificado no Relatório de Gestão da UFPR.

No Relatório de Gestão 2022 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foram identificados 66 indicadores. 41 relacionados à sustentabilidade (Apêndice L). Destes, 26 indicadores relacionavam-se à dimensão financeira abrangendo questões referentes aos custos, à execução orçamentária, à destinação de recursos, às despesas de pessoal, ao consumo de recursos e à análise horizontal de elementos patrimoniais. 13 indicadores relacionados à dimensão social foram identificados referentes aos diplomados, aos matriculados, à satisfação estudantil, às redes sociais, à ouvidoria e à transparência ativa. Além destes, foram identificados, 2 indicadores relacionados à dimensão ambiental, os quais referiam-se ao consumo de água potável e de energia elétrica.

Na prestação de contas anual da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), realizada por meio do seu Relatório de Gestão 2022, foram identificados 105 indicadores, dos quais 62 estavam relacionados à sustentabilidade (Apêndice M). Destes, 28 relacionavam-se à dimensão financeira, abrangendo questões referentes às despesas, aos recursos e receitas de custeio, aos recursos financeiros, ao apoio financeiro, à arrecadação de receitas, aos investimentos, aos ajustes nas demonstrações contábeis, ao orçamento e a sua execução, à destinação de recursos, aos destaques recebidos e aos custos. Apenas 1 indicador estava relacionado à dimensão ambiental, relacionando-se ao consumo de energia. Na dimensão social da sustentabilidade foram identificados 33 indicadores relacionados aos matriculados, aos concluintes, às bolsas, ao atendimento psicológico dos estudantes, aos auxílios estudantis, ao gênero e faixa etária dos servidores, à capacitação e aos afastamentos dos servidores, aos afastamentos e à qualificação dos docentes, às redes sociais, ao racismo e à residência médica.

No Relatório de Gestão 2022 da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foram identificados 87 indicadores para avaliação da gestão. Destes, 47 estavam relacionados à dimensão da sustentabilidade (Apêndice N). 25 relacionados à dimensão social, 16 à financeira e 6 à ambiental.

Os indicadores relacionados à dimensão social referiam-se à aspectos relacionados aos matriculados, aos diplomados, aos egressos, aos concluintes, à evasão, à satisfação da comunidade acadêmica, aos auxílios estudantis, ao apoio pedagógico, à qualificação de pesquisadores, às redes sociais e à faixa etária, ao gênero e à etnia da força de trabalho da instituição. Já os indicadores relacionados à dimensão ambiental referiam-se à posição da instituição no *GreenMetric Ranking*. Os indicadores da dimensão financeira referiam-se à

captação e aplicação de recursos, à execução orçamentária, aos encargos, às despesas com pessoal e à composição de despesas e investimentos.

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA elaborou o Relatório Integrado de Gestão 2022 para evidenciar ao público informações consolidadas acerca das atividades desenvolvidas no referido ano. No relatório foram identificados 60 indicadores. 37 indicadores relacionados à sustentabilidade (Apêndice O), dos quais 5 referiam-se à dimensão financeira abordando aspectos como orçamento, suprimento de fundos, convênios e variação de despesas. 32 indicadores relacionavam-se à dimensão social abrangendo questões relacionadas aos matriculados, aos concluintes, à evasão, ao acesso à informação, às redes sociais, à comunicação, aos auxílios estudantis, ao atendimento psicológico aos estudantes, às bolsas, ao apoio à graduação, ao sexo e à etnia dos servidores, à capacitação dos servidores e ao atendimento aos usuários. Não foram encontrados indicadores relacionados à dimensão ambiental da sustentabilidade.

Visando à consolidação de informações úteis e precisas à comunidade, a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) apresentou o Relatório de Gestão Integrado 2022. Neste, foram identificados 62 indicadores. 34 relacionados à sustentabilidade (Apêndice P): 19 referiam-se à dimensão social, 11 à financeira e 4 à ambiental. Os indicadores da dimensão financeira estavam relacionados aos matriculados, aos certificados, às bolsas, aos auxílios estudantis, às atividades de extensão, aos alunos com deficiência, à etnia dos alunos, às ações afirmativas, ao gênero dos servidores e à capacitação. Os da dimensão ambiental estavam relacionados aos resíduos da instituição. Os indicadores da dimensão financeira relacionavam-se aos investimentos, à arrecadação de receita, às diárias e passagens, aos gastos e à execução orçamentária.

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR evidenciou em seu Relatório de Gestão 2022, os resultados mais relevantes da Instituição. Neste, foram identificados 17 indicadores: 7 estavam relacionados à sustentabilidade (Apêndice Q), abrangendo apenas a dimensão social com aspectos referentes aos matriculados, aos ingressantes, aos concluintes, aos candidatos x vagas, à assistência estudantil, à monitoria, à retenção e à evasão. No Relatório da UTFPR, não foram identificados indicadores relacionados à dimensão ambiental e financeira da sustentabilidade.

4.2.6.1 Análise dos Indicadores: Universidades Federais

Com base nos Relatórios de Gestão apresentados pelas 11 universidades federais do sul do Brasil, identificaram-se 517 indicadores relacionados à sustentabilidade. Destes indicadores, cerca de 36% estavam relacionados à dimensão financeira (189 indicadores), 60% à social (306 indicadores) e apenas 4% à ambiental (22 indicadores). Considerando estas dimensões, ressalta-se que no Relatório de Gestão de 4 instituições não foram identificados indicadores relacionados à dimensão ambiental, o que contribuiu para a baixa representatividade desta dimensão. A dimensão financeira não foi identificada no Relatório de Gestão de apenas uma universidade.

Nos indicadores das três dimensões, foram identificados os aspectos da sustentabilidade aos quais estes estavam relacionados. A partir destes aspectos, elaborou-se uma nuvem de palavras que está apresentada na Figura 13.

A nuvem de palavras destaca os aspectos relacionados à sustentabilidade que foram encontrados com maior frequência nos indicadores. A partir da Figura 13, percebe-se que, apesar da dimensão social ter maior representatividade, o aspecto com maior destaque foi relacionado à dimensão financeira: execução orçamentária. Ainda nesta dimensão, a análise horizontal dos elementos patrimoniais também se destacou.

Na dimensão social, aspectos relacionados aos auxílios estudantis, às bolsas e às redes sociais foram percebidos com maior destaque nos indicadores e, devido à maior representatividade desta dimensão, ressalta-se uma maior preocupação com aspectos sociais na gestão das universidades quando comparada às demais. A Figura 14 apresenta uma nuvem de palavras considerando apenas os aspectos da dimensão social da sustentabilidade.

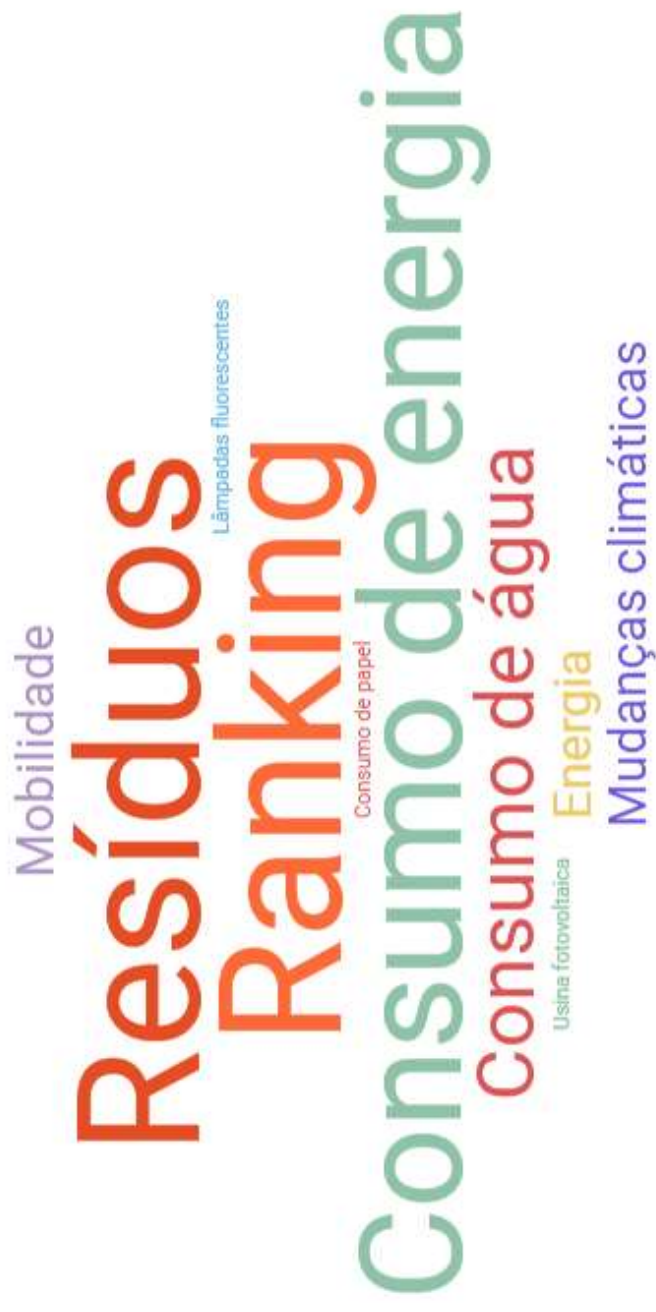
Analisando apenas a dimensão social, além dos aspectos relacionados aos auxílios estudantis, às bolsas e às redes sociais, pode-se perceber que aspectos relacionados aos matriculados, aos concluintes e às ações de extensão foram identificados com maior frequência nos indicadores dos Relatórios de Gestão das universidades federais analisadas.

Embora não sejam indicadores específicos, o SINAES, assim como identificado nos Relatórios, apresenta indicadores relacionados a programas de bolsas e auxílios estudantis; a ouvidoria; ao acesso à informação; a matriculados e evadidos e a extensão. Entretanto, o SINAES não aborda questões relacionadas às redes sociais, aos concluintes e diplomados. Entre outros aspectos não considerados pelo SINAES e abordados pelas universidades destacam-se os relacionados à raça, gênero, saúde mental, lazer, cultura, esportes, transparência na gestão e auxílios estudantis. Esses aspectos são essenciais para alcance da justiça social dentro das IES e, portanto, devem ser considerados no processo de avaliação das instituições de ensino superior, haja vista que as mesmas serem compreendidas como instituições potencializadoras do desenvolvimento sustentável com crescimento econômico aliado à justiça social e ao equilíbrio ambiental (Gazzoni *et al.*, 2018; TCU, 2008).

Das dimensões da sustentabilidade, a dimensão social é a com maior representatividade no SINAES e nos Relatórios de Gestão das universidades. Percebe-se que há pontos de convergência entre a avaliação da dimensão proposta pelo SINAES e a identificada nos Relatórios de Gestão, o que demonstra a importância de tais aspectos para a gestão destas instituições.

A Figura 15 apresenta uma nuvem de palavras considerando apenas os aspectos da dimensão ambiental da sustentabilidade.

Figura 15: Indicadores relacionados à dimensão ambiental da sustentabilidade



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos Relatórios de Gestão das universidades federais do sul do Brasil (2023).

Na dimensão ambiental, foram identificados apenas 22 indicadores. Destes indicadores, percebeu-se maior destaque para questões relacionadas à posição da universidade em rankings da temática, à gestão de resíduos e ao consumo de água e energia. Foram considerados apenas indicadores de consumo de água e não indicadores relacionados a políticas de reutilização e a conscientização do uso. Atualmente, nenhum destes aspectos é considerado de forma específica pelo atual instrumento de avaliação das universidades.

Nota-se a baixa consideração de indicadores da dimensão ‘Ambiental’ pelas universidades, o que também pode ser percebido analisando o atual sistema de avaliação. O SINAES, nesta dimensão, aborda apenas aspectos relacionados às políticas institucionais do PDI e sua tradução em ações voltadas ao meio ambiente, aos comitês de ética na utilização de animais e à previsão de aspectos de educação ambiental nos currículos dos cursos. Ressalta-se, portanto, a necessidade de incluir indicadores que avaliem de forma específica aspectos da gestão ambiental no atual instrumento para que tal dimensão se torne cada vez mais presente na realidade dessas instituições.

Não há como alcançar o desenvolvimento sustentável sem considerar os aspectos ambientais, sociais e econômicos de forma solidária (Drahein, 2016; Lélé, 1991). Assim, para que esta mudança aconteça no âmbito das universidades é preciso considerar no processo de avaliação aspectos relacionados às três dimensões.

A Figura 16 apresenta uma nuvem de palavras considerando apenas os aspectos da dimensão financeira da sustentabilidade.

Como ressaltado anteriormente, a execução orçamentária foi o aspecto com maior destaque considerando todos os indicadores da sustentabilidade. A maioria dos indicadores identificados relacionava-se à comparação do que foi previsto com o que foi realizado ao longo do período, entretanto, percebeu-se a carência de uma série histórica para viabilizar análise. Não há a análise do porquê do não cumprimento ou de quais ações foram de fato desenvolvidas pela instituição. Ou seja, há a confrontação da previsão orçamentária com a execução sem considerar o objeto da previsão/execução.

Já os aspectos relacionados à análise horizontal referiam-se à evolução ao longo dos períodos de elementos patrimoniais como: ativo, passivo e patrimônio líquido. Buscando a análise dos elementos ao longo dos períodos, ressalta-se ainda que boa parte dos indicadores identificados na dimensão financeira se referia a dados apresentados em uma série temporal, o que os caracterizou como indicadores. Nesta dimensão, também pode-se perceber um destaque para aspectos relacionados aos custos da instituição, aspectos muitas vezes também relacionados aos indicadores do TCU, uma vez que ‘custo corrente por aluno equivalente’ é um indicador exigido pelo órgão de controle.

Nesta dimensão, o SINAES considera apenas aspectos relacionados ao alinhamento entre o PDI e as políticas institucionais para o desenvolvimento econômico e social; às ações acadêmico-administrativas constantes do PDI e às políticas de ensino para os cursos de pós-graduação lato sensu, considerando o atendimento às demandas socioeconômicas da região de inserção da IES; às políticas institucionais e ações de estímulo e ao apoio financeiro para a organização e participação em eventos na IES; ao orçamento, considerando a sua formulação a partir do PDI, as políticas de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso), a ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos e a apresentação de estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho institucionalizados; e ao orçamento considerando as análises do relatório de avaliação interna e a ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas, orientando a tomada de decisões internas.

Com a análise, nota-se que o SINAES aborda aspectos do orçamento que remetem à execução orçamentária, aspecto presente nos Relatórios de Gestão. Entretanto, ressalta-se a carência, tanto no SINAES, quanto nos Relatórios, de indicadores de liquidez, de endividamento e dentre outros indicadores contábeis.

A partir da identificação dos indicadores relacionados às dimensões da sustentabilidade, pode-se perceber aspectos considerados pela gestão das universidades federais do sul do Brasil

não contemplados no atual instrumento de avaliação. Isso demonstra que há a preocupação das instituições com a gestão de tais aspectos, o que deve ser, portanto, revisto pelo atual instrumento. Além disso, nota-se a baixa representatividade de aspectos ambientais para a avaliação da gestão tanto externa, como interna. Ressalta-se, portanto, que o fator limitante do meio ambiente deve ser considerado por estas instituições. É preciso desenvolver-se sem colocar em risco os elementos naturais e a integridade do ecossistema, sendo necessário, portanto, considerar indicadores da dimensão ambiental na gestão de qualquer instituição, inclusive das IFES (Goodland; Daly, 1996; WCED, 1988).

Segundo Ritta, Sorato e Hein (2017, p. 93), “a análise do desempenho organizacional é um dos instrumentos gerenciais que auxiliam as organizações na condução dos negócios”. Neste sentido, identificar o que é importante para a gestão das universidades e quais preocupações estão sendo medidas por elas é uma ferramenta relevante para avaliação da educação superior de modo com que esta possa fornecer subsídios para aperfeiçoamento e melhoria do desempenho das IES (Belloni, 1999; Klein; Fontanive, 1995).

4.2.7 Indicadores: Avaliação de Programas de Pós-graduação propostos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Nesta seção, com o propósito de encontrar subsídios para a proposição de diretrizes para avaliação da educação superior brasileira, analisou-se o instrumento de avaliação de Programas de Pós-graduação proposto pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para avaliação dos Programas de Pós-graduação, a CAPES utiliza fichas de avaliação e considera 49 áreas de conhecimento. Para análise, nesta pesquisa, foi selecionada a ficha de avaliação dos Programas da “Área 27: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo”, considerando o Ciclo 2017/20, a qual divide-se em quesitos que são representados por pesos e definições diferentes.

A Figura 17 apresenta os quesitos e os pesos da ficha de avaliação da “Área 27: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo”.

Figura 17: Quesitos e os pesos da ficha de avaliação da “Área 27: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo”

1 QUESITOS E PESOS PARA PROGRAMAS ACADÊMICOS E PROFISSIONAIS¹

1 – Programa	Acad.	Prof.
1.1. Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível, em relação aos objetivos, missão e modalidade do programa.	30%	30%
1.2 Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à proposta do programa.	50%	50%
1.3. Planejamento estratégico do programa, considerando também articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção intelectual – bibliográfica, técnica e/ou artística.	10%	10%
1.4. Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção intelectual.	10%	10%
2 – Formação	Acad.	Prof.
2.1. Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa.	15%	15%
2.2. Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos.	15%	15%
2.3. Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida.	10%	10%
2.4. Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no programa.	50%	50%
2.5. Qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação no programa.	10%	10%
3 – Impacto	Acad.	Prof.
3.1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa.	40%	40%
3.2. Impacto econômico, social e cultural do programa.	40%	40%
3.3. Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa.	20%	20%

Fonte: MEC (2020).

Dentro de cada quesito destacado na Figura 17, há descrições e comentários com qualificações e indicadores. O Apêndice R apresenta os quesitos e descrições de forma detalhada considerando a avaliação dos Programas Acadêmicos.

Considerando a ficha de avaliação dos Programas Acadêmicos da Área 27: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo foram identificados 5 quesitos relacionados à dimensão social da sustentabilidade e 2 relacionados à financeira. O quesito 1.2 Perfil do corpo docente e sua compatibilidade e adequação à proposta do programa abrange aspectos sociais relacionados à permanência docente, avaliando a relação entre o número de docentes colaboradores e o número total de docentes e a relação entre o número de docentes permanentes que constavam no início do ano e que permaneceram ao final deste mesmo ano; e às bolsas de produtividade. Este quesito abrange ainda aspectos da dimensão financeira ao referir-se ao financiamento por fontes de fomento (MEC, 2020; CAPES, 2021).

O quesito 1.4. Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção intelectual envolve aspectos sociais relacionados ao envolvimento das partes interessadas e a questões de ouvidoria abordando aspectos de mecanismos de escuta e comunicação. Já o quesito 2.3., Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida, aborda questões sociais relacionadas ao acompanhamento do egresso, avaliando se há um acompanhamento com iniciativas regulares e os instrumentos para acompanhamento utilizados (MEC, 2020; CAPES, 2021).

O quesito 3.1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa abrange questões relacionadas ao impacto social do docente permanente, considerando redes sociais, menções na mídia e alcance das publicações. O quesito 3.2. Impacto econômico, social e cultural do programa relaciona-se às dimensões financeira e social abordando aspectos relacionados às contribuições do programa ao longo do tempo, à intensidade do impacto das suas ações, se local, regional, nacional ou internacional, às políticas de incentivo à transferência de conhecimento e às ações do programa considerando o impacto a outras esferas da sociedade, avaliando inclusive a relação entre o número de docentes permanentes envolvidos em ações de impacto do programa e o total de docentes permanentes (MEC, 2020; CAPES, 2021).

Depurando os indicadores encontrados na ficha de avaliação da “Área 27: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo” dos Programas Acadêmicos, observa-se que a dimensão ambiental da sustentabilidade não é considerada pela CAPES em seu processo avaliativo e que não há indicadores que viabilizam a análise da situação financeira dos cursos/instituições de pós-graduação. Considerando a dimensão social, percebe-se que, na avaliação da pós-graduação, há a preocupação com o impacto social das ações dos programas de pós-graduação, o que não é considerado de forma específica pelo atual instrumento de avaliação da educação superior brasileira, o SINAES.

Segundo Cury (2004), a graduação e a pós-graduação assumem uma função estratégica e um papel de impacto no desenvolvimento do país, das instituições e das pessoas, cumprindo finalidades próprias e complementares. Segundo o Censo da Educação Superior, em 2022, no Brasil, havia 44.951 cursos de graduação e, de acordo com a Plataforma Sucupira, no mesmo período, havia 7.027 cursos de pós-graduação. Estes cursos, de forma complementar, contribuem para profissionalização da sociedade, para inserção dos profissionais no mundo, para formação de recursos humanos, para produção de conhecimentos e para atualização de saberes (Cury, 2004). Dessa forma, o impacto tanto da graduação, quanto da pós-graduação em uma sociedade devem ser considerados pelos seus processos avaliativos, haja vista que estas são motores para o desenvolvimento sustentável de uma sociedade.

4.3 *FRAMEWORK* COM INDICADORES E DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

A partir da análise das dimensões consideradas relevantes para a avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental propostas pela literatura científica, evidenciadas por universidades federais, destacadas e especificadas em instrumentos de acreditação internacionais disponibilizados e em outros instrumentos de avaliação da educação superior brasileira, e com base nos objetivos do desenvolvimento sustentável, foram propostas diretrizes e indicadores para avaliação das instituições de ensino superior considerando os aspectos da sustentabilidade.

Para análise destas dimensões, realizou-se um cotejamento dos indicadores e dimensões encontrados na literatura científica, nos relatórios de gestão das universidades federais e em outros sistemas de acreditação e avaliação das IES com os indicadores considerados pelos atuais instrumentos de avaliação propostos pelo INEP, o que forneceu subsídios para que a pesquisadora pudesse desenvolver diretrizes necessárias para o processo de avaliação da sustentabilidade no contexto da educação superior. Uma vez realizado este cotejamento, foi possível extratificar as diretrizes, em que diretrizes que abordam o processo de avaliação em uma perspectiva ampla e que abordam a sustentabilidade no contexto das IES foram propostas.

As diretrizes caracterizam-se como recomendações para que a avaliação das IES possa contribuir, em uma perspectiva ainda mais ampla, para o desenvolvimento de instituições sustentáveis no contexto da educação superior, considerando aspectos socioambientais e financeiros. Estas foram divididas em Diretrizes Gerais, as quais compreendem aspectos

relacionados especificamente à sustentabilidade, orientando a proposição dos indicadores desta pesquisa, e em Diretrizes de Acompanhamento, que se destinam a fazer recomendações específicas para o processo avaliação ao considerar as particularidades das IES, do processo avaliativo e dos indicadores. As Diretrizes Gerais e as Diretrizes de Acompanhamento estão apresentadas no Quadro 27.

Quadro 27: Diretrizes Gerais e as Diretrizes de Acompanhamento

DIRETRIZES GERAIS	
DG1	Desenvolver políticas que promovam a sustentabilidade dentro da IES;
DG2	Promover a cultura, o esporte, a arte e o lazer para a comunidade interna e externa;
DG3	Desenvolver políticas que reduzam as desigualdades em todos os níveis;
DG4	Promover ações de extensão que contribuam para a comunidade;
DG5	Promover o crescimento econômico sustentável;
DG6	Promover a transparência na gestão;
DG7	Acompanhar a gestão orçamentária, econômica e financeira da instituição;
DG8	Promover padrões de consumo sustentáveis;
DG9	Prover uma estrutura para proteção do meio ambiente;
DG10	Desenvolver políticas ambientais aliadas à conscientização da comunidade interna e externa;
DG11	Desenvolver políticas de gerenciamento sustentável de recursos hídricos;
DG12	Desenvolver políticas de gerenciamento sustentável de resíduos;
DG13	Desenvolver políticas de gerenciamento sustentável de recursos energéticos;
DG14	Desenvolver políticas de incentivo à reciclagem/reutilização de materiais;
DG15	Desenvolver políticas de incentivo ao uso de transportes alternativos;
DG16	Desenvolver políticas para o aprimoramento/capacitação do capital humano da instituição;
DG17	Desenvolver políticas de acompanhamento da gestão de pessoas da instituição;
DG18	Desenvolver políticas que promovam a retenção/permanência de funcionários;
DG19	Desenvolver políticas que promovam a inclusão social dentro e fora da instituição;
DG20	Desenvolver políticas de assistência e permanência estudantil;
DG21	Prover a assistência às pessoas com necessidades de tratamento e cuidados em saúde mental;
DG22	Prover estrutura adequada para promoção da educação superior;
DG23	Garantir acessibilidade às instalações;
DG24	Desenvolver mecanismos de comunicação com a comunidade universitária;
DG25	Promover ações de integração com a comunidade externa;
DG26	Desenvolver políticas de acompanhamento da carreira dos egressos;
DG27	Oferecer serviços gratuitos à comunidade; e

DG28	Acompanhar a satisfação da comunidade acadêmica com a instituição.
DIRETRIZES DE ACOMPANHAMENTO	
DA1	Evidenciar as demonstrações contábeis da instituição para fins de apuração de indicadores, bem como para a análise horizontal e vertical dos elementos patrimoniais;
DA2	Apresentar indicadores em série temporal para compreensão da evolução do desempenho da IES ao longo dos anos;
DA3	Apresentar, formalmente, o orçamento e planejamento da IES e dos cursos;
DA4	Definir, com clareza, o que está sendo medido nos indicadores propostos;
DA5	Acompanhar periodicamente os indicadores para obter subsídios ao processo de tomada de decisão dos gestores;
DA6	Considerar, no processo avaliativo, as particularidades das IES; e
DA7	Reconhecer as diferenças entre os processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e de credenciamento e credenciamento de instituição de educação superior.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

As Diretrizes de Acompanhamento, apresentadas no Quadro 27 são bases para o processo de avaliação. A diretriz DA1 ressalta a necessidade de evidenciação de relatórios contábeis para a apuração de informações e índices relacionados à situação financeira e econômica da entidade. A diretriz DA2 permite com que dados, ao serem apresentados em uma série temporal, sejam transformados em informação, o que fornece subsídios para o processo de tomada de decisão. A diretriz DA3 retrata a necessidade da apresentação formal de um orçamento e planejamento da IES e dos cursos. Esta diretriz está relacionada à diretriz DA7 que ressalta a necessidade de reconhecer as diferenças entre os processos de reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento e credenciamento e/ou credenciamento de instituição de educação superior. Nos processos de renovação de reconhecimento e de credenciamento, apesar do planejamento e do orçamento serem importantes, o curso e a instituição já estão em funcionamento, é possível, portanto, a obtenção informações de outras fontes como, por exemplo, por meio dos resultados alcançados em períodos anteriores. Entretanto, nos processos de credenciamento e reconhecimento, é possível avaliar apenas aspectos do orçamento/planejamento das atividades e dos recursos e a apresentação formal destes fornece subsídios materiais para a medição de indicadores relacionados a tais processos. A diretriz DA5 ressalta a necessidade de um acompanhamento periódico dos indicadores do processo avaliativo para que o desempenho da instituição possa ser aperfeiçoado no decorrer deste processo. A diretriz DA6 retrata a necessidade de considerar as particularidades das IES no processo

avaliativo, uma vez que estas instituições se diferenciam, entre outros aspectos, quanto à origem de recursos e quanto à sua estrutura.

Entre estas particularidades, ressalta-se, especificamente, aspectos relacionados à origem de recursos, ou seja, se as instituições se caracterizam como instituições públicas ou privadas; e, em termos de estrutura, como instituições mantidas ou mantenedoras. Estes aspectos necessitam ser considerados no processo de avaliação, uma vez que as características dessas instituições influenciam no objeto e no resultado da avaliação. Neste sentido, Lemos (2011) destaca que o tipo de instituição e sua personalidade jurídica influenciam a forma como o processo de gestão ocorre, determinando a autonomia do processo decisório.

Em termos de estrutura, segundo Silva Júnior (2006), as IES configuram-se como um sistema composto por dois subsistemas: a entidade mantida e a entidade mantenedora. Estes sistemas são autônomos e independentes, complementares e dissociados. A mantida é responsável por questões acadêmicas e pela prestação de serviços educacionais, abrangendo o ensino, a pesquisa e a extensão, e está sob a responsabilidade jurídica da mantenedora, que deve garantir o seu patrimônio físico-financeiro.

A mantenedora é dotada de personalidade jurídica e é responsável pela estrutura de ordem de propriedade, considerando aspectos administrativos, jurídicos, contábeis, orçamentários e estruturais da mantida (Lemos, 2011; Silva *et al.*, 2014). Segundo Pegoraro (2008), as entidades mantenedoras são instituições criadas para desenvolver a educação superior, sendo o suporte legal para que sejam viabilizadas condições administrativo-financeiras para as IES. À mantenedora, segundo Paiva (2019, p. 33) cabe “constituir patrimônio e rendimentos capazes de proporcionar instalações físicas e recursos humanos suficientes para o funcionamento da mantida”, bem como o gerenciamento de tais insumos para garantir a continuidade e o desenvolvimento das atividades da mantida. À mantida cabe a implantação e funcionamento de uma instituição de educação superior que promova o ensino, a pesquisa e a extensão (Paiva, 2019). Dessa forma, a mantida e a mantenedora são sistemas complementares que devem constituir, institucionalmente, um único ente jurídico que viabilizará a oferta da educação superior (Pegoraro, 2008).

As mantenedoras são classificadas, de acordo com a natureza jurídica, em privadas e públicas. As IES públicas são instituições criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público (federal, estadual ou municipal). São caracterizadas pelo predomínio dos princípios e regras do direito público e pelo menor grau de autonomia em relação às instituições privadas, considerando a gestão orçamentária e financeira (Brasil, 1996; Cunha; 2011). Já as instituições privadas são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito

privado regidas, portanto, predominantemente por regras e princípios do direito privado (Brasil, 1996). Segundo Cunha (2011), estas se caracterizam pelo centro do poder decisório na mantenedora, pela maior agilidade e flexibilidade nas decisões e pela menor resistência às mudanças e à inovação quando comparadas às instituições públicas, podendo possuir ou não fins lucrativos.

Diante das singularidades das IES, percebe-se que fatores como a origem dos recursos e a estrutura da IES influenciam o processo decisório e a gestão dessas instituições e, portanto, não podem ser desconsiderados no processo de avaliação da educação superior.

Com base nas diretrizes propostas e evidenciadas no Quadro 27 e a partir do cotejamento dos indicadores e dimensões consideradas relevantes pela literatura científica, pelas universidades federais e por outros sistemas de acreditação e avaliação das IES para avaliação da sustentabilidade da IES, indicadores foram propostos, a partir da percepção da pesquisada, os quais originaram o *framework* desta tese.

O Quadro 28 apresenta um *framework* com indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira. Na proposição, foram especificados se os indicadores têm aplicação restrita às instituições públicas ou às instituições privadas; se o indicador se refere à avaliação institucional, à avaliação de cursos ou à ambas; e se o indicador se refere ao processo de reconhecimento/renovação de reconhecimento e/ou credenciamento/recredenciamento de instituição de educação superior. No *framework*, foram propostos 117 indicadores, dos quais 82 referem-se à sustentabilidade social, 29 à financeira e 12 à ambiental, e, para cada indicador, especificou-se a Diretriz Geral relacionada (as Diretrizes Gerais encontram-se Quadro 27).

Quadro 28: Framework com indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira

Indicador	Descrição	Diretrizes Relacionadas	Dimensão	Aplicação		
				IES Públicas / IES Privadas / Ambas	Institucional / Cursos / Ambas	Reconhecimento / Renovação de Reconhecimento / Ambos
Acessibilidade	Visa identificar as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência da infraestrutura da instituição	DG3; DG19; DG23	Social	Ambas	Institucional	Ambos
Acesso à bases de dados	Visa identificar se a instituição disponibiliza para a comunidade acadêmica acesso à base de dados de conteúdos científicos e acadêmicos	DG27	Social	Ambas	Institucional	Ambos
Acompanhamento de egresso	Visa identificar se a instituição realiza o acompanhamento da ocupação profissional de seus egressos e o interstício de tempo em que é feito o acompanhamento	DG26	Social	Ambas	Institucional	Recredenciamento
Aconselhamento aos alunos	Visa identificar se a instituição disponibiliza mecanismos para o aconselhamento de alunos	DG20; DG21	Social	Ambas	Institucional	Ambos
Apresentação de relatórios de gestão	Visa identificar a periodicidade da divulgação de relatórios de gestão.	DG6	Social	Ambas	Institucional	Recredenciamento
Auxílios	Visa identificar a relação entre o número de alunos que recebem algum tipo de auxílio e o total de alunos	DG3; DG19	Social	Ambas	Ambas	Recredenciamento
Bolsas - Aluno baixa renda	Visa identificar a relação entre o número de bolsistas de baixa renda e o número total de bolsistas	DG3; DG19	Social	Ambas	Ambas	Recredenciamento
Bolsas para funcionários	Visa identificar se há programas de bolsas de estudo para funcionários	DG3; D16; DG18; DG19	Social	Ambas	Institucional	Ambos

Bolistas Discentes	- Visa identificar a relação entre o número de alunos bolsistas e o total de alunos	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Bolistas Docentes	- Visa identificar a relação entre o número de docentes bolsistas e o total de docentes	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Canais de denúncia	Visa identificar se a instituição oferece à comunidade universitárias canais de denúncia	DG6; DG24	Social	Ambas	Institucional	-	Ambos
Canais de divulgação de bolsas de estágio	Visa identificar se a instituição disponibiliza canais de divulgação de estágios para os estudantes	DG24; DG27	Social	Ambas	Institucional	-	Ambos
Capacitação	Visa identificar se são/serão ofertadas capacitações acerca da sustentabilidade para os técnicos administrativos	DG1; DG16; DG17; DG22	Ambiental Social Financeira	Ambas	Institucional	-	Ambos
Capacitação	Visa identificar se são ofertadas de ações de capacitação para funcionários	DG16; DG17; DG18; DG22	Social	Ambas	Institucional	-	Recredenciamento
Captção de água	Visa identificar se existem sistemas de captação da água da chuva	DG9; DG11	Ambiental	Ambas	Institucional	-	Ambos
Captção de recursos externos	Visa identificar se há captação de recursos externos	DG5; DG7	Financeira	Ambas	Institucional	-	Ambos
Coleta Seletiva	Visa identificar se são/serão distribuídas lixeiras de coleta seletiva no campus	DG9; DG12	Ambiental	Ambas	Institucional	-	Ambos
Concluintes Indígenas	- Visa identificar o total de concluintes indígenas no ano	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Relação entre concluintes indígenas e o total de concluintes	Visa identificar a relação entre os concluintes indígenas e o total de concluintes	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Concluintes Quilombolas	- Visa identificar o total de concluintes quilombolas no ano	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento

Relação entre concluintes quilombolas e o total de concluintes	Visa identificar a relação entre os concluintes quilombolas e o total de concluintes	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Concluintes - Pessoas com Deficiência	Visa identificar o total de concluintes com deficiência no ano	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Relação entre Pessoas com deficiência concluintes e o total de concluintes	Visa identificar a relação entre os concluintes com deficiência e o total de concluintes	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Relação entre pretos e pardos concluintes e o total de concluintes	Visa identificar a relação entre os concluintes pretos e pardos e o total de concluintes	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Concluintes - Pretos e Pardos	Visa identificar o total de concluintes pretos e pardos no ano	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Concluintes Totais	Visa identificar o total de concluintes no ano	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Conscientização	Visa identificar se são/serão realizadas campanhas de conscientização ambiental para a comunidade universitária	DG1; DG9; DG10	Ambiental	Ambas	Institucional	-	Ambos
Currículo	Visa identificar se há a abordagem da temática da sustentabilidade no currículo dos cursos	DG1	Ambiental Social Financeira	Ambas	Ambas	Ambos	Ambos
Custo corrente por aluno	Visa identificar o custo corrente por aluno da instituição/do curso	DG5; DG7	Financeira	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Despesa Pessoal	Visa identificar a relação entre as despesas com pessoal e o total das despesas	DG5; DG7	Financeira	Ambas	Institucional	-	Recredenciamento
Destinação de Resíduos	Visa identificar se há separação na destinação de resíduos da instituição	DG9; DG12	Ambiental	Ambas	Institucional	-	Recredenciamento

Relação entre docentes indígenas e o total de docentes	Visa identificar a relação entre os docentes indígenas e o total de docentes	DG3; DG19	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Relação entre docentes quilombolas e o total de docentes	Visa identificar a relação entre os docentes quilombolas e o total de docentes	DG3; DG19	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Relação entre pessoas com deficiência docentes e o total de docentes	Visa identificar a relação entre os docentes com deficiência e o total de docentes	DG3; DG19	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Docentes - Pretos e Pardos	Visa identificar a relação entre os docentes pretos e pardos e o total de docentes	DG3; DG19	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Ebitda	Visa identificar o Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA)	DG5; DG7	Financeira	IES Privada	Institucional	-	Recredenciamento
Equilíbrio orçamentário	Visa identificar a relação entre despesas fixadas e receitas previstas	DG5; DG7	Financeira	Ambas	Institucional	-	Ambos
Endividamento Total	Visa identificar a relação entre o Passivo Circulante mais o Passivo não Circulante e o Ativo Total	DG5; DG7	Financeira	Ambas	Institucional	-	Recredenciamento
Energia limpa e renovável	Visa identificar se a instituição apoia o desenvolvimento e a utilização de energia proveniente de fontes limpas e renováveis	DG8; DG9; DG13	Ambiental	Ambas	Institucional	-	Ambos
Evolução da taxa de conclusão dos alunos	Visa identificar a evolução da relação entre o somatório dos alunos concluintes até o ano t e os ingressantes no ano t - i i = prazo de integralização do curso	DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Evolução das Despesas	Visa identificar a taxa de evolução da despesa	DG5; DG7	Financeira	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Evolução das Receitas	Visa identificar a taxa de evolução da receita	DG5; DG7	Financeira	Ambas	Institucional	-	Recredenciamento

Evolução do custo corrente por aluno	Visa identificar a evolução do custo corrente por aluno da instituição / do curso	DG5; DG7	Financeira	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Evolução taxa de turn-over do pessoal	Visa identificar a evolução do grau de rotatividade de pessoal	DG16; DG17; DG18; DG22	Social	Ambas	Institucional	-	Recredenciamento
Execução da Despesa	Visa identificar a relação entre despesas executadas e despesas fixadas	DG5; DG7	Financeira	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Execução da Receita	Visa identificar a relação entre receitas executadas e receitas previstas	DG5; DG7	Financeira	Ambas	Institucional	-	Recredenciamento
Execução orçamentária corrente	Visa identificar a relação entre receitas de correntes e despesas correntes	DG5; DG7	Financeira	IES Públicas	Institucional	-	Recredenciamento
Execução orçamentária de capital	Visa identificar a relação entre receitas de capital e despesas de capital	DG5; DG7	Financeira	IES Públicas	Institucional	-	Recredenciamento
Extensão	Visa identificar a promoção de ações de extensão para a comunidade	DG4; DG25; DG27	Social	Ambas	Institucional	-	Ambos
Índice de evasão	Visa identificar o índice de evasão dos alunos	DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Índice de evasão - alunos bolsistas	Visa identificar o índice de evasão dos alunos bolsistas	DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Índice de matrículas truncadas	Visa identificar o índice de matrículas truncadas (total de matrículas truncadas/total de matrículas ativas)	DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Infraestrutura para transportes alternativos	Visa identificar se há infraestrutura dentro e nos arredores da instituição para transportes alternativos	DG9; DG15	Social	Ambas	Institucional	-	Ambos
Ingressantes Indígenas	Visa identificar o total de ingressantes indígenas no ano	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Ingressantes Quilombolas	Visa identificar o total de ingressantes quilombolas no ano	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento

Ingressantes com Deficiência	- Visa identificar o total de ingressantes com deficiência no ano	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Ingressantes Pretos e Pardos	- Visa identificar o total de ingressantes pretos e pardos no ano	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Ingressantes Totais	- Visa identificar o total de ingressantes no ano	DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Relação entre ingressantes indígenas e o total de ingressantes	Visa identificar a relação entre os ingressantes indígenas e o total de ingressantes	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Relação entre ingressantes quilombolas e total de ingressantes	Visa identificar a relação entre os ingressantes quilombolas e o total de ingressantes	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Relação entre ingressantes pessoas com deficiência e o total de ingressantes	Visa identificar a relação entre os ingressantes com deficiência e total de ingressantes	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Relação entre ingressantes pretos e pardos e o total de ingressantes	Visa identificar a relação entre os ingressantes pretos e pardos e o total de ingressantes	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Liquidez Corrente	Visa identificar a relação entre o ativo circulante e o passivo circulante	DG5; DG7	Financeira	Ambas	Institucional	-	Recredenciamento
Liquidez Geral	Visa identificar a relação entre o ativo circulante mais o ativo realizável a longo prazo e o passivo circulante mais o passivo não circulante	DG5; DG7	Financeira	Ambas	Institucional	-	Recredenciamento
Margem de Contribuição	Visa identificar a margem de contribuição da instituição (receita total - custos/despesas variáveis)	DG5; DG7	Financeira	Ambas	Institucional	-	Recredenciamento
Margem de Segurança	Visa identificar a margem de segurança da instituição	DG5; DG7	Financeira	Ambas	Institucional	-	Recredenciamento

Orientação de conflitos	Visa identificar se a instituição disponibiliza mecanismos de orientação, instâncias de mediação ou solução de conflitos para a comunidade.	DG27	Social	Ambas	Institucional	-	Ambos
Padrão de consumo	Visa identificar se há o incentivo a padrões de consumo sustentáveis com a redução do uso de plásticos e papéis nas atividades da IES	DG8	Ambiental	Ambas	Institucional	-	Ambos
Permanência docente	Visa identificar o grau de permanência dos docentes na instituição	DG16; DG17; DG18; DG22	Social	Ambas	Institucional	-	Recredenciamento
Permanência técnicos administrativos	Visa identificar o grau de permanência dos técnicos administrativos na instituição	DG16; DG17; DG18; DG22	Social	Ambas	Institucional	-	Recredenciamento
Pesquisa de satisfação dos professores e funcionários	Visa identificar se há a preocupação com a satisfação dos professores e funcionários	DG28	Social	Ambas	Institucional	-	Recredenciamento
Pesquisa de satisfação público interno	Visa identificar se há a preocupação com a satisfação do público interno da instituição (alunos)	DG28	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Políticas de reciclagem	Visa identificar o volume de resíduos reciclados do ano	DG9; DG12; DG14	Ambiental	Ambas	Institucional	-	Recredenciamento
Ponto de Equilíbrio	Visa identificar o ponto de equilíbrio da instituição (custos/despesas fixas / margem de contribuição unitária)	DG5; DG7	Financeira	Ambas	Institucional	-	Recredenciamento
Promoção da arte	Visa identificar se são/serão ofertadas ações para promover a arte dentro e fora da instituição	DG2; DG25	Social	Ambas	Institucional	-	Ambos
Promoção da cultura	Visa identificar se são/serão ofertadas ações para promover a cultura dentro e fora da instituição	DG2; DG25	Social	Ambas	Institucional	-	Ambos
Promoção da sustentabilidade	Visa identificar se são/serão oferecidas palestras e seminários	DG1	Ambiental Social Financeira	Ambas	Institucional	-	Ambos

	acerca da sustentabilidade para a comunidade acadêmica							
Promoção da sustentabilidade	Visa identificar se há programas contínuos e específicos de educação ambiental dentro da instituição	DG1; DG9; DG10	Ambas	Institucional	-			Ambos
Promoção do esporte	Visa identificar se são/serão ofertadas ações para promover o esporte dentro e fora da instituição	DG2; DG25	Ambas	Institucional	-			Ambos
Promoção do lazer	Visa identificar se são/serão ofertadas ações para promover o lazer dentro e fora da instituição	DG2; DG25	Ambas	Institucional	-			Ambos
Qualificação do corpo docente	Visa identificar o índice de qualificação do corpo docente	DG16; DG17; DG22	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento			Recredenciamento
Recursos - Ensino	Visa identificar a relação entre os recursos destinados para ensino e o total de recursos	DG7	Ambas	Institucional	-			Recredenciamento
Recursos - Extensão	Visa identificar a relação entre os recursos destinados para extensão e o total de recursos	DG7	Ambas	Institucional	-			Recredenciamento
Recursos - Pesquisa	Visa identificar a relação entre os recursos destinados para pesquisa e o total de recursos	DG7	Ambas	Institucional	-			Recredenciamento
Retorno sobre investimentos	Visa identificar a relação entre lucro após o imposto de renda e o ativo total.	DG5; DG7	IES Privada	Institucional	-			Recredenciamento
Representatividade dos docentes doutores	Visa identificar a relação entre o número de docentes doutores e o total de docentes da instituição/do curso	DG16; DG17; DG22	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento			Recredenciamento
Representatividade dos docentes mestres	Visa identificar a relação entre o número de docentes mestres e o total de docentes da instituição/do curso	DG16; DG17; DG22	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento			Recredenciamento
Representatividade dos docentes nas ações de extensão	Visa identificar a relação entre os docentes que participam de ações de extensão e o total de docentes.	DG4; DG25; DG27	Ambas	Institucional	-			Recredenciamento

Representatividade de taxa permanência - Indígenas	Visa identificar a relação entre a taxa de permanência de indígenas e a taxa de permanência considerando o total de alunos	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Representatividade de taxa permanência - Quilombolas	Visa identificar a relação entre a taxa de permanência de quilombolas e a taxa de permanência considerando o total de alunos	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Representatividade de taxa permanência - Pessoas com Deficiência	Visa identificar a relação entre a taxa de permanência de pessoas com deficiência e a taxa de permanência considerando o total de alunos	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Representatividade de taxa permanência - Pretos e Pardos	Visa identificar a relação entre a taxa de permanência de pretos e pardos e a taxa de permanência considerando o total de alunos	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Reserva de Contingência	Visa identificar se a instituição constitui reservas de contingências	DG5; DG7	Financeira	Ambas	Institucional	-	Recredenciamento
Resultado das Variações Patrimoniais	Visa identificar a relação entre as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas	DG5; DG7	Financeira	IES Públicas	Institucional	-	Recredenciamento
Resultado Orçamentário	Visa identificar a relação entre receitas executadas e despesas executadas	DG5; DG7	Financeira	Ambas	Institucional	-	Recredenciamento
Reutilização da água	Visa identificar a relação entre o volume de água reutilizado e o volume de água consumido	DG8; DG9; DG11	Ambiental	Ambas	Institucional	-	Recredenciamento
Saúde mental - estudantes	Visa identificar a oferta de serviços na área de psicologia e serviço social para acompanhamento dos estudantes	DG20; DG21	Social	Ambas	Institucional	-	Ambos
Saúde mental - funcionários	Visa identificar a oferta de serviços na área de psicologia e serviço social para acompanhamento dos funcionários	DG21	Social	Ambas	Institucional	-	Ambos

Solvência	Visa identificar a relação entre o Ativo Total e o Passivo Circulante mais o Passivo não Circulante	DG5; DG7	Financeira	Ambas	Institucional	-	Recredenciamento
Taxa de conclusão dos alunos	Visa identificar a relação entre o somatório dos alunos concluintes até o ano t e os ingressantes no ano t - i i = prazo de integralização do curso	DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Taxa de conclusão dos alunos - Pretos e Pardos	Visa identificar a relação entre o somatório dos alunos pretos e pardos concluintes até o ano t e os ingressantes pretos e pardos no ano t - i i = prazo de integralização do curso	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Taxa de conclusão dos alunos - Indígenas	Visa identificar a relação entre o somatório dos alunos indígenas concluintes até o ano t e os ingressantes indígenas no ano t - i i = prazo de integralização do curso	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Taxa de conclusão dos alunos - Quilombolas	Visa identificar a relação entre o somatório dos alunos quilombolas concluintes até o ano t e os ingressantes quilombolas no ano t - i i = prazo de integralização do curso	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Taxa de conclusão dos alunos - Pessoas com deficiência	Visa identificar a relação entre o somatório dos alunos com deficiência concluintes até o ano t e os ingressantes com deficiência no ano t - i i = prazo de integralização do curso	DG3; DG19; DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento
Taxa de permanência dos alunos (Tp)	Visa identificar a relação entre o somatório dos alunos não	DG20	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento

	pardos e o total de técnicos administrativos								
Total de docentes	Visa identificar o total de docentes da instituição/do curso	DG16; DG17; DG22	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento		
Total de docentes doutores	Visa identificar o total de docentes doutores da instituição/do curso	DG16; DG17; DG22	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento		
Total de docentes mestres	Visa identificar o total de docentes mestres da instituição/do curso	DG16; DG17; DG22	Social	Ambas	Ambas	Renovação de Reconhecimento	Recredenciamento		

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

A partir do Quadro 28, percebe-se que todas as Diretrizes Gerais propostas no Quadro 27 foram consideradas na proposição dos indicadores, o que traz alinhamento à sustentabilidade da proposição. A proposição de diretrizes relacionadas à sustentabilidade, bem como sua utilização como base para a recomendação de indicadores, busca ressaltar as IES como instituições potencializadoras do desenvolvimento sustentável com crescimento econômico aliado à justiça social e ao equilíbrio ambiental (Gazzoni *et al.*, 2018; TCU, 2008). Como a educação remete ao processo de aprendizagem e de expansão da cultura que melhora a condição humana pela sua contribuição à construção de conhecimento, à saúde, às condições de vida, à equidade social e à produtividade (Spiel; Schwartzman, 2018), as instituições de educação superior tornam-se pilares centrais no progresso social e diretrizes e indicadores que incentivem o desenvolvimento de políticas para promoção da cultura, da saúde, da melhoria das condições e da qualidade de vida dentro dessas instituições são medidas necessárias.

Para o progresso social, Duarte e Oliveira (2012) destacam a importância da educação para o desenvolvimento socioeconômico da nação destacando o seu papel na redução das desigualdades. Esta necessidade é respaldada pela própria Constituição Federal de 1988 que, em seu art. 3º, apresenta como um dos objetivos fundamentais da república, a redução das desigualdades sociais e regionais. Diretrizes alinhadas a este objetivo fundamental devem ser consideradas no processo de avaliação das IES, uma vez que as mesmas são instituições basilares para o desenvolvimento do país.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, considera ainda que a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Neste contexto, as instituições de educação superior destacam-se ao formar a elite intelectual e científica da sociedade, considerando a qualificação profissional e a promoção do desenvolvimento político, econômico, social e cultural (Colossi; Consentino; Queiroz, 2001, p. 51). A responsabilidade das IES pela qualificação profissional não deve ser restrita à concessão de graus acadêmicos aos alunos. Deve incluir os processos de qualificação dos próprios colaboradores internos da instituição, uma vez que é preciso profissionais qualificados para o trabalho, atuando dentro das IES, que considerem os pilares da sustentabilidade na sua atuação, para que os objetivos finais sejam atingidos de forma efetiva e o desenvolvimento sustentável alçado no dia a dia. É essencial, portanto, o desenvolvimento de políticas que aprimorem e capacitem o capital humano e que acompanhem o processo de gestão de pessoas da instituição para que a qualificação para o

trabalho seja alcançada, para que o serviço prestado pela instituição seja de qualidade e para a promoção da sustentabilidade social.

Considerando a dimensão social da sustentabilidade, reitera-se a sua indissociabilidade da dimensão ambiental, uma vez que homem está integrado ao ambiente. Assim, para que uma instituição se torne ambientalmente sustentável, é preciso a conscientização da comunidade para que haja a mudança social e ambiental esperada. A dimensão ambiental, de acordo com Ekins *et al.* (2003), considera a capacidade do estoque de capital natural como um todo para a continuidade e sobrevivência, buscando manter os ativos ambientais, ou, pelo menos, não os esgotar (Goodland, 1995). Cabe, portanto, ao homem não esgotar os recursos naturais para prover a sua própria sobrevivência. O processo de não esgotamento dos recursos naturais inclui a promoção de padrões de consumo sustentáveis, a gestão de recursos hídricos, como, por exemplo, por meio da reutilização da água da chuva, a gestão adequada dos resíduos, o que inclui a separação dos materiais recicláveis, o incentivo às fontes renováveis de energia e o uso de transportes alternativos que evitem a combustão. Políticas relacionadas a estas ações devem ser adotadas dentro das IES, as quais, quando aliadas à conscientização da comunidade, contribuirão para que a sustentabilidade seja promovida dentro dessas organizações, para o não esgotamento do capital natural e para a continuidade da própria sobrevivência humana.

Considerando a dimensão financeira, Labuschagne *et al.* (2005) destaca a importância para a gestão e para a tomada de decisão de indicadores relacionados a saúde financeira organizacional. Esses indicadores são mecanismos essenciais no processo de acompanhamento da gestão orçamentária, econômica e financeira para a busca da sustentabilidade. O INEP (2017c, p. 41; 2017d, p. 42) ao definir sustentabilidade financeira como a “capacidade de gestão do orçamento de acordo com políticas e estratégias de administração acadêmica, com vistas à eficácia na obtenção e na utilização dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas” destaca a importância do acompanhamento da gestão para avaliar o desempenho da instituição, considerando o alcance das metas e prioridades institucionais, bem como a eficácia de seus resultados.

Para que os indicadores financeiros, orçamentários e econômicos de avaliação da educação superior tornem-se subsídio para a tomada de decisão, é indispensável a disponibilidade das informações por meio da evidenciação de demonstrativos contábeis e de documentos formais de planejamento e de orçamento. As informações apresentadas em tais instrumentos devem ser úteis e confiáveis para que possam efetivamente contribuir para a gestão. Além disso, as informações constantes em instrumentos de planejamento e orçamento devem demonstrar as verdadeiras intenções e necessidades da instituição para que reflitam

estimativas reais de recursos. Neste sentido, o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) (2019) destaca que para a informação financeira ser útil, ela precisa ser relevante e representar fidedignamente aquilo que se propõe. A relevância está relacionada à capacidade de a informação fazer diferença na tomada de decisão e a representação fidefigna refere-se à representação da essência dos fenômenos com a apresentação completa, neutra e isenta de erros da informação. Assim, ressalta-se que o acompanhamento da gestão deve ser realizado com base em informações úteis que retratem de forma efetiva o fenômeno analisado. Esta necessidade não é restrita às informações financeiras apresentadas em demonstrativos contábeis. Devem ser características intrínsecas das informações dos instrumentos de planejamento e orçamento. Apenas com base em informações relevantes e fidedignas a diretriz proposta de acompanhar a gestão orçamentária, econômica e financeira da instituição pode efetivamente contribuir para o desenvolvimento sustentável da educação superior.

Ao exposto, cabe acrescentar que para alcançar a sustentabilidade dentro das IES, ou seja, para alcançar o nível de capacidade de manutenção da vida considerando a satisfação das necessidades das gerações presentes e futuras (Costa, 2012; Ciegis, 2009; Oliveira, 2010), é preciso que políticas que visem a sua promoção dentro da IES sejam desenvolvidas e que as suas três dimensões, social, financeira e ambiental, sejam consideradas e estejam sob o olhar da gestão. Quanto a essas dimensões, reitera-se que não há sustentabilidade sem pessoas; não há pessoas sem meio-ambiente; e não há instituição, sem recursos, sem pessoas e sem meio-ambiente. São estes os pilares basilares da sustentabilidade que devem interagir com equilíbrio, o qual deve ser almejado pela gestão em suas decisões e que deve fazer parte do dia a dia institucional. Na manutenção deste equilíbrio, a avaliação é um mecanismo importante, uma vez que esta se caracteriza como um processo de conhecimento proporcionado pelo diagnóstico dos resultados da instituição que busca fornecer subsídios para aperfeiçoamento e melhoria do desempenho (Belloni, 1999; Klein; Fontanive, 1995). Apesar da sua importância é preciso reconhecer que a avaliação sozinha não muda a realidade institucional. Trata-se de é um mecanismo valioso, mas o que é feito com seus resultados é que permite, ou não, a mudança, o progresso. É necessário avaliar para aperfeiçoar e, assim, progredir.

É importante ressaltar que a proposição do *framework*, desta tese não contemplou o desenvolvimento de métricas para os indicadores. Assim, visando contribuir para o processo de avaliação com a instrumentalização do *framework* proposto, são apresentadas, no Quadro 29, sugestões para elaboração dos critérios de análise com o desenvolvimento de 12 indicadores, dos quais 6 referem-se à proposição de questões abertas e 6 de questões fechadas. Para as questões fechadas, utilizou-se estrutura análoga a dos critérios do atual sistema de avaliação da educação superior brasileira, uma escala composta de cinco níveis, em que os níveis 4 e 5 indicam pontos fortes, os níveis 1 e 2 pontos fracos e o nível 3 o mínimo aceitável para os processos de avaliação (BRASIL, 2004b).

Quadro 29: Sugestão de instrumentalização dos indicadores

Propostas de Desenvolvimento de Questões Fechadas			
Indicador	Descrição	Dimensão	Critério de Análise
Execução da Despesa	Visa identificar a relação entre despesas executadas e despesas fixadas	Financeira	1 A relação apresentou valor maior que 1 e a instituição deixou de executar ações necessárias previstas no orçamento.
			2 A relação apresentou valor menor que 1, e a instituição deixou de executar ações necessárias previstas no orçamento.
			3 A relação apresentou valor maior que 1 e executou as ações necessárias previstas no orçamento.
			4 A relação apresentou valor igual a 1 e executou as ações necessárias previstas no orçamento.
			5 A relação apresentou valor menor que 1 e executou as ações necessárias previstas no orçamento, demonstrando economia de recursos.
Liquidez Corrente	Visa identificar a relação entre o ativo circulante e o passivo circulante	Financeira	1 Valor menor que 0,5, o que significa que as dívidas de curto prazo da instituição ultrapassam o dobro do capital de recursos disponíveis.
			2 Valor de 0,5 a 1, o que significa que as dívidas de curto prazo da instituição ultrapassam o capital de recursos disponíveis.
			3 Igual a 1, o que significa que a instituição apresenta capital equivalente para cobrir as suas dívidas no curto prazo.

			4	Valor maior que 1 e menor que 2, o que significa que a instituição tem capital com sobra de recursos para cobrir as suas dívidas de curto prazo.
			5	Valor maior que 2, o que significa que a instituição tem mais que o dobro de capital de recursos circulantes para cobrir as suas dívidas de curto prazo.
Acompanhamento egresso	Visa identificar se a instituição realiza o acompanhamento da ocupação profissional de seus egressos e o interstício de tempo em que é feito o acompanhamento	Social	1	A instituição não faz o acompanhamento da ocupação profissional dos seus egressos.
			2	A instituição faz o acompanhamento da ocupação profissional dos seus egressos considerando o período de mais de 10 anos.
			3	A instituição faz o acompanhamento da ocupação profissional dos seus egressos considerando o período de 5 a 10 anos.
			4	A instituição faz o acompanhamento da ocupação profissional dos seus egressos considerando o período de 2 a 5 anos.
			5	A instituição faz o acompanhamento da ocupação profissional dos seus egressos anualmente.
Acessibilidade	Visa identificar as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência da infraestrutura da instituição	Social	1	Não há acessibilidade para pessoas com deficiência na infraestrutura da instituição e não há projetos para sua promoção.
			2	Não há acessibilidade para pessoas com deficiência na infraestrutura da instituição, mas há projetos para sua promoção.
			3	Há acessibilidade para pessoas com deficiência na infraestrutura da instituição, entretanto em condições precárias.
			4	Há acessibilidade para pessoas com deficiência na infraestrutura da instituição em boas condições, mas sem compreender a integralidade do campus.
			5	Há boas condições de acessibilidade para pessoas com deficiência em toda infraestrutura da instituição.
Energia limpa e renovável	Visa identificar se a instituição apoia o desenvolvimento e a utilização de energia proveniente de fontes limpas e renováveis.	Ambiental	1	Não há utilização de energia proveniente de fontes limpas e renováveis, tampouco há o desenvolvimento de mecanismos para implantação dessas fontes.
			2	Não há utilização de energia proveniente de fontes limpas e renováveis, mas há o desenvolvimento de mecanismos para implantação dessas fontes.

Concluintes Indígenas	- Visa identificar o total de concluintes indígenas no ano	Social	2022	(informar valor)
			2023	(informar valor)
			2024	(informar valor)
Ebitda	Visa identificar o Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA)	Financeira	2022	(informar valor)
			2023	(informar valor)
			2024	(informar valor)
Resultado Orçamentário	Visa identificar a relação entre receitas executadas e despesas executadas	Financeira	2022	(informar valor)
			2023	(informar valor)
			2024	(informar valor)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

A partir do Quadro 29, percebe-se diferentes alternativas para instrumentalização dos indicadores propostos com a elaboração de respostas abertas e fechadas. Para as questões abertas reafirma-se a utilidade da apresentação dos resultados da avaliação de anos anteriores para que informações temporais sejam geradas a fim de gerar subsídio para a tomada de decisão. No processo de instrumentalização, o importante é que o critério de análise desenvolvido e a escala utilizada compreendam a essência do indicador proposto para que a sustentabilidade na educação superior seja avaliada de forma eficaz.

Diante do exposto, acredita-se que o *framework* com indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira configura-se como um mecanismo de recomendação basililar para alcance da mudança social que visa o atendimento das necessidades humanas, considerando os aspectos ambientais, sociais e econômicos de forma solidária e a responsabilidade com as gerações futuras, ou seja, para alcance do desenvolvimento sustentável (Drahein, 2016; Lélé, 1991). Por fim, destaca-se a necessidade dos agentes da educação superior, como o INEP e o MEC, adotarem, em suas políticas públicas, diretrizes e indicadores que efetivamente conduzam as instituições de educação superior à sustentabilidade para que, assim, a mudança social, financeira e ambiental de fato ocorra nessas instituições.

4.4 REVENDO OS PRESSUPOSTOS DA PESQUISA

Conforme apresentado na seção 1.3, estabeleceu-se como pressuposto desta pesquisa que o desenvolvimento sustentável das instituições de educação superior não é considerado no atual sistema de avaliação da educação superior brasileira. A partir do mapeamento das práticas de avaliação institucional e de cursos da educação superior brasileira e da identificação do contexto dos indicadores de sustentabilidade financeira e socioambiental, verificou-se que o desenvolvimento sustentável das instituições de educação superior não é considerado no atual sistema de avaliação da educação superior brasileira, uma vez que, após a análise integrada dos instrumentos vigentes de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância para autorização e para reconhecimento e renovação de reconhecimento, propostos pelo SINAES, foram identificados 23 (vinte e três) indicadores relacionados à dimensão social da sustentabilidade e apenas 2 (dois) relacionados à dimensão ambiental. A dimensão financeira não foi considerada pelos instrumentos. Com a análise integrada dos instrumentos de avaliação institucional externa presencial e a distância para credenciamento e credenciamento, foram identificados 32 (trinta e dois) indicadores relacionados à dimensão social; 5 (cinco) à dimensão financeira; e apenas 1 (um) à dimensão ambiental. Percebe-se que a dimensão financeira e a dimensão ambiental são pouco consideradas pelos atuais instrumentos de avaliação da educação superior. Apesar da dimensão ‘Social’ apresentar maior representatividade considerando as demais dimensões, a consideração isolada de aspectos sociais não engloba a integralidade dos aspectos necessários para alcance do desenvolvimento sustentável, uma vez que este preconiza a mudança social que visa o atendimento das necessidades humanas, considerando os aspectos ambientais, sociais e econômicos de forma solidária e a responsabilidade com as gerações futuras (Drahein, 2016; Lélé, 1991). Reitera-se, portanto, que o pressuposto, o desenvolvimento sustentável das instituições de educação superior não é considerado no atual sistema de avaliação da educação superior brasileira, pôde ser confirmado.

Além deste, foi estabelecido como pressuposto desta pesquisa que o desenvolvimento sustentável é considerado em outros mecanismos de avaliação/acreditação de IES. Ao analisar mecanismos de avaliação/acreditação de IES, percebeu-se que o instrumento utilizado para acreditação dos cursos de Engenharia, proposto pelo Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do Mercosul e Estados Associados (ARCU-SUL) contempla 18 (dezoito) indicadores da dimensão social, 1 (um) indicador na dimensão ambiental e 2 (dois) indicadores da dimensão financeira. No instrumento proposto pela AACSB para acreditação das escolas de

negócios foram identificados 23 (vinte e três) indicadores relacionados à dimensão social, 5 (cinco) relacionados à dimensão financeira e nenhum relacionado à dimensão ambiental.

Considerando os indicadores exigidos Acórdão nº 1.043/2006/Plenário do Tribunal de Contas da União para avaliação da educação superior brasileira, identificou-se que, dos 9 (nove) indicadores exigidos, 2 (dois) relacionam-se à dimensão social e 1 (um) à dimensão financeira. Nos indicadores propostos pela Plataforma Universidade 360°, ferramenta disponibilizada pelo Ministério da Educação com dados integrados e indicadores acadêmicos, de execução orçamentária e de desenvolvimento de pessoal das Universidades Federais, identificou-se 27 (vinte e sete) indicadores relacionados à dimensão social e 17 (dezesete) à financeira. Analisou-se ainda o instrumento de avaliação de Programas de Pós-graduação proposto pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, ao considerar a ficha de avaliação dos Programas da “Área 27: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo”, considerando o Ciclo 2017/20, verificou-se que dos 12 quesitos, 5 quesitos relacionavam-se à dimensão social da sustentabilidade e 2 à financeira. A dimensão ambiental não foi considerada pelos indicadores exigidos pelo TCU, pelos propostos pela Plataforma Universidade 360° e pelo instrumento de avaliação da CAPES.

Percebe-se, tanto nos mecanismos de avaliação das IES analisadas, quanto nos de acreditação, o mesmo padrão identificado no SINAES, em que há a maior representatividade de indicadores relacionados a aspectos sociais, enquanto as demais dimensões da sustentabilidade têm pouca expressividade. Apenas a Plataforma Universidade 360° deu maior atenção aos aspectos da dimensão financeira, mas sem considerar a dimensão ambiental. Como o desenvolvimento sustentável contempla a promoção da dimensão social aliada às dimensões financeira e ambiental, este também não foi considerado nos demais mecanismos avaliação/acreditação das IES analisados. Assim, o pressuposto, o desenvolvimento sustentável é considerado em outros mecanismos de avaliação/acreditação de IES, não foi confirmado, uma vez que os instrumentos de avaliação/acreditação, objetos de análise desta pesquisa, não o consideraram para avaliação/acreditação das IES.

Como pressuposto, estabeleceu-se ainda que a proposição de indicadores financeiros e socioambientais contribui para a avaliação do desenvolvimento sustentável das instituições de educação superior. De acordo com Griboski e Funghetto (2013), o atual sistema nacional de educação superior deve avaliar considerando pressupostos indutores de qualidade. Segundo Griboski (2014, p. 70), “o processo de avaliação, se concebido à luz da concepção indutora de qualidade, pode ser estruturado como uma atividade estratégica, a fim de subsidiar a tomada de decisão da gestão das IES e do Estado na definição de políticas educacionais”. Uma vez que o

atual sistema de avaliação da educação superior brasileira, não considera suficientemente os aspectos sustentáveis, sejam eles ambientais, sociais ou econômicos, e como os processos de avaliação influenciam as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado e a própria gestão interna das IES, a contemplação de indicadores e diretrizes da sustentabilidade financeira e socioambiental nestes processos pode auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável, induzindo e garantindo a qualidade da educação superior. Neste contexto, entende-se que a proposição de diretrizes e indicadores sobre a temática pode contribuir para a melhoria do processo de avaliação e para o progresso do desenvolvimento sustentável. Assim, ressalta-se que se houver a possibilidade dos indicadores e diretrizes, propostos nesta tese, serem acatados pelo INEP para avaliação das IES, a perspectiva de melhoria e contribuição para o desenvolvimento sustentável, no contexto da educação superior, torna-se ainda mais viável. Identifica-se, portanto, o possível atendimento do pressuposto, a proposição de indicadores financeiros e socioambientais contribui para a avaliação do desenvolvimento sustentável das instituições de ensino superior, mas ressalta-se a necessidade de testá-lo de maneira empírica para sua efetiva confirmação.

5 CONCLUSÕES

A tese possibilitou compreender que para o desenvolvimento sustentável das IES, as políticas públicas desempenham papel orientador e, como estas são influenciadas pelos sistemas de avaliação da educação superior, torna-se necessário que tais sistemas também considerem os pilares do desenvolvimento sustentável em sua avaliação. Góes (2015) destaca que o alcance do desenvolvimento sustentável está atrelado a satisfação integrada e simultânea de aspectos econômicos, sociais e ambientais. Neste sentido, esta pesquisa teve como objetivo geral: propor um *framework* com indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira. Para viabilização do objetivo geral, como técnica de análise de dados, subsidiada pela abordagem multiparadigmática, foi utilizada a análise categorial conforme Pettigrew (1987), que analisa o processo de mudança estratégica baseada nos aspectos de conteúdo, contexto e processo. Para o contexto, realizou-se um mapeamento das práticas de avaliação institucional e de cursos da educação superior brasileira, utilizando o atual instrumento de avaliação da educação superior brasileira, definido pela Lei do SINAES (Brasil, 2024).

Na identificação do conteúdo, foi verificado, após análise integrada dos instrumentos vigentes de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância para autorização e para reconhecimento e renovação de reconhecimento, que, dos 58 (cinquenta e oito) indicadores propostos, 23 (vinte e três) relacionavam-se à dimensão social da sustentabilidade, 2 (dois) à dimensão ambiental e nenhum à dimensão financeira. Com a análise integrada dos instrumentos de avaliação institucional externa presencial e a distância para credenciamento e credenciamento, identificou-se que, dos 50 (cinquenta) indicadores propostos, 32 (trinta e dois) estavam relacionados à dimensão social; 5 (dois) à dimensão financeira; e apenas 1 (um) à dimensão ambiental. Com a análise, percebe-se que a dimensão financeira e a ambiental são pouco consideradas pelos atuais instrumentos de avaliação da educação superior brasileira e que a dimensão social tem maior representatividade entre os indicadores.

Além dos instrumentos vigentes a partir de 2017, a pesquisa realizada contemplou os demais instrumentos propostos pelo INEP desde de sua implantação, considerando, portanto, os instrumentos de 2008, 2010, 2012 e 2015. O mapeamento realizado contemplou instrumentos utilizados para credenciamento, credenciamento de IES; autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos; credenciamento de polo e credenciamento para oferta da educação a distância. Em cada instrumento, foi possível analisar os indicadores relacionados à sustentabilidade financeira e socioambiental efetivamente utilizados pelo INEP e ratificou-se a carência de indicadores associados à sustentabilidade financeira e à ambiental de forma mais significativa quando comparados aos indicadores relacionados à dimensão social da sustentabilidade.

Apesar da dimensão ‘Social’ apresentar maior representatividade, considerando as demais dimensões, a consideração isolada de aspectos sociais não promove o desenvolvimento sustentável dentro das IES, uma vez que, a sua promoção está atrelada à satisfação integrada e simultânea de aspectos econômicos, sociais e ambientais (Góes, 2015). Assim, foi possível perceber a identificação de possíveis áreas de transformação para mudança estratégica relacionada à avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental da educação superior brasileira.

Considerando o processo (Pettigrew, 1987) e de modo a suprir necessidades não atendidas pelo sistema nacional de avaliação da educação superior, dimensões consideradas relevantes para a avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental propostas pela literatura científica, evidenciadas por universidades federais, destacadas e contempladas em instrumentos de acreditação internacionais disponibilizados e em outros instrumentos de

avaliação da educação superior brasileira foram caracterizadas para subsidiar a proposição de diretrizes.

Para caracterizar estas dimensões, realizou-se uma revisão sistemática contemplando a literatura científica, o que implicou no uso de filtros para evidenciar os campos da sustentabilidade financeira e socioambiental. De modo análogo, para atender este objetivo específico, foram analisados os relatórios de gestão das universidades federais do sul do Brasil, amostra delimitada em função da acessibilidade e da representatividade dessas instituições. Ainda no específico, analisou-se instrumentos de acreditação internacionais e outros instrumentos de avaliação da educação superior brasileira, a saber: Plataforma 360°, os indicadores exigidos pelo TCU e o instrumento de avaliação dos programas de pós-graduação propostos pela CAPES. Após a identificação dos indicadores utilizados nestes mecanismos de avaliação, bem como na literatura científica e nos relatórios de gestão das universidades, houve um cotejamento com os indicadores dos instrumentos de avaliação propostos pelo INEP, o que subsidiou a proposição de indicadores e diretrizes.

Assim, uma vez atendidos os objetivos específicos pela pesquisadora, com o mapeamento das práticas de avaliação da educação superior brasileira; com a identificação do contexto dos indicadores de sustentabilidade financeira e socioambiental em instrumentos de avaliação nacionais; com a caracterização das dimensões consideradas relevantes para a avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental propostas pela literatura científica, evidenciadas por universidades federais, destacadas e especificadas em instrumentos de acreditação internacionais disponibilizados e em outros instrumentos de avaliação da educação superior brasileira, viabilizou-se a proposição de diretrizes e indicadores relacionados à temática.

As diretrizes se caracterizaram como recomendações para que a avaliação das IES possa contribuir, em uma perspectiva ainda mais ampla, para o desenvolvimento de instituições sustentáveis, e para a proposição de indicadores, os quais foram desenvolvidos com base nas diretrizes propostas. Foram propostas 7 (sete) Diretrizes de Acompanhamento, que se destinaram a fazer recomendações específicas para o processo de avaliação ao considerar as particularidades das IES, do processo avaliativo e dos indicadores; e 28 (vinte e oito) Diretrizes Gerais, que contemplaram aspectos relacionados especificamente à sustentabilidade, orientando a proposição de indicadores relacionados às dimensões social, financeira e ambiental. Com base nessas diretrizes, 117 indicadores foram propostos, dos quais 82 referem-se à sustentabilidade social, 29 à financeira e 12 à ambiental, o que permitiu o alcance do

objetivo geral: a proposição de um *framework* para uma avaliação do desenvolvimento sustentável na educação superior brasileira.

Assim, após a análise do categorial realizada com base no proposto por Pettigrew (1987), que resultou na proposição de um *framework*, a pesquisadora reitera que ao se considerar o sistema nacional de avaliação da educação superior um mecanismo indutor de qualidade das IES, a não contemplação de aspectos relacionados à sustentabilidade financeira e socioambiental nos instrumentos vigentes causa espécie, uma vez que, desde o final do século XX, o agravamento dos problemas ambientais mobilizou a política internacional em defesa do meio ambiente e em busca do desenvolvimento sustentável, introduzindo a sustentabilidade às agenda políticas dos gestores públicos e privados, alterando modelos de gestão organizacional e condicionando o comportamento de instituições em resposta às pressões exercidas por organismos externos (Viegas; Cabral, 2015).

Se a preocupação com o desenvolvimento sustentável pode ser observada em outros setores da sociedade, com o condicionamento das ações das instituições, causa espécie o fato de não serem considerados de forma integrada, no atual sistema de avaliação, aspectos relacionados a sustentabilidade financeira e socioambiental, posto que as IES são instituições potencializadoras do desenvolvimento sustentável com crescimento econômico aliado à justiça social e ao equilíbrio ambiental (Gazzoni *et al.*, 2018; TCU, 2008). Portanto, é possível considerar que este potencial das IES pode ser intensificado com a consideração de pressupostos indutores de qualidade que abordem o desenvolvimento sustentável para a avaliação das IES, o que poderá contribuir para perpetuidade das instituições, para a minimização de impactos ambientais e para o desenvolvimento humano no contexto das IES.

Cabe ressaltar que a proposição do *framework* desta tese não esgota o assunto, mas pode contribuir substancialmente com a evidenciação de diretrizes e indicadores que podem ser considerados indutores de qualidade nas questões relacionadas a sustentabilidade financeira e socioambiental, contribuindo assim para o progresso do desenvolvimento sustentável no contexto da educação superior que visa o atendimento das necessidades humanas, considerando, de forma solidária, os aspectos ambientais, sociais e econômicos e a responsabilidade com as gerações futuras. A proposição fornece, portanto, subsídios para uma possível revisão dos instrumentos de avaliação propostos pelo INEP e para mudança estratégica da gestão das universidades ao permitir a integração entre aspectos econômicos, ambientais e sociais

Para futuras pesquisas, recomenda-se a aplicação do *framework* com indicadores e diretrizes para avaliação da sustentabilidade financeira e socioambiental no contexto da

educação superior brasileira; a análise longitudinal dos resultados da avaliação do *framework* proposto; a análise do impacto dos resultados da avaliação na implementação de práticas de gestão relacionadas a sustentabilidade; e a análise de outros instrumentos de avaliação e de acreditação da educação superior considerando a adoção de critérios e requisitos aliados a sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- AACSB, American Association of Collegiate Schools of Business. **2020 Guiding Principles and Standards**. 2023. Disponível em: <https://www.aacsb.edu/educators/accreditation/business-accreditation/aacsb-business-accreditation-standards>. Acesso em: 17 de novembro de 2023.
- ADENLE, Y. A.; CHAN, E. H. W.; SUN, Y.; CHAU, C. K. Assessing the relative importance of sustainability indicators for smart campuses: A case of higher education institutions in Nigeria. **Environmental and Sustainability Indicators**, v. 9, 2021.
- AGHA, S. R.; KUHAİL, I.; ABDELNABI, N.; SALEM, M.; GHANIM, A. Assessment of academic departments efficiency using data envelopment analysis. **Journal of Industrial Engineering and Management**, v. 4, n. 2, p. 301-325, 2011.
- ALBARELLO, C. B. O papel do administrador na gestão pública. **R. Administração**, v. 5, n. 9, p. 49-71, 2006.
- AL-FILALI, I. *et al.* Modification of strategic planning tools for planning financial sustainability in higher education institutions. **Journal of Engineering Research**, v. 12, n. 1, p. 192-203, 2024.
- ALGHAMDI, A.; HAIDER, H.; HEWAGE, K. SADIQ, R. inter-university sustainability benchmarking for Canadian Higher Education Institutions: water, energy, and carbon flows for technical-level decision-making. **Sustainability**, v. 11, n. 9, 2019.
- ALMEIDA, T. S. M.; SELLITTO, M. A. Avaliação do desempenho ambiental de uma instituição pública de ensino técnico e superior. **Produção**, v. 23, n. 3, p. 625-636, 2013.
- ALMEIDA JÚNIOR, V. P.; CATANI, A. M. Algumas características das políticas de acreditação e avaliação da educação superior da Colômbia: interfaces com o Brasil. **Revista da Avaliação da Educação Superior, Sorocaba**, v. 14, n. 3, nov. 2009.
- AMARAL, L. P.; MARTINS, N.; GOUVEIA, J. B. Quest for a Sustainable University: a review. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 16, n. 2, p. 155-172, 2015.
- AHMED, A.; MCQUAID, R. W. Entrepreneurship, management, and sustainable development. **World Review of Entrepreneurship, Management and Sustainable Development**, v. 1, n. 1, p. 6-30, 2005.
- AKKARI, A.; FÁVERO, A. A.; CONSALTÉR, E. A necessidade de repensar a pesquisa sobre privatização da educação: Uma abordagem a partir do conceito de indefinição das fronteiras entre Público e Privado. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22, 2022.
- ALSHUWAIKHAT, H. M.; ABUBAKAR, I. R.; AINA, A. A.; UMAIR, M. The development of a gis-based model for campus environmental sustainability Assessment. **Sustainability**, v. 9, n. 3, 2017.

ARAUJO, G. C. Direito à educação básica A cooperação entre os entes federados. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 4, n. 7, p. 231-243, 2010.

ASIF, M.; SEARCY, C. A composite index for measuring performance in higher education institutions. **International Journal of Quality & Reliability Management**, v. 31, n. 9, p. 983-1001, 2014.

ATAFAR, A.; SHAHRABI, M. A.; ESFAHANI, M. J. Evaluation of university performance using BSC and ANP. **Decision Science Letters**, v. 2, n. 4, p. 305-311, 2013.

BARBOSA, G. C.; FREIRE, F. S.; CRISÓSTOMO, V. L. Análise dos indicadores de gestão das IFES e o desempenho discente no ENADE. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 16, n. 2, p. 317-344, 2011.

BARBOSA, M. A. C.; NEVES, F. E.; SANTOS, J. M. L.; CASSUNDÉ, F. R. S. A.; JÚNIOR, N. F. C. “Positivismos” versus “Interpretativismos”: o que a Administração tem a ganhar com esta disputa? **Revista Organizações em Contexto**, v. 9, n.17, p. 1-29, 2013.

BARBIERI, J. C.; VASCONCELOS, I. F. G.; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F. C. Inovação e Sustentabilidade: Novos Modelos e Proposições. **Revista de administração de empresas**, v. 50, n. 2, p. 146-154, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 13, p. 131-152, 2008.

BELLONI, I. Avaliação institucional; um instrumento de democratização da educação. **Linhas Críticas**, v. 5, n. 9, p. 31, 1999.

BERTOLIN, J. C. G. Indicadores em nível de sistema para avaliar o desenvolvimento e a qualidade da educação superior brasileira. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 12, n. 2, p. 309-331, 2007.

BERNARDINO, J. F.; STEFANI, S. R.; ZAMPIER, M. A. Sustentabilidade municipal e práticas de gestão do conhecimento: uma análise governamental. **Boletim de Conjuntura**, v. 17, n. 50, 2024.

BITITCI, U. S.; TURNER, T.; BEGEMANN, C. Dynamics of performance measurement systems. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 20, n. 5-6, p. 692-704, 2000.

BISOGNO, M.; CITRO, F.; TOMMASETTI, A. The financial distress of public sector entities. Evidence from Italian public universities. **International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation**, v. 10, n. 2, p. 203-227, 2014.

BLASCO, N.; BRUSCA, I.; LABRADOR, M. Assessing sustainability and its performance implications: an empirical analysis in Spanish Public Universities. **Sustainability**, v. 11, n. 19, 2019.

BOIOCCHI, R. *et al.* Towards context-independent indicators for an unbiased assessment of environmental sustainability in higher education: An application to Italian universities. **Journal of Environmental Management**, v. 366, 2024.

BRANCO, A. M. F. **Sustentabilidade Financeira Empresarial no Brasil**. 2013. Dissertação. (Mestrado em Administração de Organizações). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (USP), Ribeirão Preto, 2013.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.131 de 24 de Novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 1995.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e da outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2004a.

BRASIL. Lei nº 12.711 de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.005 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2014.

BRASIL. Decreto 5.773 de Maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2006.

BRASIL. Decretoº 7.234 de Julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2010.

BRASIL. Decreto nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004**. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, 2004b.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 40 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos

processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. **Diário Oficial da União**, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 94, de 16 de fevereiro de 2022. Dispõe sobre a operacionalização, no Brasil, do Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do Mercosul e Estados Associados - Sistema Arcu-Sul. **Diário Oficial da União**, 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Administração Pública**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/instituicoes-parceiras/>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 326 de 23 de junho de 2020. Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes. **Diário Oficial da União**, 2020.

BRASIL. Portaria nº. 249, de 18 de março de 1996. Institui a sistemática para a realização do Exame Nacional de Cursos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 1996b.

BRASIL. Portaria nº 552, de 28 de setembro de 2020. Publica a listagem dos atos normativos vigentes do Inep. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2020a.

BRASIL. Portaria nº 784, de 30 de setembro de 2020. Publica listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes no âmbito do Ministério da Educação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2020b.

BRITO, S. L. E. **Avaliação Institucional de Universidades: considerações e resultados num contexto internacional**. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

BUDLER, M.; TRKMAN, P. The nature of management frameworks. **Journal of Management & Organization**, v. 29, n. 2, p. 173 – 190, 2019.

BUENO, M. P.; MACEDO, K. G. Desenvolvimento científico e tecnológico no setor sucroenergético face a sustentabilidade socioambiental no município de Frutal-MG. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 3, 2024

BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann Educational Books, 1979.

CAETANO, B. M. S.; COSTA, S. L.; JUNIOR, L. C. G.; SANTOS, L. F.; OLIVEIRA, A. L. Análise da aplicabilidade do plano de gerenciamento de risco nas instituições de ensino superior. **Latin American Journal of Business Management**, v. 14, n. 2, 2023.

CARDIM, S.; LOUREIRO, N. Aplicação do modelo EVA (Economic Value Added) como uma prática de sustentabilidade financeira. **Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting**, v. 10, n. 19, p. 154 – 173, 2024.

CARDOSO, T. L. **Avaliação de desempenho construtivista para apoiar a gestão da Universidade do Mindelo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CARDOSO, T. L.; ENSSLIN, S. R.; DIAS, J. Avaliação de Desempenho da Sustentabilidade Financeira da Universidade do Mindelo (Cabo Verde): um Modelo Multicritério Construtivista. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 9, n. 2, p. 234-264, 2016.

CAMPOS, R. F. P. **Modelling a balanced scorecard based performance indicators for higher education institution in Brazil: a study on private institutions**. 2008. Dissertação (Mestrado em Estratégia; Qualidade; Gestão Ambiental; Gestão da Produção e Operações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação. **Relatório de Avaliação Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo**. Avaliação Quadrienal, 2021.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Painel de Dados do Observatório da Pós-Graduação**. Disponível em: <https://sucupira-v2.capes.gov.br/sucupira4/painel/ReportSection5c9caa3192d247185e2>. Acesso em 09 de março de 2024.

CASADO-ARANDA, L. A.; CAEIRO, S. S.; TRINDADE, J.; PAÇO, A.; CASAS, D. L.; LANDETA, A. Are distance higher education institutions sustainable enough? - A comparison between two distance learning universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 22, n. 4, p. 709-730, 2021.

CASTAÑON, G. **Introdução à epistemologia**. São Paulo: EPU, 2007.

CERGIC, F.; KOZAREVIC, E. The Impact Of Performance Analysis On The Financial Management And Control At Public Universities In Bosnia And Herzegovina Federation. **Management-Journal of Contemporary Management Issues**, v. 24, n. 2, p. 145-153, 2019.

CHEA, Council for Higher Education Accreditation. **About Chea**. Disponível em: <https://www.chea.org/about-chea>. Acesso em 06 de maio de 2023a.

CHEA, Council for Higher Education Accreditation. **Directory of CHEA - Recognized Organizations**. Disponível em: https://www.chea.org/sites/default/files/other-content/directory-CHEA-recognized-orgs_141.pdf. Acesso em 06 de maio de 2023b.

CHEA, Council for Higher Education Accreditation. **The condition of accreditation: U.S. accreditation in 2013**. Washington, Council for Higher Education Accreditation, 2015.

CHEN, S. H.; WANG, H. H.; YANG, K. J. Establishment and application of performance measure indicators for universities. **The TQM Journal**, v. 21, n. 3, p. 220-235, 2009.

CHEN, S. H.; YANG, C. C.; SHIAU, J. The application of balanced scorecard in the performance evaluation of higher education. **The TQM Magazine**, v. 18, n. 2, p.190-205, 2006.

CHIARINI, T.; VIEIRA, K. P. Universidades como Produtoras de Conhecimento para o Desenvolvimento Econômico: Sistema Superior de Ensino e as Políticas de CT&I. **Revista Brasileira de Economia**, v. 66, n. 1, p. 117-132, 2012.

CIEGIS, R.; RAMANAUSKIENE, J.; MARTINKUS, B. The concept of sustainable development and its use for sustainability scenarios. **Engineering Economics**, v. 2, n. 62, p. 28-37, 2009.

CLEGG, S.; KORNBERGER, M.; PITSIS, T. **Administração e organizações: uma introdução à teoria e à prática**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

CLUGSTON, R.; CALDER, R. Critical dimensions of sustainability in higher education. In: WALTER LEAL F°. Sustainability and university life. 2. ed. Peter Lang. 2000.

COLOSSI, N.; CONSENTINO, A.; QUEIROZ, E. G. Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo. **Revista FAE**, Curitiba, v.4, n.1, p.49-58, 2001.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2)**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 1 jul. 2024.

CORDEIRO *et al.* PROMOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA E SUSTENTABILIDADE. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 4, p. 1672-1682, 2023.

COSTA, A. F. C.; OLIVEIRA, J. F.; GOMES, D. F. Mudanças na avaliação da educação superior no período 2016 a 2019: Flexibilização, (des)regulamentação e autorregulação. **REVELLI**, v. 12, p. 1-21, 2020.

COSTA, A. V. O. **Indicadores de sustentabilidade para instituições de ensino superior: contribuições para a Agenda Ambiental PUC-Rio**. 2012. Dissertação (Mestrado em Metrologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Centro Técnico Científico, 2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CULLEN, J.; JOYCE, J.; HASSALL, T.; BROADBENT, M. Quality in higher education: from monitoring to management. **Quality Assurance in Education**, v. 11, n. 1, p. 5-14, 2003.

CURY, C. G. J. GRADUAÇÃO/PÓS-GRADUAÇÃO: A BUSCA DE UMA RELAÇÃO VIRTUOSA. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 777-793, 2004.

CUNHA, M. R. **Gestão Estratégica De Ies: Modelos E Funções Do Planejamento Estratégico Em Universidades Públicas E Privadas De Palmas – Tocantins**. Dissertação (Mestrado em Educação do Curso de Ciência da Educação) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2011.

DAHL, A. L. Achievements and gaps in indicators for sustainability. **Ecological Indicators**, v. 17, p. 14-19, 2012.

DALLA NORA, R. **Análise da relação entre os indicadores de desempenho das universidades federais da Região Sul do Brasil e os resultados obtidos no índice Geral de**

Cursos (IGC). 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2014.

DANTAS, L A. O. Análise do custo-aluno como ferramenta para decisão gerencial em ma Instituição de Ensino Superior pública. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças Empresariais) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2018

DRAHEIN, A. D. Proposta de avaliação de práticas sustentáveis nas operações de serviço em instituições de ensino superior da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. 2016. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016.

DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. Tradução Arackey Martins Rodrigues. In: CHANLAT, J. J. (Org.). O indivíduo nas organizações: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996.

DIAS, L. C.; TSOUKIÀS, A. On the constructive and other approaches in decision aiding In: (Ed.). C.H. Antunes, J. Figueira, J. Clímaco (eds) ? Aide multicritère à la décision: multiple criteria decision aiding? Coimbra: CCDRC/INESCC/FEUC, p.13-28, 2004.

DIAS SOBRINHO, J. Acreditación de la educación superior en América Latina y el caribe. In: LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN EL MUNDO 2007. Global university network for innovation, Barcelona, p. 282-294, 2007.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003a.

DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. Avaliação institucional: teoria e experiências. San Pablo: Cortez, 1995.

DIAS SOBRINHO, J. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 13, n. 3, p. 817–825, 2008.

DIAS SOBRINHO, J. Funcionamento e modos sociais da avaliação institucional. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 3, n. 2, p. 65–76, 1998.

DO, Q. H; CHEN, J. F. A hybrid fuzzy AHP-DEA approach for assessing university performance. WSEAS Transactions on Business and Economics, v. 11, n. 1, p. 386-397, 2014.

DOURADO, R. C. Criação de novos indicadores de qualidade na educação superior para compor o conceito preliminar de curso como indicador de qualidade. 2017. Dissertação (Mestrado profissional em Métodos e Gestão em Avaliação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação, Florianópolis, 2017.

DUARTE, C. S.; OLIVEIRA, T. S. M. O Financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior: O Caso da Universidade Federal de Goiás. Revista Organização Sistêmica, v. 2, n. 1, p. 102-118, 2012.

DYLLICK, T.; HOCKERTS, K. Beyond the business case for corporate sustainability. **Business Strategy and the Environment**, n. 11, p. 130-141, 2002.

EKINS, P.; SIMON, S.; DEUTSCH, L.; FOLKE, C.; GROOT, R. A Framework for the practical application of the concepts of critical natural capital and strong sustainability. **Ecological Economics**, v. 44, p. 165-185, 2003.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

ENSSLIN, L., ENSSLIN, S. R., LACERDA, R. T. O.; TASCA, J. E. **Processo de análise bibliométrica**. Processo técnico com patente de registro pendente junto ao INPI. Brasil. 2010.

ERICHSEN, H. Tendências européias na graduação e na garantia da qualidade. **Sociologias**, v. 9, n. 17, p. 22-49, 2007.

ESPINOZA, G. A. P.; GODÍNEZ, C. L. I.; AGUIRRE, S. D.; ALFONDO, Y. R. Propuesta de indicadores valorativos de la sostenibilidad de universidades ecuatorianas. **Ingeniería Industrial**, v. 41, n. 3, p. 1-14, 2020.

FAHL, A. C. **Balanced scorecard: uma proposta para aplicação em instituição de ensino superior**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Cont. Atuariais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

FALCÃO, C. M. B. **A interiorização das instituições de ensino superior: uma análise dos custos da graduação no campus IV da UFPB**. 2017. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, 2017.

FERANECOVÁ, A.; KRIGOVSKÁ, A. Measuring the performance of universities through cluster analysis and the use of financial ratio indexes. **Economics and Sociology**, v. 9, n. 4, p. 259-271, 2016.

FEREIRA, M. C.; SANTOS, W. J. L. D.; PESSANHA, J. F. M. Avaliação do ensino superior: análise dos indicadores instituídos pelo TCU para as IFES. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 18, n. 1, p. 104-124, 2013.

FERREIRA, M. C. **Os indicadores de desempenho instituídos pelo TCU para as Instituições Federais de Ensino Superior: análise empírica do período de 2008 a 2010**. 2012. Dissertação (Mestrado em Controle de Gestão) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FERRER-BALAS, D.; LOZANO, R.; HUISINGH, D.; BUCKLAND, H.; YSERN, P.; ZILAHY, G. Going beyond the rhetoric: system-wide changes in universities for sustainable societies. **Journal of Cleaner Production**, v. 18, p. 607- 610, 2010.

FERNANDES, I. R.; GRIBOSKI, C. M.; MENEGHEL, S. M. Novos indicadores para a educação superior brasileira: eles são necessários? **In: 3º Simpósio Avaliação da Educação Superior**, Florianópolis, 2017.

FERNANDES, M. A.; MEIRELES, M. Justificativa e proposta de indicador de sustentabilidade financeira. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n. 20, p. 75-95, 2013.

FIGUEIREDO, J. C. **As privatizações nas universidades públicas brasileiras: o caso da UFF**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FIGUEIREDO, J. C. Impeachment no Brasil: O governo Temer e a privatização nas universidades públicas brasileiras. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 3, p. 161-181, 2017.

FINDLER, F.; SCHÖNHERR, N.; LOZANO, R.; STACHERL, B. Assessing the impacts of higher education institutions on sustainable development-an analysis of tools and indicators. **Sustainability**, v. 11, n. 1, 2019.

FLEGG, A. T.; ALLEN, D.O.; FIELD, K.; THURLOW, T.W. Measuring the efficiency of British universities: A multi-period data envelopment analysis. **Education Economics**, v. 12, n. 3, p. 231-249, 2004.

FUJI, A. H. O conceito de lucro econômico no âmbito da contabilidade aplicada. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 36, p. 74-86, 2004.

GALVÃO, H. M.; CORRÊA, H. L.; ALVES, J. L. Modelo de avaliação de desempenho global para instituição de ensino superior. **Revista de Administração da UFSM**, v. 4, n. 3, art. 7, p. 425-441, 2011.

FURG, Universidade Federal do Rio Grande. **Relato Integrado 2022**. 2023. Disponível em: https://www.furg.br/arquivos/relato_integrado_2022z.pdf. Acesso em: 5 de maio de 2023.

GAMA FILHO, E. P. **Uma análise da sustentabilidade financeira da faculdade independente do Nordeste FAINOR - Através dos indicadores do sistema nacional de avaliação - SINAES/MEC**. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Aprendentes) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

GASPARINI, L. V. L. **Análise das inter-relações de indicadores econômicos, ambientais e sociais para o desenvolvimento sustentável**. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

GAZZONI, F.; SCHERER, F. L.; HAHN, I. S.; CARPES, A. M.; SANTOS, M. B. S. O papel das IES no desenvolvimento sustentável: estudo de caso da Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, v. 11, n. 11, p. 48-70, 2018.

GILBERT, R.; STEVENSON, D.; GIRARDET, H.; STREN, R. **Making Cities Work: The Role of Local Authorities in the Urban Environment**. London: Earthscan Publications Ltd, 1996.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Pearson/Addison Wesley, 2004.

GNALDI, M.; RANALLI, M. G. Measuring University Performance by Means of Composite Indicators: A Robustness Analysis of the Composite Measure Used for the Benchmark of Italian Universities. **Social Indicators Research**, p. 1-17, 2015.

GODÍNEZ, C. L. I.; AGUIRRE, S. D.; MACYENCI, L. R. B.; REBECA, H. D.; FRANCIS, H. L.; JOEL, G. B. Indicadores para la evaluación del desempeño ambiental de los Centros de Educación Superior (CES). **Revista CENIC Ciencias Químicas**, v. 40, n. 4, p. 1-12, 2009.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GÓES, H. C. A. **Análise comparativa de instrumentos para avaliação da sustentabilidade em universidades visando uma proposta para o Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências em Planejamento Energético) - Programa de Planejamento Energético, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GOMES, J. A. **A autoavaliação da Universidade Federal de Juiz de Fora em face ao plano de desenvolvimento institucional**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2019.

GOODLAND, R.; DALY, H. Environmental sustainability: universal and non-negotiable. **Ecological Applications**, v. 6, n. 4, p. 1002-1010, 1996.

GOODLAND, R. The concept of environmental sustainability. **Annual Review of Ecology and Systematics**, v. 26, p. 1-24, 1995.

GRIBOSKI, C. M.; FUNGHETTO, S. S. O Sinaes e a qualidade da educação. **Revista Retratos da Escola**, v. 7, n. 12, p. 49-63, 2013.

GRIBOSKI, C. M., PEIXOTO, M. C. L.; HORA, P. M. Avaliação externa, autoavaliação e o PDI. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 23, n. 1, pp. 178-197, 2018.

GRIBOSKI, C. M. **Regular e/ou induzir qualidade? os cursos de pedagogia nos ciclos avaliativos do sinaes**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

GUERRA, H. W. **As Universidades Federais em Minas Gerais: uma análise de seus indicadores de desempenho**. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Belo Horizonte, 2006.

GURBAN, I.; SUDAKOVA, A. An assessment methodology for the development of higher education in Russia. **Mediterranean Journal of Social Sciences**, v. 6 n. 5, p. 197-210, 2015.

HACHMANN, M. A. **Proposta de um sistema de custos fundamentado no custeio variável para uma instituição de ensino superior: o caso da UNOESC do campus de Joaçaba/SC**.

2001. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

HICKS, J. **Value and capital**: an inquiry into some fundamental principles of economic theory. Oxford: Clarendon Press, 1946.

HIZUME, G. C. Avaliação, acreditação e internacionalização da educação superior: interface e tendências. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 28, n. 55, p. 43-57, 2019.

HOFFMANN, E. **Indicadores estratégicos de gestão e otimização de custos em uma instituição de ensino superior pública**. 2020. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará, 2020.

HORBACH, J. **Indicator systems for sustainable innovation**. Germany: Springer, 2005.

HORAN, W.; O'REGAN, B. Developing a practical *framework* of sustainability indicators relevant to all higher education institutions to enable meaningful international rankings. **Sustainability**, v. 13, n. 2, p. 1-15, 2021.

HORTALE, V. A.; MORA, J. G. As Experiências da Espanha e Brasil na Implementação de Sistemas de Avaliação de Qualidade da Educação Superior. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 10, n. 3, p. 9-25, 2005.

HOVE, H. Critiquing Sustainable Development: A Meaningful Way of Mediating the Development Impasse? **Undercurrent**, v. 1, n. 1, 2004.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumentos de avaliação**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco/instrumentos-de-avaliacao>. Acesso em 19 de junho de 2023.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação (bacharelado e licenciatura)**, 2008.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação: bacharelado e licenciatura autorização**, 2010a.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação institucional externa**, 2010b.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação para credenciamento de instituição de educação superior (faculdade)**, 2010c.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação para renovação de reconhecimento de cursos de graduação**, 2010d.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**, 2012.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação: presencial e a distância**, 2014a.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação institucional externa**. Subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial), 2014b.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota Técnica Nº 14 /2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC**. Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), 2014.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota Técnica Nº 65 /2014 – INEP/DAES/CONAES**. Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional, 2014.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Política Institucional de Integração de Avaliação do Egresso na Melhoria da IES**. v. 3, 2015.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância autorização**, 2017a.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância reconhecimento/renovação de reconhecimento**, 2017b.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação institucional externa presencial e a distância credenciamento**, 2017c.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação institucional externa presencial e a distância recredenciamento**, 2017d.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do censo da educação superior**. Brasília, DF, 2020.

INEZ, A. M. A. S. **Avaliação da educação superior: experiências e vozes docentes em uma análise de políticas e práticas**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2007.

JORGE, M. L., J. H.; MADUEÑO, J. H.; CALZADO, Y.; ANDRADES, J. A proposal for measuring sustainability in universities: a case study of Spain. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 17, n. 5, p. 671-697, 2016.

KALNIN, G. F. **Avaliação do ensino superior: Uma análise comparativa entre o sistema de avaliação brasileiro e um sistema internacional de acreditação**. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

- KALNIN, G. F. **Qualidade no Ensino Superior Brasileiro: Uma contextualização analítica dos processos de regulação e de avaliação do Sistema Federal de Ensino**. 2021. Tese de doutorado (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- KAUR, H. Assessing Technical Efficiency of the Indian Higher Education: An Application of Data Envelopment Analysis Approach. **Higher Education for the Future**, p. 8, n. 2, p. 197-218, 2021.
- KAWASAKI, C. S. Universidades públicas e sociedade: uma parceria necessária. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 23, n.1, 1997.
- KIM, M. ALBERS, N. D.; KNOTTS, T. L.; KIM, J. Sustainability in Higher Education: The Impact of Justice and Relationships on Quality of Life and Well-Being. **Sustainability**, v. 16, p. 1-15, 2024.
- KLANN, R. C.; CUNHA, P. R.; RENGEL, S.; SCARPIN, E. Avaliação de desempenho das instituições de ensino superior pertencentes à Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE). **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 15, n. 3, p. 71-87, 2012.
- KLEIN, R.; FONTANIVE, N.S. Avaliação em larga escala: uma proposta inovadora. **Em Aberto**, n. 66, p. 29-35, 1995.
- KOHAMA, H. **Balancos públicos: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.
- KRAEMER, M. E. P. A universidade do século XXI rumo ao desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, v. 3, n. 2, 2004.
- KRAJNC, D.; GLAVIC, P. Indicators of sustainable production. **Clean Technologies and Environmental Policy**, v. 5, p. 279–288, 2003.
- KUDTA, J.; STACHOWIAK-KUDTA, M.; FIGURSKI, A. Quality of teaching and research in public higher education in Poland: Relationship with financial indicators and efficiency. **Journal of Management and Business Administration**, v. 24, n. 4, p. 88-109, 2016.
- KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- LABUSCHAGNE, C.; BRENT, A. C.; ERCK, R. P. Assessing the sustainability performances of industries. **Journal of Cleaner Production**, v. 13, n. 4, p. 373-385, 2005.
- LAGO, A. A. C. D. **Estocolmo, Rio de Janeiro, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão, 2006.
- LAMBRECHTS, W.; LIEDEKERKE, L. V. Using ecological footprint analysis in higher education: Campus operations, policy development and educational purposes. **Ecological Indicators**, v. 45, p. 402-406, 2014.

LANKA, E.; LANKA, S.; ROSTRON, A.; SINGH, P. Why We Need Qualitative Research in Management Studies. **Revista de Administração Contemporânea – RAC**, v. 25, n. 2, p. 1-7, 2021.

LEITE, I. B. F. **Modelo de Análise do Custo/Volume/Lucro: Um Estudo de Caso de uma Instituição de Ensino Superior Particular**. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

LÉLÉ, S. M. Sustainable development: a critical review. **World Development**, v. 19, n. 6, p. 607-621, 1991.

LEMOES, I. S. **Contribuições dos resultados da avaliação institucional para a gestão universitária: um estudo de caso em uma IES privada de salvador**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2011.

LEWIS, D. R.; HENDEL, D. D.; KALLSEN, L. Performance indicators as a foundation of institutional autonomy: Implications for higher education institutions in Europe. **Tertiary Education and Management**, v. 13, n. 3, p. 203-226, 2007.

LIMA JÚNIOR, G. F. **Balanced scorecard como ferramenta de avaliação da consistência estratégica: um estudo em instituição de ensino superior privada**. 2008. Dissertação (Mestrado em Estratégia; Qualidade; Gestão Ambiental; Gestão da Produção e Operações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

LIMA, L. C. Privatização lato sensu e impregnação empresarial na gestão da educação pública. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 129-144, 2018.

LI, Y.; GU, Y.; LIU, C. Prioritising performance indicators for sustainable construction and development of university campuses using an integrated assessment approach. **Journal of Cleaner Production**, v. 202, p. 959-968, 2018.

LO-IACONO-FERREIRA, V. G.; CAPUZ-RIZO, S. F.; TORREGROSA-LÓPES, J. L. Key Performance Indicators to optimize the environmental performance of Higher Education Institutions with environmental management system - A case study of Universitat Politècnica de Valencia." **Journal of Cleaner Production**, v.178, p. 846-865, 2018.

LOURENÇO, M. L.; CARVALHO, D. M. W. Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. **Race: Revista de administração, contabilidade e economia**, v. 12, n. 1, 2013.

LOZANO, R. Incorporation and institutionalization of SD into universities: breaking through barriers to change. **Journal of Cleaner Production**, v. 14, p. 787-796, 2006.

LOZANO, R. *et al.* A review of commitment and implementation of sustainable development in higher education: results from a worldwide survey. **Journal of Cleaner Production**, v. 108, p. 1-18, 2015.

LOZANO, R. *et al.* Declarations for sustainability in higher education: becoming better leaders, through addressing the university system. **Journal of Cleaner Production**, v. 48, p. 10-19, 2013.

MACHADO, A. M. **Custos por aluno de graduação levantados no período de 2009 a 2016, no Centro de Ciências Agrárias, Campus II da UFPB**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação) - Universidade Federal da Paraíba, 2020.

MAGALHÃES, E. A. **Cost of the undergraduate education in federal institutions: the case of the Universidade Federal de Viçosa**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

MAGALHÃES, L. C. **Goiás State University (UEG) Financing: University Scholarship Program and student cost**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, 2009.

MARQUES, M. C. C. O novo sistema de avaliação e acreditação do ensino superior: impacto, repercussões e benefícios. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 1, 2010.

MARTÍNEZ-CAMPILLO, A.; FERNÁNDEZ-SANTOS, Y. The impact of the economic crisis on the (in)efficiency of public Higher Education institutions in Southern Europe: The case of Spanish universities. **Socio-Economic Planning Sciences**, v. 71, 2020.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, 2002.

MARTINS, V. A. Proposta de um mapa estratégico para uma universidade pública. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 3, n. 2, p. 88-103, 2015.

MANCIBO, D. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. **Educ Soc**, v. 25, n. 88, p. 845-866, 2004.

MCASP, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público** – 9ª Edição 2021.

MEC, Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2022**. NOTAS ESTATÍSTICAS, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/censo-da-educacao-superior-2022-notas-estatisticas>. Acesso em: 09 de março de 2024.

MEC, Ministério da Educação. **Ficha de Avaliação. Área 27: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colégio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/administracao-publica-e-de-empresas-ciencias-contabeis-e-turismo>. Acesso em 06 de março de 2024.

MEC, Ministério da Educação. **Painel Universidade 360 (MEC)**, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/universidade360/painel-universidade-360>. Acesso em 23 de maio de 2023.

MEC, Ministério da Educação. **Painel Universidade 360 (MEC)**, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/painel-universidade-360>. Acesso em: 21 de junho de 2023.

MEC, Ministério da Educação. **MEC lança plataforma Universidade 360° – Observatório da Educação Superior**, 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/09/mec-lanca-amanha-plataforma-universidade-360deg-2500-observatorio-da-educacao-superior>. Acesso em: 21 de junho de 2023.

MEC, Ministério da Educação. **Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do Mercosul e Estados Associados (Arcu-Sul)**. 2024. Disponível em: http://arcusur.org/arcusur_v2/index.php/documentos-del-sistema. Acesso em: 13 de fevereiro de 2024.

MERCOSUL, Mercado Comum do Sul. **CRITERIOS DE CALIDAD para la acreditación ARCU-SUR**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/arcu-sul/outros-documentos>. Acesso em: 9 de novembro de 2023.

MIORANDO, B. S. **O sistema Arcu-Sul e a UFRGS: perspectivas da acreditação internacional para uma universidade latino-americana**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

MIZAEL, G. A.; BOAS, A. A. V.; PEREIRA, J. R.; SANTOS, T. S. Análise do Plano de Desenvolvimento Institucional das universidades federais do Consórcio Sul-Sudeste de Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 5, p. 1145-1164, 2013.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Portal da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**. 2024. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p.html>. Acesso em 02/07/2024.

MOLDAN, B.; JANOUŠKOVÁ, S.; HÁK, T. How to understand and measure environmental sustainability: Indicators and targets. **Ecological Indicators**, v. 17, p. 4-13, 2012.

MORENO, A. A.; TADEPALLI, R. Assessing academic department efficiency at a public university. **Managerial and Decision Economics**, v. 23, n. 7, p. 385-397, 2002.

MORGAN, B. F. **A determinação do custo do ensino na educação superior: o caso da Universidade de Brasília**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2004.

MOROSINI, M. C. **Enciclopédia brasileira de educação superior**. Porto Alegre: EDIPUCRS, RIES/Pronex, v. 10, 2021.

MOROSINI, M. C. **Enciclopédia de pedagogia universitária**. Brasília: INEP/MEC, 2006.

MÜLLER, A. N.; ANTONIK, L. R. **Análise financeira: uma visão gerencial: guia prático com sugestões e indicações da análise financeira das organizações**. São Paulo: Atlas, 2008.

NASCIMENTO, J. M. L.; CURI, R. C.; CURI, W. C.; SOUZA, C. B. Metodologia para avaliar a responsabilidade social das universidades públicas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 20, n. 3, p. 685-702, 2015.

NEAVE, G. O estado avaliador como política em transição: um estudo histórico e anatômico. **In:** COWEN, R.; KAZAMIAS, A. M.; ULTERHALTER, E. Educação comparada: panorama internacional e perspectivas. Brasília: Unesco, Capes, p. 675-698, 2012.

NISKIER, A. **Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000**. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

OLIVEIRA, A. E. M. **Sustentabilidade e equilíbrio do crescimento econômico, uma abordagem contábil financeira**. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, J. F. DE; FONSECA, M.; AMARAL, N. C. Avaliação, desenvolvimento institucional e qualidade do trabalho acadêmico. **Educar em Revista**, n. 28, p. 71–87, 2006.

OLIVEIRA, M. **Indicadores financeiros e contábeis privilegiados pelas empresas de base tecnológica associadas ao MIDI - tecnológico de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

OLIVEIRA, J. F.; LIMA, D. C. B. P. As políticas públicas estatais e o campo da educação a distância: Disputas e perspectivas em torno da qualidade. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 30, n. 32, 2022.

OLIVEIRA, M. M.; MEDEIROS, M. H. A. S.; SILVA, R. L.; LUCAS, G. A. P. Desenvolvimento sustentável nas organizações como oportunidade de novos negócios. **Revista Valore**, v. 1, n. 1, 2016.

OLIVER, A. C. Avaliação institucional: uso de abordagens diversificadas de pesquisa. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 21, n. 45, p. 13-32, 2010.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Report of the United Nations Conference on the Human Environment**. Estocolmo, 1972.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2016.

Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: 19 mai. 2023.

OSTROSKI, J. **Gestão econômica da estrutura administrativa de uma unidade de ensino superior pública: uma abordagem fundamentada na análise de custos**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

PACHECO, R. M. **Análise da sustentabilidade das operações dos Campi da Universidade Federal de Santa Catarina com a ferramenta STARS**. 2016. Dissertação (Mestrado em

Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Florianópolis, 2016.

PACHECO, R. M.; MACHADO, M. M.; MONTALVÁN, R. A. V.; PINTO, C. R. S. C. Análise da sustentabilidade das operações de instituições federais de ensino superior com a ferramenta Stars: a experiência da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista De Gestão Ambiental e Sustentabilidade-Geas**, v. 8, n. 2, p. 205-234, 2019.

PAIVA, G. M. **Governança corporativa em fundações mantenedoras de instituições de ensino superior privadas: um estudo do Sul de Minas Gerais**. 2019. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Contábeis e Atuariais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

PASSOS, P. N. C. P. A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista Direitos Fundamentais e Democracia**, v. 6, p. 1-25, 2009.

PAULA, A. S. N.; COSTA, F. J. F.; LIMA, K. R. R. A condicionalidade do estado avaliador e suas implicações na avaliação e a expansão mercantilizada da educação superior brasileira. **Revista internacional de educação superior**, v. 4, n. 2, 2018.

PEDRO, E. P.; COSTA, H. G. Assessment of environmental sustainability in the context of the Higher Education Institutions: Model mapping. **Meta: Avaliação**, v. 13, n. 40, p. 724-746, 2021.

PEGORARO, L. Instituições de educação superior e entidades mantenedoras: a Universidade do Contestado. **Roteiro**, v. 33, n. 1, p. 25-49, 2008.

PEREIRA, C. A.; ARAUJO, J. F. F. E.; MACHADO-TAYLOR, M. L. The Brazilian higher education evaluation model: "SINAES" sui generis? **Internacional Journal of Educational Development**, v. 61, p. 5-15, 2018.

PEREIRA, S. A. **Alocação de custos numa instituição federal de ensino superior: o caso da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR**. 1999. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

PETTIGREW, A. M. Context and action in the transformation of the firm. **Journal of management studies**, v. 24, n. 6, p. 649-670, 1987.

PIACITELLI, L.P. **Avaliação da Sustentabilidade nas Universidades: uma proposta por meio da teoria dos conjuntos fuzzy**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) - Instituto de Ciência e Tecnologia de Sorocaba, UNESP, Sorocaba, 2019.

PISANI, J. A. Sustainable development: Historical roots of the concept. **Environmental Sciences**, v. 3, n. 2, p. 83-96, 2006.

POLIDORI, M. M.; CARVALHO, N. O. Acreditação de instituições de educação superior: uma necessidade ou uma normatização. **Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior**, n. 21, v. 3, 2016.

POLIDORI, M. M. Políticas de avaliação da educação superior brasileira: Provão, SINAES, IDD, CPC, IGC e... outros índices. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 14, n. 2, p. 439–452, 2009.

POLIDORI, M. M.; RETTL, A. M. M.; MORAES, M. C. B. DE; CASTRO, M. C. L. Políticas de Avaliação da Educação Superior Brasileira. **Educação e Realidade**, v. 36, n. 1, p. 253–278, 2011.

PORTOCARRERO-SIERRA, L., J. A. RESTREPO-MORALES, J. A.; ARIAS-CALDERÓN, J. E. Evaluación del impacto de la acreditación de alta calidad en las instituciones públicas de educación superior de Colombia. **Formacion Universitaria**, v. 13, n. 6, p. 37-50, 2020.

QUEIROZ, F. C. B. P.; QUEIROZ, J. V.; VASCONCELOS, N. V. C.; FURUKAVA, M.; HÉKIS, H. R.; PEREIRA, F. A. B. Transformações no ensino superior brasileiro: análise das Instituições Privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado. **Ensaio: avaliação de políticas públicas em educação**, v. 21, n. 79, p. 349-370, 2013.

RAMOS, L. R.; SOUZA, A. L. Conscientização ambiental e inclusão: a interseção entre sustentabilidade e comunidade surda no contexto socioambiental. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 9, p. 01-18, 2024.

REIS, A. T. L.; LAY, M. C. D. O projeto da habitação de interesse social e a sustentabilidade social. **Ambiente Construído**, v. 10, n. 3, p. 99-119, 2010.

REIS, C. Z. T.; SILVEIRA, S. F. R.; FERREIRA, M. A. M. Autoavaliação em uma instituição federal de ensino superior: resultados e implicações. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 15, n. 3, p. 109-129, 2010.

RIBEIRO, J. L. L. S. Avaliação das universidades brasileiras as possibilidades de avaliar e as dificuldades de ser avaliado. **Avaliação**, v. 16, n. 1, p. 57-71, 2011.

RIBEIRO, J. L. L. S. SINAES: o que aprendemos acerca do modelo adotado para avaliação do ensino superior no Brasil. **Avaliação**, v. 20, n. 1, p. 143-161, 2015.

RIBEIRO, R. P. **Demonstração do Resultado Econômico: um estudo sobre a eficiência na aplicação dos recursos públicos em uma universidade pública federal do semiárido potiguar**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, 2018.

RITTA, C. O.; SORATO, K. A. D. L.; HEIN, N. Análise envoltória de dados para avaliação da eficiência financeira dos cursos de graduação de uma IES comunitária. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 10, n. 2, p. 91-114, 2017.

ROHRICH, S. S.; TAKAHASHI, A. R. W. Sustentabilidade ambiental em Instituições de Ensino Superior, um estudo bibliométrico sobre as publicações nacionais. **Gestão & Produção**, v. 26, n. 2, 2019.

ROLIM, L. F.; ALMEIDA, A. T. C.; LOMBARDI FILHO, S. C.; JÚNIOR, O. R. A. avaliação da eficiência dos gastos das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras. **Teoria e Prática em Administração**, v. 11, n. 1, p. 1-16, 2021.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, 2012.

ROSA, P. C. **Desempenho de processos educacionais: mensuração e aplicação em instituição de ensino superior**. 2006. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Cont. Atuariais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ROY, B. Decision science or decision-aid science? **European Journal of Operational Research**, v. 66, n. 2, p. 184-203, 1993.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009.

SADAN, E.; CHURCHMAN, A. Global Sustainability and Community Empowerment. In: CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR PEOPLE-ENVIRONMENT STUDIES, 14., 1996, Stockholm. **Proceedings...** Stockholm: Royal Institute of Technology (KTH), The Department of Architecture and Townplanning, v. 1, p. 184-192, 1996.

SÁNCHEZ, P. B. **Aprendizagem organizacional em fusões e aquisições de instituições de educação superior: um estudo de caso em uma universidade de Santa Catarina**. 2020. Qualificação de Tese (Doutorado em Administração) - Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SANTOS, A. R.; BARBOSA, F. L. S.; MARTINS, D. F. V.; MOURA, H. J. Orçamento, indicadores e gestão de desempenho das Universidades Federais Brasileiras. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 9, n. 4, p. 276-285, 2017.

SAMPAIO, H. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior Unicamp**, v. 4, n. 1, p. 28-43, 2011.

SARI, R. F.; LUDDIN, M. R.; RAHMATC, A. Performance evaluation of academic services in the university using the balanced scorecard: A study at an Indonesian open university. **International Journal of Innovation, Creativity and Change**, v. 12, n. 12, p. 627-660, 2020.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L. Sustainability and sustainable development: A taxonomy in the field of literature. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 1-20, 2014.

SANTOS, J. N. A.; ALVES, M. M.; JÚNIOR, J. A. S. Inovação e sustentabilidade: elementos De transformação socioambiental na Realidade do município de Bragança, Pará. **Conexões**, v. 11, n. 1, 2023.

SANTOS, L. P. G. Uma contribuição à discussão sobre a avaliação de desempenho das instituições federais de ensino superior: uma abordagem da gestão econômica. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 13, n. 28, p. 86-99, 2002.

SANTOS, S. R. B. **O balanced scorecard como instrumento de gestão à luz dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação superior**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, UnB, UFPB, UFRN, João Pessoa-PB, 2008.

SAVEGNAGO, C. L.; GOMEZ, S. R. M.; DALLA CORTE, M. G. A agenda 2030 nas universidades federais brasileiras: um estudo exploratório. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 14, p. 226-238, 2022.

SAZONOV, S. P.; KHARLAMOVA, E. E.; CHEKHOVSKAYA, I. A.; POLYANSKAYA, E. A. Evaluating financial sustainability of higher education institutions. **Asian Social Science**, v. 11, n. 20, p. 34-40, 2015.

SCHWARTZMAN, S. O “conceito preliminar” e as boas práticas de avaliação do ensino superior. **Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, v. 26, n. 38, p. 9-22, 2008.

SELVA, M. L. M.; MEDINA, R. P.; MARZAL, C. C. Quality and efficiency of Spanish Public Universities. **Revista de Estudios Regionales**, v. 99, p. 135-154, 2014.

SERAFINI, P. G. **Os objetivos de desenvolvimento sustentável nas instituições de ensino superior: iniciativas e barreiras no processo de implementação**. 2022. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SILVA, C. L. **A eficiência relativa dos gastos públicos federais em educação superior no Brasil**. 2019. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2019.

SILVA, J. C. P.; CUNHA, G. R. Sustentabilidade municipal na trilogia social, ambiental e econômica-financeira: uma análise da alocação dos recursos públicos do município de Porto Firme/MG. **REUNIR Revista De Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 14, n. 1, p. 1-28, 2024.

SILVA, L. C. S. **Sistema de Gerenciamento Ambiental (SGA): uma proposta para instituições de Ensino Superior (IES)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

SILVA, G. S.; L. D. ALMEIDA, L. D. Sustainability Indicators For Higher Education Institutions: A Proposal Based On The Literature Review. **Revista De Gestão Ambiental e Sustentabilidade-Geas**, v. 8, n. 1, p. 123-144, 2019.

SILVA JUNIOR, A. **Trajetória de crescimento, governança corporativa e gestão universitária: estudo de caso em três instituições de educação superior do tipo familiar**. 2006. Tese (Doutorado) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SILVA JUNIOR, A; MARTINS-SILVA, P. O.; VASCONCELOS, K. C. A.; SILVA, V. C.; MELO, M. R.; DUMER, M. C. R. Sustainability indicators for the management of Brazilian higher education institutions. **BAR - Brazilian Administration Review**, v. 15, n. 3, 2018.

SILVA JUNIOR, A; POLIZEL, C. E. G; SOUZA, S.; SILVA, A. R.; SILVA, P. O. M.; SOUZA, S. P.. (2014). Políticas públicas para a educação superior: a avaliação, a regulação e a supervisão de IES privadas em debate. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 22, n. 82, p.215–240, 2014

SILVA, R. **Sustentabilidade financeira das instituições de ensino superior privadas: um modelo de gestão estratégica com base no sistema nacional de avaliação superior (SINAES)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Centro Universitário La Salle, Canoas, 2017.

SILVA, T. F.; PEREIRA, V. S.; BRITO, Z. M. Sustentabilidade financeira em pequenas e médias empresas: desafios e estratégias contábeis. **Revista Acadêmica Online**, v.10, n.52, p. 01-18, 2024.

SINGH, R. K.; MURTY, H. R.; GUPTA, S. K.; DIKSHIT, A. K. An overview of sustainability assessment methodologies. **Ecological Indicators**, v. 15, p. 281-290, 2012.

SOUSA, E. S.; CARVALHO, D. B. Educação para gestão ambiental: um estudo dos instrumentos propostos pela administração pública federal voltados ao consumo sustentável. **Revista brasileira de educação ambiental**, v. 10, n. 2, p. 283-300, 2015.

SOUZA, A. C. **Proposta de um sistema de custos para uma instituição de ensino superior: o caso da UNOESC do campus de Videira**. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SOUZA, L. H. G. R. **Public Policies in Higher Education in Brazil: analysis of the National Survey on Student Performance ENADE, from the perspective of the Policy Cycle Model**. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

SPIEL, C.; SCHWARTZMAN, S. A contribuição da educação para o progresso social. **Ciência & Trópico**, v. 42, n. 1, p. 31-106, 2018.

SPONCHIADO, P. J. **Construção e validação de mapa estratégico com ênfase na dimensão da aprendizagem e crescimento: estudo de caso em uma unidade de uma Instituição de Ensino Superior**. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

STEJSKAL, K.; SAYED, N.; LENTO, C. Mapping stakeholder expectations of a publicly funded post-secondary institution: A balanced scorecard perspective. **Accounting and the Public Interest**, v. 20, n. 1, p. 104-137, 2020.

STEURER, R.; LANGER, M. E.; KONRAD, A.; MARTINUZZI, A. Corporations, stakeholders and sustainable development i: a theoretical exploration of business–society relations. **Journal of Business Ethics**, v. 61, p. 263–281, 2005.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: Modelo de implantação em Campus Universitário. **Gestão e Produção**, v.13, n.3, p. 503-515, set/dez. 2006.

TAVARES, R. S.; ANGULO-MEZA, L.; SANT'ANNA, A. P. A proposed multistage evaluation approach for Higher Education Institutions based on network Data envelopment analysis: A Brazilian experience. **Evaluation and Program Planning**, v. 89, 2021.

TCU, Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 461**, Plenário, 2022.

TCU, Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 1.043**, Plenário, 2006.

TCU, Tribunal de Contas da União. **Decisão nº 408**, 2002.

TCU, Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa nº 198**, 2022

TCU, Tribunal de Contas da União. **Instrução Normativa nº 47**, 2004.

TCU, Tribunal de Contas da União. **Instrução Normativa nº 84**, 2020.

TCU, Tribunal de Contas da União. **I Fórum sobre as Instituições Federais de Ensino Superior**. O TCU promove a busca de soluções. Tribunal de Contas da União. Brasília, p. 148. 2008.

TCU, Tribunal de Contas da União. **Orientações para o cálculo dos Indicadores de Gestão**. Versão Revisada em março/2004.

TEIXEIRA, A. Notas para a história da educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 37, n. 85, jan./mar., p.181-188, 1962.

TEIXEIRA A. **O ensino superior no Brasil – análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.

TIMOVSKI, R.; PACEMSKA, T. A. Application of new mathematical models in the higher education evaluation process. **South East European Journal of Sustainable Development**, v. 5, n. 3, p. 102-111, 2021.

TRAINA-CHACON, J. M. CALDERÓN, A. I. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, v. 6, n. 17, p. 78-100, 2015.

TRAN, C. T. T.; VILLANO, R. A. Financial efficiency of tertiary education institutions: a second-stage dynamic network data envelopment analysis method. **Singapore Economic Review**, v. 66, n. 5, p. 1421-1442, 2021.

UFCSPA, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. **Relatório de Gestão 2022**. 2023. Disponível em: <https://ufcspa.edu.br/sobre-a-ufcspa/etica-e-transparencia/45-sobre-a-ufcspa/etica-e-transparencia/relacionados/121-relatorios-de-gestao>. Acesso em: 5 de maio de 2023.

UFFS, Universidade Federal da Fronteira Sul. **Relato Integrado 2022**. 2023. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/prestacao_anual_de_contas. Acesso em: 5 de maio de 2023.

UFPEL, Universidade Federal de Pelotas. **Relatório de Gestão do Exercício de 2022**. 2023. Disponível em: https://portal.ufpel.edu.br/wp-content/uploads/Relatorio-de-Gestao-2022_rev17.pdf. Acesso em: 5 de maio de 2023.

UFPR, Universidade Federal do Paraná. **Relatório de Gestão 2022**. 2023. Disponível em: <http://www.proplan.ufpr.br/portal/relatorio-de-gestao/>. Acesso em: 5 de maio de 2023.

UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Relatório de Gestão 2022**. 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/governanca/informacoes-institucionais/relatorio-de-gestao/>. Acesso em: 5 de maio de 2023.

UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina. **Avaliação Anual 2021: Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**, 2022. Disponível em: <https://pdi.ufsc.br/avaliacao-anual/>. Acesso em: 5 de maio de 2023.

UFSC, Universidade Federal De Santa Catarina. **Relatório de Gestão 2022**, 2023a. Disponível em: <https://dpqi-seplan.ufsc.br/relatorio-de-gestao/>. Acesso em: 5 de maio de 2023.

UFSC, Universidade Federal De Santa Catarina. **Observatório UFSC**, 2023b. Disponível em: <https://obs.ufsc.br/observatorio/>. Acesso em: 5 de maio de 2023.

UFSM, Universidade Federal de Santa Maria. **Relatório de Gestão 2022**. 2023. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/relatorio-de-gestao>. Acesso em: 5 de maio de 2023.

UNILA, Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **Relatório Integrado de Gestão 2022**. 2023. Disponível em: https://portal.unila.edu.br/institucional/copy_of_RelatoIntegradodeGesto20222023final.pdf. Acesso em: 5 de maio de 2023.

UNIPAMPA, Universidade Federal do Pampa. **Relatório de Gestão Integrado 2022**. 2023. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/propladi/files/2023/03/relatorio-de-gestao-integrado-exercicio-2022.pdf>. Acesso em: 5 de maio de 2023.

UTFPR, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. **Relatório de Gestão 2022**. 2023. Disponível em: <https://www.utfpr.edu.br/aceso-a-informacao/assessoria-de-processos-disciplinares/relatorios>. Acesso em: 5 de maio de 2023.

VALLANCE, S.; PERKINS, H. C.; DIXON, J. E. What is social sustainability? A clarification of concepts. **Geoforum**, v. 42, p. 342–348, 2011.

VEIGA, M. M. Agrotóxicos: eficiência econômica e injustiça socioambiental. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 12, n. 1, 2007.

VELÁZQUEZ, L; NORA, M; PLATT, A.; TADDEI, J. Sustainable university: what can be the matter? **Journal of Cleaner Production**, v. 14, p. 810-819, 2006.

VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 4, p. 66–72, 2005.

VERHINE, R. E.; FREITAS, A. A. da S. M. de. A avaliação da educação superior: modalidades e tendências no cenário internacional. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas, SP, v 3, n. 7, p. 16-39, 2012.

VERHINE, R. E; DANTAS, L. M. V.; SOARES, J. F. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.14, n.52, p. 291-310, 2006.

VIEGAS, S. F. S.; CABRAL, E. R. Práticas de sustentabilidade em instituições de ensino superior: evidências de mudanças na gestão organizacional **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 8, n. 1, p. 236-259, 2015.

XAVIER, A. R. **Análise de custos como ferramenta de gestão estratégica da educação superior: um estudo dos conceitos do ponto de equilíbrio e margem de contribuição e sua aplicabilidade em IES privada**. 2014. 118f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará, 2014.

XISTO, J. G. R. **Contribuição para o desenvolvimento de um modelo de sustentabilidade financeira de empresas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Programa de Pós-graduação em Administração de Organizações. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

WAHEED, B.; KHAN, F. I.; VEITCH, B. Developing a quantitative tool for sustainability assessment of HEIs. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 12, n. 4, p. 355-368, 2011.

WEBER, J.; MACHADO, N. S.; PADGETT, R. C. M. L.; SEHNEM, S. Indicadores de sustentabilidade para Instituições de Ensino Superior: O caso da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 10, n. 4, p. 42-55, 2020.

WEENEN, H. Towards a vision of a sustainable university. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 1, n. 1, p. 20-34, 2000.

WOHNRATH, E. P. **A utilização do Balanced Scorecard no controle dos indicadores de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Cont. Atuariais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

WRIGHT, T.S. A. The evolution of environmental sustainability declarations in higher education. In: Wals, A.E.J., Corcoran, P.B. (Eds.), *Higher Education and the Challenge of*

Sustainability: Problematics, Promise, and Practice. Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, The Netherlands, 2004.

WOHNRATH, E. P. **A utilização do Balanced Scorecard no controle dos indicadores de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Cont. Atuariais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

WCED. World Commission on Environment and Development. **Our Common Future**. 1987.

WU, H.; KIN, Y.; CHANG, C. Performance evaluation of extension education centers in universities based on the balanced scorecard. **Evaluation and Program Planning**, v. 34, n. 1, p. 37-50, 2011.

YANNOULAS, S. C.; SOUZA, C. R. F.; ASSIS, S. G. Políticas educacionais e Estado avaliador: uma relação conflitante. **Sociedade em Debate** (UCPel), v. 15, n.2, p. 55-67, 2009. Disponível em: <<http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/351>>.

ZULIANI, M. H. **Custo por aluno de graduação e de cursos técnicos em uma universidade federal: um estudo de caso**. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Minas Gerais, 2019.

APÊNDICE A - AGÊNCIAS ACREDITADORAS CREDENCIADAS PELA CHEA

<i>REGIONAL ACCREDITING ORGANIZATIONS</i>
Accrediting Commission for Community and Junior Colleges Western Association of Schools and Colleges
Higher Learning Commission
Middle States Commission on Higher Education
New England Commission of Higher Education
Northwest Commission on Colleges and Universities
Southern Association of Colleges and Schools Commission on Colleges
WASC Senior College and University Commission
<i>NATIONAL FAITH-RELATED ACCREDITING ORGANIZATIONS</i>
Association of Advanced Rabbinical and Talmudic Schools (AARTS)
Association for Biblical Higher Education Commission on Accreditation
Commission on Accrediting of the Association of Theological Schools
Transnational Association of Christian Colleges and Schools Accreditation Commission
<i>INSTITUTIONAL ACCREDITING ORGANIZATIONS</i>
Distance Education Accrediting Commission
<i>PROGRAMMATIC ACCREDITING ORGANIZATIONS</i>
Accreditation Commission for Audiology Education
Accreditation Commission for Programs in Hospitality Administration
Accreditation Commission for Education in Nursing
Accreditation Council for Business Schools and Programs
Accreditation Council for Pharmacy Education
Accreditation Review Commission on Education for the Physician Assistant, Inc.
Accreditation Council for Optometric Education
Accrediting Council on Education in Journalism and Mass Communications
American Academy of Forensic Sciences Forensic Science Education Programs Accreditation Commission
American Council for Construction Education
American Board of Funeral Service Education Committee on Accreditation
American Culinary Federation Education Foundation, Inc. Accrediting Commission
American Library Association Committee on Accreditation

American Physical Therapy Association Commission on Accreditation in Physical Therapy Education
American Occupational Therapy Association Accreditation Council for Occupational Therapy Education
American Podiatric Medical Association Council on Podiatric Medical Education
American Psychological Association Commission on Accreditation
Association for Advancing Quality in Educator Preparation
Association for Behavior Analysis International Accreditation Board
American Veterinary Medical Association Council on Education
Association of Technology, Management and Applied Engineering
Commission on Accreditation for Health Informatics and Information Management Education
Aviation Accreditation Board International
Commission on Accreditation for Marriage and Family Therapy Education American Association for Marriage and Family Therapy
Commission on Accreditation for Respiratory Care
Commission on Accreditation of Athletic Training Education
Commission on Accreditation of Allied Health Education Programs
Commission on Accreditation of Healthcare Management Education
Commission on Accreditation of Medical Physics Education Programs, Inc.
Commission on Sport Management Accreditation
Commission on Opticianry Accreditation
Council for Accreditation of Counseling and Related Educational Programs
Council for Interior Design Accreditation
Council for the Accreditation of Educator Preparation
Council for Standards in Human Service Education
Council on Academic Accreditation in Audiology and Speech-Language Pathology American Speech-Language-Hearing Association
Council on Accreditation of Nurse Anesthesia Educational Programs
Council on Chiropractic Education
Council on Accreditation of Parks, Recreation, Tourism and Related Professions
Council on Rehabilitation Education Commission on Standards and Accreditation
Council on Social Work Education Commission on Accreditation

Joint Review Committee on Education in Radiologic Technology
International Accreditation Council for Business Education
Joint Review Committee on Educational Programs in Nuclear Medicine Technology
Landscape Architectural Accreditation Board American Society of Landscape Architects
National Accrediting Agency for Clinical Laboratory Sciences
Masters in Psychology and Counseling Accreditation Council
National Association for the Education of Young Children
National Association of School Psychologists
Planning Accreditation Board
Network of Schools of Public Policy, Affairs and Administration
Psychological Clinical Science Accreditation System

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em CHEA (2023b).

APÊNDICE B - INDICADORES ENCONTRADOS EM TESES E DISSERTAÇÕES PARA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Referência	Portfólio Bibliográfico	Indicadores Encontrados	Quantidade: Indicadores
Wohnrath (2013)	Avaliação financeira da educação superior	<p><i>Área: Clientes</i></p> <p>Número de alunos matriculados na graduação</p> <p>Relação candidato/vaga no vestibular</p> <p>Pesquisa de mercado</p> <p>Número de alunos matriculados na pós-graduação</p> <p>Número de parcerias com grandes empresas do mercado</p> <p>Obter o recredenciamento (sim ou não)</p> <p><i>Área: Processos Internos</i></p> <p>Número de requerimentos de matrícula/total de alunos matriculados</p> <p>Número de acervo e títulos/aluno</p> <p>Número de equipamentos/alunos</p> <p>Pesquisa de satisfação do público interno</p> <p>Número de ex-alunos participantes no projeto</p> <p><i>Área: Aprendizado e Crescimento</i></p> <p>Número de professores mestres e doutores</p> <p>Quantidade de funcionários com escolaridade do 3º grau</p> <p>Número de funcionários/micros</p> <p>Pesquisa de satisfação dos professores e funcionários</p> <p>Número de participações em cursos/quantidade total de funcionários</p> <p>Taxa de turn-over do pessoal</p> <p>Número de publicações dos professores por ano</p> <p>Número de funcionários participantes no programa de bolsas de estudo para funcionários</p> <p><i>Área: Financeira</i></p> <p>Crescimento anual do faturamento</p> <p>Percentual da margem de contribuição</p> <p>Percentual do investimento/valor receita</p>	22

Dalla Nora (2014)	Avaliação financeira da educação superior	<p><i>Indicadores TCU</i></p> <p>Custo corrente / aluno equivalente</p> <p>Aluno tempo integral / número de professores</p> <p>Aluno tempo integral / número de funcionários</p> <p>Funcionário equivalente / número de professores</p> <p>Grau de Participação Estudantil (GPE)</p> <p>Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)</p> <p>Conceito CAPES/MEC para pós</p> <p>Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)</p> <p>Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)</p>	8
Guerra (2006)	Avaliação financeira da educação superior	<p><i>Indicadores TCU</i></p> <p>Relação Custo corrente / aluno equivalente</p> <p>Relação Aluno tempo integral / número de professores</p> <p>Aluno tempo integral / número de funcionários</p> <p>Funcionário equivalente / número de professores</p> <p>Grau de Participação Estudantil (GPE)</p> <p>Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)</p> <p>Conceito CAPES/MEC para pós</p> <p>Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)</p> <p>Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)</p>	9

Cardoso (2017)	Avaliação financeira da educação superior	<p><i>Área: Financeira</i></p> <p>Mês civil de conclusão da elaboração dos Planos e Orçamentos</p> <p>Nº de revisões anuais dos Planos e Orçamentos</p> <p>% de recursos orçamentários alocados para Ensino</p> <p>% de recursos orçamentários alocados para Pesquisa</p> <p>% de recursos orçamentários alocados para Extensão</p> <p>% de recursos orçamentários alocados para folha de pagamento e encargos</p> <p>% de recursos orçamentários alocados em equipamentos e infraestrutura</p> <p>% de alunos bolsistas em relação ao total de alunos da UM</p> <p>% de alunos que recebem bolsas parciais concedidas pela UM</p> <p>% de alunos que recebem bolsas da Câmara Municipal / Governo de CV</p> <p>% de alunos bolsistas que desistem anualmente dos cursos da UM</p> <p>% de alunos que recebem bolsas e encontram-se inadimplentes (considera-se inadimplência atrasos superiores a 90 dias)</p> <p>% de recursos orçamentários captados junto a entidades bancárias</p> <p>Nº de investimentos financiados em execução</p> <p>Nº de investimentos financiados com atraso na execução</p> <p>% de recursos oriundos de Mensalidades e taxas em relação ao Orçamento Global (incluído as bolsas)</p> <p>% de alunos não bolsistas que encontram-se inadimplentes (prazo superior a 90 dias)</p> <p>% do orçamento anual alocado para o pagamento de despesas com folha de pagamento e encargos</p> <p>Média mensal de tributo para cada colaborador (em milhares de escudos)</p> <p>% do orçamento anual alocado para o pagamento de fornecedores</p> <p>Prazo médio em dias para o pagamento de fornecedores</p> <p>% de tributos pagos fora do prazo legal que geraram multa</p> <p>Nº de pagamentos realizados de forma inconsistente (pagamentos com atraso, valor incorreto...)</p> <p>% de projetos executados nos prazos previamente definidos</p> <p>Quantidade de Operações interbancárias realizadas anualmente</p> <p>% de operações financeiras não contabilizadas nos termos e prazos legais</p> <p>Carga horária anual de eventos realizados para a promoção da cidadania fiscal</p> <p>% de tributos em relação às receitas</p> <p>Medir a % de execução financeira anual da atividade Ensino</p> <p>Medir a % de execução financeira anual da atividade Pesquisa</p> <p>Medir a % de execução financeira anual da atividade Extensão</p> <p>Medir o % de recebimentos inconsistentes identificados pela auditoria</p> <p>Medir o % de pagamentos inconsistentes identificados pela auditoria</p> <p>% de negociações acordadas e não cumpridas (pagas) pelos estudantes</p> <p>Quantidade de procedimentos /rotinas aperfeiçoados em decorrência de sugestões da auditoria (anualmente)</p> <p>% de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão viabilizados por meio da execução dos projetos</p> <p>% de projetos executados por meio de recursos internos</p> <p>% de projetos executados por meio de recursos externos</p>	76
----------------	---	--	----

		<p><i>Área: Pesquisa</i></p> <p>Carga horária total alocada durante o curso relacionada aos Métodos de Investigação</p> <p>Quantidade de seminários disponibilizados aos discentes anualmente</p> <p>Quantidade de visitas de estudos realizadas em organizações em geral, anualmente</p> <p>Nº de eventos destinado a apresentação de ideias de negócios aos discentes, anualmente</p> <p>% de docente que possuem vinculação a determinada linha de pesquisa</p> <p>% de docentes que participam em Programas de Capacitação Técnica, anualmente</p> <p>% de docentes que participam de palestras, seminários e workshop anualmente</p> <p>% de docentes que participam de Júris (mínimo um) no decorrer de um ano letivo</p> <p>% de docentes que concluíram ou estão cursando Programa de Mestrado</p> <p>% de docentes que concluíram ou estão cursando Programa de Doutorado</p> <p>Quantidade de docentes que participam de programas de mobilidade externa (outros países)</p> <p>Quantidade de parcerias institucionais que fomentam e possibilitam a realização de pesquisa</p> <p>Quantidade de projetos com foco em pesquisa elaborados e submetidos em parceria</p> <p>Modalidades de recursos disponibilizados para a UM, por meio das parcerias com foco em pesquisa. Entende-se como modalidades de recursos: (i) financeiros, (ii) humanos, (iii) equipamentos.</p> <p>Recursos humanos e materiais disponibilizadas aos pesquisadores, sendo: (i) notebook; (ii) sala individual para pesquisa; (iii) equipe de apoio técnico.</p> <p>Média anual de orientandos de TCCs, considerando exclusivamente os professores orientadores</p> <p>% de docentes que realizam pesquisas anualmente (orientação de TCCs, Dissertações, etc...)</p> <p>Carga horária média mensal (por docente mestre ou doutor) disponibilizada para pesquisa por parte da Uni Mindelo.</p> <p>% de docentes que realizam pesquisas com seus pares na UM</p> <p>% de docentes que realizam pesquisas em parceria com pesquisadores de outras Universidades de Cabo Verde</p> <p>% de docentes que realizam pesquisas em parceria com pesquisadores de Universidades de outros países (inclui programas de mestrado e doutorado em parceria)</p> <p>Tipo de estratégia utilizada</p> <p>Tipo de Procedimentos e Normas utilizados</p> <p>Forma de desenvolvimento do Código de Ética</p> <p>Nº de TCC (licenciatura) defendidos que geraram publicação para UM no último ano</p> <p>Nº de TCC (mestrado) defendidos que geraram publicação para UM no último ano</p> <p>Nº de TCC (doutorado) defendidos que geraram publicação para UM no último ano</p> <p>Nº de artigos médio por docente aceitos para publicação em periódicos no último ano</p> <p>Nº de artigos médio por docente aceitos para apresentação em eventos no último ano</p> <p>Nº de artigos médio por docente publicados em anais de congresso no último ano</p> <p>Nº de processos iniciados para registro de patentes no ano</p> <p>% de participação docente em eventos científicos no último ano</p> <p>% de docentes com publicação em revistas com alto fator de impacto nos últimos dois</p>
--	--	---

			<div>anos</div> <div>% de pesquisas voltadas a temas ligados à problemas sociais no último ano</div> <div>% de pesquisas voltadas a temas ligados à problemas ambientais no último ano</div> <div>% de pesquisas voltadas a temas ligados à problemas empresariais no último ano</div> <div>% de acréscimo de recursos externos obtidos no ano em comparação com ano anterior</div> <div>Quantidade de novos negócios realizados no ano</div>	
--	--	--	---	--

Lima Júnior (2008)	Avaliação financeira da educação superior	<p><i>Área: Aprendizagem e Crescimento</i> Qualificação dos professores Qualificação dos TAE Motivação e satisfação no trabalho</p> <p><i>Área: Processos Internos</i> Projeto pedagógico/qualidade de ensino Programas de pesquisa e extensão Infraestrutura física e tecnológica (Acervo bibliográfico, laboratorial...)</p> <p><i>Área: Clientes</i> Conhecer o perfil do aluno Atender as expectativas do aluno Criar valor ao aluno, criando serviços de apoio</p> <p><i>Área: Financeira</i> Individualizar ativos por aluno Identificar gastos correntes por aluno Rentabilidade por aluno</p>	12
-----------------------	---	---	----

Fahl (2006)	<p>Avaliação financeira da educação superior</p>	<p><i>Área: Financeira</i> Crescimento anual do faturamento Retorno s/ capital aplicado Valor econômico agregado (EVA) Fluxo de caixa Valor de mensalidade não recebidas/ valor da receita total Custo por acesso instalado</p> <p><i>Área: Clientes</i> Índice de satisfação Discente (ISD) Satisfação do Cliente Valor da mensalidade da FAV em face do Valor da mensalidade dos concorrentes Índice de evasão Índice de transferências (saídas) Índice de matrículas trancadas Número de alunos matriculados na graduação Número de alunos matriculados na pós-graduação Relação candidato-vaga.</p> <p><i>Área: Processos Internos</i> Número de consultas realizadas Eficácia= custos esperados/custos efetivos Índice de satisfação discente Índice de produtividade da mão de obra (resultados/custos da mão-de-obra) Eficácia = custos esperados/custos efetivos Índice de produtividade da mão de obra (resultados/ custo da mão de obra) Novos investimentos em tecnologia Número de títulos disponíveis Índice de satisfação discente Número de agendamentos para utilização dos projetores multimídias</p> <p><i>Área: Aprendizado e Crescimento</i> Índice de produtividade da mão-de-obra (resultados/custo da mão-de-obra) Satisfação dos colaboradores Número de publicações por ano Número de professores titulados Número de pessoal técnico-administrativo com formação em nível médio e superior Novas competência desenvolvidas Taxa de turn-over do pessoal Índice de satisfação discente</p>	33
-------------	--	--	----

Sponchiado (2006)	<p>Avaliação financeira da educação superior</p>	<p><i>Área: Financeira</i> Evolução da receita em relação ao ano anterior Comparativo do valor das mensalidades entre as instituições concorrentes Utilização da salas de aula e laboratórios Ocupação de vagas por curso Margem operacional</p> <p><i>Área: Clientes</i> % sobre investimento total em propaganda % de alunos plenamente satisfeitos + satisfeitos com os serviços de apoio da instituição % de clientes plenamente satisfeitos + satisfeitos com os serviços oferecidos pela instituição % de retenção dos alunos % de clientes plenamente satisfeitos + satisfeitos com ensino na instituição % de alunos plenamente satisfeitos + satisfeitos com a infraestrutura da instituição</p> <p><i>Área: Processos Internos</i> Taxa de respostas dos clientes às campanhas de serviços educacionais % de satisfação dos clientes por serviços educacionais Nº de novos contratos de parceria com clientes Investimento em atividades de extensão Investimentos em programas educativos de preservação ambiental Número de propostas para novos projetos e sugestões de novos serviços Número de novos cursos oferecidos Número de novos cursos oferecidos e implantados Custo per capita (aluno/curso) Conceito avaliação do MEC sobre corpo docente Conceito avaliação do MEC sobre infraestrutura Conceito avaliação do MEC sobre projeto pedagógico Investimento em máquina, equipamento e benfeitoria</p> <p><i>Área: Aprendizagem e Crescimento</i> % de investimentos sobre a Receita total Plano de Carreira do pessoal técnico-administrativo % de crescimento de publicações em revistas indexadas/ano % do número de doutores % do número de mestres % de técnico-administrativo com número de ensino superior % de técnico administrativo com ensino médio % de rotatividade de técnicos administrativos % de rotatividade de professores % investimentos em infraestrutura em TI/gastos administrativos % investimento em TI/gastos administrativos % de professores e técnico-administrativos que tem conhecimento destes propósitos % de investimento em qualificação para formação específica</p>	40
-------------------	--	---	----

			<p>% de técnico administrativos plenamente satisfeitos +satisfeitos</p> <p>% de professores plenamente satisfeitos e satisfeitos</p> <p>% de indicadores, dados, estatísticas, acessíveis em toda IES.</p>	
--	--	--	--	--

Santos (2008)	Avaliação financeira da educação superior	<p><i>Área: Financeira</i> ROI (Return on Investments) EVA (Economic Value Added) Investimento em ativos intangíveis Investimentos em ativos tangíveis % do LL distribuído</p> <p><i>Área: Clientes</i> Média por curso no enade Pesquisa de opinião % de PSFS cobertos por atendimentos curriculares Quantidade e qualidade dos atendimentos em espaços próprios da IES % de alunos matriculados nos cursos em relação ao total de matriculados no estado.</p> <p><i>Área: Processos Internos</i> Taxa de crescimento na concorrência dos vestibulares Média do CRE Taxa de redução do custo por aluno Taxa de redução de investimentos com sucesso na celebração de convênios Taxa de crescimento da utilização dos serviços da biblioteca Tempo médio de atendimento das necessidades dos discentes Número de reclamações feitas por docentes e discentes com relação a limpeza e atrasos nas instalações de equipamento de informática, audiovisuais, entre outros Número de readequações no PPC Taxa de sucesso no lançamento de novos cursos de graduação e pós-graduação</p> <p><i>Área: Aprendizado e Crescimento</i> % de contratados a tempo integral e doutores Número de oficinas pedagógicas Taxa de cobertura de cargos estratégicos Eficácia do banco de dados Cobertura estratégica em tecnologia Taxa de pedidos de demissão para atuação em outras empresas Taxa de conflitos registrados por coordenadores de departamentos</p>	26
---------------	---	--	----

Gama (2013)	Avaliação financeira da educação superior	Regime de Trabalho Titulação % de doutores Lucratividade	4
-------------	---	---	---

Campos (2008)	Avaliação financeira da educação superior	<p><i>Área: Aprendizagem</i> D = Total de Doutores, M = Total de Mestres, E = Total de Especialistas, G = Total de Graduados D/T = % Doutores no Corpo Docente E/T = % Mestres no Corpo Docente E/T = % de Especialistas no Corpo Docente G/T = Proporção de Graduados no Corpo Docente</p> <p><i>Área: Crescimento</i> V/M = Vagas / Matrículas M/D Matrículas por Docente I/D Ingressos/Docentes</p> <p><i>Área: Processos Internos - Biblioteca</i> T/A = Títulos por Aluno, L/A = Livros por Aluno, PN/A = Periódicos Nacionais por Aluno PI/A = Periódicos Internacionais por Aluno AE/A = Acervo Eletrônico por Aluno Uso = Uso da Biblioteca Freq = Frequência de Uso da Biblioteca Pesq = Uso da Biblioteca para Pesquisa</p> <p><i>Área: Processos Internos - TI</i> Acad = Quantidade de computadores para fins acadêmicos Admin = Quantidade de computadores para fins administrativos Ac/A = Computadores Acadêmicos por aluno Ad/A = Computadores Administrativos por aluno Inte = Uso da Internet para Pesquisa Acesso = Acesso pleno aos computadores pelos alunos</p> <p><i>Área: Processos Interno - Ensino 1</i> MetS/A/D = Qualidade dos Métodos de Ensino Superior / Adequada / Deficiente Exig = Nível de Exigência Deficiente (Nível de Facilidade) Turma = Proporção de turmas menores que 31 alunos Sala = Qualidade da Sala de Aula Lv/Txt = Adota Livro Texto Xerox = Adota Cópias Xerox de Trechos Apost = Adota Apostila e Resumos</p> <p><i>Área: Processo Interno - Ensino 2</i> DAE = Didática predominante de aulas expositivas com participação dos alunos DTG = Didática predominante de trabalhos em grupo em sala de aula APD = Uso predominante de avaliação com provas discursivas APP = Uso predominante de avaliação com provas práticas ATG = Uso predominante de avaliação com trabalhos de grupo</p>	41
---------------	---	--	----

		<p>PDisp = Proporção da disponibilidade da maioria ou todos os professores em atender os alunos extraclasses</p> <p>PCT = Proporção dos alunos que percebem que todos os professores têm domínio atualizado do assunto que lecionam</p> <p>PCM = Proporção dos alunos que percebem que a maioria dos professores têm domínio atualizado do assunto que lecionam</p> <p>A/D = Alunos por Docente</p> <p><i>Área: Clientes</i></p> <p>Pensamento = Capacidade de organização e expressão do pensamento</p> <p>Raciocínio = Raciocínio Lógico e Análise</p> <p>Decisão = Tomada de Decisão</p> <p>Equipe = Atuar em Equipe</p> <p><i>Área: Financeira</i></p> <p>Mensalidade</p>	
--	--	---	--

Pacheco (2016)	Avaliação da sustentabilidade da educação superior	<p>Emissão de Gases do Efeito Estufa</p> <p>Qualidade do Ar Externo</p> <p>Operação e Manutenção de Edificações</p> <p>Projeto de Edificações e Construção</p> <p>Qualidade do Ar Interno</p> <p>Compra de Alimentos e Bebidas</p> <p>Refeições de Baixo Impacto</p> <p>Consumo de Energia das Edificações</p> <p>Energia Limpa e Renovável</p> <p>Gestão da Paisagem</p> <p>Biodiversidade</p> <p>Compras de Eletrônicos</p> <p>Compras de Produtos de Limpeza</p> <p>Compras de Papel de Escritório</p> <p>Compras Inclusivas e Locais</p> <p>Análises de Custo de Ciclo de Vida</p> <p>Diretrizes para Parceiros de Negócio</p> <p>Frota do Campus</p> <p>Intermodalidade no Transporte de Estudantes</p> <p>Intermodalidade no Transporte de Funcionários</p> <p>Apoio para Transporte Sustentável</p> <p>Minimização da Geração de Resíduos</p> <p>Desvio de Resíduos (do Aterro Sanitário)</p> <p>Desvio de Resíduos de Construção e Demolição</p> <p>Gestão dos Resíduos Perigosos</p> <p>Uso da Água</p> <p>Gestão da Água da Chuva</p> <p>Gestão de Águas Residuárias</p>	28
----------------	--	--	----

Costa (2012)	Avaliação da sustentabilidade da educação superior	<p>Área: Biodiversidade</p> <p>Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas (m2 e %)</p> <p>Habitats protegidos ou recuperados (m2 e %)</p> <p>Número e volume total de derrames significativos (m3)</p> <p>Número de espécies, na Lista Vermelha da International Union for Conservation of Nature (IUCN) e na lista nacional de conservação de espécies, com habitats em áreas afetadas.</p> <p>Área: Água</p> <p>Consumo de água por origem, total (m3 /ano) e per capita (m3 /ETI3)</p> <p>Recursos hídricos significativamente afetados pelo consumo de água (m3)</p> <p>Quantidade de água reciclada e reutilizada (m3 /ano e %)</p> <p>Descarga total de água residual, por qualidade e destino (m3 /ano).</p> <p>Área: Energia</p> <p>Consumo indireto de energia (TEP/ano)</p> <p>Poupança de energia por melhorias na conservação e eficiência do uso de energia, total e %</p> <p>Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou no uso de energias renováveis</p> <p>Iniciativas para reduzir o consumo de energia pelos membros do campus</p> <p>Energia eléctrica proveniente de fontes renováveis, total e %</p> <p>Instalação de fontes renováveis de energia</p> <p>Certificação energética de edifícios</p> <p>Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e reduções alcançadas.</p> <p>Área: Atmosfera</p> <p>Emissões totais diretas de GEE (t/ano)</p> <p>Emissões totais indiretas de GEE (t/ano)</p> <p>Iniciativas para reduzir as emissões de GEE e reduções alcançadas (t/ano)</p> <p>Compromisso para compensação de emissões (%)</p> <p>Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono (t/ano).</p> <p>Área: Materiais</p> <p>Materiais utilizados (t ou m3)</p> <p>Materiais utilizados provenientes de reciclagem ou reutilizados (%)</p> <p>Número de iniciativas de promoção da reutilização e reciclagem de materiais (nº/ano)</p> <p>Alimentos biológicos utilizados na confeção das refeições (%)</p>	34
--------------	--	---	----

		<p>Área: Resíduos</p> <p>Quantidade total de resíduos produzidos, por tipo e método de eliminação (t/ano)</p> <p>Taxa de deposição seletiva dos resíduos (por exemplo, papel e papelão, embalagens, vidro, biodegradáveis, pilhas, toners e lâmpadas)</p> <p>Taxa de redução da produção dos diversos tipos resíduos produzidos</p> <p>Taxa de reciclagem, taxa de valorização ou taxa de desvio de resíduos de aterro</p> <p>Quantidade e qualidade de compostos produzidos</p> <p>Área: Educação Ambiental</p> <p>Programas contínuos e específicos de educação ambiental para alunos, funcionários, professores, moradores do entorno (nº de programas/ano)</p> <p>Oportunidade de estágio para alunos de graduação na área de sustentabilidade do campus (nº de estágios/ano)</p> <p>Programas que promovam campanhas de mudança de comportamentos no campus (nº de programas/ano)</p> <p>Pesquisa multidisciplinar voltada para diferentes temáticas em educação ambiental (forma e informal) (nº de artigos publicados/ano) (nº de teses e dissertações/ano) e nº de patentes/ano</p>	
--	--	---	--

Silva (2019)	Avaliação da sustentabilidade da educação superior	<p>Indicadores de desempenho gerencial (IDG)</p> <p>Área: Efetivação da política ambiental e projetos da IES</p> <p>Total de objetivos e metas obtidas</p> <p>Número de projetos realizados para prevenção da poluição</p> <p>Quantidade de funcionários que estão envolvidos em projetos ambientais (por exemplo: reciclagem, iniciativas de limpeza, sugestões)</p> <p>Total de propostas dos funcionários para a melhoria ambiental</p> <p>Número de prestadores de serviços contratados tendo um SGA implementado ou certificado</p> <p>Número de níveis gerenciais com compromissos ambientais específicos</p> <p>Quantidade de funcionários que receberam treinamento versus quantidade de funcionários que necessitam de treinamento</p> <p>Número de funcionários que tem requisitos ambientais em suas descrições de trabalho.</p> <p>Área: Cumprimento das expectativas e requisitos</p> <p>Nível de cumprimento a regulamentações</p> <p>Nível de atendimento dos prestadores de serviços com relação aos requisitos estabelecidos pela IES</p> <p>Quantidade de multas e penalidades ou custos a elas concedidos</p> <p>Total de auditorias realizadas versus planejadas</p> <p>Total de ações corretivas concluídas</p> <p>Tempo para responder ou corrigir incidentes ambientais</p> <p>Total de revisões dos procedimentos operacionais.</p> <p>Indicadores de desempenho operacional (IDO)</p> <p>Área: Materiais</p> <p>Total de materiais processados, reciclados ou reutilizados que são utilizados</p> <p>Número de materiais perigosos utilizados nas atividades</p> <p>Quantidade de água reutilizada</p> <p>Quantidade de matéria-prima reutilizada nas atividades</p> <p>Total de materiais de embalagem descartados ou reutilizados</p> <p>Área: Energia</p> <p>Total de energia utilizada por ano</p> <p>Total de energia utilizada por atividade ou serviço</p> <p>Total de energia economizada devido a projetos de conservação de energia.</p> <p>Área: Serviços de apoio às suas atividades</p>	38
--------------	--	---	----

	<p>Quantidade de materiais perigosos utilizados pelos prestadores de serviços contratados</p> <p>Número de materiais recicláveis e reutilizáveis utilizados pelos prestadores de serviços contratados</p> <p>Quantidade ou tipo de resíduos gerados pelos prestadores de serviços.</p> <p>Área: Resíduos</p> <p>Total de resíduos transformados em material reutilizável por ano</p> <p>Total de resíduos acondicionados no local</p> <p>Quantidade de resíduos por ano</p> <p>Quantidade de resíduos por atividade</p> <p>Número de resíduos controlados por licenças</p> <p>Total de resíduos perigosos, recicláveis ou reutilizáveis produzidos por ano</p> <p>Área: Emissões atmosféricas</p> <p>Quantidade de emissões específicas por ano</p> <p>Número de emissões específicas por atividade</p> <p>Total de emissões com capacidade de redução da camada de ozônio</p> <p>Total de emissões com capacidade de mudança climática global.</p> <p>Área: Efluentes para o solo</p> <p>Quantidade de material específico derramado por ano</p> <p>Quantidade de material enviado para o aterro sanitário por produto</p> <p>Quantidade de efluente por serviço ou cliente.</p>	
--	---	--

Piacitelli (2019)	Avaliação da sustentabilidade da educação superior	<p><i>Área: Percepção dos professores</i> <i>Subárea: Currículo</i> Tópicos de Sustentabilidade Potencial sobre exploração de temas relacionados à sustentabilidade Oferecimento de disciplinas</p> <p><i>Subárea: Instituição</i> Como a instituição se esforça em mostrar/ensinar seus alunos sobre a sustentabilidade Demonstração pela instituição de estruturas multi e interdisciplinares Evidências de sustentabilidade ao caminhar pelo campus Como a questão da sustentabilidade é considerada nas ações da instituição</p> <p><i>Subárea: Pesquisa e Projetos</i> A intensidade de projetos estimulados pela instituição Outros professores da instituição que tem feito pesquisa sobre sustentabilidade O professor faz pesquisas sobre sustentabilidade Interesse do professor em desenvolver e/ou orientar pesquisas</p> <p><i>Área: Percepção dos alunos</i> <i>Subárea: Currículo</i> Tópicos de Sustentabilidade nas disciplinas Demonstração de Sustentabilidade</p> <p><i>Subárea: Instituição</i> Reconhecimento pelos Alunos Estímulo ao emprego em Empresas Sustentáveis</p> <p><i>Subárea: Pesquisa e Extensão</i> Envolvimento em Pesquisas e/ou Bolsas de Estudo Envolvimento dos Professores em Ensino/Pesquisa</p> <p><i>Subárea: Percepção dos funcionários</i> Práticas Operacionais de Sustentabilidade Reconhecimento dos Funcionários com relação à Sustentabilidade Envolvimento Comunitário Evidências no Campus Estrutura Multi/Interdisciplinar</p> <p><i>Subárea: Projeto/pesquisa/ensino</i> Projeto/Plano para a Sustentabilidade Integração em Atividades de educação</p>	24
Dourado (2017)	Instrumentos de avaliação da educação superior	Taxa de permanência dos alunos no curso (Tp) Taxa de conclusão dos alunos no curso (Tc) Indicador de trajetória docente (TD)	7

		<p>Relação aluno professor (RAP)</p> <p>Atuação do docente na IES (At)</p> <p>Conhecimento a agregar ao curso (CAC)</p> <p>Atendimento do docente no curso (ADC)</p>	
Dantas (2018)	Custo: educação superior	<p>Despesa/Aluno</p> <p>Despesa/ mensalidade</p> <p>Receita/Aluno</p> <p>Receita/mensalidade</p> <p>Número de alunos por curso;</p> <p>Número de alunos por disciplina;</p> <p>Número de aluno de graduação;</p> <p>Número de alunos de pós-graduação;</p> <p>Número de trabalho científico publicados.</p> <p>Composição das despesas</p> <p>% do resultado entre receita e despesa considerando a totalidade das receitas com repasse da prefeitura e ativos financeiros</p> <p>% do resultado entre receita e despesa considerando o total da receita sem repasse municipal</p> <p>% do resultado entre despesa e receita sobre o total de receita sem repasse municipal e ativos financeiros</p>	13
Falcão (2017)	Custo: educação superior	<p>Custo total/aluno</p> <p>Custo total/departamento</p> <p>Custo médio da formação do aluno</p> <p>Custo da reitoria distribuído às Pró-Reitorias (Custo total da Reitoria/Nº de Pró-Reitorias)</p> <p>Custo total distribuído pela graduação do departamento</p> <p>Custo do ensino por aluno do departamento</p> <p>Custo do ensino da graduação do departamento</p> <p>Custo direto do aluno da graduação do departamento</p> <p>Custo total do aluno da graduação do departamento</p> <p>% por sexo do aluno</p> <p>% por estado civil do aluno</p> <p>% por cor/raça do aluno</p> <p>% por forma de entrada dos ingressantes</p> <p>% candidatos oriundos de reservas de vagas</p> <p>% de bolsistas sobre total de alunos</p> <p>% do vínculos dos ingressantes</p> <p>Distribuição local de residência alunos ingressantes (%)</p> <p>Taxa de retenção, conclusão, evasão e número de alunos por curso</p> <p>Taxa de conclusão</p> <p>Custo por diploma</p> <p>Custo por aluno</p>	21

Ferreira (2004)	Custo: educação superior	<p>Margem de contribuição</p> <p>Ponto de Equilíbrio Contábil</p> <p>Ponto de Equilíbrio Econômico</p> <p>Ponto de Equilíbrio Financeiro</p> <p>Margem de Segurança</p> <p>Grau de Alavancagem Operacional</p>	6
Ferreira (2012)	Custo: educação superior	<p>IDD</p> <p>IGC</p> <p>CPC</p> <p><i>Indicadores TCU</i></p> <p>Custo corrente / aluno equivalente</p> <p>Aluno tempo integral / professor equivalente</p> <p>Funcionário equivalente / aluno tempo integral</p> <p>Funcionário equivalente / professor equivalente</p> <p>Grau de participação estudantil</p> <p>Grau de envolvimento discente com pós-graduação</p> <p>Conceito CAPES/MEC para a Pós-graduação</p> <p>Índice de Qualificação do corpo docente</p> <p>Taxa de sucesso na graduação</p>	12
Hachmann (2001)	Custo: educação superior	<p>Margem de contribuição</p> <p>Ponto de Equilíbrio</p>	2
Hoffmann (2020)	Custo: educação superior	<p>Custo Médio Anual de um Curso</p> <p>Custo Médio dos cursos de Graduação por Unidade Acadêmica</p> <p>Custo Médio dos cursos de Pós-Graduação por Unidade Acadêmica</p> <p>Custo Médio de um Aluno por Curso</p> <p>Variável Vínculo Docente Contratado</p> <p>Composição do Custo das Atividades Secundárias da Unidade Acadêmica</p> <p>Percentual de Custo por Grupo de Atividades Secundárias</p> <p>Percentual de Custo por Atividade Primária (PCAP)</p> <p>Perspectiva do Custo dos Produtos</p> <p>Custo Médio de um Curso (CMC)</p> <p>Custo Médio de um Curso de Graduação</p> <p>Custo Médio de um Curso de Pós-Graduação</p> <p>Custo médio de um aluno padrão</p> <p>Custo médio de um aluno matriculado</p> <p>Custo médio de um aluno ocioso</p> <p>Custo geral das unidades</p>	16
Machado (2020)	Custo: educação superior	<p>Custo/aluno</p> <p>Evolução Comparada do Custo por Aluno</p>	2

Magalhães (2007)	Custo: educação superior	<p>Custo distribuído ao ensino de graduação por departamento</p> <p>Custo da pró-reitoria de administração distribuído às diretorias</p> <p>Custo do ensino de graduação antes da distribuição entre departamentos</p> <p>Custo do ensino de graduação após distribuição entre os departamentos</p> <p>Custo por aluno de graduação</p> <p>Gasto médio anual com técnico-administrativo</p> <p>Gasto médio anual com docentes</p> <p>Custo por matrícula do ensino de graduação</p> <p>Custo total médio por disciplina do ensino de graduação</p> <p>Custo hora/aula do ensino de graduação</p> <p>Custo do ensino de graduação</p> <p>Custo por aluno</p> <p>Custo anual por aluno de graduação de cada departamento</p> <p>Custo total médio da formação dos alunos dos cursos de graduação</p>	14
Magalhães (2009)	Custo: educação superior	<p>Custo-aluno</p> <p>Distribuição de fontes de financiamento (%)</p> <p>Valores repassados pela UEG x valores definidos na CE</p> <p>Evolução da despesa</p> <p>% das despesas aplicados para o ensino</p> <p>Ampliação de vagas (%)</p> <p>% médio de crescimento em número de matrículas</p> <p>Crescimento médio no n° de matrículas</p>	8
Morgan (2004)	Custo: educação superior	<p>Custo do ensino</p> <p>Custo por aluno</p> <p>Custo de ensino nas unidades acadêmica</p> <p>Proporção do esforço dispendido ao ensino (custo de pessoal efetivo/docente/substituto x Proporção da carga horária despendida ao ensino)</p> <p>Custo do ensino após a distribuição entre institutos/faculdades</p> <p>Média dos alunos regulares ativos</p> <p>Recursos próprios x recursos totais</p> <p>Custo do metro quadrado dos bens imóveis</p>	9
Ostroski (2019)	Custo: educação superior	<p>Custo unitário/aluno</p> <p>Distribuição dos custos por grupo de despesa (%)</p>	2
Pereira (1999)	Custo: educação superior	<p>Disponibilidade horária docente</p> <p>Custo atividade de ensino</p> <p>Custo anual do aluno</p> <p>Custo programa de qualificação docente</p> <p>Custo da produção científica e da pesquisa</p> <p>Custo da atividade de extensão</p> <p>Custo das atividades docentes complementares</p> <p>Custo da capacidade ociosa</p>	8

Ribeiro (2018)	Custo: educação superior	<p>Custo de oportunidade % do resultado sobre a receita Resultado econômico Resultados exames de suficiência Custo anual do curso</p>	5
Rosa (2006)	Custo: educação superior	<p>Contribuição direta Contribuição direta/Receita Custo Diretos de Ensino/ Receita Receita por aluno Custo por aluno da série Contribuição por aluno Nº alunos por sala Custo direto por aluno Contribuição direta por aluno Nº de disciplinas Recebeveis em atraso Quantidade de alunos Quantidade de turmas/classe Média de alunos por turma Média de disciplinas por turma Média de alunos por disciplina Capacidade física de alunos por sala Melhorias por curso</p>	18
Silva (2019)	Custo: educação superior	<p>Custo Corrente/ Aluno Equivalente sem HU Professor equivalente / aluno tempo integral Índice de qualificação do Corpo Docente Total de publicações da universidade Total de citações que os trabalhos da universidade receberam Citações por publicação da universidade Publicação por docente da universidade Citações por docente Publicações em revistas nacionais Recursos recebidos por instituição Bolsistas CNPq Teses Citações internacionais por docente Publicações em coautoria internacional Pedidos de patentes Parceria com empresas Avaliadores do MAC (qualidade dos cursos) Professores com doutorado e mestrado Professores em dedicação integral e parcial Nota no ENADE Opinião de profissionais de RH de diversas empresas sobre preferências de contratação</p>	20

Souza (2000)	Custo: educação superior	Resultado líquido direto Resultado operacional Resultado não operacional Resultado financeiro	4
Xavier (2014)	Custo: educação superior	Percentual da mensalidade por aluno Percentual Quantidade de alunos por curso Percentual Receita mês por curso Percentual de Receita por curso Margem de contribuição unitária margem de contribuição total margem de contribuição por curso ponto de equilíbrio em unidades (nº de alunos) Ponto de equilíbrio em percentual Ponto de equilíbrio por curso (nº de alunos) Grau de alavancagem total Grau de alavancagem por curso Variação da receita operacional Variação no resultado operacional	14
Zuliani (2019)	Custo: educação superior	Vagas oferecidas Matriculados no ano Matriculados todos os períodos Diplomados Número de servidores por segmento Composição Pessoal e Encargos (elemento de despesa) Composição benefícios (elemento de despesa) Composição Despesas Correntes Composição Investimentos (elemento de despesa) Composição Utilização dos recursos próprios Composição das descentralizações recebidas Composição Aposentadorias e Pensões Custo curso Custo concluinte Custo por vaga	15
TOTAL DE INDICADORES			591

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base na literatura (2024).

APÊNDICE C - INDICADORES ENCONTRADOS EM ARTIGOS PARA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Referência	Portfólio Bibliográfico	Indicadores Encontrados	Quantidade de Indicadores
Barbosa, Freire e Crisóstomo (2011)	Avaliação da Educação Superior	<i>Indicadores TCU</i> Custo corrente / aluno equivalente (incluindo os 35% da(s) despesa(s) do HU(s)) Custo corrente / aluno equivalente (excluindo a(s) despesa(s) do HU(s)) Aluno tempo integral / número de professores Aluno tempo integral / número de funcionários (incluindo funcionários a serviço no(s) HU(s)) Aluno tempo integral / número de funcionários equivalentes (excluindo funcionários a serviço no(s) HU(s)) Funcionário equivalente / número de professores (incluindo funcionários a serviço no(s) HU(s)) Funcionário equivalente / número de professores (excluindo funcionários a serviço no(s) HU(s)) Grau de Participação Estudantil (GPE) Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG) Conceito CAPES Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	12

Reis, Silveira e Ferreira (2010)	Avaliação da Educação Superior	<p>39</p> <p><i>Políticas para o ensino, pesquisa e extensão</i></p> <p>Relevância científica das pesquisas Relevância social das pesquisas Prioridades para a extensão Integração extensão-pesquisa Relevância social-educacional-econômica da extensão Apoio para eventos externos</p> <p><i>Responsabilidade social</i></p> <p>Ações com responsabilidade social Ações para o desenvolvimento regional-estadual-nacional Relacionamento com órgãos municipais-estaduais -federais Relacionamento com setor privado e mercado de trabalho Promoção da cidadania e inclusão social Integração com comunidade regional na área artística e cultural</p> <p><i>Comunicação com a sociedade</i></p> <p>Comunicação com comunidade externa Comunicação com comunidade universitária Política de marketing Qualidade dos serviços da ouvidoria</p> <p><i>Organização e gestão</i></p> <p>Estatuto e Regimento Geral da UFV Composição e funcionamento do CEPE e CONSU</p> <p><i>Infraestrutura física e didática</i></p> <p>Recursos computacionais, laboratoriais, equipamentos, sistemas e internet Qualidade do transporte na UFV Qualidade e funcionamento das instalações dos laboratórios didáticos Qualidade das instalações das salas de aula Atendimento ao portador de necessidades especiais Serviços de segurança no Campus Espaços para lazer e conveniência no Campus Trânsito de veículos no Campus Serviços de limpeza e conservação de edificações infraestrutura Serviços prestados pelas cantinas e lanchonetes Instalações e condições no oferecimento de educação a distância Instalações físicas da biblioteca central Serviços prestados pela biblioteca central Acerco da Biblioteca central</p> <p><i>Atendimento ao discente</i></p>
-------------------------------------	--------------------------------	---

Rolim <i>et al.</i> (2021)	Avaliação da Educação Superior	<p>Inputs</p> <p>Gasto corrente das universidades federais, incluindo despesas com remuneração de pessoal (professores e técnicos administrativos) em atividade e outros valores de custeio (como energia elétrica, água, internet, material de limpeza e escritório, serviços de auxílio estudantil) e serviços terceirizados).</p> <p>Número total de docentes em atividade (excluindo-se os professores afastados e aposentados), com atuação em atividades de ensino e pesquisa.</p> <p>Número de funcionários técnicos administrativos, importantes para a provisão de serviços de administração e de suporte para as atividades de ensino e pesquisa.</p> <p>Outputs</p> <p>Número de matriculados</p> <p>Índice Geral de Cursos (IGC).</p> <p>Taxa de proporção de alunos da raça preta.</p> <p>Taxa de proporção de alunos cotistas.</p> <p>Índice de Desenvolvimento Humano do Estado.</p> <p>Logaritmo natural do PIB per capita do Estado.</p> <p>Dummies para cada região do Brasil, cuja categoria de referência é o Sudeste.</p> <p>Razão entre o número de alunos e o número de professores.</p> <p>Razão entre o número de técnicos administrativos e o número de professores.</p> <p>Taxa de proporção de docentes com PhD.</p> <p>Taxa de proporção de docentes com dedicação exclusiva.</p>	14
----------------------------	--------------------------------	--	----

Almeida e Sellitto (2013)	Avaliação da Educação Superior	35	<p>Poluição sonora</p> <p>Movimentação de veículos Maquinário de zeladoria Movimentação humana Maquinário de aprendizagem</p> <p>Poluição atmosférica</p> <p>Emissão de CO2 Emissão de Nox Emissão de material particulado Gases solventes e reagentes Queimadas e simulações de incêndios</p> <p>Efluentes</p> <p>Água de sanitários Laboratório de química Laboratório de mecânica Água de limpeza Água de cozinha Sistema de tratamento de efluentes</p> <p>Resíduos sólidos</p> <p>Lixo orgânico Lixo seco Lixo eletrônico Sucata de oficinas Material contaminado Material reciclável</p> <p>Uso de recursos naturais e do solo</p> <p>Permeabilidade do solo Degradação do solo Preservação de nascentes Área desmatada Integração projeto-ambiente</p> <p>Influência na vida selvagem</p> <p>Diversidade da fauna Diversidade da flora Densidade populacional das espécies animais Quantidade de plantas por espécie Área plantada/área de vegetação nativa Área construída/área natural</p>
------------------------------	--------------------------------	----	---

Influência no microclima Influência na temperatura local Influência na umidade relativa Influência nas correntes de ar (ventos)				
--	--	--	--	--

Ferreira, Santos e Pessanha (2012)	Avaliação da Educação Superior	<p>Custo corrente / aluno equivalente</p> <p>Aluno tempo integral / Professor equivalente</p> <p>Funcionário Equivalente / Aluno Tempo Integral</p> <p>Funcionário Equivalente / Professor Equivalente</p> <p>Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação</p> <p>Índice de Qualificação do Corpo Docente</p> <p>Grau de Participação Estudantil</p> <p>Taxa de Sucesso na Graduação</p> <p>Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação</p> <p>Indicador de Diferença entre o Desempenho esperado e o observado</p>	10
Weber <i>et al.</i> (2020)	Avaliação da Educação Superior Avaliação da Sustentabilidade na Educação Superior	<p>Acesso</p> <p>Desempenho dos Estudantes</p> <p>Alunos</p> <p>Curriculo</p> <p>Publicações sobre Sustentabilidade</p> <p>Participação da Pesquisa sobre Sustentabilidade</p> <p>Extensão</p> <p>Cultura</p> <p>Servidores</p> <p>Qualidade de Vida no Trabalho</p> <p>Capacitação, Educação e Sensibilização</p> <p>Água e Esgoto</p> <p>Resíduos</p> <p>Energia</p> <p>Conformidade</p> <p>Queixas e Reclamações</p> <p>Consumo</p> <p>Transporte (deslocamento de pessoal)</p> <p>Desempenho Econômico</p> <p>Práticas de Compras e Contratações</p> <p>Avaliação de fornecedores</p> <p>Direitos Humanos</p> <p>Diversidade e Igualdade de Oportunidades</p> <p>Saúde e Bem-Estar no Campus</p> <p>Sociedade</p> <p>Segurança no Campus</p>	26
Bertolin (2007)	Avaliação da Educação Superior	<p>Investimento em educação</p> <p>Porcentagem de investimento estatal e privado em ES em relação ao PIB</p> <p>Porcentagem de investimento estatal em ES em relação ao total investimento em educação</p> <p>Investimento com educação superior por discente: geral, estatal e privado</p> <p>Investimento em pesquisa</p>	35

		<p>Investimento em P&D na ES: geral, estatal e privado</p> <p>Investimento estatal em P&D por tipo de instituição</p> <p>Investimento em TIC</p> <p>Investimento em TICs para ES: geral, estatal e privado</p> <p>Quantidade e formação docente</p> <p>Razão entre discentes e docentes com alta titulação</p> <p>Razão entre discentes e todos os docentes</p> <p>Porcentagem de docentes com mais alta titulação obtida no exterior</p> <p>Número de horas de ensino</p> <p>Número de carga horária média dos cursos de graduação</p> <p>Porcentagem de tempo dos docentes dedicados a P&D</p> <p>Acesso e utilização das TIC</p> <p>Porcentagem de tempo de ensino em que os cursos de graduação utilizam TIC</p> <p>Número de horas salário e dedicação dos docentes</p> <p>Taxa média de dedicação de tempo dos docentes para IES</p> <p>Média salarial dos docentes da ES: geral, estatal e privada</p> <p>Taxa de rotatividade de docentes nas instituições</p> <p>Diversificação de IES, cursos e áreas</p> <p>Porcentagem dos discentes por tipos de cursos de graduação (presencial, a distância, licenciaturas, tecnológicos, bacharelados)</p> <p>Porcentagem dos discentes por grandes áreas do conhecimento</p> <p>Internacionalização dos discentes</p> <p>Porcentagem de discentes estrangeiros em relação a todos os discentes</p> <p>Porcentagem dos discentes estudando no estrangeiro em relação a todos os discentes</p> <p>Avaliação de IES e cursos</p> <p>Porcentagem dos cursos e instituições avaliadas externamente</p> <p>Nível de Êxito dos alunos em exames</p> <p>Porcentagem de discentes com bom aproveitamento nos exames de aprendizagem: geral e por disciplinas</p> <p>Porcentagem de cursos com boa avaliação externa: geral e por tipo de cursos</p>
--	--	---

		<p>Proporção de matriculados e taxas de escolarização</p> <p>Taxa de escolarização bruta da ES</p> <p>Número de discentes para cada grupo de 100 mil habitantes: geral e por disciplina</p> <p>Porcentagem de discentes que trabalham</p> <p>Porcentagem de discentes por faixas-etárias</p> <p>Taxa de evasão no primeiro ano de estudo na ES</p> <p>Impactos no desenvolvimento econômico e social</p> <p>Taxa de empregabilidade de graduados até dois ano geral e por disciplinas</p> <p>Porcentagem de diplomados em educação superior no conjunto da força de trabalho</p> <p>Porcentagem de discentes envolvidos com P&D</p> <p>Número de publicações científicas relevantes para cada grupo de 100 docentes pesquisadospres: geral e por grandes áreas do conhecimento</p> <p>Equidade social e regional</p> <p>Relação entre o percentual da raça dos estudantes da ES e o percentual da raça da população</p> <p>Relação entre o percentual de estudantes da ES de classes sociais baixas e o percentual da população de classes sociais baixas</p> <p>Relação entre o percentual de estudantes da ES das regiões e o percentual da população dessas regiões</p> <p>Porcentagem de cursos com bom aproveitamento nos exames de aprendizagem por região do país</p>
--	--	--

Nascimento <i>et al.</i> (2015)	Avaliação da Educação Superior	<p>Critério: Inclusão social</p> <p>Subcritério: Comunicação e sinalização</p> <p>Sinalização tátila e visual</p> <p>Subcritério: Acessibilidade em edificações</p> <p>Via de acesso ao prédio</p> <p>Acesso ao andar térreo</p> <p>Acesso aos andares superiores</p> <p>Subcritério: Sanitários acessíveis</p> <p>Sanitários acessíveis para portadores de cadeiras de rodas</p> <p>Subcritério: Ergonomia adequada</p> <p>Mesas ou superfícies para o desenvolvimento das atividades pelas pessoas com necessidades especiais</p> <p>Cadeiras para pessoas com necessidades especiais</p> <p>Subcritério: Profissionais intérpretes de libras</p> <p>Professor(es) com formação em libras</p> <p>Técnico administrativo com formação em libras</p> <p>Subcritério: Eventos Organizacionais</p> <p>Eventos realizados ao ano</p> <p>Número de cursos da instituição</p> <p>Subcritério: Ocupação de vagas por estudantes da micro região</p> <p>Vagas ocupadas por estudantes da micro região ao ano</p> <p>Vagas ocupadas por estudantes do estado ao ano</p> <p>Vagas totais ocupadas ao ano</p> <p>Subcritério: Valores éticos, morais e legais</p> <p>Processos analisados e concluídos ao ano</p> <p>Total de processos formalizados ao ano</p> <p>Critério: Desenvolvimento Econômico</p> <p>Subcritério: Pesquisas em parcerias com setor produtivo</p> <p>Total de pesquisas com parcerias com o setor privado ao ano</p> <p>Total de projetos de pesquisas ao ano</p>	67
------------------------------------	--------------------------------	---	----

		<p>Subcritério: Inovação tecnológica</p> <p>Patentes solicitadas no ano</p> <p>Número de cursos da área de tecnologia</p> <p>Subcritério: Impacto econômico no município</p> <p>Gastos (custeio) com professores, funcionários, alunos e administração ao ano</p> <p>Investimentos efetuados referentes a construções, equipamentos ao ano</p> <p>Gastos com consumo ao ano</p> <p>Orçamento do município ao qual a universidade se localiza</p> <p>Subcritério: Atividades empreendedoras</p> <p>Critério: Desenvolvimento Social</p> <p>Existência de empresa júnior e incubadoras</p> <p>Oferta de disciplina com foco em empreendedorismo ao ano</p> <p>Número de áreas de conhecimento existentes na instituição</p> <p>Subcritério: Cotas de ações afirmativas</p> <p>Número vagas destinadas as cotas</p> <p>Número total de vagas oferecidas</p> <p>Subcritério: Cursos de nivelamento para cotistas</p> <p>Número de cursos de nivelamento ao ano</p> <p>Número de cursos da instituição</p> <p>Subcritério: Educação continuada</p> <p>Número de curso de aperfeiçoamento</p> <p>Número de curso Lato Sensu</p> <p>Critério: Defesa do meio ambiente</p> <p>Subcritério: Conteúdo de meio ambiente</p> <p>Quantidade de disciplinas ofertadas com conteúdo de meio ambiente por curso ao ano</p> <p>Número de cursos da instituição</p> <p>Subcritério: Coleta seletiva de lixo</p> <p>Existência de uma política institucional de coleta seletiva</p> <p>A execução da coleta seletiva</p> <p>Destino dos resíduos sólidos</p>
--	--	---

	<p>Subcritério: Projetos de extensão de práticas de gestão</p> <p>Total de projetos de extensão de práticas de gestão ao ano</p> <p>Número total de projetos de extensão ao ano</p> <p>Critério: Defesa do patrimônio e memória cultural</p> <p>Subcritério: Atividades de extensão</p> <p>Número de projetos de extensão ao ano</p> <p>Número de eventos realizados ao ano</p> <p>Número cooperações técnicas existentes</p> <p>Subcritério: Recursos orçamentários</p> <p>Recursos orçamentários disponíveis</p> <p>Recursos orçamentários utilizados</p> <p>Recursos orçamentários da universidade</p> <p>Critério: Defesa da Produção Artística</p> <p>Subcritério: Política institucional e apoio à produção artística cultural</p> <p>Existência de uma política institucional artística cultural</p> <p>Realização de eventos culturais ao ano</p> <p>Projeto de extensão de estímo as artes ao ano</p> <p>Subcritério: Recursos orçamentários</p> <p>Recursos orçamentários disponíveis</p> <p>Recursos orçamentários utilizados</p> <p>Recursos orçamentários da universidade</p> <p>Critério: Defesa da Produção Esportiva e Saúde</p> <p>Subcritério: Infraestrutura para esporte</p> <p>Infraestrutura para prática de esportes</p> <p>Infraestrutura para caminhada</p> <p>Academia para prática de exercícios</p> <p>Subcritério: Infraestrutura para saúde</p> <p>Existência de posto médico/enfermagem para o atendimento de primeiros socorros</p> <p>Posto odontológico</p> <p>Acompanhamento psicossocial</p> <p>Subcritério: Profissionais especializados para a prática desportiva</p>	

Galvão, Corrêa e Alves (2010)	Avaliação da Educação Superior	<p>Estratégia</p> <p>Compromisso da direção: missão e valores. Desdobramento dos planos de ação. Imagem junto à sociedade. Ouvidoria/reclamações. Transparência nas decisões. % melhoria cumprimento/periodo. % melhoria imagem/periodo. % melhoria da comunicação. % reclamações/comparação/periodo. % melhoria relação/stakeholders.</p> <p>Capital Social</p> <p>Afastamento de funcionários/acidente. Mulheres que atuam na IES. Nível de competência técnica/humana. Portadores de necessidades especiais. Programa de apoio ao corpo docente. Programa de benefícios sociais. Quantidade de funcionários/aluno. Turn-over de funcionários. % afastamento de funcionário/periodo. % de mulheres trabalhando/periodo. % de negros trabalhando/periodo. % comparado/periodo (ano/mês). % sobre faturamento/periodo (ano/mês). % sobre faturamento/periodo (ano/mês). % evolução/periodo (ano/mês). % comparado/periodo (ano/mês).</p> <p>Capital Ambiental</p> <p>Redução do consumo de energia elétrica. Redução do consumo de água. Consumo de papel (fonte renovável). Atendimento à legislação ambiental. Uso de coleta seletiva. % comparação/periodo. % comparação/periodo. % comparação/periodo. % comparação/periodo. % de coleta seletiva dos resíduos.</p> <p>Processos-chave</p> <p>Aumento de publicações/professores. Desempenho/atendimento da secretaria.</p>	94
-------------------------------	--------------------------------	---	----

		<p>Desempenho da área de TI.</p> <p>Desempenho da IES/MEC.</p> <p>Quantidade de horas/professor.</p> <p>Quantidade de professores/aluno.</p> <p>Quantidade de professores/titulação.</p> <p>Quantidade de projetos de extensão.</p> <p>Quantidade de projetos de pesquisa.</p> <p>% comparação/total anual.</p> <p>% comparação satisfação/período.</p> <p>% ocorrências/comparação/período.</p> <p>Melhoria do conceito (IGC).</p> <p>Melhoria do conceito (CPC)</p> <p>% de horas/aula/professor.</p> <p>% comparação/período (ano/mês).</p> <p>% professores/titulação.</p> <p>% de projetos de extensão.</p> <p>% de projetos de pesquisa.</p> <p>Cliente</p> <p>Aumento de alunos ingressantes.</p> <p>Redução da evasão escolar.</p> <p>Alunos satisfeitos com a IES.</p> <p>Alunos satisfeitos com os professores.</p> <p>Quantidade de alunos/professor.</p> <p>Quantidade de alunos em estágio.</p> <p>Desempenho dos alunos/Enade.</p> <p>% evolução/período (ano/semestre).</p> <p>% evolução/período (ano/semestre).</p> <p>% melhoria da satisfação/período.</p> <p>% melhoria da satisfação/período.</p> <p>% comparação/período (ano/semestre).</p> <p>% comparação/período (ano/semestre).</p> <p>Melhoria do conceito (desempenho).</p> <p>Capital Financeiro</p> <p>Aumento da receita.</p> <p>Aumento do lucro operacional.</p> <p>Redução dos custos operacionais.</p> <p>Participação de mercado.</p> <p>Redução custo de aluno/receita.</p> <p>Redução da inadimplência.</p> <p>Investimento em marketing.</p> <p>% evolução da receita/período.</p> <p>% evolução do lucro/mês/semestre/ano.</p> <p>% relação custos/receita/período.</p> <p>% market share/período.</p>
--	--	---

Santos <i>et al.</i> (2017)	Avaliação da Educação Superior	<p>Custo corrente/aluno (CCAE);</p> <p>Aluno tempo integral/professor (ATIPE);</p> <p>Aluno tempo integral/funcionário (ATIFE);</p> <p>Funcionário equivalente/professor (FEPE);</p> <p>Conceito CAPES (CCAPES);</p> <p>Índice de qualificação do corpo docente (IQCD);</p> <p>Taxa de sucesso na graduação (TSG);</p> <p>Grau de participação estudantil (GPE); e</p> <p>Nível de envolvimento com a pós-graduação (GEPG)</p>	9
-----------------------------	--------------------------------	--	---

Martins (2015)	Avaliação da Educação Superior	<p>Perspectiva Educacional ED01) Incentivo a pesquisa:</p> <p>(ED01.01) Bolsas de pesquisa – quantidade de bolsas de pesquisa disponibilizadas aos acadêmicos (ED01.02) Quantidade de alunos vinculados à pesquisa (ED01.03) Cursos com programas de pesquisa – quantidade de cursos que ofertam pesquisa a seus discentes;</p> <p>(ED02) Qualidade do ensino:</p> <p>(ED02.01) Avaliações das graduações – utilizando as notas obtidas pelos cursos nas avaliações do Ministério da Educação (MEC), sendo hoje utilizado o ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) e outros que porventura possam vir a ser criados – e (ED02.02) Índice de aprovação em cursos que exijam proficiência – avaliação direcionada apenas aos cursos que tenham provas de proficiência como requisito para registro em seus respectivos Conselhos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • (ED03) Promover a satisfação do aluno: <p>(ED03.01) Índice de satisfação – mensuração da satisfação dos alunos, em relação ao que lhes é oferecido, incluso a própria educação, estrutura, apoio psicossocial etc.;</p> <ul style="list-style-type: none"> • (ED04) Diminuição a taxa de abandono dos alunos durante o curso e Incrementar uma relação duradoura com os alunos: <p>(ED04.01) Melhoria contínua dos cursos – avaliação contínua da conformidade dos cursos com o preceituado pelo MEC e vistumbado pela sociedade e (ED04.02) Preenchimento de vagas ociosas – mensuração percentual do preenchimento das vagas decorrentes de trancamentos de matrículas e desistências.</p> <p>Perspectiva Financeira</p> <ul style="list-style-type: none"> • (FI01) Aumento de receita para reinvestimento na Universidade: <p>(FI01.01) Especializações, (FI01.02) Receita com inscrições (vestibular), (FI01.03) Realização de concursos e (FI01.04) Prestação de serviços (dos cursos);</p> <ul style="list-style-type: none"> • (FI02) Captação de recursos para destinação para pesquisa (bolsa e pesquisa): <p>(FI02.01) Fontes pesquisadoras.</p> <p>5.3 Perspectiva Sociedade</p>	30
----------------	--------------------------------	---	----

		<ul style="list-style-type: none"> • (SO01) Integração e interação entre a Universidade e a Sociedade: (SO01.01) Parcerias com a sociedade (empresas e associações), (SO01.02) Revisão periódica das políticas de acesso e (SO01.03) Índices de transparência pública; • (SO02) Incentivo a extensão: (SO02.01) Bolsas de extensão, (SO02.02) Cursos (graduação) com programas de extensão (Relacionamento de pesquisa com necessidades da sociedade por curso) e (SO02.03) Quantidade de projetos de extensão; • (SO03) Incentivo à cultura: (SO03.01) Promoção de eventos culturais <p>Perspectiva Aprendizado e Crescimento</p> <p>AC.01) Capacitação dos docentes:</p> <p>(AC.01.01) Quantidade de docentes mestres e doutores;</p> <ul style="list-style-type: none"> • (AC.02) Capacitação dos servidores: (AC.02.01) Quantidade de servidores mestres e doutores; • (AC.03) Estrutura ofertada: (AC.03.01) Satisfação com a estrutura e (AC.03.02) acervo das bibliotecas. <p>Perspectiva Processos Internos</p> <ul style="list-style-type: none"> • (PI01) Melhoria dos Indicadores de notas da CAPES: (PI01.01) Indicadores de notas CAPES por programa de pós graduação; • (PI02) Comunicação, Adequação e avaliação contínua institucional: (PI02.01) Ouvidoria para docentes, discentes e agentes universitários; • (PI03) Ampliação de Cursos e Vagas: (PI03.01) Viabilidade de ampliação de vagas nos cursos existentes, (PI03.02) Viabilidade de novos cursos nos campi e (PI03.03) Revisão das grades dos cursos de graduação; • (PI04) Incentivo a servidores e docentes: (PI04.01) Percepção dos incentivos aos servidores.
--	--	---

Santos (2002)	Avaliação da Educação Superior	Receita Operacional (orçado x realizado / evolução) Custos Variáveis (orçado x realizado / evolução) Margem de Contribuição Operacional (orçado x realizado / evolução) Custos/Despesas Fixas (orçado x realizado / evolução) Resultado Econômico (orçado x realizado / evolução)	5
---------------	--------------------------------	---	---

Chen, Yang e Shiau (2006)	Avaliação Financeira na Educação Superior	53	<p>Perspectiva financeira</p> <p>Receitas de mensalidades</p> <p>Montante do subsídio</p> <p>Recompensas de promoção educacional</p> <p>Quantidade de cooperação entre educação e empresas</p> <p>Doação empresarial</p> <p>Taxa de reciclagem de ativos e instalações</p> <p>Taxa de retorno de ativos e instalações</p> <p>Taxa de descarte de instalações de ensino</p> <p>Taxa de utilização de recursos e instalações da biblioteca</p> <p>Taxa de despesas com recursos humanos</p> <p>Perspectiva Clientes</p> <p>Taxa de eliminação de pessoal inadequado</p> <p>Pessoal com taxa de licença múltipla</p> <p>Satisfação do cliente</p> <p>Números de reclamações de clientes</p> <p>Taxa de emprego corporativo</p> <p>Proporção de reputação escolar</p> <p>Perspectiva Processos Internos</p> <p>Disponibilidade do aluno para ir à escola</p> <p>Números participantes em atividades públicas de caridade</p> <p>Nível de avaliação examinado pelo MOE</p> <p>Nível de satisfação com a eficiência da administração</p> <p>Tempo de fluxo da operação</p> <p>Satisfação do cliente</p> <p>Nível de satisfação do cliente da administração informatizada</p> <p>Proporção aluno/funcionário</p> <p>Taxa de renovação de instalações de ensino</p> <p>Taxa de utilização de instalações de ensino</p> <p>Área onde todos poderiam utilizar para atividades</p> <p>Todos poderiam usar a proporção de biblioteca e instalações</p> <p>Perspectivas Aprendizagem e crescimento</p> <p>Nível de especialidade do pessoal confrontado com seu curso de ensino</p> <p>Taxa de pessoal em tempo integral</p> <p>Relação de doutorado</p> <p>Taxa de câmbio acadêmico internacional</p> <p>Nível de satisfação com o ensino</p> <p>Proporção de administração informatizada</p> <p>Proporção de treinamento informatizado de administração</p> <p>Número de aplicações de ensino à distância</p> <p>Proporção de ensino por processo eletrônico</p> <p>Nível do documento sendo cultura líder de desempenho do processo eletrônico</p>
------------------------------	---	----	--

Timovski e Pacemski (2021)	Avaliação Financeira na Educação Superior	Inputs Número de docentes Número de pessoal não docente Despesas não trabalhistas Número de estudantes Financiamento total por aluno Despesas totais por aluno Pessoal acadêmico por aluno Número de docentes em tempo integral Despesas Operacionais Número total de alunos Número de docentes Despesa Número de pessoal não docente Número de docentes Despesas com pessoal Despesas não pessoais Corpo acadêmico Rendimento total Número de estudantes Dotações orçamentais do governo central Receita própria Número de projetos de investigação científica Número de docentes Número de pessoal não docente Número de alunos matriculados em carta Número de alunos matriculados em Informática Mídia científica e telecomunicações Outputs Número de graduados Total entre bolsas de pesquisa Taxa de sucesso (proporção entre o número de alunos aprovados no exame e o número de alunos aprovados no exame) Total de alunos de pós-graduação Total de doutorados concedidos Número total de cursos Número de estudantes Número de publicações ISI Lucro operacional Número de graduados Montante total de subvenções externas e contratos de investigação Graus totais ISCED 5 Total de graus ISCED 6 Número de publicação de artigos publicados colaboração internacional Impacto normalizado Publicações de alta qualidade	52
----------------------------	---	--	----

Moreno e Tadeipalli (2002)	Avaliação Financeira na Educação Superior	<p>Inputs</p> <p>Salários do corpo docente Salários dos funcionários Orçamento operacional Orçamento de equipamentos Espaço alocado para cada unidade acadêmica</p> <p>Outputs</p> <p>Número de cursos de pós-graduação Número de cursos de graduação Equivalentes em tempo integral produzidos Horas de crédito estudantil (SCH) geradas Quantidade de bolsas concedidas</p>	10
Kaur (2021)	Avaliação Financeira na Educação Superior	<p>Inputs</p> <p>Gasto público com o ensino superior Número de docentes</p> <p>Outputs</p> <p>Número de alunos matriculados Número de alunos aprovados</p>	4
Gurban e Sudakova (2015)	Avaliação Financeira na Educação Superior	<p>Custo do ativo imobilizado, máquinas e equipamentos; Número de funcionários universitários; Variação do valor do ativo imobilizado, máquinas e equipamentos por trabalhador; Proporção de docentes e investigadores científicos no total de docentes universitários Número de alunos por professor; Número de funcionários que possuem doutorado ou título de candidato; Número de pesquisadores com título de doutorado; Número de pesquisadores doutorandos; Despesas de P&D por pessoa empregada em trabalho de investigação Quantidade de alunos que recebem bolsa, número de alunos que recebem bolsas, vencedores de concursos (concursos); Número de publicações científicas e apresentações em conferências científicas com a participação de estudantes; Número de documentos de titularidade de propriedade intelectual dos alunos</p>	12

Agha <i>et al.</i> (2011)	Avaliação Financeira na Educação Superior	<p>Despesas operacionais</p> <p>Horas de crédito</p> <p>Recursos de treinamento</p> <p>Número de diplomados: número de alunos que se formam durante o período de estudo de três anos</p> <p>Promoções</p> <p>Atividades de serviço público: número de reuniões, workshops, conferências, ações de formação fora do horário aprovado e atividades extracurriculares.</p>	6	
Cardoso, Enslin e Dias (2016)	Avaliação Financeira na Educação Superior	<p>% de recursos orçamentários alocados para pesquisa,</p> <p>% de recursos oriundos de mensalidades e taxas em relação ao Orçamento Global (incluídas as bolsas),</p> <p>Prazo médio em dias para o pagamento de fornecedores,</p> <p>% do orçamento anual alocado para o pagamento de despesas com folha de pagamento e encargos,</p> <p>Quantidade de operações interbancárias realizadas anualmente,</p> <p>% de operações financeiras não contabilizadas nos termos e prazos legais,</p> <p>% de projetos executados por meio de recursos internos,</p> <p>% de negociações acordadas e não cumpridas (pagas) pelos estudantes,</p> <p>% de pagamentos inconsistentes identificados pela auditoria,</p> <p>Nº de revisões anuais dos Planos e Orçamentos,</p> <p>% de alunos bolsistas em relação ao total de alunos da UM.</p>	11	
Santos <i>et al.</i> (2017)	Avaliação Financeira na Educação Superior	<p>Custo corrente/aluno (CCAE);</p> <p>Aluno tempo integral/professor (ATIPE);</p> <p>Aluno tempo integral/funcionário (ATIFE);</p> <p>Funcionário equivalente/professor (FEPE);</p> <p>Conceito CAPES (CCAPES);</p> <p>Índice de qualificação do corpo docente (IQCD);</p> <p>Taxa de sucesso na graduação (TSG);</p> <p>Grau de participação estudantil (GPE)</p> <p>Grau de envolvimento com a pós-graduação (GEPG)</p>	9	

Sazonov <i>et al.</i> (2015)	Avaliação Financeira na Educação Superior	<p>Índices de eficiência das despesas orçamentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1.1. Índice de rendimentos estruturais; 1.2. Índice de qualidade do planejamento de renda; 1.3. Índice de qualidade da estimativa de gastos com subsídios por determinados tipos de custos; 1.4. Índice de qualidade da estimativa de despesas de capital próprio por determinados tipos de custos; 1.5. Índice estrutural de bens imóveis; 1.6. Índice estrutural dos bens móveis mais valiosos. <p>2. Índices de sustentabilidade financeira (Tabela 2):</p> <ul style="list-style-type: none"> 2.1. Participação nos rendimentos de atividades geradoras de rendimentos, exceto rendimentos de serviços/obras, definidos como atividades principais pagas de acordo com os Estatutos; 2.2. Relação dívida total sobre capital próprio; 2.3. Coeficiente de renovação de ativos fixos; 2.4. Aumento do coeficiente de ativos não financeiros; 2.5. Participação de ativos intangíveis; 2.6. Coeficiente de contas a pagar vencidas 2.7. Coeficiente de recebíveis não recuperáveis. <p>3 Índices de qualidade da gestão financeira: 3.1. Participação da folha de pagamento de funcionários não essenciais na folha de pagamento total;</p> <ul style="list-style-type: none"> 3.2. Parcela da folha de pagamento de bônus do corpo docente; 3.3. Coeficiente de remuneração média do corpo docente no período contábil. 	16
------------------------------	---	---	----

Atafar, Shahrabi e Esfahani (2013)	Avaliação Financeira na Educação Superior	<p>S1 : Infraestrutura financeira suficiente</p> <p>S2 : Aumento da renda</p> <p>S3 : Aumento no ROA</p> <p>S4 : Redução de despesas com funcionários</p> <p>S5 : Aumento da satisfação do cliente</p> <p>S6 : Melhoria da percepção</p> <p>S7 : consistente com as expectativas do cliente</p> <p>S8 : Consistência no processo de entrega de serviços</p> <p>S9 : Conclusão nas instalações de treinamento</p> <p>S10 : melhoria da qualidade</p> <p>S11 : Desenvolvimento de tecnologia da informação</p> <p>S12 : Ordem e coerência</p> <p>S13 : Dar assistência à pesquisa</p> <p>S14 : Aumentar a competência e habilidade do pessoal</p> <p>S15 : Aumento nas publicações em papel</p>	15
Bisongo, Citro e Tommasetti (2014)	Avaliação Financeira na Educação Superior	<p>Despesas de Pessoal/Despesas Correntes</p> <p>Despesas de Pessoal/ Fundo de financiamento ordinário</p> <p>Despesas com pessoal/ Receitas correntes</p> <p>Encargos financeiros/Receitas correntes</p> <p>Reembolso do empréstimo / Receitas correntes</p> <p>Receitas correntes / Despesas correntes + amortização de empréstimos de médio e longo prazo</p> <p>Valores a receber relativos a receitas próprias / Receitas próprias</p> <p>Valores a receber relativos a receitas próprias / Superávit líquido contábil-orçamentário</p> <p>Dívidas relacionadas com despesas correntes / Despesas correntes</p> <p>Empréstimos de curto prazo / Receitas correntes</p> <p>Empréstimos de curto prazo não reembolsados/Receitas correntes</p>	11

Tran e Villano (2021)	Avaliação Financeira na Educação Superior	Pessoal não acadêmico da divisão financeira Receitas das mensalidades dos alunos Financiamento público Custos de operação Ganhos de atividades de pesquisa Pessoal não acadêmico na divisão acadêmica Corpo docente para o ensino Número de alunos matriculados Número de pós-graduandos matricula Número de graduados (conclusões) Área útil para espaços acadêmicos	11
--------------------------	---	---	----

Portocarrero-Sierra, Restrepo-Morales e Arias-Calderón (2020) (PORTOCARRERO-SIERRA; RESTREPO-MORALES; ARIAS-CALDERÓN, 2020)	Avaliação Financeira na Educação Superior	<p>Econômico</p> <p>Contribuições Nacionais: aportes do governo por ano</p> <p>Selos de financiamento</p> <p>Transferências</p> <p>Imposto de Renda Patrimonial</p> <p>Gestão</p> <p>Número de alunos por professor</p> <p>Contribuições por aluno</p> <p>Cobertura: porcentagem dos estudantes de cada IES dividido pelo total de estudantes do sistema</p> <p>Social</p> <p>Empregabilidade: nível de empregabilidade de cada IES, em relação ao total de egressos que se encontram dentro do sistema de segurança social do país</p> <p>Renda: ingresso do compromisso do egresso garantido laboralmente por cada IES</p> <p>Desenvolvimento de Competências: resultado imediato das tentativas de saber quais são as obtidas por cada IES no item de Competências</p> <p>Cobertura: porcentagem dos estudantes de cada IES dividido pelo total de estudantes do sistema</p> <p>Financeiro</p> <p>Ebitda</p> <p>Ativos por alluno</p>	13
---	---	--	----

Martínez-Campillo e Fernández-Santos (2020) (Martínez-Campillo; Fernández-Santos, 2020)	Avaliação Financeira na Educação Superior	<p>Inputs</p> <p>Estudantes (Número de alunos matriculados no ensino oficial, em todos os níveis universitários, num ano letivo)</p> <p>Pessoal Académico (Número de docentes e investigadores, num ano letivo)</p> <p>Recettas Totais (Valor total das recettas universitárias, em milhares de euros, num ano)</p> <p>Outputs</p> <p>Graduados (Número de graduados do ensino oficial, em todos os níveis universitários, em um ano letivo)</p> <p>Publicações (Número de artigos científicos publicados e indexados no ISI Web of Science, em um ano)</p> <p>Número de diplomas académicos oferecidos pelas universidades</p> <p>Número de anos desde a criação das universidades</p> <p>Especialização em ensino e pesquisa de natureza técnica</p> <p>Programas em medicina e ou farmácia</p> <p>Localização regional</p> <p>Período de crise</p>	11
Tran e Villano (2017)	Avaliação Financeira na Educação Superior	<p>Número de graduados</p> <p>Número de alunos matriculados</p> <p>Recetta de pesquisa</p> <p>Pessoal académico</p> <p>Pessoal não académico</p> <p>Área do campus</p> <p>Custos operacionais</p>	7

Stejskal, Sayed e Lento (2020)	Avaliação Financeira na Educação Superior	<p>PARTE INTERESSADA</p> <p>Educação de qualidade</p> <p>Experiencia educaciona</p> <p>Desenvolvimento Económico</p> <p>Manter a reputação</p> <p>Engajamento/ Envolvimento da Comunidade</p> <p>PROCESSOS INTERNOS</p> <p>Eficiência Operacional: Processos e Tempo de resposta</p> <p>Tecnologia e Inovação</p> <p>Gestão de recursos</p> <p>Profundidade do programa</p> <p>Apoios, Serviços e Acomodações para Estudantes</p> <p>Recrutamento e retenção de alunos</p> <p>Resultado do serviço</p> <p>APRENDIZADO E CRESCIMENTO</p> <p>Pesquisa de qualidade e atividade académica</p> <p>Corpo Docente e Funcionários Engajados</p> <p>Programas e oportunidades de desenvolvimento profissional</p> <p>Memória Institucional e Planos de Sucessão</p> <p>FINANCEIRO</p> <p>Aumento na Receita de Inscrição</p> <p>Aumento em Outras Fontes de Receita</p> <p>Orçamento equilibrado</p>	19
--------------------------------	---	--	----

Feranecová e Krigovská (2016) (FERANECOVÁ; KRIGOVSKÁ, 2016)	Avaliação Financeira na Educação Superior	Retorno sobre patrimônio líquido (ROE) Retorno sobre investimentos (ROI) Retorno sobre as Vendas (ROS) Rotatividade de ativos; Rotatividade de estoque Rotatividade de contas a receber Índice de patrimônio líquido Endividamento de longo prazo Financiamento de ativos fixos Endividamento Alavancagem Ativos fixos financiados por dívida Cobertura de capital Índice de ativo circulante Proporção de caixa Índice de capital de giro Liquidez corrente Proporção rápida Liquidez de caixa Liquidez dinâmica Contas a receber/contas a pagar comerciais Relação de rentabilidade dinâmica Fluxo de caixa/passivo Fluxo de caixa/receita líquida de vendas	24
--	---	---	----

Sari, Luddin e Rahmaf (2020) (SARI; LUDDIN; RAHMAF, 2020)	Avaliação Financeira na Educação Superior	<p>Perspectiva: Clientes</p> <p>UTILIDADES PARA CLIENTES</p> <p>Conclusão do tempo de estudo; Melhorar a qualidade dos graduados; Número de alunos registrados em cada programa de estudo; Número total de alunos registrado em programas de estudo Balanço da área geográfica</p> <p>QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS</p> <p>Acreditação do programa de estudos Rankings Certificação ISO 9000</p> <p>CUSTO DOS SERVIÇOS OFERECIDOS</p> <p>Preço da mensalidade para um crédito e o custo médio para um aluno em um ano</p> <p>Perspectiva: Processo Interno de Negócios</p> <p>DESENVOLVIMENTOS DO FACULDADE</p> <p>Melhoria da qualidade da investigação científica do docente Proporção de publicação científica do docente em cada ano Melhoria da qualidade dos serviços comunitários</p> <p>A QUALIDADE DA INSTALAÇÃO DE APOIO</p> <p>Melhorar e solidificar redes de parceria com terceiros Parcerias contínuas que apoiam as necessidades operacionais e administrativas acadêmicas Melhorar a reputação da instituição através da criação de um site atraente, edifício de escritórios regionais representativos e reconhecimento dos serviços acadêmicos da comunidade educacional</p> <p>QUALIDADE DOS RECURSOS HUMANOS</p> <p>Sempre incentivando os recursos humanos da UT a estudar de forma independente em nível individual, de grupo ou de organização até que todos se tornem muito proficientes em seu próprio trabalho Desenvolvimento da cultura organizacional orientada para a qualidade do desempenho Desenvolvimento do princípio cultural inovador da organização Desenvolvimento de sistema integrado de garantia de qualidade que esteja em conformidade com o padrão Sistema de Garantia de Qualidade através de auditoria de Recursos Humanos</p> <p>USO, DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DA TECNOLOGIA</p>	36
--	---	---	----

	<p>Proporção Computador/Equipe Relação Computador/Professor Suficiência de equipamentos da unidade para apoiar o processo de ensino a distância na UT central e nas regionais</p> <p>A QUALIDADE DA INSTALAÇÃO DE APOIO</p> <p>Suficiência de equipamentos da unidade para apoiar o processo de ensino a distância na UT central e nas regionais</p> <p>Perspectiva: Financeira</p> <p>FONTE DE FINANCIAMENTO</p> <p>Crescimento/aumento do montante de fundos face ao ano anterior Financiamento de doadores para o desenvolvimento de novos serviços de aprendizagem Aumento total no financiamento Recetas de atividades académicas O montante do financiamento recebido de fundos de pesquisa O montante do financiamento recebido de outras atividades relacionadas com serviços académicos ou não académicos O aumento da renda dos alunos na forma de mensalidades e outras formas de financiamento</p> <p>GESTÃO FINANCEIRA</p> <p>Os orçamentos disponíveis podem financiar todas as necessidades financeiras dos serviços de aprendizagem A quantidade de custos de uma unidade de atividade A quantidade crescente de financiamento dos estudantes Eficiência do custo de ensino/aluno Porcentagem do orçamento destinado diretamente às atividades de aprendizagem</p>	
--	--	--

Wu, Lin e Chang (2011)	Avaliação Financeira na Educação Superior	<p>Perspectiva: financeira</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Volume de negócios - Valor total da receita de vendas 2. Controle de custos – Diminuição do custo direto de produtos e serviços; reduzindo custos indiretos e compartilhando fontes com outras unidades 3. Controle orçamentário - Proporção de utilização do orçamento (para projetos planejados) contabilizada regularmente em relação ao total 4. Produtividade - Proporção entre insumos (investimento total, como salários, despesas gerais, serviços públicos, etc.) e produtos (receita total, como renda mensal) 5. Estratégias de investimento - Se existem estratégias de investimento como novos cursos (créditos e/ou não créditos) e projetos desenvolvidos por meio da cooperação indústria-academia para cada semestre 6. Lucro líquido - Volume de negócios menos custos operacionais 7. Taxa de lucro líquido - Lucro líquido de vendas dividido pelo valor das vendas 8. Retorno sobre o investimento (ROI) - Lucro operacional (lucro líquido)/Capital operacional (capital total) 9. Custo de publicidade - Proporção das despesas com publicidade contabilizada no custo total <p>Perspectiva: Cliente (C)</p> <ol style="list-style-type: none"> 10. Satisfação do cliente - Satisfação dos clientes com os produtos e serviços 11. Continuação de clientes - Taxas de manutenção ou relacionamento de contato com clientes 12. Relacionamento com clientes – Contato de produtos (currículos) e serviços 13. Expansão de novos clientes - Aumento de novos clientes 14. Participação de mercado - Proporção de cursos ou serviços de educação continuada contabilizados pela demanda total do mercado 15. Ambiente de aprendizagem - Se as instalações e equipamentos para ensino/aprendizagem forem abrangentes 16. Gama de produtos e serviços - Se os cursos e serviços estiverem mais próximos das necessidades dos alunos e corresponderem à tendência da procura 17. Flexibilidade do sistema de serviços - Se o sistema de serviços puder ser adaptado às necessidades dos alunos 18. Imagem e reputação - Se o boca a boca das escolas/departamentos puder ser criado durante o processo de comprovação de serviço 19. Confiança dos clientes - Confiança dos alunos no centro de extensão 20. Qualidade do produto – Gestão da qualidade dos currículos <p>Perspectiva: Processo interno (P)</p> <ol style="list-style-type: none"> 21. Cursos customizados – Caso existam novos cursos ou serviços que sejam criados de acordo com as demandas dos potenciais alunos 22. Processo operacional de negócios - Se houver revisões periódicas dos processos operacionais de negócios para melhoria, a fim de fechar o mercado e atender às necessidades dos alunos 23. Atendimento pós-venda - Se a satisfação do cliente é rastreada após a venda de produtos e oferta de serviços, bem como a melhoria das vendas 24. Procedimentos operacionais padrão (SOP) - Se o currículo, a prestação de serviços e os
------------------------	---	--

	<p>formulários forem tratados de acordo com os procedimentos operacionais padrão da ISO</p> <p>25. Características da escola - Se o desenvolvimento da funcionalidade do centro de extensão educacional estiver integrado aos processos internos</p> <p>26. Estabelecimento dos principais programas - Se os programas principais dos departamentos forem estabelecidos quando o desenvolvimento e o design dos programas forem feitos</p> <p>27. Aumentar a eficiência da administração – Se os processos internos forem revistos e melhorados</p> <p>28. Avaliação da qualidade do ensino - Se os programas forem avaliados regularmente com avaliação da qualidade do ensino</p> <p>Perspectiva: Aprendizagem e crescimento (L)</p> <p>29. Satisfação dos funcionários - Se os funcionários estão satisfeitos com os centros de extensão educacional</p> <p>30. Capacidades do sistema de informação - Acesso dos funcionários à informação e às suas capacidades tecnológicas</p> <p>31. Métodos de incentivo - Implementação de sistemas de incentivo ou recompensa</p> <p>32. Produtividade dos funcionários - Taxa de entradas e saídas com uso intensivo de recursos dos funcionários</p> <p>33. Retenção de funcionários – Diminuindo a taxa de rotatividade de funcionários</p> <p>34. Aumento da qualidade do trabalho - Os funcionários recebem treinamentos educacionais regularmente e são incentivados a fazer programas de serviço</p> <p>35. Estabilidade dos colaboradores - (Funcionários em final de mandato - colaboradores em início de mandato)/(funcionários em final de mandato)</p>	
--	---	--

Tavares, Angulo-Meza e Sant'Anna (2021) (TAVARES; ANGULO-MEZA; SANT'ANNA, 2021)	Avaliação Financeira na Educação Superior	Despesa executada a partir do orçamento das IES Corpo Docente (Número de docentes que exercem diretamente atividades de ensino e pesquisa nas instituições) Pessoal técnico administrativo (TOTAL) Área construída Alunos matriculados em cursos de graduação Alunos matriculados em programas de pós-graduação Dissertações de mestrado defendidas Teses de doutorado defendidas Índice misto de graduação: número de alunos concluintes da IES ponderada por um indicador de qualidade Patentes Publicações em periódicos indexados na base Scopus	11
Kudła, Stachowiak-Kudła e Figurski (2016)	Avaliação Financeira na Educação Superior	Avaliação Categoria Receita por professor Receita por aluno Pontuação Número de unidades categorizadas pelo Comitê Polonês de Avaliação de Unidades Científicas Número de estudos avaliados pelo Comitê Polonês de Credenciamento Número de cidadãos na sede das IES Lucros da atividade operacional e financeira das IES Ativos fixos tangíveis Ativos fixos intangíveis por professor Relação alunos/professores	12
(SELVA; MEDINA; MARZAL, 2014) Selva, Medina e Marzal (2014)	Avaliação Financeira na Educação Superior	Inputs Número de matriculados (grau e pós-graduação), Gastos correntes, Número de professores em tempo completo, Outputs Número de graduados, Renda de pesquisa Teses de doutorado lidas	6

Silva Junior <i>et al.</i> (2018) (SILVA JUNIOR <i>et al.</i> , 2018)	Avaliação Financeira na Educação Superior Avaliação da Sustentabilidade na Educação Superior	<div> INSTITUCIONAL Acreditação e Recredenciamento da IES % Docentes com Mestrado Número total de cursos de graduação % Membros do Corpo Docente que são Especialistas Número total de cursos de pós-graduação % de membros do corpo docente que são bacharéis Número total de programas de extensão % Membros do Corpo Docente em Tempo Integral Número total de programas sequenciais % de membros do corpo docente em meio período Número de Cursos de Graduação Autorizados % de membros do corpo docente que ganham por hora Número de cursos de graduação reconhecidos Número total de alunos Número de Cursos de Graduação cujos reconhecimento foi renovado % Alunos em Projetos de Pesquisa Número de programas de mestrado credenciados por CAPES % Alunos em Projetos de Extensão Número de Programas de Doutorado Acreditados por capes Número de Títulos na Coleção Bibliografia Avaliação CAPES de Programas de Pós-Graduação Produção Científica por Docentes Número de Centros de Pesquisa Produção Científica por Alunos Número de Centros de Extensão Número de revistas científicas Número total de membros do corpo docente Número de laboratórios (computador e especializado) Número total de cursos e programas Relatórios de Avaliação Institucional Externa Número total de funcionários Técnicos e Administrativos Relatórios de Autoavaliação Institucional % Docentes com Doutorado Qualificação dos Principais Gestores GESTÃO ACADÊMICA Número de Cursos ou Programas Taxa de sucesso em cursos de graduação Número de Professores por Curso ou Programa Taxa de Sucesso em Cursos de Pós-Graduação (SRGC)** Número de funcionários técnicos e administrativos por curso ou programa Taxa de Vagas por Curso ou Programa Número de Admissões de Estudantes por Curso ou Programa Taxa de Permanência por Curso ou Programa Disponibilidade de Espaço no Processo de Admissão (AP) por Curso ou Programa Número de Bolsistas por Curso ou Programa Candidatos ao AP por Curso ou Programa </div>	90
---	---	---	----

	<p>Número de Alunos em Iniciação Científica (SI) por Curso ou Programa</p> <p>Proporção Candidato X Disponibilidade de Espaço em AP por curso ou programa</p> <p>Número de Monografias Vivas e Aprovadas (teses, dissertações monográficas) por Curso ou Programa</p> <p>Número de Graduados por Curso ou Programa</p> <p>Número de Projetos de Extensão Acadêmica</p> <p>Tempo Médio de Conclusão por Curso ou Programa</p> <p>Número de instâncias de serviço comunitário (projetos de extensão)</p> <p>Taxa de desistência por curso ou programa</p> <p>Número de Projetos de pesquisa (financiados e não financiados)</p> <p>FINANCEIRO</p> <p>Receita anual</p> <p>Receita Mensal Média</p> <p>% Receita de Instrução (matrículas)</p> <p>% de receita de pesquisa</p> <p>% de receita da extensão</p> <p>% de receita da outras fontes</p> <p>Despesas Anuais</p> <p>Despesas Mensais Médias</p> <p>% de receita destinada à instrução</p> <p>% de receita destinada à pesquisa</p> <p>% de receita destinada à extensão</p> <p>Resultado Financeiro Anual</p> <p>Resultado Financeiro Médio por Mês</p> <p>% de receita comprometida com o corpo docente Remuneração dos Sócios</p> <p>% Receita Comprometida com Salário de Técnicos e Administrativos</p> <p>% Investido em Recursos Humanos</p> <p>% Investido em Instalações</p> <p>% Investido em Acervo Bibliográfico</p> <p>% Investido na Ampliação da IES</p> <p>% Investido em Pesquisa</p> <p>% investido em extensão</p> <p>% investido em projetos sociais e ambientais</p> <p>% Remuneração Stakeholders (exclusivamente para IES com fins lucrativos)</p> <p>Distribuição de Lucros (exclusivamente para IES com fins lucrativos)</p> <p>RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL</p> <p>Número de Disciplinas responsabilidade social</p> <p>Número de Disciplinas de RSE</p> <p>Número de Disciplinas de Sustentabilidade</p> <p>Número de Disciplinas com conteúdos de responsabilidade socioambiental</p> <p>Número de Projetos de Pesquisa em Sustentabilidade e/ou responsabilidade social e/ou Responsabilidade Social Corporativa</p> <p>Número de alunos responsabilidade social e Responsabilidade Social Corporativa orientados por orientadores de pesquisa</p>	
--	--	--

		<p>Número de Projetos de Inovação em Sustentabilidade e/ou responsabilidade social e/ou Responsabilidade Social Corporativa</p> <p>Número de Patentes de Produtos derivados de</p> <p>Projetos de Inovação em Sustentabilidade e/ou responsabilidade social e/ou Responsabilidade Social Corporativa</p> <p>Número de Projetos de Extensão em Sustentabilidade e/ou responsabilidade social e/ou Responsabilidade Social Corporativa</p> <p>Número de instâncias de suporte emProjetos de Extensão em Sustentabilidade e/ou responsabilidade social e/ou Responsabilidade Social Corporativa</p> <p>Número de Intervenções Institucionais de Impacto Socioambiental</p> <p>Número de alunos de Sustentabilidade orientados por orientadores de pesquisa</p>	
--	--	---	--

<p>Blasco, Brusca e Labrador (2019) (BLASCO; BRUSCA; LABRADOR, 2019)</p>	<p>Avaliação da Sustentabilidade na Educação Superior</p>	<div>17</div> <div>MEIO AMBIENTE</div> <ul style="list-style-type: none"> - Configuração e Infraestrutura (A área de espaço aberto/área total; área do campus coberta de árvores; área do campus coberta por vegetação plantada; área no campus para absorção de água; área de espaço aberto/ população total do campus; orçamento universitário para esforço sustentável) - Energia e Mudanças Climáticas (Aparelhos energeticamente eficientes estão substituindo aparelhos convencionais; implementação de edifícios inteligentes; número de fontes de energia renovável no campus; o uso total de eletricidade/ população total do campus (kWh por pessoa); a proporção de energia renovável produzida/uso de energia; elementos da implementação de edifícios verdes refletidos na política de construção e renovação; programa de redução de emissões de gases de efeito estufa; pegada de carbono total / população do campus) - Desperdícios (Programa de reciclagem de resíduos universitários; programa de redução do uso de papel e plástico no campus; tratamento de resíduos orgânicos; tratamento de resíduos inorgânicos; resíduos tóxicos manuseados; eliminação de esgoto) - Banheiros (Implementação do programa de conservação da água; implementação de programa de reciclagem de água; o uso de aparelhos que economizam água (torneira, descarga do vaso sanitário, etc.); água tratada consumida) - Transporte Ambiental (Total de veículos (carros e motocicletas)/população total do campus; serviço de transporte; política de veículos de emissão zero (ZEV) no campus; veículos de emissão zero/população total do campus; área de estacionamento/área total do campus; programa de transporte projetado para limitar ou diminuir a área de estacionamento no campus nos últimos 3 anos; número de iniciativas de transporte para diminuir os veículos particulares no campus; política de passagem de pedestres no campus) - Educação (Cursos de sustentabilidade/totalidade de disciplinas; financiamento da pesquisa em sustentabilidade/ financiamento total da pesquisa; número de publicações acadêmicas sobre meio ambiente e sustentabilidade publicadas; número de eventos acadêmicos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade; número de organizações estudantis relacionadas ao meio ambiente e sustentabilidade; existência de um site de sustentabilidade administrado por uma universidade; existência de relatório de sustentabilidade publicado) <div>ECONOMIA</div> <ul style="list-style-type: none"> - Custo operacional ((Despesas com pessoal + custos operacionais com bens e serviços)/receita líquida total) - Custo de pessoal (Despesas de pessoal)/receitas operacionais - Taxa de recuperação de custos por aluno (Receitas por aluno (taxas e transferência)/despesas operacionais por aluno) - Sustentabilidade da atividade anual (Financiamento interno da universidade + transferência incondicional da Comunidade Autônoma + transferência de capital para investigação/despesas de funcionamento + despesas de capital para investigação) - Dependência da Comunidade Autônoma (Receitas líquidas totais de transferências correntes e transferências de capital (art. 45 e 75)/receitas líquidas totais)
--	---	---

	<div>- Dependência da administração geral (Receitas líquidas totais de transferências correntes e transferências de capital (art. 40 e 70)/receita líquida total</div> <div>SOCIAL</div> <div><div>- Seguro Social afiliação 3 anos após a formatura (Percentual de alunos com filiação à Previdência Social 3 anos após a formatura)</div><div>- Porcentagem de alunos com subsídios do em geral Administração (Percentual de alunos com bolsas da Administração Geral sobre o número total de alunos)</div><div>- Taxa de evasão para graduados (percentual de alunos que desistem antes de concluir seus cursos)</div><div>- Razão de gênero para professores completos Mulheres (professores titulares)/homens (professores titulares)</div><div>- Variação do proporção entre alunos ingressantes e graduados (mulheres e homens) em Saúde Ciências e Engenharia e Arquitetura (“mulheres/homens” como estudantes ingressantes em Saúde Ciências – “mulheres/homens” como estudantes ingressantes em Engenharia e Arquitetura)/ (“mulheres/homens” como graduados em Ciências da Saúde – “mulheres/homens” como graduados em Engenharia e Arquitetura)</div></div>	
--	---	--

Adenle <i>et al.</i> (2021) (ADENLE <i>et al.</i> , 2021)	Avaliação da Sustentabilidade na Educação Superior	<p>Meio Ambiente</p> <p>1) Terra</p> <p>2) Espaço Público</p> <p>3) Paisagem</p> <p>4) Espaço verde e terreno florestal</p> <p>Infraestrutura</p> <p>5) Edifícios</p> <p>6) Edifícios verdes</p> <p>Energia</p> <p>7) Emissão de gases de efeito estufa)</p> <p>8) Consumo de energia</p> <p>Desperdício</p> <p>9) Coletor de esgoto</p> <p>10) Redução de resíduos</p> <p>Banheiro</p> <p>11) Eficiência da água</p> <p>12) consumo de água</p> <p>Transporte</p> <p>13) Frota do campus</p> <p>14) Pedestres e Ciclismo</p>	14
---	---	---	----

Pacheco <i>et al.</i> (2019) (PACHECO <i>et al.</i> , 2019)	Avaliação da Sustentabilidade na Educação Superior	Ar e Clima Emissão de Gases de Efeito Estufa Qualidade do Ar Exterior Prédios Operação e Manutenção de Prédios Construção e Projetos de Prédios Qualidade do Ar Interior Serviço de Refeição Compra de Alimentos e bebidas Refeições de Baixo Impacto Energia Consumo de Energia dos Prédios Energia limpa Renovável Terreno Gestão da Paisagem Biodiversidade Compras Compras de Eletrônicos Compras de Produtos de Limpeza Compras de Papel de Escritório Compras Inclusivas e Locais Análises de Custo de Ciclo de Vida Orientações para Parceiros de Negócios Transporte Frota do Campus Intermodalidade no Transporte de Estudantes Intermodalidade no Transporte de Servidores Suporte para Transporte Sustentável Resíduos Minimização da Geração de Resíduos Desvio de Resíduos (do Aterro Sanitário) Desvio de Resíduos de Construção e Demolição Gestão de Resíduos Perigosos	28
---	---	---	----

<p>Água</p>	<p>Uso da Água Gestão de Águas de Drenagem Gestão de Águas Residuárias</p>		
-------------	--	--	--

Horan e O'Regan (2021)	Avaliação da Sustentabilidade na Educação Superior	<div>ENERGIA</div> <div>Consumo de energia;</div> <div>EMIÇÃO GASES</div> <div>Gases efeito estufa (Scope 1 and 2)</div> <div>Gases efeito estufa (Escopo 3)</div> <div>Sequestro de carbono/Cobertura Florestas/Vegetações</div> <div>DESPERDÍCIO</div> <div>Gerção de resíduos</div> <div>ÁGUA</div> <div>Consumo de água</div> <div>Produção de Águas Residuais</div> <div>TRANSPORT</div> <div>Deslocamento</div> <div>EDUCAÇÃO E PESQUISA</div> <div>Educação da Sustentabilidade</div> <div>Pesquisa da Sustentabilidade</div> <div>GESTÃO E GOVERNANÇA</div> <div>Equipe de Sustentabilidade Empregada</div> <div>Política de Sustentabilidade</div>	12
---------------------------	---	---	----

Waheed, Khan e Veitch (2011)	Avaliação da Sustentabilidade na Educação Superior	<p>FORÇA MOTORA</p> <p>Tendências globais/locais de pesquisa e desenvolvimento</p> <p>Taxa de aprimoramento institucional</p> <p>Taxa anual de consumo de energia</p> <p>Taxa de crescimento financeiro e econômico</p> <p>Índice de saúde e segurança</p> <p>Índice de patrimônio da sociedade</p> <p>Tendências da educação em sustentabilidade</p> <p>PRESSÃO</p> <p>Produção de gases de efeito estufa</p> <p>Produção e consumo de substâncias destruidoras da camada de ozônio</p> <p>Produção de emissões, efluentes e resíduos</p> <p>Requisito para aquisição de produtos e serviços</p> <p>Quantidade de energia usada</p> <p>Quantidade de água fornecida e distribuída/coletada para purificação</p> <p>Aumento da densidade de transporte</p> <p>Aumentar o custo da educação</p> <p>Aumento do custo operacional e de manutenção</p> <p>Requisitos para práticas trabalhistas e trabalho decente</p> <p>Requisitos para a qualidade da gestão</p> <p>Exigências crescentes sobre os regulamentos de saúde e segurança humana</p> <p>Requisito para mudanças no currículo e cursos</p> <p>Novas pesquisas (básicas e aplicadas)</p> <p>prestação de serviço</p> <p>ESTADO</p> <p>Concentração de gases de efeito estufa</p> <p>Concentração de emissões, efluentes e resíduos</p> <p>Estado de aquisição responsável</p> <p>Taxa de esgotamento dos recursos energéticos</p> <p>Taxa de consumo e qualidade da água</p> <p>Percentual de deslocamento diário por veículo motorizado e conflitos de transporte</p> <p>Excesso de nível de ruído</p> <p>Porcentagem de despesas</p> <p>Custos de instalações e infraestrutura</p> <p>Práticas trabalhistas e trabalho decente (ambiente/cultura de trabalho)</p> <p>Estado atual da qualidade da gestão</p> <p>Procedimentos de saúde e segurança humana existentes</p> <p>Número de cursos sobre sustentabilidade e apoio administrativo</p> <p>Subsídios, publicações/produtos e programas e centros</p> <p>Atividade comunitária e serviço de aprendizagem</p> <p>EXPOSIÇÃO</p> <p>Mudanças nas condições ambientais</p> <p>Proporção de pessoas expostas a más condições do ar</p> <p>Proporção de pessoas expostas à má qualidade da água</p> <p>Proporção de pessoas expostas a vários perigos</p> <p>Proporção de pessoas expostas a altos níveis de ruído</p> <p>Impacto nos recursos energéticos</p> <p>Impacto financeiro</p> <p>Impactos no planejamento de instalações</p>	56
------------------------------	--	---	----

Alshuwaikhat <i>et al.</i> (2017)	Avaliação da Sustentabilidade na Educação Superior	<i>Energia</i> Total de energia elétrica utilizada <i>Prédios</i> Uso de Água <i>Gestão de Resíduos</i> Resíduos Sólidos <i>Transporte</i> Total de horas de operações de transporte do campus Consumo total de combustível em veículos do campus <i>Qualidade do ar</i> Emissão de gases de efeito estufa (GEE)	6
--------------------------------------	---	--	---

Adenle <i>et al.</i> (2020a)	Avaliação da Sustentabilidade na Educação Superior	<p>Ambiente</p> <p>1) Terra</p> <p>2) Espaço Público</p> <p>3) Paisagem</p> <p>4) Espaço verde e terreno florestal</p> <p>5) A proporção de área de espaço aberto para a área total</p> <p>6) Área total no campus coberta por vegetação florestal</p> <p>7) Área total do campus coberta por vegetação plantada</p> <p>8) Área total do campus para absorção de água além da floresta e vegetação plantada</p> <p>Configuração e Infraestrutura</p> <p>9) Estrutura física</p> <p>10) Patrimônio Natural</p> <p>11) Edifícios</p> <p>12) Edifícios verdes</p> <p>Energia e mudanças climáticas</p> <p>13) Número de fontes de energia renovável no campus</p> <p>14) Eficiência Energética</p> <p>15) Emissão de gases de efeito estufa</p> <p>16) Energia do Edifício Eficiência</p> <p>17) Consumo de energia</p> <p>18) Ar e Clima</p> <p>19) Taxa anual de consumo de energia</p> <p>20) Concentração de gases de efeito estufa</p> <p>21) Produção de emissões, efluentes e resíduos</p> <p>22) Concentração de emissões, efluentes e desperdício.</p> <p>Resíduo</p> <p>23) Descarte de esgoto</p> <p>24) Redução de resíduos</p> <p>25) Desvio de Resíduos de Construção e Demolição</p> <p>Água</p> <p>26) Consumo de água tratada</p> <p>27) Eficiência hídrica</p> <p>28) Consumo de água</p> <p>29) Taxa de consumo e qualidade da água</p> <p>30) Quantidade de água fornecida e distribuída/recolhida para purificação</p> <p>Transponte</p> <p>(31) Acesso para deficientes</p> <p>(32) Frota do campus</p> <p>(33) Planejamento de fluxo</p>	35
------------------------------	--	--	----

(34) Pedestres e ciclismo
(35) transporte verde

Godínez <i>et al.</i> (2009)	Avaliação da Sustentabilidade na Educação Superior	<p data-bbox="229 383 245 405">24</p> <ul style="list-style-type: none"> • % de requisitos específicos das partes interessadas que são atendidos. • % de reclamações ambientais de stakeholders associadas ao desempenho da universidade. (Número de Reclamações Ambientais / Total de Reclamações de PI) • % de regulamentações ambientais cumpridas/total de regulamentações ambientais aplicáveis à organização. • Número de processos com indicadores ambientais/total de processos estabelecidos • % Conformidade com programas de poupança • Melhorias ambientais realizadas/ações de melhoria total <p>Taxa de reciclagem = Consumo de materiais reciclados / Consumo de materiais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consumo de energia / Número de funcionários e alunos. • Consumo de água / Número de funcionários e alunos. (por mês) • Taxa de rejeições obsoletas = Valor anual das rejeições / Estoques médios. • Eficiência vertical de carreiras/custo de formação profissional. • Nível de ruído • % de conformidade com as normas de saúde e segurança • Número de programas comunitários. • Número de alunos e professores vinculados a programas comunitários. • Planos de estudo que incorporaram a estratégia ambiental/total de planos e cumprimento da estratégia através do seu impacto. • Número de atividades de conscientização ambiental realizadas/mês. • Número de alunos e professores participantes. • Emissões de combustão de fontes móveis e fixas. Kg/ano de NOx, PM10, SOx, CO, HC • quantidade de resíduos sólidos recuperados / resíduos sólidos totais gerado). • quantidade de resíduos sólidos tratados/resíduos sólidos totais gerado • número de instalações em bom estado/instalações totais. • quantidade de produtos químicos ociosos gerenciados / produtos totais <p>Qualidade do ar: Medições que cumprem as disposições da norma NC 39:1999; Qualidade do ar. / total de medições realizadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ruído: Medições que atendem ao disposto na norma NC 26:1999; Ruído / medições totais feitas.
------------------------------	--	---

Alghamdi <i>et al.</i> (2019)	Avaliação da Sustentabilidade na Educação Superior	ACADEMICO -CURRICULO Cursos Acadêmicos Resultados de Aprendizagem Programa de Graduação Programa de Pós-Graduação Experiência Inersiva Avaliação de Alfabetização em sustentabilidade Incentivos para o Desenvolvimento de cursos Campus como um laboratório vivo -PESQUISA Pesquisa Acadêmica Apoio à Pesquisa e Acesso à Pesquisa ENGAJAMENTO -Engajamento no Campus: Programa de Estudantes Educadores Orientação do Aluno Vida Estudantil Materiais e Publicações de Divulgação Campanha de divulgação Avaliação da cultura de sustentabilidade Programa de Educadores de Funcionários Orientação do Funcionário Desenvolvimento Profissional da Equipe - Engajamento Público Parcerias Comunitárias Colaboração Inter-Campus Educação Continuada Serviço Comunitário Participação em Políticas Públicas Licenciamento de Marcas Registradas OPERAÇÕES -Ar e Clima Emissões de Gases de Efeito Estufa Qualidade do Ar Exterior -Edifícios Operações e Manutenção de Edifícios Projeto e Construção de Edifícios	61
----------------------------------	---	---	----

		<div>- Energia</div> <div>Consumo de Energia do Edifício</div> <div>Energia Limpa e Renovável</div> <div>- Gastronomia</div> <div>Compra de Alimentos e Bebidas</div> <div>Refeições Sustentáveis</div> <div>- Fundamentos</div> <div>Gestão da Paisagem</div> <div>Biodiversidade</div> <div>- Compras</div> <div>Compras Sustentáveis</div> <div>Compra de Eletrônicos</div> <div>Limpeza e Compras de Zeladoria</div> <div>Compra de papel de escritório</div> <div>- Transporte</div> <div>Frota do Campus</div> <div>Divisão Modal de Deslocamento do Aluno</div> <div>Divisão Modal de Deslocamento do Funcionário</div> <div>Apoio ao Transporte sustentável</div> <div>-Resíduos</div> <div>Minimização e Desvio de Resíduos</div> <div>Resíduos de Construção e Demolição</div> <div>Gestão de Resíduos Perigosos</div> <div>- Água</div> <div>Uso de Água</div> <div>Gestão de Águas Pluviais</div> <div>PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO</div> <div>- Coordenação e Planejamento</div> <div>Coordenação de Sustentabilidade</div> <div>Planejamento de Sustentabilidade</div> <div>Governança Participativa</div>
--	--	--

	<div>- Diversidade e Acessibilidade</div> <div>Coordenação de Diversidade e Equidade</div> <div>Avaliando Diversidade e Equidade</div> <div>Suporte para grupos sub-representados</div> <div>Acessibilidade e acessibilidade</div> <div>- Investimento e finanças</div> <div>Comitê de Responsabilidade do Investidor</div> <div>Investimento Sustentável</div> <div>Divulgação de Investimento</div> <div>- Bem-estar e Trabalho</div> <div>Remuneração do Empregado</div> <div>Avaliando a Satisfação do Funcionário</div> <div>Programa de Bem-Estar</div> <div>Saúde e Segurança no trabalho</div>	
--	--	--

<p>Lo-Iacono-Ferreira, Capuz-Rizo e Torregrosa-López (2018)</p>	<p>Avaliação da Sustentabilidade na Educação Superior</p>	<p>Indicadores de poluição do ar aplicáveis às IES:</p> <ul style="list-style-type: none"> Emissão de substâncias acidificantes; Emissões de precursores de ozônio; Emissões de material particulado de ozônio e precursores de partículas; Excesso de valores limite de qualidade do ar em áreas urbanas; Qualidade do ar externo; Emissões de partículas PM10; Emissões de partículas PM2.5; Exposição dos ecossistemas à acidificação, eutrofização e ozônio; <p>Indicadores de biodiversidade aplicáveis às IES:</p> <p>Pegada ecológica;</p> <p>Área protegida para manter diversidade biológica para área de superfície;</p> <p>Indicadores climáticos aplicáveis às IES:</p> <ul style="list-style-type: none"> Necessidade de água de irrigação; Produção e consumo de substâncias que destroem a camada de ozônio; Tendências de emissões de GHG Intensidade das emissões de GHG Emissões de GHG HFC Emissão - Todos os gases CH4 Emissão N2O Emissão Emissões de perfluorocarbonos Emissões de hexafluoreto de enxofre Emissões de trifluoreto de nitrogênio Emissões de CO2 per capita Processo para metas de emissão de gases de efeito estufa <p>Indicadores de energia aplicáveis às IES:</p> <ul style="list-style-type: none"> Eficiência energética Intensidade de energia Consumo de energia Consumo de energia fora da organização Consumo de energia renovável Progresso da eficiência energética Consumo de energia do edifício Consumo de energia do edifício Energia limpa e renovável <p>Indicadores de cenários ambientais aplicáveis às IES:</p> <p>Pesquisa relacionada ao meio ambiente e projetos de desenvolvimento</p> <p>Mecanismos de reclamação ambiental</p>	<p>116</p>
---	---	---	------------

	<p>População total</p> <p>Investimentos</p> <p>Despesas</p> <p>Finalidades ambientais</p> <p>Conformidade com os requisitos legais</p> <p>Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas</p> <p>Indicadores de alimentos e bebidas aplicáveis às IES:</p> <p>Compra de alimentos e bebidas</p> <p>Refeições Sustentáveis</p> <p>Indicadores de economia verde aplicáveis às IES:</p> <p>Número de organizações com EMS registrado de acordo com o EMAS e ISO14001</p> <p>Número de certificações da norma ISO 14001</p> <p>Desenvolvimento de tecnologia relacionada ao meio ambiente</p> <p>Novos fornecedores que foram selecionados usando critérios ambientais</p> <p>Impactos ambientais negativos significativos atuais e potenciais na cadeia de suprimentos e ações tomadas</p> <p>Indicadores de infraestrutura aplicáveis às IES:</p> <p>Operações de construção e pontos de manutenção</p> <p>Operações e manutenção predial</p> <p>Edifícios com certificação</p> <p>Operações e manutenção do edifício</p> <p>Projeto e construção de edifícios</p> <p>Projeto e construção de edifícios</p> <p>Projeto e construção de edifícios (são 3)</p> <p>Consumo de energia do edifício</p> <p>Indicadores de uso do solo aplicáveis às IES:</p> <p>Tomada de terra</p> <p>Espaço aberto verde</p> <p>Gestão da paisagem</p> <p>Terras aráveis e culturas permanentes</p> <p>Prados e pastagens permanentes</p> <p>Floresta</p> <p>Outras áreas</p> <p>Terra arável e cultivável, % área total de terra % Pastagens e prados, % área total de terra %</p> <p>Floresta, % área total de terra %</p> <p>Outros terrenos, % da área total do terreno</p> <p>Indicadores de Materiais e recursos:</p>
--	--

		<p>Consumo de materiais e matérias-primas</p> <p>Porcentagem de materiais usados que são insumos reciclados</p> <p>Consumo de papel</p> <p>Compras sustentáveis</p> <p>Produtos ecologicamente corretos usados</p> <p>Compra de eletrônicos</p> <p>Compras de limpeza e zeladoria</p> <p>Compra de papel de escritório</p> <p>Indicadores de mobilidade aplicáveis às IES:</p> <p>Excedentes dos objetivos de qualidade do ar devido ao tráfego io, veículos e redes</p> <p>Uso de combustíveis mais limpos e alternativos</p> <p>Consumo final de energia do transporte por modo</p> <p>Emissões de transporte de gases de efeito estufa</p> <p>Emissões de transporte de poluentes atmosféricos</p> <p>Ruído de trânsito: exposição e incômodo</p> <p>Taxas de ocupação de veículos de passageiros</p> <p>Tamanho da frota de veículos</p> <p>Idade média da frota de veículos</p> <p>Proporção da frota de veículos que atende a determinados padrões de emissão</p> <p>Frota do campus</p> <p>Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais para as operações da organização e do transporte de membros da força de trabalho</p> <p>Divisão do modelo de deslocamento do aluno</p> <p>Divisão do modelo de deslocamento diário do funcionário</p> <p>Funcionários que não usam seus veículos para chegar ao trabalho</p> <p>Apoio ao Transporte Sustentável</p> <p>Consumo de combustível</p> <p>Indicadores de resíduos e efluentes aplicáveis às IES:</p> <p>Águas residuais tratadas</p> <p>Geração Resíduos Sólidos Municipais</p> <p>Geração de resíduos</p> <p>Produção de toneladas de resíduos perigosos</p> <p>Resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos</p> <p>Desperdício de comida</p> <p>Minimização de resíduos e desvio</p> <p>Desvio de Resíduos de Construção e Demolição</p> <p>Gestão de Resíduos Perigosos</p> <p>Composição dos resíduos urbanos descarregados</p> <p>Derramamento significativo</p> <p>Indicadores de água aplicáveis às IES</p> <p>Tratamento de águas residuais urbanas</p> <p>Pegada hídrica per capita de Produção nacional</p> <p>População ligada a tratamento independente</p>
--	--	---

Consumo de água		
Uso de recursos de água doce		
Geração e descarga de águas residuais		
Uso da água		
Gestão de águas pluviais		
Evapotranspiração		
Água doce 95% do tempo		
água subterrânea para captação		
Inflows		
Recursos internos		
Saída total		
Total renovável		

Adenle <i>et al.</i> (2020b)	Avaliação da Sustentabilidade na Educação Superior	<p>Meio Ambiente</p> <p>1) Terra</p> <p>(2) Espaço Público</p> <p>(3) Paisagem</p> <p>(4) Espaço verde e terreno florestal</p> <p>(-A área cultivada/área de área verde, terreno, espaço público e espaço público em m2; -Área de ilhas de calor em m2)</p> <p>Infraestrutura</p> <p>(5) Edifícios</p> <p>(6) Edifícios verdes</p> <p>(Área de edifícios, green building com Certificação LEED, patrimônio natural e estrutura física em m2.</p> <p>-Localização de edifícios/edifícios verdes, patrimônio natural, e estrutura física)</p> <p>Energia</p> <p>(7) Emissão de gases de efeito estufa)</p> <p>(8) Consumo de energia</p> <p>(-Localização de fontes renováveis, concentração de gases de efeito estufa, emissões, efluentes e concentração de resíduos.</p> <p>-Consumo de energia em kWh.</p> <p>-Quantidade de energia elétrica por área de solar.</p> <p>-Área e percentagem de edifícios que geram gases com efeito de estufa.</p> <p>-Gases de efeito estufa em equivalente CO2).</p> <p>Desperdício</p> <p>(9) Coletor de esgoto</p> <p>(10) Redução de resíduos</p> <p>(- Quantidade de destinação de resíduos e redução em m3 e toneladas.</p> <p>- Localização da disposição de esgoto.</p> <p>-Área de recolha de resíduos em m2.)</p> <p>Banheiro</p> <p>(11) Eficiência da água</p> <p>(12) consumo de água</p> <p>(-Quantidade de água em m3/litros/ft.3/galão.</p> <p>-Locais de abastecimento de água.</p> <p>-Área de abastecimento de água.)</p> <p>Transporte</p> <p>(13) Frota do campus</p> <p>(14) Pedestres e Ciclismo</p> <p>(As dimensões (1D, 2D, 3D) do percurso para ciclistas, pedestres, rampas e percurso do campus, em m/km/km2).</p>	14
------------------------------	--	--	----

Li, Gu e Liu (2018)	Avaliação da Sustentabilidade na Educação Superior	<p>Pesquisa sobre sustentabilidade</p> <p>Uso de energia renovável</p> <p>Estudante intencional e outras coisas</p> <p>Consumo de água</p> <p>Povos indígenas</p> <p>Departamento de Saúde</p> <p>Estratégia para CO2</p> <p>Igualdade de gênero</p> <p>Consumo de eletricidade</p> <p>Consumo de gás</p> <p>Colaboração em projetos sustentáveis</p> <p>Inovação da sustentabilidade</p> <p>Consumo de papel A41</p> <p>Sistema de gestão de resíduos</p> <p>Reciclagem de resíduos</p> <p>Limite de carros no campus</p> <p>Reciclagem de água</p> <p>Ação climática</p> <p>Desigualdades reduzidas</p> <p>Pesquisa de sustentabilidade</p> <p>Edifício Verde</p> <p>Uso de energia limpa</p> <p>Reduzir o desperdício</p> <p>Fornecimento de alimentos verdes</p> <p>Captação de água da chuva</p> <p>Sistema de controle de custos</p> <p>Finanças para sustentabilidade</p> <p>Uso da terra</p> <p>Transporte gratuito</p> <p>Incentivo ao ciclismo</p> <p>Número de edifícios verdes</p> <p>Serviço de reutilização</p> <p>Paz e justiça</p> <p>Quantidade de pesquisas</p> <p>Sistema de informações de intercâmbio</p> <p>Limite de campi</p> <p>Gestão da população</p> <p>Insonorização</p> <p>Requisito para o campus</p> <p>Sistema de gestão relevante</p> <p>Valor do investimento</p> <p>Requisitos religiosos</p> <p>Seguro comercial</p> <p>Valor do Seguro</p> <p>Fome zero</p> <p>Gerenciamento para site</p> <p>Tempo de Construção</p> <p>Sistema de economia de gás</p> <p>Proteção florestal</p>	54
---------------------	--	---	----

Taxa de cobertura verde
Reduzir o uso de produtos de CO2
Desconto para estudantes
Departamento de informações
Material de escritório

Jorge <i>et al.</i> (2015)	Avaliação da Sustentabilidade na Educação Superior	<p>Prioridades estratégicas e temas-chave para o curto/médio prazo no que diz respeito à sustentabilidade</p> <p>Principais eventos, conquistas e falhas durante o período do relatório</p> <p>Opiniões sobre o desempenho em relação às metas</p> <p>Perspectiva sobre os principais desafios e metas da organização para o próximo ano e metas para os próximos três a cinco anos</p> <p>Escopo e limite do relatório</p> <p>Declarações de missão ou valores relevantes para o desempenho de sustentabilidade</p> <p>Descrição dos riscos e oportunidades mais importantes para a organização decorrentes das tendências de sustentabilidade</p> <p>Códigos de boa governação implementados</p> <p>Gestão de melhorias através de benchmarking entre universidades</p> <p>Códigos de conduta aprovados</p> <p>Estratégias de longo prazo (plano estratégico)</p> <p>Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório</p> <p>Cartas, princípios ou outras iniciativas de sustentabilidade desenvolvidas externamente que a universidade subsegue ou endossa</p> <p>Mecanismos para estudantes, funcionários e sociedade fornecerem recomendações ao mais alto órgão de governança</p> <p>Compromissos com iniciativas externas de sustentabilidade</p> <p>Serviços à comunidade universitária (links)</p> <p>Número de professores em tempo integral/número total de professores)</p> <p>Total de trabalhadores por tipo de emprego e contrato de trabalho</p> <p>Infraestruturas de ensino e investigação (evolução)</p> <p>Quantidade de alunos matriculados em relação ao total de salas de treinamento</p> <p>Número de alunos matriculados em cursos de graduação que exigem utilização de laboratório em relação ao total de salas de laboratório</p> <p>Número total de alunos matriculados em comparação com o total de salas da biblioteca</p> <p>Rede sem fio (existência e escopo)</p> <p>Número total de computadores e laptops disponíveis pela universidade</p> <p>Número total de alunos matriculados em comparação com o número total de computadores disponíveis na sala de informática</p> <p>Espaço universitário por metro quadrado</p> <p>Liquidação orçamentária dos últimos dois anos (link)</p> <p>Financiamento e subvenções para investigação em comparação com o orçamento total</p> <p>Demonstrações Financeiras e Relatório Gerencial (links)</p> <p>Custos dos serviços universitários</p> <p>Custo por pós-graduação e diploma</p> <p>Contribuição para a economia local (impacto económico)</p> <p>Subvenções e contratos de trabalho financiados por projetos ou contratos de investigação</p> <p>Liquidação orçamentária: Receitas totais classificadas por categorias</p> <p>Liquidação orçamentária: Total de gastos públicos classificados por categorias</p> <p>Investimentos em infraestrutura (Evolução)</p> <p>Porcentagem de estudantes que recebem bolsas para estudar</p> <p>Nível de dívida no final do ano (dívida de longo prazo e curto prazo/passivos patrimoniais)</p> <p>Iniciativas para implementar políticas ambientais de longo prazo (links)</p>
----------------------------	--	---

	<p>Iniciativas para implementar sistemas de gestão ambiental (ISO 14001 ou outro tipo de sistema de gestão ambiental)</p> <p>% do orçamento da universidade para atividades de proteção ambiental</p> <p>% do orçamento da universidade para pesquisas sobre sustentabilidade ambiental</p> <p>Auditorias energéticas regulares (escopo)</p> <p>Iniciativas para reduzir o consumo de energia</p> <p>% da energia utilizada proveniente de fontes renováveis, como eólica, solar, hidrelétrica ou outras fontes renováveis</p> <p>Iniciativas para fornecer energia alternativa</p> <p>Instalação de sistemas para economia de energia elétrica</p> <p>Planejamento direcionado para redesenho de edifícios (energia)</p> <p>Práticas relacionadas à redução do consumo de água</p> <p>Práticas relacionadas com a implementação de auditorias regulares ao consumo de água (âmbito)</p> <p>Utilização de água</p> <p>Volume total de água reciclada e reutilizada</p> <p>Protocolo para prevenir a contaminação de águas residuais</p> <p>Planeamento direcionado para a remodelação de edifícios (água)</p> <p>Consumo de água</p> <p>Consumo de produtos reciclados classificado por tipo</p> <p>Toneladas de lixo nas cantinas universitárias</p> <p>Peso total de resíduos por tipo e método de disposição</p> <p>Práticas relacionadas à implementação de protocolo de gestão de resíduos (links)</p> <p>Práticas relacionadas com a implementação de medidas de redução de ruído em cada edifício</p> <p>Iniciativas para reduzir as emissões e reduções de gases de efeito estufa (links)</p> <p>Práticas relacionadas à redução do uso de veículos particulares</p> <p>Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa por peso</p> <p>Número de sanções por não conformidade com leis e regulamentos ambientais nos últimos anos</p> <p>Identidade, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade dos corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados pelas descargas de água e escoamento da organização</p> <p>relatora</p> <p>Impactos ambientais das funções universitárias</p> <p>Atividades de promoção da consciência ambiental (atividades, impacto e participantes)</p> <p>Número de projetos de pesquisa sobre temas ambientais (grupos, projetos e pesquisadores)</p> <p>Visita a empresas em função de habilitações académicas. Evolução do estágio</p> <p>Iniciativas para melhorar a empregabilidade</p> <p>Iniciativas para melhorar o auto-emprego</p> <p>Até que ponto os tópicos de sustentabilidade estão integrados nos programas de graduação</p> <p>Até que ponto os temas de sustentabilidade estão integrados nos programas de pós-graduação</p> <p>Número de alunos matriculados que foram treinados em cursos relacionados à sustentabilidade</p> <p>Iniciativas para melhorar a assistência à deficiência</p> <p>Porcentagem de edifícios e infraestruturas para pessoas com deficiência</p> <p>Estudos relacionados à redução de barreiras arquitetônicas</p> <p>Iniciativas para melhorar o diálogo e a comunicação interna com os alunos (links)</p> <p>Iniciativas para aumentar o envolvimento dos estudantes nas equipes de gestão universitária</p> <p>Associações estudantis</p> <p>% do número de estudantes nacionais que participaram em programas de mobilidade internacional face ao total de estudantes inscritos</p> <p>Número de estudantes estrangeiros que participaram em programas de mobilidade internacional</p>
--	---

	<p>em comparação com o total de estudantes inscritos</p> <p>Iniciativas para aumentar a participação dos estudantes em programas de mobilidade</p> <p>Iniciativas para melhorar bolsas de estudo para estudantes</p> <p>Número de doutores por ano em comparação com o número de docentes em tempo integral (número de doutores nos últimos cinco anos em comparação com o total de doutores existentes)</p> <p>Número de créditos (disciplinas) aprovados pelos alunos/número de créditos (disciplinas) realizados nas provas)</p> <p>Número de créditos (disciplinas) aprovados pelos alunos num ano letivo/número de créditos (disciplinas) em que se inscreveram)</p> <p>Satisfação com os estudos</p> <p>Satisfação com o corpo docente</p> <p>Satisfação com recursos</p> <p>Índice global de satisfação (evolução)</p> <p>% de graduados que trabalharam no primeiro ano após a conclusão dos estudos</p> <p>Percentagem de licenciados que trabalham há cinco anos após a conclusão dos estudos em atividades ligadas ao seu perfil de qualificação</p> <p>Iniciativas relacionadas ao aprimoramento das atividades de extensão comunitária</p> <p>Atividades e serviços prestados pela universidade voltados ao benefício público</p> <p>Iniciativas relacionadas com o desenvolvimento de atividades desportivas</p> <p>Cooperação com diferentes grupos: descrição e objetivos</p> <p>Número de atividades relacionadas à divulgação científica por ano</p> <p>Iniciativas relacionadas ao aprimoramento de programas de voluntariado e trabalho social</p> <p>Iniciativas relacionadas com a melhoria do diálogo com as partes interessadas em termos de ligação entre a universidade e a sociedade</p> <p>Recursos financeiros destinados a atividades sociais</p> <p>Iniciativas relacionadas com o reforço da igualdade</p> <p>Iniciativas relacionadas com o aprimoramento da pesquisa com base em critérios sustentáveis</p> <p>Iniciativas que visam melhorar a investigação ou a transferência de conhecimento para a sociedade</p> <p>Adedir ao código de conduta das universidades em termos de cooperação e desenvolvimento</p> <p>Iniciativas para apoiar a cooperação internacional</p> <p>Acordos de desenvolvimento e financiamento</p> <p>Número de acordos de cooperação internacional assinados pela instituição</p> <p>Pesquisa sobre tema cooperação internacional (grupos, projetos e membros)</p> <p>Número de docentes envolvidos em redes internacionais de mobilidade em comparação com o número total de docentes</p> <p>Treinamento para idosos. Organização, recursos, atividades e impactos</p> <p>Iniciativas relacionadas com o apoio a estudantes com mais de 25 anos</p> <p>Iniciativas relacionadas a pesquisas de satisfação para avaliar atitudes sociais</p> <p>Iniciativas relacionadas com a participação do pessoal na concepção dos seus programas de formação</p> <p>Iniciativas para melhorar a formação de docentes e funcionários de serviço</p> <p>Satisfação da equipe com o treinamento</p> <p>Evolução das horas de formação por colaborador/categoria/gênero</p> <p>Políticas que visam a igualdade de oportunidades/carreiras profissionais</p> <p>Evolução do número de bolsas incorporadas no plano de investigação</p> <p>% de funcionários que foram promovidos nos últimos três anos</p>
--	---

	<p>% de docentes envolvidos em projetos de pesquisa competitivos em comparação com o total do corpo docente</p> <p>Iniciativas relacionadas com a conciliação da vida profissional e familiar</p> <p>Auxílio financeiro para as mensalidades</p> <p>Jardins de infância e oficinas de verão para filhos de membros da comunidade universitária</p> <p>Ambiente de trabalho: dados de pesquisas</p> <p>Iniciativas de avaliação de desempenho e desenvolvimento profissional</p> <p>Índice de satisfação com a equipe</p> <p>Iniciativas relacionadas à melhoria da saúde no trabalho e à promoção de uma vida saudável</p> <p>Iniciativas relacionadas ao cumprimento das normas de prevenção de riscos trabalhistas</p> <p>Taxas de absenteísmo por tipo de funcionário</p> <p>Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos e número total de mortes relacionadas ao trabalho, por tipo de funcionário</p>	
--	---	--

Waheed <i>et al.</i> (2012)	Avaliação da Sustentabilidade na Educação Superior	<p>FORÇA MOTORA</p> <p>Tendências globais/locais de pesquisa e desenvolvimento</p> <p>Taxa de aprimoramento institucional</p> <p>Taxa anual de consumo de energia</p> <p>Taxa de crescimento financeiro e econômico</p> <p>Índice de saúde e segurança</p> <p>Índice de patrimônio da sociedade</p> <p>Tendências da educação em sustentabilidade</p> <p>PRESSÃO</p> <p>Produção de gases de efeito estufa</p> <p>Produção e consumo de substâncias destruidoras da camada de ozônio</p> <p>Produção de emissões, efluentes e resíduos</p> <p>Requisito para aquisição de produtos e serviços</p> <p>Quantidade de energia usada</p> <p>Quantidade de água fornecida e distribuída/coletada para purificação</p> <p>Aumento da densidade de transporte</p> <p>Aumentar o custo da educação</p> <p>Aumento do custo operacional e de manutenção</p> <p>Requisitos para práticas trabalhistas e trabalho decente</p> <p>Requisitos para a qualidade da gestão</p> <p>Exigências crescentes sobre os regulamentos de saúde e segurança humana</p> <p>Requisito para mudanças no currículo e cursos</p> <p>Novas pesquisas (básicas e aplicadas)</p> <p>prestação de serviço</p> <p>ESTADO</p> <p>Concentração de gases de efeito estufa</p> <p>Concentração de emissões, efluentes e resíduos</p> <p>Estado de aquisição responsável</p> <p>Taxa de esgotamento dos recursos energéticos</p> <p>Taxa de consumo e qualidade da água</p> <p>Percentual de deslocamento diário por veículo motorizado e conflitos de transporte</p> <p>Excesso de nível de ruído</p> <p>Porcentagem de despesas</p> <p>Custos de instalações e infraestrutura</p> <p>Práticas trabalhistas e trabalho decente (ambiente/cultura de trabalho)</p> <p>Estado atual da qualidade da gestão</p> <p>Procedimentos de saúde e segurança humana existentes</p> <p>Número de cursos sobre sustentabilidade e apoio administrativo</p> <p>Subsídios, publicações/produtos e programas e centros</p> <p>Atividade comunitária e serviço de aprendizagem</p> <p>EXPOSIÇÃO</p> <p>Mudanças nas condições ambientais</p> <p>Proporção de pessoas expostas a más condições do ar</p> <p>Proporção de pessoas expostas à má qualidade da água</p> <p>Proporção de pessoas expostas a vários perigos</p> <p>Proporção de pessoas expostas a altos níveis de ruído</p> <p>Impacto nos recursos energéticos</p> <p>Impacto financeiro</p> <p>Impactos no planejamento de instalações</p>	56
-----------------------------	--	---	----

Espinoza <i>et al.</i> (2020)	Avaliação da Sustentabilidade na Educação Superior	<p>AMBIENTAL</p> <ul style="list-style-type: none"> Consumo de energia Consumo de água (lca) Percentual de reaproveitamento de resíduos orgânicos em compostagem Percentual de reaproveitamento de resíduos inorgânicos em vendas a terceiros Poliuição sonora <p>ECONOMICA</p> <ul style="list-style-type: none"> Orçamento destinado a bolsas concedidas anualmente a professores empregados (PB) Investimentos realizados em infraestrutura Valor destinado a programas de qualidade e inovação Cumprimento do orçamento destinado à pesquisa e divulgação Custos associados a acidentes de trabalho ou doenças profissionais Despesas com material de escritório Número de multas atribuíveis a violações ou penalidades por não conformidade regulatória <p>SUSTENTABILIDADE SOCIAL</p> <ul style="list-style-type: none"> Proporção de alunas Proporção de trabalhadoras Proporção de alunos com deficiência Proporção de trabalhadores com deficiência Percentagem de alunos com internet Representação do sexo feminino em cargos gerenciais Percentual de trabalhadores de origem Montubio Desenvolvimento de programas para o cumprimento dos direitos humanos Percentual de professores participantes de projetos comunitários Percentual de professores participantes de projetos comunitários P&D Número médio de projetos de P&D relacionados a questões de sustentabilidade por carreira Reprodutividade de Doutores em Ciências Número de publicações por docente Taxa de docentes em formação de doutorado Qualidade de páginas web Índice de visitas Satisfação dos alunos, diplomados e empregadores Crítérios de eficiência: Taxa de conclusão Estado de prestação de contas em termos de Responsabilidade Social Universitária 	30
----------------------------------	---	--	----

Silva e Almeida (2019)	Avaliação da Sustentabilidade na Educação Superior	<p>Distribuição de alunos do campus por curso (social)</p> <p>Distribuição do professor do Campus por curso (social)</p> <p>Número de alunos por professor</p> <p>Número de professores com formação relacionada à sustentabilidade (social e ambiental)</p> <p>Relação entre gastos institucionais com professores por alunos (economicos)</p> <p>Distribuição dos técnicos administrativos por nível de classificação na carreira (social)</p> <p>Distribuição de terceirizados por função (social)</p> <p>Relação entre professores e técnicos pelo número de terceirizados (social)</p> <p>Técnicos que trabalham diretamente com serviços relacionados à sustentabilidade (social e ambiental)</p> <p>Número de técnicos administrativos com qualificação na área de sustentabilidade (social e ambiental)</p> <p>Despesas institucionais com técnicos administrativos trabalhando em campus (economico)</p> <p>Cursos de capacitação com foco em sustentabilidade (social e ambiental)</p> <p>Ações tomadas para promover a saúde e a qualidade de vida dos colaboradores (social)</p> <p>Servidores alocados em locais considerados insalubres e perigosos/radioativo (social e ambiental)</p> <p>Número de acidentes de trabalho notificados (social)</p> <p>Quantidade de absenteísmo relacionado ao tratamento de doenças (social)</p> <p>Quantidade de papel consumido por aluno (ambiental)</p> <p>Número de copos descartáveis por usuário (ambiental)</p> <p>Número de toners por usuário (ambiental)</p> <p>Número total de toners reciclados reutilizados (ambiental)</p> <p>Quantidade de energia mensal consumida por usuário (ambiental)</p> <p>Gastos com energia por usuário em Reais (ambiental)</p> <p>Quantidade de água consumida mensalmente por usuário (ambiental)</p> <p>Gastos com água por usuário em Reais (econômico)</p> <p>Quantidade de resíduos sólidos produzidos (ambiental)</p> <p>Reciclagem/Reutilização de resíduos comuns (ambientais)</p> <p>Reciclagem/Reutilização de resíduos perigosos (ambiental)</p> <p>Número de quilômetros rodados por funcionário(ambiental)</p> <p>Gastos com combustível por usuário em Reais (economia)</p> <p>Contratação de serviços e materiais por meio de licitações sustentáveis. (ambiental e econômico)</p> <p>Quantidade de assuntos que abordam a sustentabilidade (Social e ambiental)</p> <p>Número de programas de graduação e pós graduação em temas ambientais (social e ambiental)</p> <p>Número de projetos de pesquisa que abordam a sustentabilidade (social e ambiental)</p> <p>Número de alunos em projetos de pesquisa na área de sustentabilidade (social)</p> <p>Número de docentes envolvidos em projetos de pesquisa na área de sustentabilidade (social)</p> <p>Número de extensão projetos que abordam a sustentabilidade (social e ambiental)</p> <p>Número de eventos sobre sustentabilidade envolvendo a comunidade (social e ambiental)</p>	37
---------------------------	---	---	----

Lambrechts e Liedekerke (2014)	Avaliação da Sustentabilidade na Educação Superior	Uso de energia - Aquecimento Uso de energia - Eletricidade Uso de água da torneira Material Reciclado Material não Reciclado Pessoal de deslocamento - mobilidade Estudantes Pendulares Outras viagens de serviço Compras - papel Compras - material de escritório Compras - outro equipamento Compras - livros e cursos para estudantes Edifícios Mobiliário Equipamento de TIC Refeições no campus Cafê e bebidas geladas no campus Pegada ecológica por ha Pegada ecológica por pessoa (funcionário + aluno)	19
TOTAL DE INDICADORES			1561

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base na literatura (2024).

APÊNDICE D: ORIENTAÇÕES PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES DE GESTÃO – TCU: VERSÃO REVISADA EM MARÇO/2004

Fórmulas para cálculo dos indicadores de desempenho das IFES

- | | | |
|-------|---|---|
| I. | Custo Corrente / Aluno Equivalente = | $\frac{\text{Custo Corrente}^{(1)}}{A_{GE}^{(2,3)} + A_{PGTI}^{(2,4)} + A_{RTI}^{(2,4)}}$ |
| II. | Aluno Tempo Integral / Professor = | $\frac{A_{GTI}^{(2,2)} + A_{PGTI}^{(2,4)} + A_{RTI}^{(2,4)}}{N^{\circ} \text{ de Professores}^{(3)}}$ |
| III. | Aluno Tempo Integral / Funcionário = | $\frac{A_{GTI}^{(2,2)} + A_{PGTI}^{(2,4)} + A_{RTI}^{(2,4)}}{N^{\circ} \text{ de Funcionários}^{(4)}}$ |
| IV. | Funcionário / Professor = | $\frac{N^{\circ} \text{ de Funcionários}^{(4)}}{N^{\circ} \text{ de Professores}^{(3)}}$ |
| V. | Grau de Participação Estudantil (GPE) = | $\frac{A_{GTI}^{(2,2)}}{A_G^{(2,1)}}$ |
| VI. | Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG) = | $\frac{A_{PG}^{(2,1)}}{A_G + A_{PG}^{(2,1)}}$ |
| VII. | Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação ⁽⁵⁾ = | $\frac{\sum \text{conceito de todos os cursos de pós-grad.}}{\text{Número de cursos de pós-grad.}}$ |
| VIII. | Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) ⁽⁶⁾ = | $\frac{(5D+3M+2E+G)}{(D+M+E+G)}$ |
| IX. | Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) = | $\frac{N^{\circ} \text{ de diplomados } (N_{DI})}{N^{\circ} \text{ total de alunos ingressantes }^{(7)}}$ |

(1) CUSTO CORRENTE

- | | |
|-----|--|
| (+) | Despesas correntes da Universidade (conta SIAFI nº 3300000) |
| (-) | 65% das despesas correntes do(s) hospital(is) universitário(s) e maternidade |
| (-) | Aposentadorias e Reformas (conta SIAFI nº 3319001) |
| (-) | Pensões (conta SIAFI nº 3319003) |
| (-) | Sentenças Judiciais (conta SIAFI nº 3319091) |
| (-) | Despesas com pessoal cedido - docente ¹ |
| (-) | Despesas com pessoal cedido - técnico-administrativo ¹ |
| (-) | Despesa com afastamento País/Exterior - docente ¹ |
| (-) | Despesa com afastamento País/Exterior - técnico-administrativo ¹ |

¹ O número de servidores e docentes cedidos ou afastados deve ser o número apurado no dia 31/12 de cada exercício.

- O custo corrente será aquele realizado entre 01/01 e 31/12 do exercício, independentemente do ano letivo.
- Devem ser subtraídas as despesas com os afastamentos para servir em outro órgão ou entidade, mandato eletivo, e estudo ou missão no exterior (Título III, Capítulo V, da Lei nº 8.112/90), incluindo-se, se for o caso, afastamento para estudo no país.
- Não devem ser subtraídas despesas de pessoal em licença para capacitação (Título III, Capítulo IV, Seção VI, da Lei nº 8.112/90), ou em licença para tratamento de saúde, licença gestante, adotante ou paternidade e licença por acidente em serviço (Título VI, Capítulo II,

Seções IV, V e VI, da Lei nº 8.112/90).

- Não devem ser subtraídas as despesas com pessoal cedido que forem reembolsadas pela entidade a qual foi cedido o servidor.

(2) NÚMERO DE ALUNOS

- São considerados no cálculo todos os alunos registrados no ano letivo referente ao exercício em cursos de:

- a) graduação, ministrados nos turnos diurno e noturno;
- b) pós-graduação stricto sensu: mestrado e doutorado;
- c) residência médica;

- os dados semestrais devem ser somados e divididos por dois;
- não devem ser incluídos alunos ou participantes de atividades de extensão e de especialização;
- não devem ser considerados alunos de mestrado profissionalizante;
- não devem ser incluídos alunos de cursos a distância.

(2.1) A_G = total de alunos regularmente matriculados na graduação

A_{PG} = total de alunos na pós-graduação stricto sensu, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado

A_R = alunos de residência médica

(2.2) Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (A_{GTI}):

É calculado pela fórmula:

$$A_{GTI} = \sum_{\text{todos os cursos}} \left\{ (N_{DI} * D_{PC}) (1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((N_I - N_{DI})/4) * D_{PC} \right\}$$

N_{DI} = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso

D_{PC} = Duração padrão do curso

N_I = Número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso

Fator de Retenção calculado de acordo com metodologia da SESu

(2.3) Número de Alunos Equivalentes da Graduação (A_{GE})

$$A_{GE} = \sum_{\text{todos os cursos}} \left\{ (N_{DI} * D_{PC}) (1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((N_I - N_{DI})/4) * D_{PC} \right\} * [\text{Peso do grupo em que se insere o curso}]$$

N_{DI} = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso

D_{PC} = Duração padrão do curso

N_I = Número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso

Fator de Retenção e Peso do grupo calculados de acordo com metodologia da SESu

(2.4) Número de Alunos Tempo Integral de Pós - Graduação (A_{PGTI}) e de Residência (A_{RTI})

Para o cálculo de alunos tempo integral, os alunos de mestrado, doutorado e residência devem ser computados com peso dois:

$$A_{PGTI} = 2 * A_{PG} \quad \text{e} \quad A_{RTI} = 2 * A_R$$

(3) NÚMERO DE PROFESSORES

Deve ser considerado como referência o docente de tempo integral (40 horas/semana, com ou sem Dedicção Exclusiva - DE), convertendo-se proporcionalmente os que se enquadrem em outros regimes de dedicação:

REGIME DEDICAÇÃO	PESO
20 horas/semana	0,50
40 horas/semana	1,00
Dedicação Exclusiva	1,00

Número de professores =

(+) professores em exercício efetivo, inclusive ocupantes de funções gratificadas e cargos comissionados

(+) substitutos e visitantes

(-) professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício

- Como professores devem ser considerados apenas aqueles que trabalham no ensino superior (graduação, pós-graduação stricto sensu e residência).
- Professores que atuam exclusivamente no ensino médio de escolas vinculadas à IFES não devem contar como professores.

(4) NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS

Deve ser considerado como referência o servidor de tempo integral (40 horas/semana), convertendo-se proporcionalmente os que se enquadrem em outros regimes de trabalho.

REGIME DE TRABALHO	PESO
20 horas/semana	0,50
30 horas/semana	0,75
40 horas/semana	1,00

Número de funcionários =

(+) servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade

(+) contratados sob a forma de prestação temporária de serviços

(-) funcionários afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos/entidades da administração pública em 31/12 do exercício

(5) CONCEITO CAPES PARA PROGRAMAS DE PÓS – GRADUAÇÃO

Deve ser considerado o conceito da última avaliação realizada pela CAPES, cujos valores podem variar de 1 a 7, sendo que, para os programas que oferecem apenas o Mestrado, a nota máxima é 5, enquanto que, para os programas que também oferecem Doutorado, a nota máxima é 7.

Para obter o Conceito CAPES da IFES, deve ser feita a média aritmética dos conceitos CAPES de todos os programas de pós-graduação stricto sensu (com mestrado ou com mestrado e doutorado) da instituição que tenham sido objeto de avaliação.

(6) QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Para qualificar o corpo docente, é aplicada, ao número de professores (professores em exercício efetivo + substitutos + visitantes - professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício), a seguinte ponderação:

QUALIFICAÇÃO	PESO
Docentes doutores (D)	5
Docentes mestres (M)	3
Docentes com especialização (E)	2
Docentes graduados (G)	1

Nesse cálculo não deve ser considerado o regime de trabalho (20h ou 40h semanais) do professor.

(7) NÚMERO DE DIPLOMADOS E NÚMERO DE INGRESSANTES NA GRADUAÇÃO

Para o número de diplomados (NDI), deve-se considerar o número de concluintes (que completaram os créditos, mesmo não tendo colado grau) dos cursos no ano letivo correspondente ao exercício, somando-se o número de concluintes nos dois semestres do ano.

Se o número de diplomados do 2º semestre do ano X não estiver disponível, em decorrência de atraso no calendário letivo, devem ser utilizados no cálculo o número de diplomados do 2º semestre do ano X-1 e número de diplomados do 1º semestre do ano X.

Os alunos dos cursos em extinção devem ser considerados normalmente, enquanto houver turmas regulares concluindo o curso.

Para o cálculo dos ingressantes, deve ser considerado o ano do suposto ingresso dos estudantes que se graduam no exercício, com base na duração padrão prevista para cada curso.

Assim, para o caso de cursos anuais com duração de 4 anos, deve ser considerado o número de ingressantes de quatro anos letivos atrás; para cursos com duração de 5 anos, devem ser considerados os ingressantes de cinco anos letivos atrás.

$$N^{\circ} \text{ total de alunos ingressantes} = N_{I4} + N_{I5} + N_{I6}$$

N_{I4} = Número de ingressantes do exercício letivo de quatro anos letivos atrás, referentes ao cursos com duração prevista de 4 anos

N_{I5} = Número de ingressantes do exercício letivo de cinco anos letivos atrás, referentes ao cursos com duração prevista de 5 anos

N_{I6} = Número de ingressantes do exercício letivo de seis anos letivos atrás, referentes ao cursos com duração prevista de 6 anos

No caso de cursos semestrais, o cálculo dos ingressantes deve considerar os dois semestres de suposto ingresso dos estudantes que se graduam nos dois semestres do exercício em questão, com base na duração padrão prevista para cada curso.

Assim, para cursos com duração de 8 semestres (4 anos), devem ser considerados os ingressantes de oito semestres atrás, em relação aos dois semestres do ano letivo em análise; para cursos com duração de 10 semestres (5 anos), devem ser considerados os ingressantes de dez semestres atrás, em relação aos dois semestres do ano letivo em análise.

$$N^{\circ} \text{ total de alunos ingressantes} = N_{I8} + N_{I10} + N_{I12}$$

N_{I8} = Número de ingressantes dos dois semestres há oito semestres, referentes ao cursos com duração prevista de oito semestres (ex: para concluintes em 2002, devem ser considerados os ingressantes do 2º semestre/98 e do 1º semestre/99);

N_{110} = Número de ingressantes dos dois semestres há dez semestres, referentes aos cursos com duração prevista de dez semestres (ex: para concluintes em 2002, devem ser considerados os ingressantes do 2º semestre/97 e do 1º semestre/98);

N_{112} = Número de ingressantes dos dois semestres há doze semestres, referentes aos cursos com duração prevista de doze semestres (ex: para concluintes em 2002, devem ser considerados os ingressantes do 2º semestre/96 e do 1º semestre/97).

Com esse procedimento, que é referente ao cálculo do indicador IX – Taxa de Sucesso na Graduação - TSG, não há ingressantes de cursos novos que ainda não tiveram turmas regulares de concluintes (turmas que tenham concluído os créditos na duração padrão curso). Esses cursos não devem ser considerados nesse indicador.

APÊNDICE E: INDICADORES PROPOSTOS PELO ACÓRDÃO 461/2022/PLENÁRIO DO TCU

Área	Descrição do Indicador	
Ensino	Indicador proposto/existente	O que pretende medir
1	Índice (taxa) de Sucesso da Graduação, por curso, no período	Comparar os estudantes que ingressaram na Ifes há tantos períodos quanto o necessário para se formar com os alunos que efetivamente se formaram (integralizaram os créditos)
2	Índice (taxa) de retenção média, por curso, no período	Quantificar o percentual de estudantes que, apesar de esgotado a duração padrão do curso, ainda permanecem em situação de matriculados ou trancamento no referido curso
3	Índice (taxa) de evasão por curso, no período	Avaliar abandono de cursos de graduação
4	Relação aluno por professor (graduação)	Avaliar otimização da força de trabalho docente em relação ao quantitativo de estudantes de graduação
5	Porcentagem de vagas noturnas, porcentagem de matrículas noturnas; total de matrículas noturnas em relação ao total de vagas noturnas	Avaliar aumento da oferta de vagas em cursos noturnos em universidades públicas, para atender aos trabalhadores. Oportunidade da oferta do curso em função da demanda local Maximização de uso de estrutura física da instituição
6	Ocupação de vagas ociosas nos cursos de graduação	Vagas ociosas nos cursos, para avaliar atratividade de cursos e a utilização de recursos
7	Empregabilidade de egressos	Avaliar a eficiência e adequação do curso ao mercado. Inserção de egressos no mercado de trabalho (ou continuidade em pesquisa)
Licenciatura	Indicador proposto/existente	O que pretende medir
1	Total de cursos de licenciatura	Avaliar expansão de oferta de cursos de licenciatura pela instituição
Assistência estudantil	Indicador proposto/existente	O que pretende medir
1	Índice (taxa) de estudantes beneficiados com ações de assistência estudantil em relação ao número total de estudantes elegíveis (renda per capita).	Avaliar capacidade de atendimento aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com objetivo de promover a permanência do discente no curso e garantir a diplomação em tempo regular

2	Percentual coberto pela ação orçamentária PNAES em relação ao total despendido com Assistência Estudantil	Avaliar recursos orçamentários destinados à Assistência Estudantil (deficiência no financiamento)
3	Índice (taxa) de sucesso da Graduação, por curso, no período dos beneficiados com Assistência Estudantil e Políticas Afirmativas	Avaliar a eficácia das políticas de Assistência Estudantil e Políticas Afirmativas
4	Índice (taxa) de evasão por curso dos estudantes beneficiados com ações de Assistência Estudantil e políticas afirmativas	Avaliar evasão de estudantes atendidos por Assistência Estudantil e ações afirmativas
Extensão		O que pretende medir
1	Quantidade anual de atividades de extensão, por modalidade	Acompanhar os tipos de atividades de extensão desenvolvidas pela Ifes
2	Público (diretamente) beneficiado por atividades de extensão, por modalidade, desenvolvidas no ano pela Ifes	Avaliar efetividade, a partir de quantitativo de pessoas diretamente atendidas em atividades de extensão, por modalidade
3	Número de Professores da Rede Pública atendidos por Programas e Projetos de Formação Continuada	Avaliar esforço das Ifes em ações de extensão voltadas à qualificação de docentes da educação básica
4	Quantitativo de pessoas atendidas com atividades de extensão no ano em relação ao total de matrículas de graduação da Ifes	Avaliar esforço de atividades de extensão em relação ao total de alunos da Ifes
5	Número (percentual) de estudantes envolvidos em atividades de extensão	Avaliar envolvimento de estudantes em atividades de extensão
6	Percentual (taxa) de docentes envolvidos em atividades extensão	Avaliar envolvimento de docentes em atividades de extensão

7	Total de técnicos envolvidos em atividades de extensão	Avaliar quantitativo de profissionais/técnicos envolvidos em atividades de extensão
8	Percentual de recursos do orçamento anual destinado às atividades de extensão	Avaliar montante de recursos do orçamento anual investido em atividades de extensão
Pesquisa e PG		O que pretende medir
1	Indicador proposto/existente Taxa de estudantes de pós-graduação, em relação ao total de estudantes	Avaliar a proporção dos estudantes de pós-graduação em relação ao quantitativo de estudantes da Ifes
2	Taxa de conclusão na pós-graduação (taxa sucesso na PG (<i>strictu sensu</i>))	Avaliar eficácia em conclusão de cursos de pós-graduação
3	Indicador de expansão de matrículas (série histórica)	Avaliar incremento das matrículas de pós-graduação
4	Número de Projetos de Cooperação Internacional Aprovados	Avaliar inserção das Ifes no processo de internacionalização, mediante acordos e projetos com instituições internacionais
5	Número de pesquisadores (estudantes/docentes) enviados e recebidos em cooperação internacional, no exercício financeiro	Avaliar inserção das Ifes no processo de internacionalização, mediante a cooperação técnico-científica entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros
Inovação		O que pretende medir
1	Indicador proposto/existente Contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida isoladamente ou por meio de parceria	Avaliar relação das Ifes com o setor produtivo, por meio de contratos de transferência de tecnologia ou licenciamento (incentivo à inovação)
Orçamentário		O que pretende medir
1	Indicador proposto/existente Custo corrente/número de alunos equivalentes	Custo médio do Aluno Equivalente, considerando que o custo e Aluno Equivalente necessita serem melhor definidos por meio de estudos

Fonte: Elaborado com base no Acórdão 461/2022/Plenário do TCU.

APÊNDICE F - INDICADORES DE DESEMPENHO - PAINEL UNIVERSIDADE 360 (MEC)

Indicadores de Desempenho - Painel Universidade 360 (MEC)			
Área	Subárea	Indicador	Dimensões
Acadêmico	Perfil Estudantil	Matrículas por Raça/Cor	Social.
		Matrículas por Tipo de Escola	Social.
		Ingressantes por Raça/Cor	Social.
		Ingressantes por Tipo de Escola	Social.
		Concluintes por Raça/Cor	Social.
		Concluintes por Tipo de Escola	Social.
	Dados Acadêmicos - Graduação	Vagas Novas	Social.
		Matrículas	Social.
		Municípios	Outras.
		Vagas Ofertadas	Social.
		Ingressantes	Social.
		Concluintes	Social.
	Dados Acadêmicos - Pós-Graduação	Cursos	Outras.
		Programas	Outras.
		Ingressantes	Social.
		Matrículas	Social.
		Concluintes	Social.
		Evadidos	Social.
Indicadores de Gestão	Orçamentário - Programação Orçamentária	Despesa Empenhada x Dotação Atualizada	Financeira.
		Crédito Detalhada x Dotação Atualizada	Financeira.
		Crédito Não Detalhado x Dotação Atualizada	Financeira.
		Dotação Atualizada x Dotação Inicial	Financeira.
		Dotação Atualizada x Projeto de Lei	Financeira.
		Despesa Empenhada x Dotação Atualizada	Financeira.
	Orçamentário - Execução do Exercício	Crédito Detalhada x Dotação Atualizada	Financeira.
		Crédito Não Detalhado x Dotação Atualizada	Financeira.
		Dotação Atualizada x Dotação Inicial	Financeira.

	Orçamentário - Restos a Pagar	Dotação Atualizada x Projeto de Lei	Financeira.
		Rap Bloqueados x Rap Inscritos	Financeira.
	Indicadores do TCU	Rap Cancelados x Rap Inscritos	Financeira.
		Rap Pago x Raps Inscritos	Financeira.
		Rap Não Proc. A liquidar x Rap Inscritos	Financeira.
		Despesa Empenhada x Dotação Atualizada	Financeira.
		Total de alunos efetivamente matriculados na graduação	Social.
		Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado)	Social.
		Total de alunos efetivamente matriculados na residência médica	Social.
		Número de alunos da graduação em tempo integral	Social.
		Aluno Equivalente de Graduação	Social.
		Número de alunos Tempo Integral de pós-graduação	Social.
	Indicadores de Fluxo	Número de alunos de residência médica	Social.
		Custo Corrente incluindo 35% das despesas do(s) Hu(s)	Financeira.
		Custo Corrente excluindo as despesas do(s) HU(s)	Financeira.
		Número de alunos tempo integral	Social.
		Número de alunos equivalentes	Outras.
		Taxa Máxima de Sucesso	Social.
		Taxa de Conclusão Acumulada	Social.
		Taxa de Desistência Acumulada	Social.
		Taxa de Permanência	Social.
		Vínculo Servidores	Outras.
Gestão de Pessoas	-	Escolaridade	Outras.
		Cargos e Funções	Outras.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em MEC (2023a).

APÊNDICE G – INDICADORES RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE IDENTIFICADOS NO RELATÓRIO DE GESTÃO

DA FURG

Relatório de Gestão 2022 FURG			
Área	Indicadores	Classificação	Nuvem de palavras
Sustentabilidade Ambiental	Destinação anual de lâmpadas fluorescentes da FURG	Ambiental	Lâmpadas fluorescentes
Sustentabilidade Ambiental	Destinação resíduos químicos	Ambiental	Resíduos
Sustentabilidade Ambiental	Destinação de resíduos químicos por tecnologia	Ambiental	Resíduos
Alocação de recursos	Flutuação orçamentária - série histórica	Financeira.	Flutuação orçamentária
Alocação de recursos	Limitações orçamentárias	Financeira.	Limites orçamentários
Alocação de recursos	Recursos Arrecadados - Variação	Financeira.	Arrecadação
Alocação de recursos	Orçamento executado - FURG	Financeira.	Execução orçamentária
Alocação de recursos	Orçamento Executado - HU	Financeira.	Execução orçamentária
Alocação de recursos	Orçamento Executado HU+FURG	Financeira.	Execução orçamentária
Gestão orçamentária e financeira	Execução do Orçamento por Grupo de Despesa	Financeira.	Execução orçamentária
Gestão orçamentária e financeira	Composição % do Orçamento Executado	Financeira.	Execução orçamentária
Execução descentralizada com transferência de recursos	Avenças celebradas pela FURG com transferência de recursos via Módulo de Transferências Voluntárias na Plataforma + Brasil	Financeira.	Transferências voluntárias
Gestão de pessoas	Despesas de pessoal	Financeira.	Despesa de pessoal
Gestão de pessoas	Detalhamento das despesas de pessoal	Financeira.	Despesa de pessoal
Gestão Patrimonial e Infraestrutura	Desfazimento e incorporação de ativos móveis	Financeira.	Incorporação Desfazimento

Gestão da tecnologia da informação	Montante de Custeio e Capital aplicados em TIC	Financeira.	Custeio Capital
Gestão da tecnologia da informação	Contratações mais relevantes de recursos de TI % da execução orçamentária em TIC	Financeira.	Execução orçamentária
Informações contábeis	Evolução do ativo	Financeira.	Evolução: ativo Análise horizontal
Informações contábeis	Evolução Imobilizado	Financeira.	Evolução: Imobilizado Análise horizontal
Informações contábeis	Evolução bens imóveis	Financeira.	Evolução: bens imóveis Análise horizontal
Informações contábeis	Evolução das Variações Patrimoniais	Financeira.	Evolução: VPA Evolução: VPD Análise horizontal
Informações contábeis	Despesas correntes empenhadas - composição	Financeira.	Execução Orçamentária
Informações contábeis	Despesas com material de consumo	Financeira.	Evolução: Material de consumo Análise horizontal
Informações contábeis	Suprimento de fundos	Financeira.	Evolução: Suprimento de fundos Análise horizontal
Administração do Hospital Universitário – HU	Valor médio das internações	Financeira.	Valor médio internações hospitalares
Graduação	Matriculados por curso	Social.	Matriculados
Graduação	Matriculados a distância por curso	Social.	Matriculados
Pós- graduação	Matriculados - Especialização Lato-sensu – EaD	Social.	Matriculados

Pós- graduação	Matriculados - Especialização Lato-sensu - Presencial	Social.	Matriculados
Pós- graduação	Matriculados - Residência	Social.	Matriculados
Pós- graduação	Matriculados - Mestrado	Social.	Matriculados
Pós- graduação	Matriculados - Doutorado	Social.	Matriculados
Avaliação institucional	Concluintes por curso	Social.	Concluintes
Autoavaliação institucional	Percepção Geral dos Canais de Comunicação da FURG	Social.	Percepção Canais de Comunicação
Autoavaliação institucional	Questões melhores avaliadas	Social.	Percepção
Autoavaliação institucional	Questões piores avaliadas	Social.	Percepção
Autoavaliação institucional	Percepção de modo geral da comunidade acadêmica	Social.	Percepção
Resultados da ouvidoria	Manifestações recebidas mensalmente	Social.	Ouvidoria
Resultados da ouvidoria	Tempo Médio de respostas às manifestações ao longo dos anos	Social.	Ouvidoria
Resultados da ouvidoria	Tipos de respostas aos pedidos de acesso à informação	Social.	Acesso à informação
Resultados da ouvidoria	Tipos das manifestações recebidas na Ouvidoria	Social.	Ouvidoria
Resultados da ouvidoria	Satisfação dos usuários em relação aos serviços da Ouvidoria	Social.	Satisfação Ouvidoria
Resultados da ouvidoria	Satisfação dos usuários em relação aos serviços de acesso à informação	Social.	Satisfação Acesso à informação
Graduação	Alunos formados em 2021/2 por curso	Social.	Concluintes
Graduação	Alunos formados em 2022/1 por curso	Social.	Concluintes
Graduação	Matriculados por faixa etária e sexo	Social.	Sexo Faixa etária Matriculados

Extensão e Cultura	Extensão 2022 em números – Por Modalidade	Social.	Extensão
Extensão e Cultura	Extensão 2022 em números – Por área.	Social.	Extensão
Assistência estudantil	Número de benefícios Concedidos através do SAB em 2022 por auxílio	Social.	Benefícios
Assistência estudantil	RU em números – Alimentações realizadas em 2022	Social.	Restaurante universitário Refeições
Assistência estudantil	Bolsas APE, PAENE, APEIQ e PDE ofertadas em 2022	Social.	Bolsas
Assistência estudantil	Quantidade de estudantes com Bolsa Permanência do MEC em 2022 - Bolsas PQA – Programa de Qualificação Acadêmica	Social.	Bolsas
Assistência estudantil	Quantidade de estudantes com Bolsa Permanência do MEC em 2022	Social.	Bolsas
Assistência estudantil	Estudantes atendidos pelo PAENE em 2022 por tipo de necessidade	Social.	Bolsas
Assistência estudantil	Estudantes oriundos de Processo Seletivo Específico	Social.	Ações Afirmativas Quilombolas Matriculados Indígenas
Gestão de pessoas	Pirâmide etária servidores	Social.	Faixa etária
Gestão de pessoas	Gênero servidores	Social.	Gênero
Gestão de pessoas	Cargos de gestão por gênero	Social.	Gênero
Administração do Hospital Universitário – HU	Nº de residentes por área de concentração de cada programa de residência	Social.	Residência
Brinquedoteca e Suporte Pedagógico	Atividades realizadas pela Brinquedoteca em 2022	Social.	Brinquedoteca

Brinquedoteca e Suporte Pedagógico	Atendimentos realizados pela Brinquedoteca por idade em 2022	Social.	Brinquedoteca Faixa etária
------------------------------------	--	---------	-------------------------------

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no Relatório de Gestão da FURG de 2022 (2024).

**APÊNDICE H – INDICADORES RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE IDENTIFICADOS NO RELATÓRIO DE GESTÃO
DA UFCSPA**

Relatório de Gestão 2022 UFCSPA				
Áreas	Indicadores	Classificação	Nuvem de palavras	
Ações para redução do consumo de recursos naturais	Consumo de água, por mês, em 2022	Ambiental.	Consumo de água	
Ações para redução do consumo de recursos naturais	Consumo de energia elétrica (kW)	Ambiental.	Consumo de energia	
Indicadores do tribunal de contas da união	Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	Financeira.	Custos Indicadores TCU	
Indicadores do tribunal de contas da união	Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	Financeira.	Custos Indicadores TCU	
Principais recursos captados por pesquisadores da ufcspa	Principais recursos captados em 2021/2022 por pesquisadores da UFCSPA e os editais correspondentes	Financeira.	Captação de Recursos	
Principais investimentos em pesquisa	Ações e valores investidos em 2022 com recursos da UFCSPA	Financeira.	Investimentos	
Desempenho comparativo orçamento x execução	Desempenho Orçamentário da UFCSPA em 2022	Financeira.	Execução orçamentária	
Desempenho comparativo orçamento x execução	Execução TEDs	Financeira.	TEDs	
Desempenho comparativo orçamento x execução	Gestão Orçamentária da UFCSPA anual (2016-2022)	Financeira.	Execução orçamentária	
Despesas por grupo loa e descentralização	% de execução Despesas da UFCSPA por grupo em 2022	Financeira.	Execução orçamentária	
Despesas por grupo loa e descentralização	Execução das Despesas por Grupo e Elemento de Despesa em 2022	Financeira.	Despesa de Pessoal Execução orçamentária	

Despesas por grupo lora e descentralização	Execução das Despesas de Custeio em 2022	Financeira.	Despesa de Execução orçamentária	Custeio
Despesas por grupo lora e descentralização	Execução das Despesas de Capital em 2022	Financeira.	Despesa de Execução orçamentária	Capital
Conformidade legal	Valor pago em sentenças judiciais por ano	Financeira.	Sentenças judiciais	
Detalhamento das despesas de pessoal	Despesas com a força de trabalho ativa em 2022	Financeira.	Despesa com pessoal	
Detalhamento das despesas de pessoal	Evolução das despesas com pessoal na UFCSPA, por ano	Financeira.	Evolução: Despesas com pessoal	
Gestão patrimonial	Bens presentes no depósito do Patrimônio:	Financeira.	Bens	
Gestão patrimonial	Quantitativo de bens adquiridos, por forma de aquisição, em 2022	Financeira.	Incorporação	
Montante de recursos aplicados em TI	Investimentos na área de TI em 2022	Financeira.	Investimento	
Desempenho orçamentário e financeiro	Valores arrecadados (recursos próprios) por ano (2018-2022)	Financeira.	Arrecadação	
Suprimento de fundos	Uso do suprimento de fundos (2016-2022)	Financeira.	Suprimento de fundos	
Utilização dos recursos disponibilizados	Suprimentos de Fundos: concessão x utilização em 2022	Financeira.	Suprimento de fundos	
Pós-graduação stricto sensu	Cotas de bolsas mestrado, doutorado e pós-doutorado em 2022	Social.	Bolsas	
Facebook	Queda do alcance em relação a 2021	Social.	Rede social	
Facebook	Variação ante 2021	Social.	Rede social	
Facebook	Stories	Social.	Rede social	
Facebook	Variação ante 2021	Social.	Rede social	
Facebook	Gênero:	Social.	Rede Gênero	social
Facebook	Idade predominante:	Social.	Rede Faixa etária	social
Facebook	Origem predominante:	Social.	Rede social	

Instagram	Aumento do alcance em relação a 2021	Social.	Rede social
Instagram	Variação ante 2021	Social.	Rede social
Instagram	Variação ante 2021	Social.	Rede social
Instagram	Gênero:	Social.	Rede social Gênero
Instagram	Idade predominante:	Social.	Rede social Faixa etária
Instagram	Origem predominante:	Social.	Rede social
Twitter	Taxa de engajamento	Social.	Rede social
LinkedIn	Crescimento em relação à 2021	Social.	Rede social
Ouvidoria	Chamados atendidos por grupo	Social.	Ouvidoria
Ouvidoria	Manifestações nos 4 últimos anos - Ouvidoria	Social.	Ouvidoria
Ouvidoria	Tipos de Assuntos - Ouvidoria	Social.	Ouvidoria
Serviço de informações ao cidadão (sic)	Características dos Pedidos de Acesso à Informação	Social.	Acesso à informação
Serviço de informações ao cidadão (sic)	Satisfação do usuário	Social.	Satisfação Acesso à informação
Transparência ativa	Transparência ativa	Social.	Accountability Transparência ativa
Indicadores de desempenho	Indicadores de eficácia	Social.	Bolsas Auxílio Estudantil
Indicadores do tribunal de contas da união	Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	Social.	Sucesso Indicadores TCU
Principais dados acadêmicos	Número de discentes matriculados ao final do segundo semestre 2022	Social.	Matriculados
Principais dados acadêmicos	Número de discentes ingressantes via SiSU em 2022	Social.	Matriculados SiSU
Principais dados acadêmicos	Número de vagas ofertadas e número de vagas ocupadas através do SiSU	Social.	SiSU

Principais dados acadêmicos	Número de matriculados e de manifestações de interesse na lista de espera	Social.	Matriculados
Principais dados acadêmicos	Número de ingressantes por outros processos seletivos	Social.	Matriculados
Principais dados acadêmicos	Número de discentes que concluíram curso de graduação no ano letivo de 2022	Social.	Concluintes
Principais dados acadêmicos	Número de discentes que cancelaram matrícula por curso	Social.	Cancelamento
Programa de monitoria voluntária	Dados da monitoria	Social.	Monitoria
Programa de formação doce	% de docentes que participaram pelo menos de uma atividade de formação	Social.	Formação Docente
Grupos de pesquisa enpq	Total de grupos e distribuição das bolsas de produtividade em pesquisa em 2022	Social.	Bolsas
Principais investimentos em pesquisa	Investimento em bolsas de iniciação científica e pós-graduação com recursos UFCSPA	Social.	Bolsas
Pós-graduação stricto sensu	Concluintes na pós-graduação Stricto sensu 2022 por programa	Social.	Concluintes.
Coordenação de assuntos estudantis	Avaliação da Transparência do processo de Seleção para Concessão de auxílios do Programa de Auxílio Estudantil da UFCSPA	Social.	Auxílio estudantil
Coordenação de assuntos estudantis	Avaliação da contribuição dos auxílios estudantis para a permanência na Universidade	Social.	Auxílio Permanência estudantil
Coordenação de assuntos estudantis	participação dos estudantes nas oficinas de orientação de documentos para o Edital de assistência estudantil	Social.	Auxílio estudantil
Coordenação de assuntos estudantis	Avaliação da efetividade das oficinas de orientação para a organização dos documentos pelos estudantes	Social.	Auxílio estudantil
Coordenação de assuntos estudantis	Percentual de estudantes acompanhados pela CAE que foram atendidos pela equipe	Social.	Auxílio estudantil
Coordenação de assuntos estudantis	Motivos do não acompanhamento pela CAE	Social.	Auxílio estudantil
Coordenação de assuntos estudantis	Importância dos auxílios acadêmicos	Social.	Auxílio estudantil
Coordenação de assuntos estudantis	Auxílio alimentação	Social.	Auxílio Alimentação estudantil

Coordenação de assuntos estudantis	Auxílio permanência	Social.	Auxílio permanência	estudantil
Coordenação de assuntos estudantis	Auxílio moradia	Social.	Auxílio moradia	estudantil
Coordenação de assuntos estudantis	Auxílio transporte	Social.	Auxílio transporte	estudantil
Avaliação e acompanhamento do programa de assistência estudantil da ufcspa 2024	Atendimentos com Acompanhamentos	Social.	Assistência estudantil	
A ufcspa internacional	Dados das redes sociais do EInter	Social.	Rede social	
Avaliação da força de trabalho	Distribuição de servidores por faixa etária	Social.	Faixa etária	
Avaliação da força de trabalho	Distribuição de servidores por gênero	Social.	Gênero	
Avaliação da força de trabalho	Distribuição de cargos gerenciais por gênero	Social.	Gênero	
Plano de desenvolvimento de pessoas	Capacitações promovidas pela UFCSPA em 2022	Social.	Capacitação	
Plano de desenvolvimento de pessoas	Afastamentos para ações de desenvolvimento	Social.	Afastamentos	
Atendimentos	Modalidade de intervenção psicológica realizada pelo DIBEST	Social.	Atendimento Saúde	psicológico
Atendimentos	Atendimentos realizados pelo DIBEST, duração média	Social.	Atendimento Saúde	psicológico
Atendimentos	Licenças por Gênero	Social.	Licenças Gênero	
Atendimentos	Acompanhamento de servidores com suspeita ou contágio de COVID-19	Social.	Saúde	
Atendimentos	Acompanhamento de servidores (tele-monitoramento) por função e gênero	Social.	Gênero	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no Relatório de Gestão da UFCSPA de 2022 (2024).

APÊNDICE I – INDICADORES RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE IDENTIFICADOS NO RELATÓRIO DE GESTÃO DA

UFFS

Relato Integrado 2022 UFFS			
Indicadores	Classificação	Nuvem de palavras	
Consumo de resmas de papel A4 na Reitoria	Ambiental.	Consumo de papel	
Evolução do consumo de energia no campus Erechim (Kwh)	Ambiental.	Consumo de energia	
Consumo anual de água nos campi abastecidos por concessionárias (m³)	Ambiental.	Consumo de água	
Produção gerada e estimativa de economia com a Usina Fotovoltaica de Chapecó	Ambiental.	Usina Fotovoltaica Consumo de Energia	
Fontes de investimento em extensão universitária pela PROEC 2022	Financeira.	Fontes de investimento	
Custo corrente por aluno equivalente (R\$)	Financeira.	Custos Indicador do TCU	
Lei Orçamentária Anual da UFFS (UO 26440) e executada na UFFS (UG 158517)	Financeira.	Execução orçamentária	
Orçamento Executado - Despesas Discricionárias e Obrigatórias		Execução orçamentária Despesas Discricionárias	
	Financeira.	Despesas Obrigatórias	
		Execução orçamentária Despesas Discricionárias	
Orçamento Executado - Despesas Discricionárias	Financeira.	Discricionárias	
		Execução orçamentária Despesas Discricionárias	
	Financeira.	Discricionárias	
Orçamento executado – Despesas Discricionárias por Ação Governo (R\$)		Execução orçamentária Despesas Discricionárias	
	Financeira.	Discricionárias	
		Execução orçamentária Despesas Discricionárias	
Orçamento Executado - Despesas Discricionárias por Elemento de Despesas	Financeira.	Elemento da despesa	
		Execução descentralizada Despesa empenhada	
	Financeira.	Despesa empenhada	
Termos de Execução Descentralizada Recebidos - Despesas Empenhadas		Execução descentralizada	
	Financeira.	Despesa empenhada	
Recursos provenientes de termos de execução descentralizada	Financeira.	Execução descentralizada	

Apuração de custos: segue análise sobre as despesas liquidadas (ano + RP)	Financeira.	Evolução: custos Análise horizontal Análise vertical
Economicidade gerada	Financeira.	Economicidade
Gastos com produtos de higiene e limpeza por ano	Financeira.	Gastos
Valores gastos com coleta de resíduos perigosos	Financeira.	Gastos
Depreciação de bens	Financeira.	Depreciação
Caixa e equivalentes de caixa (em R\$) - Análise Horizontal	Financeira.	Análise horizontal Evolução: Caixa e equivalentes de caixa
Demais créditos e valores a curto prazo (em R\$) - Análise Horizontal	Financeira.	Análise horizontal Evolução: Curto prazo
Estoque (em R\$) - Análise Horizontal	Financeira.	Análise horizontal Análise vertical Evolução: Estoques
Consumo de materiais (em R\$) - Análise Horizontal	Financeira.	Análise horizontal Evolução: Consumo de materiais
Imobilizado - Análise Horizontal	Financeira.	Análise horizontal Evolução: Imobilizado
Bens móveis (em R\$) - Análise Horizontal	Financeira.	Análise horizontal Evolução: Bens móveis
Bens móveis valor contábil líquido (em R\$) - Análise Horizontal	Financeira.	Análise horizontal Evolução: Bens móveis
Máquinas, aparelhos, equipamentos, acessórios (em R\$) - Análise Vertical	Financeira.	Composição: Bens móveis Análise vertical
Bens imóveis (em R\$) - Análise Horizontal	Financeira.	Análise horizontal Evolução: Bens imóveis
Bens de uso especial registrados no SPIUnet (em R\$) - Análise Horizontal	Financeira.	Análise horizontal Evolução: Bens de uso especial
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências (em R\$) - Análise Horizontal	Financeira.	Análise horizontal Evolução: Obrigações
Fornecedores e contas a pagar (em R\$) - Análise horizontal	Financeira.	Análise horizontal Evolução: Fornecedores

			Evolução: Contas a pagar
Obrigações contratuais (em R\$) - Análise horizontal		Financeira.	Análise horizontal Evolução: Obrigações
Receitas orçamentárias – posição 31/12/2022 (em R\$)		Financeira.	Receitas orçamentárias Execução orçamentária
Despesas correntes – posição 31/12/2022 (em R\$)		Financeira.	Despesas correntes Execução orçamentária
Despesas de capital (em R\$)		Financeira.	Despesas de capital Execução orçamentária
Ingressos (em R\$) - Análise Horizontal		Financeira.	Análise horizontal Evolução: Ingressos
Dispêndios (em R\$) - Análise Horizontal		Financeira.	Análise horizontal Evolução: Dispêndios
Variações patrimoniais aumentativas (em R\$) - Análise Horizontal		Financeira.	Análise horizontal Evolução: VPA
Variações patrimoniais diminutivas (em R\$) - Análise Horizontal		Financeira.	Análise horizontal Evolução: VPD
Geração líquida de caixa (em R\$) - Análise Horizontal		Financeira.	Análise horizontal Evolução: Geração Líquida de Caixa
Atividades das operações (em R\$) - Análise Horizontal		Financeira.	Análise horizontal Evolução: atividades operacionais
Desembolsos das atividades das operações, por função de governo (em R\$) - Análise Horizontal		Financeira.	Evolução: Desembolsos Análise horizontal
Desembolsos das atividades de investimento (em R\$)		Financeira.	Desembolsos Evolução: atividades de Investimentos
Graduação - matrículas ativas		Social.	Matriculados
Graduação - estudantes assistidos com auxílios socioeconômicos		Social.	Auxílio estudantil
Pós-Graduação - maticulas ativas nos mestrados		Social.	Matriculados
Pós-Graduação - novos mestres		Social.	Concluintes
Pós-Graduação - novos especialistas		Social.	Concluintes
Pós-Graduação - residentes médicos matriculados		Social.	Residência

Pós-Graduação - residentes multiprofissional em saúde	Social.	Residência
Ouvidoria - manifestações	Social.	Ouvidoria
Denúncia	Social.	Ouvidoria
Comunicação	Social.	Ouvidoria
Reclamação	Social.	Ouvidoria
Solicitação	Social.	Ouvidoria
Sugestão	Social.	Ouvidoria
Elogio	Social.	Ouvidoria
Solicitações inbox no Facebook em 2022	Social.	Rede social
Solicitações inbox no Instagram em 2022	Social.	Rede social
Percentual de alunos ingressantes em 2022 provindos de escola pública	Social.	Ações afirmativas Cotas
Idade dos alunos ingressantes em 2022	Social.	Faixa etária
Raça dos ingressantes	Social.	Raça
Sexo dos alunos ingressantes em 2022	Social.	Sexo
Percentual de ingressantes de acordo com o tipo de reserva de vaga	Social.	Ações afirmativas Cotas
Panorama das matrículas ao longo dos anos 2010-2022	Social.	Matrículas
Programa de Educação Tutorial – PET – Bolsistas e voluntários	Social.	Bolsas
PIBID e PRP – Bolsistas de voluntários	Social.	Bolsas
Monitoria de Ensino – Bolsistas e Voluntários	Social.	Bolsas
Quantitativo de bolsas para os PPGs stricto sensu por agência financiadora	Social.	Monitoria
Demonstrativo de cotas da Pró-reitoria	Social.	Bolsas
Demonstrativo de matrículas dos PPGs lato	Social.	Ações afirmativas Cotas
Demonstrativo de matrículas da Residência Médica	Social.	Matriculados
Demonstrativo de vagas da Residência Multiprofissional em Saúde	Social.	Residência
Quantitativo de bolsas de ICT implementadas, por modalidade de bolsa	Social.	Residência
Quantitativo de bolsas de ICT implementadas, por fonte de financiamento	Social.	Bolsas
	Social.	Bolsas

Demonstrativo de projetos de pesquisa aprovados com financiamento da UFFS	Social.	Bolsas
Ações de Extensão Universitária por unidade administrativa e modalidade	Social.	Extensão
Extensão universitária UFFS triênio 2020 a 2022	Social.	Extensão
Extensão universitária unidades administrativas UFFS em 2022	Social.	Extensão
Participações em equipes executoras por tipo unidade e administrativa e vínculo dos integrantes	Social.	Extensão
Certificados de extensão universitária UFFS 2022	Social.	Extensão
Recursos em bolsas estudantis de extensão universitária UFFS (R\$)	Social.	Bolsas
Estudante bolsista extensão e cultura UFFS no triênio 2020 a 2022	Social.	Bolsas
Auxílio PIN	Social.	Indígenas Bolsas Auxílio estudantil Permanência
Auxílio APPIQ	Social.	Indígenas Bolsas Permanência Auxílio estudantil
Auxílio Ingresso	Social.	Permanência Auxílio estudantil
Auxílio Socioeconômico	Social.	Vulnerabilidade Permanência Auxílio estudantil
Auxílio Emergencial	Social.	Vulnerabilidade Permanência Auxílio estudantil
Auxílio Inclusão Digital (Internet)	Social.	Inclusão digital Acesso à internet Auxílio estudantil
Bolsa SAE e SAÚDE	Social.	Bolsas Saúde Auxílio estudantil
Bolsa Permanência - PBP (MEC)	Social.	Indígenas Quilombolas Bolsas

		Vulnerabilidade Auxílio estudantil
Bolsa Esporte JUFFS* e Auxílio-alimentação JUFFS**	Social.	Bolsas Esportes Auxílio estudantil
Restaurante universitário	Social.	Refeições Restaurante universitário
Auxílio para participação em eventos esportivos	Social.	Esportes Auxílio estudantil
Atenção à Saúde do Estudante	Social.	Saúde
Relação candidato x vaga graduação	Social.	Candidado x Vaga
Relação Candidato X vaga	Social.	Candidado x Vaga
Relação candidato x vaga	Social.	Candidado x Vaga
Laranjeiras do sul - Relação candidato x vaga	Social.	Candidado x Vaga
Realeza -Relação candidato x vaga	Social.	Candidado x Vaga
CAMPUS PASSO FUNDO - Relação candidato x vaga	Social.	Candidado x Vaga
Índice de qualificação do corpo docente	Social.	Qualificação
Taxa de sucesso na graduação	Social.	Sucesso
Gênero (professores e técnicos	Social.	Gênero
Cor / origem étnica (professores e técnicos	Social.	Cor Etnia
Incentivos à educação (acumulado de 01/01/2022 a 31/12/2022)	Social.	Bolsas Auxílio estudantil

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no Relatório de Gestão da UFFS de 2022 (2024).

APÊNDICE J - INDICADORES RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE IDENTIFICADOS NO RELATÓRIO DE GESTÃO DA
UFPEL

Relatório de Gestão 2022 UFPEL		
Indicadores	Classificação	Nuvem de Palavras
Evolução do orçamento entre 2018, 2019, 2020 e 2021	Financeira.	Evolução do orçamento
Detalhamento das despesas discricionárias	Financeira.	Despesas Discricionárias
		Evolução: ativo
		Evolução: passivo
		Evolução: PL
		Evolução: passivo + PL
Resultado Patrimonial — Composição R\$ 1,00	Financeira.	Análise horizontal
Bens Móveis — Composição R\$ 1,00	Financeira.	Evolução: Bens Móveis Análise horizontal
Bens Imóveis — Composição R\$ 1,00	Financeira.	Evolução: Bens Imóveis Análise horizontal
Receitas — Composição R\$ 1,00	Financeira.	Arrecadação Execução orçamentária
Resultado patrimonial do período — Composição R\$ 1,00		Resultado Patrimonial
		Evolução: VPD
		Evolução: VPA
		Evolução: Resultado Patrimonial
	Financeira.	Análise horizontal
Despesas Orçamentárias — Pessoal e Encargos Sociais — Composição R\$ 1,00	Financeira.	Evolução: Despesas com Pessoal e Encargos Análise horizontal
Outras Despesas Correntes — Composição R\$ 1,00	Financeira.	Evolução: Outras despesas Correntes Análise horizontal
Investimentos — Composição R\$ 1,00	Financeira.	Evolução: Investimentos Análise horizontal
Custos do pessoal ativo e inativo por área de atuação em 2022 — Composição R\$ 1,00	Financeira.	Custos

Custo corrente / aluno equivalente tempo integral (incluindo os 35% das despesas do(s) HU(s))	Financeira.	Indicadores TCU Custos
Custo corrente / aluno equivalente tempo integral (excluindo as despesas do(s) HU(s))	Financeira.	Indicadores TCU Custos
Total de alunos efetivamente matriculados na graduação	Social.	Matriculados
Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação <i>stricto sensu</i> (mestrado e doutorado)	Social.	Matriculados
Total de alunos efetivamente matriculados na residência médica	Social.	Residência
Bolsas por unidade acadêmica PBA — Iniciação à Extensão — em 2022	Social.	Bolsas
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	Social.	Qualificação
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) em % com duas casas decimais, exemplo 54,56	Social.	Sucesso
Trajetória dos ingressantes 2014 a 2017 (retenção, evasão e diplomação)	Social.	Evasão
Atividades extensionistas cadastradas na PREC em 2022	Social.	Concluintes
		Extensão
Atividades extensionistas cadastradas na PREC em 2022 de acordo com o gênero	Social.	Extensão Gênero
Atividades extensionistas cadastradas na PREC em 2022 de acordo com o eixo temático	Social.	Extensão
Projetos de extensão cadastrados na PREC em 2022	Social.	Extensão

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no Relatório de Gestão da UFPEL de 2022 (2024).

APÊNDICE K - INDICADORES RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE IDENTIFICADOS NO RELATÓRIO DE GESTÃO DA

UFPR

Relatório de Gestão 2022 UFPR		
Indicadores	Classificação	Nuvem de Palavras
Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior – Todas as Fontes	Financeira.	Execução orçamentária
Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Financeira.	Execução orçamentária
Assistência ao Estudante de Ensino Superior	Financeira.	Execução orçamentária
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Financeira.	Execução orçamentária
Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	Financeira.	Execução orçamentária
Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	Financeira.	Execução orçamentária
Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	Financeira.	Execução Orçamentária
Execução das despesas - maior detalhamento		Variação: Despesa Executada Execução Orçamentária
Custo Corrente com HU /Aluno Equivalente	Financeira.	Custos Indicadores TCU
Custo Corrente sem HU /Aluno Equivalente	Financeira.	Custos Indicadores TCU
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	Social.	Qualificação
Concluintes dos Cursos de Graduação 2018-2022	Social.	Concluintes
Índice de Qualificação do Corpo Docente - 2018 à 2022	Social.	Qualificação
alunos de residência médica e multiprofissional	Social.	Residência
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	Social.	Qualificação
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	Social.	Sucesso Indicadores TCU
Taxa de Sucesso da Graduação (TSG)	Social.	Sucesso Indicadores TCU
Taxa de Sucesso na Graduação - 2018 à 2022	Social.	Sucesso Indicadores TCU

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no Relatório de Gestão da UFPR de 2022 (2024).

APÊNDICE L - INDICADORES RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE IDENTIFICADOS NO RELATÓRIO DE GESTÃO DA

UFRGS

Relatório de Gestão UFRGS 2022			
Áreas	Indicadores	Classificação	Nuvem de palavras
Sustentabilidade Ambiental	Consumo de energia elétrica (kwh)	Ambiental.	Consumo de energia
Sustentabilidade Ambiental	Consumo de água potável (m3)	Ambiental.	Consumo de água
Assistência Estudantil	receitas orçamentárias destinadas ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	Financeira.	Destinação de recursos
Gestão de Pessoas	Evolução dos gastos com pessoal	Financeira.	Composição: Despesas de pessoal
Gestão da Tecnologia da Informação	Montante de Recursos aplicados em TI	Financeira.	Destinação de recursos
Suprimentos	Investimento em Material Permanente	Financeira.	Composição: Material permanente
Gestão de Infraestrutura	Total Empenhado (R\$)	Financeira.	Despesa empenhada Execução orçamentária
Gestão de Infraestrutura	Manutenção de Infraestrutura - Rede Elétrica	Financeira.	Despesa empenhada Manutenção Execução orçamentária
Gestão Orçamentária e Financeira	Evolução da execução de custeio e capital	Financeira.	Execução orçamentária
Gestão Orçamentária e Financeira	Execução das fontes de recursos do Tesouro Nacional e Diretamente Arrecadados nos grupos de despesas de pessoal, benefícios e outros custeios e capital	Financeira.	Execução orçamentária
Gestão Orçamentária e Financeira	Execução da fonte de recursos do Tesouro Nacional nos grupos de despesas de pessoal, benefícios, outros custeios e capital (R\$)	Financeira.	Execução orçamentária
Gestão Orçamentária e Financeira	Execução de outras despesas de outros custeios e capital na Fonte Diretamente Arrecadados (R\$)	Financeira.	Execução orçamentária
Gestão de Custos	Distribuição dos recursos consumidos entre as áreas finalísticas e de suporte	Financeira.	Consumo de recursos
Gestão de Custos	Demonstrativo dos Programas de Governo.	Financeira.	Custos
Gestão de Custos	Custo direto total dessas categorias	Financeira.	Composição: Custos

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	Evolução patrimonial	Financeira.	Evolução: ativo Análise horizontal
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	Evolução imobilizado	Financeira.	Evolução: imobilizado Análise horizontal
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	Evolução Demais Bens Móveis	Financeira.	Evolução: bens móveis Análise horizontal
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	Evolução Bens Imóveis de Uso Especial	Financeira.	Evolução: bens imóveis de uso especial Análise horizontal
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	Evolução VPA	Financeira.	Evolução: VPA Análise horizontal
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	Evolução VPD	Financeira.	Evolução: VPD Análise horizontal
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	Evolução Resultado Patrimonial	Financeira.	Evolução: Resultado Patrimonial Análise horizontal
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	Despesa Empenhada - Modalidade de Licitação	Financeira.	Composição: Despesa por modalidade de licitação
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	Despesa Empenhada - Não Aplicável	Financeira.	Composição: Despesa Empenhada
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	Investimento - Despesa Liquidada	Financeira.	Evolução: Investimento
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	Outras Despesas Correntes Despesa Liquidada	Financeira.	Evolução: Outras Despesas Correntes
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	Despesas (considerando impacto COVID-19)	Financeira.	Composição: Despesas
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	Pessoal e Encargos - Despesa Liquidada	Financeira.	Evolução: Despesa de Pessoal
Graduação	Alunos diplomados por Unidade Acadêmica 2021 *	Social.	Diplomados
Pós-Graduação	Perfil dos estudantes da pós-graduação	Social.	Matriculados
Assistência Estudantil	Pesquisa de Satisfação do Programa de Benefícios	Social.	Satisfação Auxílio estudantil Benefícios
Assistência Estudantil	Satisfação com o atendimento	Social.	Satisfação
Assistência Estudantil	Satisfação com o tempo de atendimento	Social.	Satisfação
Comunicação	Facebook	Social.	Rede social

Comunicação	Instagram	Social.	Rede social
Comunicação	LinkedIn	Social.	Rede social
Comunicação	Twitter	Social.	Rede social
Gestão	Atendimentos da Ouvidoria	Social.	Ouvidoria
Gestão	Atendimento 2020-2022	Social.	Ouvidoria
Gestão	Cumprimento de transparência ativa por assunto (%) - 2022	Social.	Transparência ativa <i>Accountability</i>
Gestão	Satisfação dos usuários	Social.	Satisfação Acesso à informação

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no Relatório de Gestão da UFRGS de 2022 (2024).

**APÊNDICE M - INDICADORES RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE IDENTIFICADOS NO RELATÓRIO DE GESTÃO
DA UFSC**

Relatório de Gestão UFSC 2022					
Área	Subárea	Indicador	Dimensões	Nuvem de Palavras	
Governança, estratégia e desempenho	Prefeitura universitária	Consumo de Energia – UFSC – Série Histórica.	Ambiental.	Consumo de energia	
Governança, estratégia e desempenho	Prefeitura universitária	Despesas – UFSC – Série Histórica.	Financeira.	Evolução: despesas	
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de pós-graduação	Recursos Financeiros: CAPES PROAP, PNPD e PROPG. - evolução	Financeira.	Recursos financeiros	
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de pós-graduação	Evolução Histórica dos Recursos de Custeio e Bolsas CAPES DS dos PPGs com nota 3, 4 e 5.	Financeira.	Recursos de custeio	
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de pós-graduação	Apoios financeiros à participação de docentes e discentes em eventos científicos.	Financeira.	Apoio financeiro	
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de pós-graduação	Arrecadação com os serviços de análise de reconhecimento de diploma	Financeira.	Arrecadação	
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de pós-graduação	Total investimento por ano	Financeira.	Investimentos	
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de administração	Valores estimados versus adjudicados.	Financeira.	Licitações	
Governança, estratégia e desempenho	Hospital universitário	Participação das Receitas no Custeio	Financeira.	Receitas de custeio	
Governança, estratégia e desempenho	Hospital universitário	Ajustes Demonstração contábil.	Financeira.	Demonstração contábil	

Informações orçamentárias financeiras	-	Origem do orçamento (%).	Financeira.	Origem orçamento do
Informações orçamentárias financeiras	-	Destinação dos recursos oriundos do Tesouro (%).	Financeira.	Destinação recursos de
Informações orçamentárias financeiras	-	Percentual de despesas empenhadas em relação à origem do orçamento.	Financeira.	Despesas empenhadas
Informações orçamentárias financeiras	-	Orçamento executado de 2020 a 2022. 2020 (valores em R\$) 2021 (Financeira.	Execução orçamentária
Informações orçamentárias financeiras	-	Participação (%) dos componentes orçamentários no Orçamento Executado (2020-2022), excluindo-se os destaques recebidos.	Financeira.	Execução orçamentária
Informações orçamentárias financeiras	-	Total do orçamento executado (em R\$), excluindo-se os destaques recebidos.	Financeira.	Execução orçamentária
Informações orçamentárias financeiras	-	Participação (%) dos itens desagregados no componente orçamentário executado em Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios Sociais.	Financeira.	Execução orçamentária
Informações orçamentárias financeiras	-	Orçamento executado para Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios Sociais (em R\$).	Financeira.	Execução orçamentária
Informações orçamentárias financeiras	-	Participação (%) dos itens desagregados no componente orçamentário executado em Custeio.	Financeira.	Execução orçamentária
Informações orçamentárias financeiras	-	Orçamento executado (em R\$) em Custeio.	Financeira.	Execução orçamentária
Informações orçamentárias financeiras	-	Participação (%) dos itens desagregados no componente orçamentário Capital.	Financeira.	Execução orçamentária
Informações orçamentárias financeiras	-	Orçamento executado (em R\$) para Capital.	Financeira.	Execução orçamentária

Informações orçamentárias financeiras	-	-	Destques Recebidos (em R\$).	Financeira.	Destques
Informações orçamentárias financeiras	-	-	Participação (%) dos componentes Capital e Custeio nos Destques Recebidos.	Financeira.	Execução orçamentária
Informações orçamentárias financeiras	-	-	Participação (%) dos componentes orçamentários no orçamento total.	Financeira.	Execução orçamentária
Informações orçamentárias financeiras	-	-	Orçamento executado total (em R\$).	Financeira.	Execução orçamentária
Informações orçamentárias financeiras	-	-	Resultados dos indicadores primários – Decisão TCU N° 408/2002.	Financeira.	Custos Indicadores TCU
Informações orçamentárias financeiras	-	-	Custo corrente com o HU / aluno equivalente	Financeira.	Custos Indicadores TCU
Informações orçamentárias financeiras	-	-	Custo corrente sem o HU / aluno equivalente	Financeira.	Custos Indicadores TCU
Governança, estratégia desempenho	Pró-reitoria de graduação	Pró-reitoria de graduação	Número de Alunos dos Cursos Presencias e a Distância.	Social.	Matriculados
Governança, estratégia desempenho	Pró-reitoria de pós-graduação	Pró-reitoria de pós-graduação	Matrículas, ingressantes e concluintes da pós-graduação latu sensu.	Social.	Concluintes
Governança, estratégia desempenho	Pró-reitoria de pós-graduação	Pró-reitoria de pós-graduação	Matrículas, ingressantes e concluintes das residências.	Social.	Concluintes
Governança, estratégia desempenho	Pró-reitoria de pós-graduação	Pró-reitoria de pós-graduação	Evolução Histórica das Bolsas CAPES DS dos PPGs acadêmicos com nota 3 (três), 4 (quatro) e 5 (cinco).	Social.	Bolsas
Governança, estratégia desempenho	Pró-reitoria de pós-graduação	Pró-reitoria de pós-graduação	Quantitativo de aproveitamento de bolsas PRINT-CAPIES/UFSC 2019.	Social.	Bolsas

Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de pós-graduação	Quantitativo de aproveitamento de bolsas PRINT-CAPIES/UFSC 2020.	Social.	Bolsas
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de pós-graduação	Quantitativo de bolsistas PRINT-CAPIES/UFSC em 2022.	Social.	Bolsas
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de pós-graduação	Evolução dos números de docentes da UFSC que possuem bolsa de produtividade do CNPq. Tipo PQ 1A	Social.	Bolsas
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de pós-graduação	Número de bolsas de iniciação científica (IC) e iniciação tecnológica (IT) para estudantes de graduação.	Social.	Bolsas
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de permanência e assuntos estudantis	Número de atendimentos individuais – Psicologia Educacional – 2022. Jan. Fev. Mar. Abr. Mai. Jun. Jul. Ago. Set. Out. Nov. Dez. Total	Social.	Atendimento psicológico
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de permanência e assuntos estudantis	Rodas de conversa por mês – Psicologia Educacional.	Social.	Atendimento psicológico
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de permanência e assuntos estudantis	Programa Auxílio-Creche – Detalhamento do recurso financeiro – 2022.	Social.	Auxílio estudantil Auxílio-creche
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de permanência e assuntos estudantis	Programa Auxílio-Moradia – Detalhamento do recurso financeiro – 2022.	Social.	Auxílio estudantil Auxílio-Moradia
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de permanência e assuntos estudantis	Programa Bolsa Estudantil – Detalhamento do recurso financeiro – 2022.	Social.	Bolsas
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de permanência e assuntos estudantis	Bolsa PAIQ – Detalhamento do recurso financeiro – 2022.	Social.	Bolsas
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de permanência e assuntos estudantis	Auxílio Emergencial (fechamento do RU) – Detalhamento do recurso financeiro – 2022. Mês	Social.	Auxílio estudantil Auxílio emergencial
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de permanência e assuntos estudantis	Número de novas isenções concedidas por ano (2018 a 2022).	Social.	Auxílio estudantil Refeições

Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de permanência e assuntos estudantis	Programa Auxílio-Internet – Detalhamento do recurso financeiro – 2022.	Social.	Auxílio estudantil Auxílio-Internet
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de desenvolvimento e gestão de pessoas	Distribuição dos Servidores de Carreira por Gênero.	Social.	Gênero
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de desenvolvimento e gestão de pessoas	Distribuição dos Servidores de Carreira por Faixa Etária.	Social.	Faixa etária
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de desenvolvimento e gestão de pessoas	Ações de Desenvolvimento ofertadas pela Divisão de Capacitação Continuada (DiCC) da Coordenadoria de Capacitação de Pessoas/DDP – Período de 2018 a 2022.	Social.	Capacitação
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de desenvolvimento e gestão de pessoas	Histórico de Afastamentos de Servidores Técnico-Administrativos em Educação por Modalidade – Período de 2018 a 2022.	Social.	Afastamentos
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de desenvolvimento e gestão de pessoas	Histórico de Afastamentos de Servidores Docentes por Modalidade – Período de 2018 a 2022.	Social.	Afastamentos
Governança, estratégia e desempenho	Pró-reitoria de desenvolvimento e gestão de pessoas	Faixa etária de beneficiários.	Social.	Faixa etária
Governança, estratégia e desempenho	Secretaria de comunicação	Instagram	Social.	Rede social
Governança, estratégia e desempenho	Secretaria de comunicação	Facebook	Social.	Rede social
Governança, estratégia e desempenho	Secretaria de comunicação	LinkedIn	Social.	Rede social
Governança, estratégia e desempenho	Secretaria de comunicação	YouTube	Social.	Rede social
Governança, estratégia e desempenho	Secretaria de comunicação	TikTok	Social.	Rede social

Governança, estratégia e desempenho	Secretaria de comunicação	Telegram	Social.	Rede social
Governança, estratégia e desempenho	Secretaria de segurança institucional	Injúria racial/racismo.	Social.	Racismo Injúria racial
Governança, estratégia e desempenho	Hospital universitário	Alunos matriculados na Residência Médica.	Social.	Residência
Informações orçamentárias financeiras	-	Índice de qualificação do corpo docente (IQCD)	Social.	Qualificação

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no Relatório de Gestão da UFSC de 2022 (2024).

APÊNDICE N - INDICADORES RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE IDENTIFICADOS NO RELATÓRIO DE GESTÃO DA

UFSM

Relatório de UFSM - 2022					
Área	Sub-área	Indicadores	Classificação	Nuvem Palavras	de
Resultados da Gestão	Resumo das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Categoria Mobilidade no GreenMetric Ranking	Ambiental.	Ranking Mobilidade	
Resultados da Gestão	Resumo das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Categoria Energia e Mudanças Climáticas no GreenMetric Ranking	Ambiental.	Ranking Mudanças Climáticas Energia	
Resultados da Gestão	Resumo das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Desempenho Geral no GreenMetric Ranking	Ambiental.	Ranking	
Resultados da Gestão	Detalhamento dos resultados dos desafios do PDI - Desafio 7 - Gestão Ambiental	Categoria Mobilidade no GreenMetric Ranking	Ambiental.	Ranking Mobilidade	
Resultados da Gestão	Detalhamento dos resultados dos desafios do PDI - Desafio 7 - Gestão Ambiental	Categoria Energia e Mudanças Climáticas no GreenMetric Ranking	Ambiental.	Ranking Mudanças Climáticas Energia	
Resultados da Gestão	Detalhamento dos resultados dos desafios do PDI - Desafio 7 - Gestão Ambiental	Desempenho Geral no GreenMetric Ranking	Ambiental.	Ranking	
Resultados da Gestão	Resumo das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Crescimento da captação geral de recursos - evolução	Financeira.	Captação Recursos	de
Resultados da Gestão	Detalhamento dos resultados dos desafios do PDI - Desafio 5 – Modernização e desenvolvimento organizacional	Evolução do gasto com encargos corrigido pelo IPCA	Financeira.	Encargos	

Resultados da Gestão	Detalhamento dos resultados dos desafios do PDI - Desafio 5 – Modernização e desenvolvimento organizacional	Crescimento da captação geral de recursos	Financeira.	Captação de Recursos	de
Resultados da Gestão	Detalhamento dos resultados dos desafios do PDI - Desafio 5 – Modernização e desenvolvimento organizacional	Captação de Recursos via Fundação	Financeira.	Captação de Recursos	de
Conformidade e Eficiência da Gestão	Gestão da tecnologia da informação	Principais recursos aplicados em TIC (%corrente %capital)	Financeira.	TIC	Destinação de recursos
Conformidade e Eficiência da Gestão	Gestão de Pessoas	Folha de pagamento de servidores ativos, aposentados e pensionistas da UFSM de 2018 a 2022	Financeira.	Despesa de Pessoal	
Conformidade e Eficiência da Gestão	Gestão de Pessoas	Folha de pagamento de servidores ativos por unidade de exercício em 2022	Financeira.	Despesa de Pessoal	
Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	Gestão orçamentária e financeira	Despesas empenhadas na UFSM e HUSM em 2022	Financeira.	Despesas empenhadas Execução orçamentária	
Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	Gestão orçamentária e financeira	Empenhos por grupo de natureza de despesa na UFSM em 2022	Financeira.	Empenho Grupo de Natureza de Despesa	
Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	Gestão orçamentária e financeira	Investimentos e manutenção	Financeira.	Execução orçamentária Despesas empenhadas Investimentos Manutenção	
Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	Gestão orçamentária e financeira	Investimentos - Descrição dos investimentos	Financeira.	Composição: Investimentos	
Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	Gestão orçamentária e financeira	Manutenção - Descrição das despesas	Financeira.	Composição: Despesas	

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	Gestão orçamentária financeira	Despesas empenhadas (LOA e TED) na UFSM em 2022 - Descrição da origem do crédito	Financeira.	Execução orçamentária Despesas empenhadas Origem do crédito
Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	Gestão orçamentária financeira	Despesas Empenhadas	Financeira.	Execução orçamentária Despesas empenhadas
Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	Gestão orçamentária financeira	Principais despesas via TED empenhadas na UFSM em 2022 - Descrição das despesas de manutenção	Financeira.	Composição: Despesas empenhadas
Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	Gestão orçamentária financeira	Principais despesas via TED empenhadas na UFSM em 2022 - Descrição dos investimentos	Financeira.	Composição: Investimentos
Visão Geral Organizacional 2º Ambiente Externo	Modelo de Negócios	Alunos matriculados	Social.	Matriculados
Visão Geral Organizacional 2º Ambiente Externo	Modelo de Negócios	Alunos diplomados	Social.	Diplomados
Visão Geral Organizacional 2º Ambiente Externo	Modelo de Negócios	Alunos diplomados - graduação	Social.	Diplomados
Visão Geral Organizacional 2º Ambiente Externo	Modelo de Negócios	Alunos diplomados - pós-graduação	Social.	Diplomados
Visão Geral Organizacional 2º Ambiente Externo	Modelo de Negócios	Alunos diplomados - pós-médio	Social.	Diplomados
Visão Geral Organizacional 2º Ambiente Externo	Modelo de Negócios	Alunos diplomados - ensino médio	Social.	Diplomados
Resultados da Gestão	Resumo das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Taxa de Conclusão por Vaga	Social.	Concluintes

Resultados da Gestão	Resumo das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Taxa de Evasão Anual no Ensino Técnico	Social.	Evasão
Resultados da Gestão	Resumo das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Percentual de Egressos trabalhando na área ou cursando pós-graduação	Social.	Egressos
Resultados da Gestão	Resumo das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Pontuação geral na dimensão “Satisfação e Pertencimento” da Autoavaliação Institucional	Social.	Satisfação Pertencimento
Resultados da Gestão	Resumo das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Tempo de Formação (BSE + Auxílio PNAES até 1 semestre)	Social.	Auxílio Estudantil Assistência estudantil
Resultados da Gestão	Resumo das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Percentual de encaminhamento de alunos para a CAED (com critério)	Social.	Apoio Pedagógico
Resultados da Gestão	Detalhamento dos resultados dos desafios do PDI - Desafio 1 – Internacionalização	Pesquisadores em qualificação no exterior em países priorizados pela CAPES	Social.	Qualificação
Resultados da Gestão	Detalhamento dos resultados dos desafios do PDI - Desafio 1 – Internacionalização	Pesquisadores em qualificação no exterior em países priorizados pela CAPES	Social.	Qualificação
Resultados da Gestão	Detalhamento dos resultados dos desafios do PDI - Desafio 2 - Educação inovadora e transformadora com excelência acadêmica	Taxa de Conclusão por Vaga Acumulada Geral	Social.	Concluintes
Resultados da Gestão	Detalhamento dos resultados dos desafios do PDI - Desafio 2 - Educação inovadora e transformadora com excelência acadêmica	Taxa de Evasão Anual no Ensino Técnico	Social.	Evasão
Resultados da Gestão	Detalhamento dos resultados dos desafios do PDI - Desafio 2 - Educação inovadora e transformadora com excelência acadêmica	Percentual de Egressos trabalhando na área ou cursando pós-graduação	Social.	Egressos

Resultados da Gestão	Detalhamento dos resultados dos desafios do PDI - Desafio 2 - Educação inovadora e transformadora com excelência acadêmica	Pontuação geral na dimensão "Satisfação e Pertencimento" da Autoavaliação Institucional	Social.	Satisfação Pertencimento
Resultados da Gestão	Detalhamento dos resultados dos desafios do PDI - Desafio 3 - Inclusão Social	Tempo de Formação (BSE + Auxílio PNAES até 1 semestre)	Social.	Auxílio Estudantil Assistência estudantil
Resultados da Gestão	Detalhamento dos resultados dos desafios do PDI - Desafio 3 - Inclusão Social	Percentual de encaminhamento de alunos para a CAED (com critério)	Social.	Apoio Pedagógico
Resultados da Gestão	Detalhamento dos resultados dos desafios do PDI - Desafio 6 - Desenvolvimento local, regional e nacional	Posição média das redes sociais entre as brasileiras – UniRank	Social.	Rede Social
Conformidade e Eficiência da Gestão	Gestão de Pessoas	Representação da força de trabalho em 2022 - Por Faixa Etária	Social.	Faixa etária
Conformidade e Eficiência da Gestão	Gestão de Pessoas	Representação da força de trabalho em 2022 - Por Etnia	Social.	Etnia
Conformidade e Eficiência da Gestão	Gestão de Pessoas	Representação da força de trabalho em 2022 - Por gênero	Social.	Gênero
Conformidade e Eficiência da Gestão	Gestão de Pessoas	Representação da força de trabalho em 2022 - Por cargo/função e gênero	Social.	Gênero

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no Relatório de Gestão da UFSM de 2022 (2024).

APÊNDICE O - INDICADORES RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE IDENTIFICADOS NO RELATÓRIO DE GESTÃO DA

UNILA

Relatório de Gestão UNILA 2022			
Área	Indicador	Classificação	Nuvem de Palavras
Alocação de recursos e áreas especiais da gestão	Histórico orçamentário desde 2018 (\$)	Financeira.	Orçamento
Alocação de recursos e áreas especiais da gestão	Composição orçamentária 2022	Financeira.	Orçamento
Alocação de recursos e áreas especiais da gestão	Percentuais de variação orçamentária no triênio	Financeira.	Variação: Despesas
Alocação de recursos e áreas especiais da gestão	Concessões e valores em suprimentos de fundos entre 2018 e 2022	Financeira.	Suprimento de fundos
Alocação de recursos e áreas especiais da gestão	Aportes decorrentes de convênios entre 2018 e 2022	Financeira.	Convênios
Governança e desempenho	Crescimento do número de formados	Social	Concluintes
Governança e desempenho	Evasão na unila e em outras instituições	Social	Evasão
Governança e desempenho	Manifestações registradas na ouvidoria e pedidos de acesso a informações - distribuição dos registros por tipologia	Social.	Acesso à informação Ouvidoria
Governança e desempenho	Totais mensais de manifestações e pedidos de acesso à informação registrados	Social.	Acesso à informação
Governança e desempenho	Indicadores de redes sociais - facebook	Social.	Rede social
Governança e desempenho	Indicadores de redes sociais - youtube	Social.	Rede social
Governança e desempenho	Indicadores de redes sociais - instagram	Social.	Rede social
Governança e desempenho	Indicadores de redes sociais - twitter	Social.	Rede social
Governança e desempenho	Trabalhos pertinentes à comunicação integrada	Social.	Comunicação
Governança e desempenho	Auxílios estudantis ofertados	Social.	Auxílio estudantil
Governança e desempenho	Quantitativos mensais de auxílios estudantis ofertados	Social.	Auxílio estudantil
Governança e desempenho	Auxílios estudantis ofertados por nacionalidade	Social.	Auxílio estudantil
Governança e desempenho	Raça/cor/etnia de estudantes que receberam auxílios de assistência estudantil	Social.	Auxílio estudantil Raça Cor Etnia

Governança e desempenho	Faixa etária de estudantes que receberam auxílios de assistência estudantil	Social.	Auxílio estudantil Faixa etária
Governança e desempenho	Sexo de estudantes que receberam auxílios de assistência estudantil	Social.	Auxílio estudantil Sexo
Governança e desempenho	Renda per capita de estudantes que receberam auxílios de assistência estudantil	Social.	Auxílio estudantil
Governança e desempenho	Estudantes que receberam auxílios de assistência estudantil por turnos de seus cursos	Social.	Auxílio estudantil
Governança e desempenho	Estudantes atendidos(as) em serviços prestados pelas áreas de psicologia, saúde e serviço social	Social.	Atendimento psicológico Serviço Social Saúde
Governança e desempenho	Progressão de bolsas em programas mantidos pela unila	Social.	Bolsas
Governança e desempenho	Quantitativos de participantes em programas mantidos pela unila para apoio à graduação	Social.	Apoio à graduação
Governança e desempenho	Quantitativos de estudantes de pós-graduação stricto sensu	Social.	Matriculados
Governança e desempenho	Quantitativos de residência multiprofissional	Social.	Bolsas
Governança e desempenho	Distribuição de bolsas de pós-graduação durante o exercício	Social.	Bolsas
Governança e desempenho	Discentes matriculados(as) em cursos de pós-graduação lato sensu a distância	Social.	Matriculados
Governança e desempenho	Bolsas disponibilizadas por ano na iniciação científica	Social.	Bolsas
Governança e desempenho	Matrículas de aprovados(as) no psi em edições de 2018 até 2022	Social.	Matriculados
Governança e desempenho	Matrículas de aprovados(as) internacionais em pós-graduação – edições de 2018 e 2022	Social.	Matriculados
Governança e desempenho	Conclusão de cursos de estudantes internacionais no período de 2014 a 2022	Social.	Concluintes
Alocação de recursos e áreas especiais da gestão	Perfil salarial por faixa e por sexo	Social.	Sexo
Alocação de recursos e áreas especiais da gestão	Perfil salarial por faixa e declaração étnico-racial	Social.	Etnia Raça
Alocação de recursos e áreas especiais da gestão	Ações de capacitação e concluintes	Social.	Capacitação
Gestões patrimonial e de infraestrutura	Estatísticas gerais dos atendimentos aos(as) usuários(as) de ties	Social.	Atendimento aos usuários

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no Relatório de Gestão da UNILA de 2022 (2024).

**APÊNDICE P - INDICADORES RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE IDENTIFICADOS NO RELATÓRIO DE GESTÃO DA
UNIPAMPA**

Relatório de Gestão UNIPAMPA 2022		
Indicador	Classificação	Nuvem de palavras
Resumo das quantidades geradas e gastos anuais referentes ao Contrato nº 20/2017.	Ambiental.	Resíduos
Resumo das quantidades geradas e gastos por campus no ano de 2022.	Ambiental.	Resíduos
Resumo das quantidades geradas e gastos por campus referente aos Contratos nº 20/2017 e 38/2022.	Ambiental.	Resíduos
Comparativo de quantidades de coleta e o impacto resultante nos valores gastos com coleta de resíduos de laboratórios.	Ambiental.	Resíduos
Composição dos recursos PRAEC em 2022.	Financeira.	Investimento
Recursos executados em Assistência Estudantil - Ação 4002-PNAES (continua). - composição	Financeira.	Investimento Despesas empenhadas Despesas pagas
Investimentos executados com a Ação 20RK. - composição	Financeira.	Investimento Despesas empenhadas Despesas pagas
Recursos executados em Assistência Estudantil - Ação 20RK - PDA (Gabinete Reitoria). - composição	Financeira.	Investimento Despesas empenhadas Despesas pagas
Recursos executados em Assistência Estudantil - Ação 20GK. - composição	Financeira.	Investimento Despesas empenhadas Despesas pagas
Recursos executados por Área PNAES - composição	Financeira.	Investimento
Execução orçamentária de despesas discricionárias - principais ações – 2022	Financeira.	Receitas próprias Arrecadação
Diárias, Passagens e número de viagens	Financeira.	Diárias Passagens
Detalhamento dos gastos dos principais contratos terceirizados.	Financeira.	Gastos
Detalhamento dos gastos em contratos terceirizados - Descentralizados em outras Unidades.	Financeira.	Gastos
EMENDAS PARLAMENTARES 2022	Financeira.	Execução orçamentária

Perfil dos Alunos de Graduação por Etnia	Social.	Etnia
Percentual de Ocupação por modalidade de vaga	Social.	Ações Afirmativas
		Matriculados Abandono Concluintes Ingressantes
Pós-Graduação Lato Sensu em Números - 1º semestre de 2022.	Social.	
Número de alunos certificados em 2022.	Social.	Certificados
		Matriculados Abandono Concluintes Ingressantes
Pós-Graduação Stricto Sensu em Números - 1º semestre de 2022 (continua).	Social.	
Demonstrativo de Bolsas da pós-graduação com recursos externos.	Social.	Bolsas
Demonstrativo de Auxílios de pós-graduação com recursos internos.	Social.	Auxílio estudantil
PROBITI/FAPERGS contemplados por área do conhecimento e campus.	Social.	Bolsas
PIBITI/CNPq contemplados por área de conhecimento e campus.	Social.	Bolsas
Nº de projetos de Extensão registrados e com ações/atividades executadas no ano	Social.	Extensão
Número de pessoas capacitadas na Formação Continuada aos Profissionais da Educação Básica.	Social.	Capacitação
Nº de projetos extensão registrados no ano que tenham como foco as comunidades fronteiriças onde a Universidade está instalada.	Social.	Extensão
Número de projetos de extensão registrados no ano que tenham como objetivo o atendimento do Plano Nacional de Educação.	Social.	Extensão
Número de pessoas participantes em ações de Extensão na Universidade.	Social.	Extensão
Programas de Apoio Pedagógico – Nº de atendidos. - composição	Social.	Apoio Pedagógico Bolsas Monitoria
Grau de Escolaridade dos Servidores Separados por Gênero.	Social.	Gênero
Ingresso/evasão de alunos com deficiência.	Social.	Deficiência Evasão
Alunos com Deficiência por Campus.	Social.	Deficiência Evasão
Tipo de Deficiência	Social.	Deficiência

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no Relatório de Gestão da UNIPAMPA de 2022 (2024).

APÊNDICE Q - INDICADORES RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE IDENTIFICADOS NO RELATÓRIO DE GESTÃO DA

UTFPR

Relatório de Gestão UTFPR 2022		
Indicadores	Classificação	Nuvm de palavras
PROGRAD - Ingressantes, matriculados, formados em 2022	Social.	Matriculados
PROGRAD - Dados SiSU 2022 (Relação candidato por vaga e percentual de ocupação)		Concluintes
PROGRAD - Grupos PET em 2022	Social.	Ingressantes
PROGRAD - Procura dos estudantes pelo atendimento (monitoria)	Social.	Candidato x vaga
PROGRAD - Percepção quanto às dificuldades (monitoria)	Social.	Assistência Estudantil
PROGRAD - Forma de atendimento do MAT (monitoria)	Social.	Monitoria
PROGRAD - Percentual de retenção e evasão de 2016/1 a 2022/1	Social.	Monitoria
	Social.	Evasão
	Social.	Retenção

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no Relatório de Gestão da UTFPR de 2022 (2024).

APÊNDICE R – FICHA DE AVALIAÇÃO PROGRAMAS ACADÊMICOS - ÁREA 27: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS,

CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO

Ficha de Avaliação: Programas Acadêmicos		
Área 27: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo		
QUESTO 1 – PROGRAMA		
Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre os Quesito/Itens
1.1 Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível, em relação aos objetivos, missão e modalidade do programa.	30%	<p>Análise do projeto pedagógico do PPG quanto às especificidades associadas ao(s) nível(is) de formação – mestrado e doutorado – e modalidade do programa, no que se refere a: áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos de pesquisa em andamento e proposta curricular, assim como as declarações sobre as condições materiais e estruturais do programa, considerando os itens a seguir.</p> <p>Qualificadores do projeto (Peso: 80%):</p> <p>1.1.1. Aderência: evidências de clareza e de coerência da(s) área(s) de concentração e linha(s) de pesquisa, inclusive suas alterações recentes, com o propósito, objetivos, nível(is), modalidade e contexto de atuação do programa;</p> <p>1.1.2. Atualização: evidências de contemporaneidade da(s) área(s) de concentração, linha(s) de pesquisa, estrutura curricular, ementas e bibliografia das disciplinas;</p> <p>1.1.3. Articulação: evidências de alinhamento e suporte mútuo entre área(s) de concentração, linha(s) de pesquisa, projetos, estrutura curricular e oferta de disciplinas em relação ao propósito, objetivos, nível(is), modalidade e contexto de atuação do programa.</p> <p>Qualificador de Infraestrutura (Peso: 20%):</p> <p>1.1.4. Infraestrutura: evidências de disponibilidade e compatibilidade da infraestrutura do PPG quanto ao suporte às atividades de docentes e discentes e adequação com relação ao propósito, objetivos, nível(is) e modalidade do programa.</p> <p>Tipo de avaliação: qualitativa</p>

<p>1.2 Perfil do corpo docente e sua compatibilidade e adequação à proposta do programa.</p>	<p>50%</p> <p>Análise das características do corpo docente, considerando sua capacidade de dar sustentação às linhas de pesquisa e atividades do PPG (projetos, orientações e disciplinas) e sua compatibilidade com a proposta do programa. Serão considerados os seguintes qualificadores e indicadores:</p> <p>Qualificadores (Peso: 40%):</p> <p>1.2.1. Compatibilidade do Núcleo Docente Permanente (NDP) ao propósito, objetivos, modalidades e nível(is) de formação do PPG;</p> <p>1.2.2. Adequação da política de renovação/atualização do corpo docente e critérios de credenciamento/descredenciamento de docentes.</p> <p>Indicadores (Peso: 60%):</p> <p>1.2.3. Proporção do NDP com produção qualificada alinhada à proposta do PPG;</p> <p>1.2.4. Proporção do NDP com projetos de pesquisa, inovação ou desenvolvimento tecnológico alinhados à proposta do programa, financiados por fontes públicas ou privadas de fomento ao ensino e pesquisa, externas à IES, incluindo bolsas de produtividade, em pesquisa ou de desenvolvimento tecnológico, concedidas por agência de fomento internacional, nacional ou estadual;</p> <p>1.2.5. Proporção do NDP mantida no PPG no quadriênio.</p> <p>A produção qualificada do NDP refere-se ao conjunto das quatro melhores produções de cada docente permanente do PPG no quadriênio.</p> <p>Será observado o número de docentes credenciados como permanentes. Não serão admitidos programas com quadro de docentes permanentes, em cada ano do quadriênio, inferior ao mínimo de 8 (oito) professores, para os cursos de mestrado, e de 12 (doze), para os cursos de doutorado. O não atendimento deste critério implicará no conceito insuficiente neste item.</p> <p>Também será analisada a distribuição dos docentes entre as linhas de pesquisa do PPG, as quais devem contar com a participação de, no mínimo, quatro docentes permanentes. Os docentes permanentes podem ser compartilhados entre as linhas, mas o número mínimo de docentes permanentes deve ser o número de linhas multiplicado por quatro. O não atendimento desse critério implicará no ajuste qualitativo do conceito para este item.</p> <p>Além disso, será considerado o atendimento à legislação vigente quanto ao enquadramento apropriado dos docentes como permanentes ou colaboradores, bem como quanto ao limite máximo de vínculos dos docentes permanentes. Docentes não aderentes às condições legais serão desconsiderados da composição do NDP. Também será observada a dependência do PPG de docentes colaboradores para as atividades de ensino e de orientação, ou seja, o número de docentes colaboradores não deve ser superior a 30% do total de professores (permanentes + colaboradores) e eles podem ser responsáveis por, no máximo, 20% das atividades previstas de ensino e de orientação.</p> <p>O PPG precisa esclarecer as razões não controláveis que provocaram oscilação da composição de seu NDP. Casos de morte e aposentadoria não serão contabilizados.</p> <p>Tipo de avaliação: qualitativa com suporte de indicadores quantitativos.</p>
--	--

1.3. Planejamento estratégico do programa, considerando também articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção intelectual – bibliográfica, técnica e/ou artística.	10%	<p>Análise da clareza e consistência da sistemática de planejamento estratégico do PPG e de sua visão de longo prazo, com vistas ao seu desenvolvimento e consolidação. Será observado o estágio de desenvolvimento do planejamento do PPG, considerando-se os seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none">· Maturidade da sistemática de planejamento;· Pertinência dos compromissos de formação, produção e demais impactos do PPG;· Coerência com o propósito, modalidade e nível de consolidação do PPG;· Adequação da articulação com o planejamento da pós-graduação em nível institucional;· Coerência da relação entre os objetivos pretendidos e as atividades para alcançá-los;· Consistência das Implicações do planejamento na trajetória do PPG. <p>O planejamento do programa deverá ser sintetizado e anexado em documento específico. Anexo. Síntese do planejamento estratégico do PPG (conforme Modelo 6.1).</p> <p>Tipo de avaliação: qualitativa</p>
1.4. Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção intelectual.	10%	<p>Análise da clareza e consistência da política, do processo, dos procedimentos e dos usos da autoavaliação pelo PPG. Será observado, de acordo com o estágio de desenvolvimento da política de autoavaliação do PPG, os seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none">· Estágio de desenvolvimento de políticas e ações de autoavaliação do PPG;· Sistemática de autoavaliação do programa (fundamentos, objetivos, foco avaliativo, critérios de avaliação, análise e implantação de medidas de monitoramento e melhoria da qualidade do PPG);· Política de acompanhamento da formação e produção intelectual (bibliográfica e/ou técnica/tecnológica);· Mecanismos de envolvimento de públicos internos (p. ex. técnicos, docentes, discentes, egressos entre outros);· Mecanismos de envolvimento de públicos externos (p. ex. organizações parceiras, entre outros);· Relação entre a autoavaliação e o planejamento estratégico do PPG a curto, médio e longo prazos;· Articulação com o plano de desenvolvimento da pós-graduação da IES;· Mecanismos de escuta e de comunicação efetivamente utilizados para indicação de críticas, sugestões e aperfeiçoamento do programa ou curso. <p>A política de autoavaliação do PPG deverá ser sintetizada e anexada em documento específico. Anexo. Síntese da política de autoavaliação do PPG (conforme Modelo 6.2)</p> <p>Tipo de avaliação: qualitativa</p>
		QUESITO 2 – FORMAÇÃO
Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre os Quesito/Itens

<p>2.1. Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa.</p>	<p>15%</p> <p>Análise das teses e dissertações defendidas, por meio dos seguintes qualificadores e indicadores: Qualificadores (Peso: 30%):</p> <p>2.1.1. Aderência temática das teses, dissertações em relação à(s) área(s) de concentração e linha(s) de pesquisa do programa;</p> <p>2.1.2. Clareza e consistência da política de constituição das comissões examinadoras de dissertações e teses. Indicadores (Peso: 70%):</p> <p>2.1.3. Proporção de teses e dissertações do PPG defendidas no quadriênio, ou seja, no período 2017-2020, que gerou produção bibliográfica de egresso;</p> <p>2.1.4. Pontuação média da melhor produção bibliográfica de egressos, calculada com base em indicação feita pelo PPG, derivada de teses e dissertações defendidas no quadriênio, ou seja, no período 2017-2020. Será observada a constituição das comissões examinadoras de dissertações e teses.</p> <p>Além disso, será observado se a distribuição da produção é concentrada em anais de eventos científicos ou em periódicos. Cada item de produção poderá ser considerado, no máximo, duas vezes no cálculo, ou seja, será válida apenas para duas teses e/ou dissertações, ainda que existam outros coautores. Um mesmo item de produção só poderá ser associado uma única vez a cada egresso. Artigos em periódico serão valorizados de acordo com o estrato correspondente no Qualis Periódicos.</p> <p>Descrição da política de constituição das comissões examinadoras de dissertações e teses e os dados referentes a dissertações, teses e respectiva melhor produção a elas vinculadas deverão ser anexados em documento específico. Anexos. Descrição das políticas do PPG (conforme Modelo 6.5). Informações sobre o melhor produto intelectual do egresso derivado de dissertações e teses defendidas no quadriênio (conforme Modelo 6.4).</p> <p>Tipo de avaliação: qualitativa com suporte de indicadores quantitativos</p>
--	---

2.2. Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos.	15%	<p>Análise da produção dos egressos (titulados no período 2012-2020, com até cinco anos antes do ano base do quadriênio) e dos discentes do PPG, conforme seu nível de formação, mestrado ou doutorado, e modalidade do programa. Serão considerados os seguintes indicadores:</p> <p>2.2.1. Proporção da produção qualificada do NDP com participação de discentes ou de egressos (Peso: 25%);</p> <p>2.2.2. Proporções de discentes de doutorado e egressos de mestrado ou doutorado com produção bibliográfica nos estratos A1 a A4 do Qualis Periódicos (Peso: 50%);</p> <p>2.2.3. Proporções de discentes de doutorado e egressos de mestrado ou doutorado com produção bibliográfica nos estratos B1 a B4 do Qualis Periódicos (Peso: 20%);</p> <p>2.2.4. Proporção de discentes de mestrado e doutorado que tiveram produção em evento científico (Peso: 5%).</p> <p>A produção qualificada do NDP refere-se ao conjunto das quatro melhores produções de cada docente permanente do PPG no quadriênio. Cada publicação poderá ser considerada, no máximo, duas vezes no cálculo, ou seja, será válida apenas para dois autores discentes ou egressos, ainda que existam outros coautores.</p> <p>Será observada, ainda, a coautoria dos trabalhos. Casos caracterizados por prática recorrente de excessivo número de autores discentes por trabalho (superior a três) poderão implicar em redução do conceito do item.</p> <p>Sempre que necessário, a pontuação de um item será redistribuída proporcionalmente entre os demais, quando se tratar de PPG com um único nível de formação.</p> <p>Tipo de avaliação: quantitativa com possibilidade de ajuste mediante análise qualitativa.</p>
---	-----	---

<p>2.3. Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida.</p>	<p>10%</p> <p>Análise da atuação dos egressos em relação à formação recebida, seus vínculos com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. Serão considerados os seguintes qualificadores:</p> <p>2.3.1. Clareza e consistência da política de acompanhamento de egressos;</p> <p>2.3.2. Consistência da formação para o desenvolvimento socioeconômico e cultural por meio de evidências da atuação de egressos na administração pública, entidades do mercado, sociedade civil, educação superior e pesquisa.</p> <p>2.3.2.1. Aderência à formação recebida evidenciada a partir de relato de casos de destaque de atuação dos egressos titulados;</p> <p>2.3.2.2. Posição ocupada pelos egressos titulados.</p> <p>Deverá ser apresentado, quando houver, relato da trajetória profissional de cinco egressos titulados do programa, independentemente do nível de formação, para cada um dos períodos: 2016-2020; 2011-2015 e 2006-2010. O relato deve considerar a área de atuação, inserção no mercado de trabalho, assunção de postos de liderança na administração pública, organizações privadas ou na sociedade civil, continuidade de estudos, além de outros aspectos pertinentes, para evidenciar a influência do programa na formação de egressos. No caso de número de egressos titulados inferior a 5 (cinco) nesses períodos, o programa deverá descrever a trajetória de todos os egressos titulados.</p> <p>Descrição da política de acompanhamento de egressos e os relatos da trajetória profissional de egressos titulados deverão ser anexados em documento específico.</p> <p>Anexo. Relato da trajetória profissional de egressos (até 8 mil caracteres por período). Descrição das políticas do PPG (conforme Modelo 6.5).</p> <p>Tipo de avaliação: qualitativa</p>
---	---

<p>2.4. Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no programa.</p>	<p>50%</p>	<p>Análise da produção qualificada do NDP, aderente à proposta do programa, publicada sob a forma de artigos em periódicos listados no Qualis Periódicos. Além da pontuação, também será observada a distribuição de publicações qualificadas em relação ao NDP do programa. A produção qualificada do NDP refere-se ao conjunto das quatro melhores produções de cada docente permanente do PPG no quadriênio. Serão considerados os seguintes indicadores:</p> <p>2.4.1. Pontuação média da produção qualificada do NDP (Peso: 50%);</p> <p>2.4.2. Proporção do NDP que alcançou a mediana da produção qualificada da área (Peso: 50%).</p> <p>Para o cálculo da média da produção qualificada do NDP (2.4.1), primeiramente, verifica-se a pontuação dos quatro melhores produtos de cada docente. Em seguida, faz-se a soma dessa produção, verificando-se a pontuação total obtida pelo conjunto dos docentes permanentes. Depois, divide-se esse total pelo número de docentes permanentes e, por fim, o resultado por quatro.</p> <p>Para o cálculo da proporção do NDP que alcançou a mediana da produção qualificada da área (2.4.2), contabiliza-se quantos docentes permanentes alcançaram, em 2.4.1., pontos iguais ou superiores à mediana da área e divide-se pelo total de DP do PPG.</p> <p>Poderá ser utilizada a mediana da subárea para programas de Turismo, em complemento aos indicadores já mencionados.</p> <p>Cada publicação poderá ser considerada apenas duas vezes no cálculo, ou seja, será válida apenas para dois DP, ainda que mais de dois DP do PPG sejam coautores. Além disso, será considerada a produção do docente permanente, de modo proporcional ao seu período de vínculo com o PPG. Ou seja, no quadriênio, para docentes que estiveram no PPG por quatro anos, serão consideradas as quatro melhores produções; para docentes que estiveram por três anos no PPG, serão consideradas as três melhores e assim sucessivamente. Para o cálculo dos indicadores deste item, serão consideradas as equivalências de pontos que seguem: A1=100, A2=80, A3=70, A4=60, B1=50, B2=40, B3=30 e B4=10</p> <p>Tipo de avaliação: quantitativa</p>
--	------------	--

2.5 Qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação no programa.	10%	<p>Análise da dedicação e atuação dos docentes permanentes em atividades do programa, considerando-se os seguintes indicadores:</p> <p>2.5.1. Proporção do NDP com, no mínimo, 60 horas-aula no quadriênio no PPG (Peso: 10%);</p> <p>2.5.2. Proporção do NDP com dedicação prioritária ao PPG (igual ou superior a 20 horas de dedicação ao PPG) (Peso: 40%);</p> <p>2.5.3. Proporção do NDP com participação de, no máximo, 300hr por ano na graduação, considerando aulas ou demais atividades (Peso: 10%);</p> <p>2.5.4. Equilíbrio da distribuição das orientações do PPG entre o NDP (Peso: 40%).</p> <p>Serão observadas situações associadas a afastamentos que justifiquem redução temporária na dedicação do docente ao programa, tais como o exercício de cargos de gestão, estágio pós-doutoral ou outros afastamentos acadêmicos e licença maternidade, desde que devidamente registrados. Além disso, a área demanda que os DP tenham, majoritariamente, regime de dedicação integral com a instituição do PPG. O não atendimento desses aspectos poderá implicar no ajuste qualitativo do conceito para este item. Será considerada a distribuição das atividades de formação (oferta de disciplinas e orientação de alunos de mestrado e doutorado no programa) entre os integrantes do NDP. Excessos implicarão em ajuste qualitativo do conceito para este item.</p> <p>Também será levada em conta a proporção de docentes permanentes, calculada a cada ano do quadriênio, que extrapole 8 (oito) orientações simultâneas, considerando-se todos os programas em que o docente atua. Exceção será feita para os casos em que houver Projetos de Cooperação entre Instituições (PCI) mantidas pelo PPG no período. Nesses casos, o máximo a ser considerado será de 9 (nove) orientações simultâneas. Evidências de excesso sistemático de número de orientações por docente permanente implicará em redução do conceito para este item.</p> <p>Anexo. Planilha com informações dos docentes permanentes do programa (conforme Modelo 6.3). Tipo de avaliação: quantitativa com possibilidade de ajuste mediante análise qualitativa.</p>
QUESITO 3 – IMPACTO NA SOCIEDADE		
Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre os Quesito/Itens

<p>3.1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa.</p>	<p>40%</p> <p>Análise da repercussão da produção intelectual do PPG, com base nos seguintes qualificadores:</p> <p>3.1.1. Clareza e consistência da política de incentivo ao impacto da produção intelectual do PPG;</p> <p>3.1.2. Consistência da justificativa de impacto e aderência à proposta, objetivos e modalidade dos 10 melhores produtos do programa no quadriênio;</p> <p>3.1.3. Evidência de impacto do docente permanente baseado em métricas de citação, considerando as seguintes: h-index e i10-index, do Google Acadêmico, H-index Scopus, índice H Spell;</p> <p>3.1.4. Evidência de impacto do docente permanente baseado em outras métricas de repercussão tais como menções na mídia, disseminação em redes sociais, montante de leitores, tiragens/reedições de material publicado, entre outros.</p> <p>Para o item 3.1.2., além da produção intelectual na forma de artigo em periódico e produtos tecnológicos, será valorizada a produção e repercussão de livros e capítulos de livro publicados com a autoria de docentes permanentes do PPG. Nesse caso, o PPG deve indicá-los entre os 10 melhores produtos do programa e preencher os dados correspondentes na Plataforma Sucupira.</p> <p>A relação dos 10 melhores produtos do PPG, declarada na Plataforma Sucupira, será analisada em termos da aderência dos diferentes tipos de produção intelectual à(s) área(s) de concentração e linha(s) de pesquisa do programa, da distribuição entre docentes do NDP, da participação de coautores discentes ou egressos do PPG e da justificativa da indicação.</p> <p>São fatores associados à consistência da justificativa de impacto da produção intelectual: abrangência/alcance, qualidade do uso e disseminação, reconhecimento público, vinculação aos projetos de pesquisa, atendimento de demandas externas, entre outros.</p> <p>A política de incentivo e a descrição do impacto da produção intelectual do PPG deverão ser anexados em documento específico.</p> <p>Anexos. Descrição das políticas do PPG (conforme Modelo 6.5). Planilha com informações dos docentes permanentes do programa (conforme Modelo 6.3). Descrição dos impactos do PPG (conforme Modelo 6.6).</p> <p>Tipo de avaliação: qualitativa</p>
---	--

3.2. Impacto econômico, social e cultural do programa.	40%	<p>Análise das contribuições das atividades de formação e pesquisa do PPG a outras esferas da sociedade, tais como governo, mercado e sociedade civil. Serão considerados os impactos econômico, social, cultural e educacional do PPG, com base nos seguintes qualificadores:</p> <p>3.2.1. Clareza e consistência das contribuições do PPG ao longo do tempo;</p> <p>3.2.2. Intensidade do impacto, quando houver, em nível local, regional, nacional ou internacional;</p> <p>3.2.3. Clareza e consistência da política de incentivo à inovação, transferência de conhecimentos e impacto social do PPG;</p> <p>3.2.4. Proporção do NDP envolvida em ações de impacto do PPG em outras esferas da sociedade.</p> <p>Serão valorizadas contribuições do PPG para o ensino ou pesquisa pedagógica, nos vários níveis de formação; para o desenvolvimento local, regional ou nacional, destacando, quando for o caso, participação do NDP, projetos e consequências sobre o contexto produtivo, gestão de organizações públicas, privadas e não-governamentais, e para a nucleação/consolidação de novos grupos de pesquisa (solidariedade). É desejável que as contribuições do PPG expressem, preferencialmente, iniciativas coordenadas em nível do programa, distinguindo-se daquelas que possam ser expressões de atuação individual de docentes do PPG.</p> <p>Além disso, desde que caracterizem aderência à proposta do PPG, também serão valorizadas evidências de: integração e cooperação com outros PPGs e organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de formação do programa; ações afirmativas ou de extensão; de infraestrutura e participação do NDP que caracterizem articulação do PPG com entidades voltadas para o desenvolvimento tecnológico, econômico, social e/ou cultural do contexto de atuação do programa.</p> <p>A descrição da política de incentivo à inovação, transferência de conhecimentos e dos impactos sociais e acadêmicos do PPG deverão ser anexados em documento específico.</p> <p>Anexo. Descrição das políticas do PPG (conforme Modelo 6.5). Descrição dos impactos do PPG (conforme Modelo 6.6)</p> <p>Tipo de avaliação: qualitativa</p>
3.3. Internacionalização, inserção (local, regional e nacional) e visibilidade do programa.	20%	<p>Serão analisadas a política e as iniciativas (bem como seus respectivos resultados) de internacionalização do programa e de inserção (local, regional e nacional). A internacionalização e a inserção serão relativizadas de acordo com a missão/propósito e o perfil dos programas. Também será observada a visibilidade do PPG. Os seguintes qualificadores serão levados em conta, tomando-se como referência o propósito, modalidade e contexto de atuação do PPG:</p> <p>Qualificadores de Internacionalização e de Inserção do PPG (Peso: 80%):</p> <p>3.3.1. Clareza e consistência da política de internacionalização do PPG, bem como sua relação com o planejamento estratégico do programa;</p>

	<p>3.3.2. Grau de internacionalização do PPG;</p> <p>3.3.3. Evidências de inserção do PPG no contexto local, regional ou nacional.</p> <p>Serão consideradas as características da política de internacionalização do PPG e sua consistência por meio dos resultados alcançados. Serão considerados diferentes graus de internacionalização, a partir de ações de mobilidade de pessoal (docentes e discentes), captação de recursos, cooperação em projetos e produção científica, visibilidade, acordos, iniciativas de formação e reconhecimento internacional, entre outras. A análise da internacionalização será relativizada de acordo com a missão/propósito e perfil do PPG. Programas que tenham a internacionalização como parte de seu propósito serão analisados quanto à complexidade e intensidade das práticas adotadas, incluindo iniciativas de internacionalização da estrutura curricular, ações de interação com o contexto internacional e as manifestações de reconhecimento internacional, quando forem o caso. Programas que não adotem a internacionalização como parte de seu propósito serão analisados a partir de ações básicas elencadas a seguir – via de regra, não serão elegíveis aos conceitos 6 e 7.</p> <p>São evidências de internacionalização, entre outros possíveis, os seguintes aspectos, apresentados de acordo com o nível de complexidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> · De ações básicas: acordo de cooperação/convênio; participação de docentes ou discentes em eventos internacionais; docente estrangeiro como visitante no PPG; publicação em periódicos internacionais; estágio pós-doutoral de docentes do PPG; discentes do PPG com atividades internacionais; discentes internacionais com atividades no PPG; política institucional de fomento à internacionalização (ex.: CAPES PrInt); · De internacionalização da estrutura curricular: curso ou disciplina em língua estrangeira; teses e dissertações em língua estrangeira; Cotutela ou Dupla-titulação; · De interação com o ambiente internacional: orientação ou coorientação de aluno de curso do exterior por docente do PPG; orientação ou coorientação de aluno do PPG por professores estrangeiros; participação de estrangeiros em comissões examinadoras do PPG; participação de docentes do PPG em comissões examinadoras no exterior; coautoria de produção intelectual com estrangeiro/no estrangeiro; corpo docente com experiência internacional; pesquisadores internacionais em projetos do PPG; docentes do PPG em projetos internacionais, preferencialmente com financiamento internacional; organização de eventos (workshops) internacionais; estágio pós-doutoral de pesquisadores internacionais no PPG; docente como palestrante em evento no exterior; · De reconhecimento internacional: docentes com participação em comitê editorial de periódico editado no exterior presente nas bases Scopus ou Web of Science; docentes com atuação em sociedades científicas internacionais; participação em redes (grupos de pesquisa) internacionais da área de conhecimento; docentes com atuação em disciplinas de cursos no exterior; docentes com atuação na organização de eventos promovidos por associações internacionais da área; prêmios e distinções internacionais; acreditação internacional; egressos do PPG com atuação no exterior; coordenação de projeto de pesquisa com financiamento internacional. <p>Serão observadas evidências de inserção do PPG no contexto local, regional ou nacional, a exemplo de prêmios recebidos por docentes, discentes ou egressos em razão de trabalhos realizados no PPG; docentes com participação em comitês de área no CNPq, FINEP, CAPES, Fundações de Amparo à Pesquisa do Estado e outras agências de fomento nacionais; posições de gestão ocupadas por integrantes do NDP em entidades nacionais relacionadas à área do conhecimento; reconhecimento em veículos de mídia; atração de alunos de diferentes regiões do país para a formação acadêmica; alunos oriundos de outros PPG do país realizando disciplinas ou estágios de pós-</p>
--	---

	<p>doutoramento no PPG; liderança de projetos de pesquisa financiados por agências públicas ou privadas em parceria de docentes de outros PPG nacionais. De modo equivalente, quando pertinentes, serão observadas evidências de inserção local e regional do PPG, tais como priorização das temáticas locais ou regionais e/ou campos de atuação do profissional nos trabalhos de conclusão, na área de concentração e/ou linhas de pesquisa do PPG e ações de interiorização.</p> <p>Qualificadores de Visibilidade (Peso: 20%):</p> <p>3.3.4. Visibilidade do PPG em sua página na internet.</p> <p>Para análise da visibilidade do PPG na página web, serão valorizadas Informações sobre estrutura curricular, ementas e bibliografia das disciplinas; informações sobre regulamentos internos e processo seletivo; atualização e disponibilidade em mais de um idioma; acesso irrestrito ao texto completo de teses e dissertações; inserção em redes sociais e mídias de comunicação; informações sobre docentes, discentes e egressos; informações sobre financiamentos recebidos, produção intelectual e o impacto do programa.</p> <p>Anexos. Síntese do planejamento do programa (conforme Modelo 6.1). Descrição das políticas do PPG (conforme Modelo 6.5)</p> <p>Tipo de avaliação: qualitativa</p> <p>Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em MEC (2020).</p>
--	---